

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	8

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	9
3.2 - Medições Não Contábeis	10
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	17
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	19
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	24
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	25
3.7 - Nível de Endividamento	26
3.8 - Obrigações	27
3.9 - Outras Informações Relevantes	28

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	29
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	75
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	77
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	88
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	89
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	90
4.7 - Outras Contingências Relevantes	91
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	92

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	93
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	99
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	102
5.4 - Programa de Integridade	105
5.5 - Alterações significativas	110
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	111

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	112
6.3 - Breve Histórico	113
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	116
6.6 - Outras Informações Relevantes	117

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	118
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	126
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	127
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	128
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	143
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	144
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	146
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	148
7.8 - Políticas Socioambientais	149
7.9 - Outras Informações Relevantes	153

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	154
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	155
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	156

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	157
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	158
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	159
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	161
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	163
9.2 - Outras Informações Relevantes	164
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	165
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	194
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	196
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	198
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	200
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	202
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	203
10.8 - Plano de Negócios	204
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	206
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	207
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	208
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	209
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	216
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	221
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	224
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	225
12.7/8 - Composição Dos Comitês	233

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	240
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	241
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	242
12.12 - Outras informações relevantes	243

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	245
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	250
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	254
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	257
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	262
13.6 - Opções em Aberto	263
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	264
13.8 - Precificação Das Ações/opções	265
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	267
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	268
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	269
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	270
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	271
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	272
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	273
13.16 - Outras Informações Relevantes	274

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	275
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	276
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	277

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	281
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	282
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	283
15.3 - Distribuição de Capital	286
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	287
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	288
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	295
15.7 - Principais Operações Societárias	296
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	302
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	303
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	308
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	314
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	317
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	318
17.2 - Aumentos do Capital Social	319
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	320
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	321
17.5 - Outras Informações Relevantes	322
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	323
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	324
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	325

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	326
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	327
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	328
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	329
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	330
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	331
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	332
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	333
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	334
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	335

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	336
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	337
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	339

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	340
20.2 - Outras Informações Relevantes	343

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	344
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	346
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	357
21.4 - Outras Informações Relevantes	359

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Benjamin Ribeiro Quadros

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues

Diretor de Relações com Investidores



SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
+++

DECLARAÇÃO

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rua Sete de Setembro, 111, Centro
CEP: 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Prezados,

Benjamin Ribeiro Quadros, brasileiro, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da carteira de identidade nº 63.120.119-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME nº 916.346.607-49, na qualidade de **Diretor Presidente da BRQ Soluções em Informática S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Ipanema, nº 165, conjuntos 1.505, 1.506 e 1.507, CEP 06.472-002, inscrita no CNPJ/ME nº 36.542.025/0001-64 (“**Companhia**”), para fins do item 1 do **Formulário de Referência** da Companhia, atesta que:

- Reviu o formulário de referência;
- Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2022.

BENJAMIN RIBEIRO

QUADROS:916346607
49

Assinado de forma digital por

BENJAMIN RIBEIRO

QUADROS:91634660749

Dados: 2022.05.03 10:43:45 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Benjamin Ribeiro Quadros

Diretor Presidente

Tel.: (11) 2526-0600

E-mail: ri@brq.com





SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
+++



DECLARAÇÃO

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

Rua Sete de Setembro, 111, Centro
CEP: 20050-901 - Rio de Janeiro - RJ

Prezados,

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues, brasileiro, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da carteira de identidade nº 07.357.433-7, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME nº 994.033.157-68, na qualidade de **Diretor de Relações com Investidores** da **BRQ Soluções em Informática S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Ipanema, nº 165, conjuntos 1.505, 1.506 e 1.507, CEP 06.472-002, inscrita no CNPJ/ME nº 36.542.025/0001-64 (“**Companhia**”), para fins do item 1 do **Formulário de Referência** da Companhia, atesta que:

- a) Reviu o formulário de referência;
- b) Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2022.

ANTONIO EDUARDO
PIMENTEL
RODRIGUES:99403315768

Assinado de forma digital por ANTONIO
EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES:99403315768
Dados: 2022.05.02 17:07:47 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores
Tel.: (11) 2526-0600
E-mail: ri@brq.com



2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data Início	30/04/2019		
Descrição do serviço contratado	A EY Brasil foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas da BRQ Soluções em informática S.A. ("BRQ" ou "Companhia") para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia em 31 de março de 2019, 30 de Junho de 2019 e 30 de Setembro de 2019		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2019 será de R\$ 404.817,61 relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.		
Justificativa da substituição	Não se aplica.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.		
Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	30/04/2019	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck,, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734901, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data Início	14/04/2020		
Descrição do serviço contratado	A EY Brasil foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRQ Soluções em Informática S.A. para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2020. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas da Companhia em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2020 será de R\$ 421.000,00 relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.		
Justificativa da substituição	Não se aplica		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica		

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	14/04/2020	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734886, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	25/03/2021
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as correspondentes demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa das empresas da BRQ para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). Relatório de revisão trimestral para a BRQ para os períodos a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, 2022 e 2023 de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2021 será de R\$ 408.164,00 (Quatrocentos e oito mil, cento e sessenta e quatro reais) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Em função do cumprimento do prazo de 5 exercícios sociais consecutivos para a prestação de serviços pela EY, nos termos do artigo 31 da ICVM 308.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Catalina Satie Shikibu	01/01/2021	254.533.398-02	Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, Chác. Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39406441, Fax (11) 39406441, e-mail: cshikibu@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	14/04/2022
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as correspondentes demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa das empresas da BRQ para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). Relatório de revisão trimestral para a BRQ para os períodos a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, 2022 e 2023 de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2022 será de R\$ 452.209,80 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e nove reais e oitenta centavos) líquidos de tributos relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Catalina Satie Shikibu	01/01/2022	254.533.398-02	Rua Arquiteto Olavo Redig Campos, 105, Chác. Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39406441, Fax (11) 39406441, e-mail: cshikibu@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

Importante ressaltar que a Companhia tem como política não contratar, junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa, para preservar sua independência.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	118.957.918,46	104.728.231,90	106.917.517,14
Ativo Total	345.488.836,04	275.947.887,55	208.826.696,05
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	625.547.474,73	513.713.652,24	418.113.998,33
Resultado Bruto	225.055.842,26	168.465.041,92	129.994.734,57
Resultado Líquido	40.260.889,70	44.568.469,20	29.844.089,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	132.803.910	132.757.970	130.724.698
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,900000	0,790000	0,820000
Resultado Básico por Ação	0,276590	0,319730	0,221860
Resultado Diluído por Ação	0,28	0,32	0,23

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguindo as práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem entendimento adicional da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras Companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

a. Valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado, por seu turno, é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, por itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: ganho extraordinário referente ao perdão de empréstimo (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; Parcelamento de impostos referente a adesão ao acordo com a PGFN; e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 pela perda (ganho) na baixa de ativos. Os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentados acima não foram ajustados com itens que não fazem parte do plano de negócios da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

A Margem EBITDA é um indicador calculado através da divisão do EBITDA pela Receita líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita líquida de vendas e serviços prestados.

3.2 - Medições Não Contábeis

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margens EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
EBITDA	91.541	75.299	50.593
Margem EBITDA %	14,63%	14,66%	12,10%
EBITDA Ajustado	106.115	77.893	50.593
Margem EBITDA Ajustado %	16,96%	15,16%	12,10%

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao lucro líquido descontado dos Ajustes do EBITDA.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos dos indicadores contábeis do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido descontado dos Ajustes do EBITDA descritos acima.

O Lucro Líquido (%) é um indicador calculado através da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto o Lucro Líquido Ajustado (%) consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados.

Seguem abaixo os valores do Lucro líquido ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

3.2 - Medições Não Contábeis

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido	40.261	44.569	29.844
Lucro líquido (%)	6,44%	8,68%	7,14%
Lucro Líquido ajustado	54.835	47.163	29.844
Lucro líquido (%)	8,77%	9,18%	7,14%

A Companhia utiliza o Lucro Líquido Ajustado para mensurar a rentabilidade e saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, pois entende que se trata de uma medida não contábil que exclui impactos não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia.

Dívida bruta e Caixa líquido

A Dívida bruta e o Caixa líquido são medições não contábeis elaboradas pela Companhia, conciliadas com suas demonstrações financeiras. A Dívida bruta visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante) e o Caixa líquido a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida bruta e o Caixa líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores da condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar a dívida da Companhia. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de Dívida bruta, Caixa líquido ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da Dívida bruta e do Caixa líquido em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Em milhares de Reais	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Dívida bruta	61.689	75.995	22.371
Caixa líquido	(99.928)	(58.720)	(51.005)

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguem abaixo as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o período dos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício / período	40.261	44.569	29.844
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	19.882	21.726	14.711
Resultado Financeiro	22.777	2.473	43
Depreciação e Amortização	7.236	6.531	5.995
EBITDA	91.541	75.299	50.593
Perdão de empréstimo em controlada (Lei Care) (a)	(4.151)	-	-
Despesas com M&A (b)	740	-	-
Desligamento de acionista diretor (c)	957	-	-
Parcelamento de impostos (d)	17.028	-	-
Baixa de imobilizado (e)	-	2.594	-
EBITDA Ajustado	106.115	77.893	50.593
Receita líquida de vendas e serviços prestados	625.547	513.712	418.114
Margem EBITDA	14,63%	14,66%	12,10%
Margem EBITDA Ajustado	16,96%	15,16%	12,10%

(a) Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo conforme a Lei Cares, e o valor foi incluído para fins de ajuste no EBITDA por se tratar de uma receita extraordinária.

(b) Refere-se a despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de EBITDA;

(c) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021, ajustado para fins de EBITDA;

(d) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de EBITDA.

(e) Refere-se a baixa de ativos em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia.

Lucro Líquido Ajustado

3.2 - Medições Não Contábeis

Seguem abaixo as reconciliações do Lucro Líquido Ajustado da Companhia 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	Exercício social encerrado em		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido	40.261	44.569	29.844
PPP loan (a)	(4.151)	-	-
Despesas com M&A (b)	740	-	-
Desligamento de acionista diretor (c)	957	-	-
Parcelamento de impostos (d)	17.028	-	-
Baixa de imobilizado (e)	-	2.594	-
Lucro Líquido ajustado	54.835	47.163	29.844
Lucro Líquido ajustado (%)	8,77%	9,18%	7,14%

(a) Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo conforme a Lei Cares, e o valor foi incluído para fins de ajuste no EBITDA por se tratar de uma receita extraordinária.

(b) Refere-se a despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de EBITDA;

(c) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021, ajustado para fins de EBITDA;

(d) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de EBITDA.

Dívida bruta e Caixa líquido

Seguem abaixo as reconciliações da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Em milhares de Reais	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	6.618	13.207	8.996
Não circulante	-	-	1.428
Financiamentos por arrendamento			
Circulante	4.433	2.556	1.881
Não circulante	3.145	1.783	2.180
Debêntures			
Circulante	14.634	11.095	-
Não circulante	32.859	47.354	-
Empréstimos com partes relacionadas			
Circulante	-	-	4.676
Não circulante	-	-	3.210

3.2 - Medições Não Contábeis

Dívida Bruta	61.689	75.995	22.371
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(161.617)	(134.715)	(73.376)
Caixa Líquido	(99.928)	(58.720)	(51.005)

c. Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo). Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas de desempenho adicionais para a compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

Dívida Líquida e Dívida Bruta

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Bruta e da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debênture de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices

3.2 - Medições Não Contábeis

financeiros (covenants financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os índices financeiros (covenants financeiros) a que a Companhia está sujeita, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

BMSIX

No dia 29 de julho de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da BMSIX Soluções em Informática Ltda. (“BMSIX”), empresa que atua no desenvolvimento, migração e suporte de soluções personalizadas em Cloud Computing.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da BMSIX é limitado a R\$18.187 mil, e é composto pelas seguintes parcelas:

- Uma parcela fixa de R\$ 3.987 mil já paga na data de fechamento da transação; e
- Três parcelas contingentes anuais, sendo 2 (duas) parcelas em valor fixo (R\$ 350 mil cada) e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 14.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pela BMSIX, de metas atreladas a performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

LIVETOUCH

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das quotas de participação da Livetouch Tecnologia Ltda. (“Livetouch”), empresa que atua no desenvolvimento de softwares, aplicativos de celular e suporte técnico.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da Livetouch é limitado a R\$ 5.000 mil, e é composto pelas seguintes parcelas:

- Uma parcela fixa de R\$1.800 mil paga na data de fechamento da transação; e
- Duas parcelas contingentes anuais, sendo 1 (uma) parcela em valor fixo, R\$ 500 mil, e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 3.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas atreladas à performance da Livetouch no período de 24 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento e ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Transação Tributária referente à Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Em maio de 2021, foi anunciado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Receita Federal do Brasil (RFB), através do Edital nº 11/2021, um programa de transação tributária que permite a realização de negociação de débitos previdenciários cuja discussão esteja nas esferas judicial ou administrativa e sejam relacionados a autuações que descaracterizaram Programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR).

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa 22 (a.1) das suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referente ao período findo em 30 de junho de 2021, possuía autos de infração em face do suposto recolhimento a menor de INSS sobre o PPR (programa de participação nos resultados) referente ao ano de 2011. A avaliação da Administração, com base em opinião de seus assessores jurídicos é de perda possível por parte da Companhia referente a esse caso, e o montante envolvido é de R\$61.323 mil em 30 de junho de 2021 (R\$60.863 mil em 31 de dezembro de 2020).

No dia 22 de julho de 2021, o Conselho de Administração aprovou que a Companhia submetesse sua adesão a este programa, devido ao benefício concedido dado pelo governo que representará um desconto de 30% a 50% do valor total do débito em discussão, e, conseqüentemente, eliminar a incerteza desse passivo contingente no resultado futuro da Companhia.

Em 11 de agosto de 2021, a Administração da Companhia formalizou a sua adesão a este programa, a qual foi deferida em 2 de setembro de 2021.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a. Regras sobre retenção de lucros:

2021

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2021, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva estatutária denominada Reserva de Investimento, para a qual a Assembleia Geral poderia destinar o remanescente dos lucros, se houver. A Reserva de Investimento não poderá ultrapassar o valor do capital social, e terá a seguinte destinação: (a) financiamento para expansão das atividades da Companhia, (b) pagamento de dividendos intermediários, (c) aquisição, pela Companhia de suas próprias ações ou (d) aumento de capital social da Companhia.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

2020

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2020, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva estatutária denominada Reserva de Investimento, para a qual a Assembleia Geral poderia destinar o remanescente dos lucros, se houver. A Reserva de Investimento não poderá ultrapassar o valor do capital social, e terá a seguinte destinação: (a) financiamento para expansão das atividades da Companhia, (b) pagamento de dividendos intermediários, (c) aquisição, pela Companhia de suas próprias ações ou (d) aumento de capital social da Companhia.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

2019

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das S.A. Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2019, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva estatutária denominada Reserva de Investimento, para a qual a Assembleia Geral poderia destinar o remanescente dos lucros, se houver. A Reserva de Investimento não poderá ultrapassar o valor do capital social, e terá a seguinte destinação: (a) financiamento para expansão das atividades da Companhia, (b) pagamento de dividendos intermediários, (c) aquisição, pela Companhia de suas próprias ações ou (d) aumento de capital social da Companhia.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

a.1. Valores das retenções de lucros

2021

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, do lucro líquido no valor de R\$ 36.737 mil destinado a acionistas controladores, a Companhia realizou retenções de (a) R\$ 1.837 mil destinados à conta de Reserva Legal de que trata o artigo 193 da Lei das S.A. e (b) R\$ 17.450 mil destinados à conta de Reserva de retenção de lucros.

O remanescente, no montante de R\$ 17.450 mil foi distribuído aos acionistas da Companhia como dividendos sendo R\$ 8.725 mil pagos em 25 de fevereiro de 2022 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 8,725 mil pagos em 29 de abril de 2022 como dividendos adicionais.

2020

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, do lucro líquido no valor de R\$ 42.286 mil destinado a acionistas controladores, a Companhia realizou retenções de (a) R\$ 2.113 mil destinados à conta de Reserva Legal de que trata o artigo 193 da Lei das S.A. e (b) R\$ 20.088 mil destinados à conta de Reserva de retenção de lucros.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

O remanescente, no montante de R\$ 20.085 mil foi distribuído aos acionistas da Companhia como dividendos sendo R\$10.042 mil pagos em 25 de fevereiro de 2021 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 10.043 mil pagos em 29 de abril de 2021 como dividendos adicionais.

2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou retenções em seu lucro líquido no valor de R\$ 28.971 mil destinado a acionistas controladores, sendo R\$ 1.449 mil destinados à conta de Reserva Legal de que trata o artigo 193 da Lei das S.A.

O remanescente, no montante de R\$ 27.522 mil, foi distribuído aos acionistas da Companhia como dividendos sendo R\$ 6.880 mil pagos em 28 de fevereiro de 2020 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 20.642 mil pagos em 27 de abril de 2020 como dividendos adicionais.

a.2. Percentuais em relação aos lucros totais declarados

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado estão demonstrados abaixo:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício social encerrado em 31/12/2020	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019
Lucro líquido destinado a acionistas controladores	36.737	42.286	28.971
(a) Reserva legal (5%)	1.837	2.113	1.449
Base para distribuição de dividendos	34.900	40.173	27.522
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.725	10.042	6.880
Dividendos adicionais propostos	8.725	10.043	20.642
(b) Reserva de retenção de lucros	17.450	20.088	-
(a) + (b) = Valores das retenções de lucros	19.287	22.201	1.449
Percentual em relação aos lucros totais declarados	52,50%	52,50%	5,00%

b. Regras sobre distribuição de dividendos:

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Considera-se lucro líquido aquele definido no art. 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do art. 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos:

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Após levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

Sem prejuízo, a Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Conforme a alínea "j", item 7.1.1, cláusula VII .do Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da BRQ Soluções em Informática S.A, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 até o vencimento final das Debêntures, a distribuição de dividendos está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a política de destinação da Companhia é aquela prevista no Estatuto e aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou em 27 de abril de 2022 a destinação dos resultados da Companhia.

A referida AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	38.424.045,48	42.454.146,38	28.395.556,54
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,250000	0,250000	0,250000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,323005	0,405374	0,265584
Dividendo distribuído total	8.725.010,07	10.043.033,40	6.880.528,18
Lucro líquido retido	31.535.879,63	34.525.435,80	22.963.560,82
Data da aprovação da retenção	17/02/2022	11/02/2021	13/02/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	8.725.010,07	25/02/2022	10.043.033,40	25/02/2021	6.880.528,18	28/02/2020

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Não houve de distribuição de dividendos à Conta de Lucros Retidos ou Reservas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Em 18 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da Companhia aprovou a Proposta da Administração de distribuição de dividendos intermediários, com a destinação do saldo existente na conta denominada “Reserva de Retenção de Lucros”, no valor de R\$ 19.627 mil, para distribuição de dividendos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, pagos no dia 21 de dezembro de 2020.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Em 21 de janeiro de 2019, a Assembleia Geral da Companhia aprovou a Proposta da Administração de distribuição de dividendos intermediários, com a destinação do saldo existente na conta denominada “Reserva de Retenção de Lucros”, no valor de R\$ 3.000 mil, para distribuição de dividendos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, pagos no dia 31 de janeiro de 2019.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	226.523.117,58	Índice de Endividamento	211,87000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		4.432.976,97	1.946.874,35	1.198.383,06	0,00	7.578.234,38
Empréstimo	Garantia Real		6.618.345,00	0,00	0,00	0,00	6.618.345,00
Títulos de dívida	Garantia Real		14.634.579,25	32.859.236,04	0,00	0,00	47.493.815,29
Títulos de dívida	Quirografárias		121.289.635,19	35.633.475,94	7.909.611,78	0,00	164.832.722,91
Total			146.975.536,41	70.439.586,33	9.107.994,84	0,00	226.523.117,58
Observação De modo a facilitar a compreensão, seguem os critérios utilizados para segregação das dívidas elencadas acima: (i) Financiamentos com garantia real: Financiamentos por arrendamento; e (ii) títulos de dívida com garantia real: 1ª emissão de debêntures da Companhia.							

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos conhecidos ou não. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Os riscos descritos nos itens e subitens abaixo serão apresentados em ordem decrescente de relevância para a Companhia, ou seja, do mais relevante para o menos relevante, conforme classificação realizada pela Companhia.

[a. à Companhia](#)

Riscos relacionados à execução de contratos com clientes.

Os contratos da Companhia são, em sua maioria, sofisticados em sua redação e complexos em sua estrutura. Resultam de um longo ciclo de venda durante o qual é fundamental haver correto entendimento das necessidades dos clientes e definição precisa do escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos. Eventuais falhas de entendimento ou definição de escopo, bem como eventuais problemas na gestão das pessoas e/ou recursos necessários para sua execução, seja por fatores internos, seja por fatores relacionados aos clientes ou ao ambiente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em que são desenvolvidos, podem resultar em expressiva redução de rentabilidade. A Companhia possui contratos de longo prazo com determinados clientes que preveem diferentes índices de correção e reajuste anual de preços.

Nestas hipóteses, seja por erro ou falhas de previsão, os índices podem ser inferiores ao acréscimo de custos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento dos serviços o que consequentemente reduziria a margem da Companhia, afetando adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Além disso, a possibilidade de ocorrência de eventos adversos na prestação de serviços é um fato de extrema preocupação no ramo de tecnologia, na medida que pode ocasionar paralisação das atividades dos clientes da Companhia, podendo ocorrer danos reversíveis ou irreversíveis às atividades do Cliente. Tais eventos, uma vez concretizados, podem impactar negativamente a imagem e a reputação da Companhia. Além disso, são passíveis de geração posterior de processos de cunho legal e indenizatório, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia, reduzindo o valor de valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia depende de sua capacidade de integrar seus produtos e serviços a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede ou mantidos por terceiros.

Os produtos e serviços da Companhia devem se integrar a uma variedade de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros e a Companhia precisa modificar e aprimorar continuamente seus produtos e serviços para acompanhar esses sistemas de terceiros e suas evoluções.

Adicionalmente, qualquer deterioração no relacionamento da Companhia com qualquer terceiro provedor de hardware, software ou plataforma de rede utilizados ou operados, pode afetar adversamente a integração e operacionalidade de alguns de seus produtos e serviços. Esses terceiros também podem alterar os recursos de suas tecnologias, restringir seu acesso a seus sistemas ou alterar os termos que regem o uso desses sistemas de maneira adversa aos seus negócios.

Caso a Companhia não consiga integrar seus produtos e serviços a uma variedade de hardware, software ou plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros, seus produtos ou serviços poderão se tornar menos comercializáveis, menos competitivos, obsoletos ou até mesmo deixarem de ser oferecidos aos seus clientes. Tais alterações podem limitar ou impedir sua capacidade de usar essas tecnologias de terceiros em conjunto com produtos e serviços da Companhia, o que afetaria adversamente seus negócios, assim como a adoção de sua plataforma e serviços afetaria adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos, aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes de forma a acompanhar a evolução tecnológica.

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e introduções de frequentes melhorias a novos produtos. Caso a Companhia deixe de prever e de desenvolver melhorias acompanhando a evolução tecnológica, de aperfeiçoar e incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

A alta competitividade no mercado de atuação em que está inserida poderá acarretar perda de participação de mercado e lucratividade nos negócios. Para se manter competitiva nesse mercado, a Companhia precisa ter a capacidade de aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, bem como oferecer novas soluções para as demandas dos clientes. Existe o risco de a Companhia não ser capaz de prever, desenvolver ou implementar inovações tecnológicas em seus serviços, tornando-os obsoletos em comparação com os oferecidos pelos competidores, prejudicando assim sua competitividade. A perda de competitividade da Companhia pode afetar seus resultados e, consequentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode não ser capaz de atrair novos clientes, manter seus atuais clientes, ou ainda expandir as vendas para os seus clientes atuais.

A estratégia de crescimento da Companhia depende de sua capacidade de atrair novos clientes e de manter seus atuais clientes, aumentando a contratação, por esses clientes, de outros produtos e serviços que oferecemos. Para alcançar estes objetivos, a Companhia precisa convencer os clientes, atuais e potenciais, dos benefícios e do valor de seus produtos e serviços. Eventual falha no desenvolvimento das suas estratégias comerciais, na expansão eficiente de seus recursos de marketing e vendas ou na prestação de serviços pós-venda de suporte, pode prejudicar sua capacidade de (i) aumentar sua base de clientes, (ii) manter sua base atual de clientes satisfeita e/ou (iii) alcançar uma aceitação mais ampla do mercado visando expandir suas vendas, situações estas que podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos que incorre.

Os custos da Companhia são afetados por diversos fatores, tais como remunerações que paga para seus colaboradores, administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores, dentre outros. Os contratos firmados com

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

seus clientes não são necessariamente ajustados pelas variações de custos que a Companhia incorre, sendo que se os custos aumentarem sem que consiga repassar esses acréscimos para seus clientes, a Companhia será afetada em suas receitas e margens, situações que podem adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de valores mobiliários da Companhia.

O desempenho da Companhia depende da sua capacidade de atrair e manter pessoal qualificado. A concorrência por tais profissionais pode aumentar os custos da Companhia e prejudicar seus resultados operacionais.

A atividade principal da Companhia depende de muitos empregados e o seu sucesso depende, em grande parte, da capacidade de contratar, treinar e manter pessoal qualificado. A Companhia acredita que seu sucesso dependerá do serviço contínuo da alta administração e de outros funcionários chave. A perda dos serviços de qualquer membro da alta administração ou de outros funcionários-chave pode afetar adversamente os negócios da Companhia, condição financeira e resultados operacionais. A Companhia depende da capacidade da alta administração e dos funcionários-chave de trabalhar efetivamente como uma equipe. O sucesso futuro também depende da capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter e motivar funcionários técnicos, de gestão, vendas e marketing altamente qualificados.

A competição por esse tipo de funcionário é intensa, e a Companhia não pode garantir que terá êxito em atrair, assimilar ou manter um número suficiente de funcionários qualificados. Adicionalmente, a conjuntura econômica pode influenciar a capacidade de contratação e retenção de empregados, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos. A Companhia pode não conseguir atrair, treinar e manter funcionários técnicos, de gestão, vendas, marketing e administrativos, bem como demais colaboradores com as necessárias qualificações para atender aos clientes.

A incapacidade da Companhia de identificar, contratar, treinar e reter tais profissionais poderá afetar diretamente o negócio, condição financeira, resultados operacionais e consequentemente a situação financeira da Companhia e a cotação de seus valores mobiliários.

Aumentos significativos nos custos relacionados à mão de obra necessária às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os salários e benefícios dos empregados da Companhia são os seus custos mais significativos. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, custos com salários e benefícios corresponderam a 60,4%, 64,0% e 64,6%, respectivamente, da receita líquida da Companhia. Os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como concorrência de mercado, crescimento econômico do País, e maior demanda por serviços de Tecnologia. A Companhia está inserida no programa de desoneração da folha de pagamento, instituído pela Lei nº 12.546, de 17 de setembro de 2008, desde novembro de 2011 e recolhe impostos correspondentes a, atualmente, 4,5% sobre a Receita Bruta a título de contribuições previdenciárias. Este programa, porém, está em discussão no Congresso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nacional no âmbito das propostas de reforma tributária, havendo a possibilidade de retorno à incidência da alíquota de 20% sobre a folha de pagamento. Caso a Companhia não consiga repassar os aumentos de salário aos preços, pode vir a reduzir a margem de lucro, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e, consequentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de negócios e de crescimento.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócios. A capacidade de implementar sua estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de (i) captar novos clientes e reter clientes existentes; (ii) adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior; (iii) financiar investimentos; (iv) estabelecer e manter parcerias; (v) contratar e reter mão de obra capacitada; e (vi) aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados. O não atingimento de quaisquer desses fatores, seja originado por dificuldades competitivas ou de custo, poderá limitar a capacidade da Companhia de executar integralmente sua estratégia de negócio, afetando negativamente seus resultados.

A Companhia poderá não alcançar suas previsões financeiras ou poderá tomar decisões inadequadas em razão de previsões erradas, mudanças de cenários ou outros fatores. Erros de planejamento e orçamento tendem a prejudicar os resultados operacionais, na medida em que dificultam a gestão das equipes, com impacto direto nos índices de ociosidade, produtividade e giro de profissionais (turnover). Atualmente, uma pequena parcela dos projetos da Companhia é contratada com escopo fechado (preço fechado). Em alguns casos, pode haver aumento no custo causado por problemas durante a condução dos projetos (como decisões inadequadas em razão de previsões erradas, mudanças de cenários ou outros fatores). Estes projetos podem, portanto, ficar com custos maiores do que previstos inicialmente e diminuir a margem de lucratividade da Companhia, o que pode afetar seus resultados operacionais e, consequentemente, o valor de seus valores mobiliários. Também é possível que a Companhia incorra em menos custos do que o estimado. Nesses casos, tendo em vista que o reconhecimento da receita é baseado no custo incorrido, a Companhia poderá atrasar o reconhecimento de receitas já contratadas.

A estratégia de crescimento da Companhia depende, em parte, de suas aquisições. A Companhia pode não ser capaz de continuar adquirindo empresas que atendam aos seus objetivos. Além disso, qualquer aquisição ou consolidação que a Companhia concluir pode afetar seus resultados operacionais, índice de alavancagem (debt-to-capital ratio) e despesas de capital, dentre outros aspectos, e, caso os negócios adquiridos apresentem passivos, pode sujeitá-la a graves consequências que podem afetar material e adversamente seus negócios.

O plano de negócios da Companhia envolve a implementação de estratégias de crescimento inorgânico, incluindo a realização de aquisições estratégicas, as quais apresentam riscos, dentre os quais destacam-se: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo; (ii) a Companhia poderá ter dificuldade em manter padrões, controles, procedimentos e políticas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

uniformes, sendo que o relacionamento com os atuais e novos clientes poderá ficar prejudicado; **(iii)** o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade dos serviços da empresa adquirida; **(iv)** a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito à responsabilidade do serviço, propriedade intelectual, dentre outros; **(v)** a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; **(vi)** o processo de aquisição pode sofrer contratemplos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas a transição ou a integração; **(vii)** a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência; **(viii)** dificuldades relacionadas: (a) à gestão dos produtos e serviços adquiridos; ou **(b)** à entrada em novos mercados nos quais não temos experiência ou que tenhamos experiência prévia limitada; (c) aos concorrentes que tenham posições de mercado mais fortes e consolidadas nos produtos e serviços que a Companhia adquire, bem como que possuam mais recursos, tendo em vista que tais concorrentes, normalmente, também buscam adquirir os mesmos tipos de empresas que a Companhia; ou (d) às autorizações regulatórias necessárias para os produtos e serviços adquiridos ou da própria empresa adquirida; **(ix)** como resultado de suas aquisições, a Companhia pode ter várias linhas de produtos e serviços que são oferecidas, precificadas e suportadas de formas distintas, podendo afetar a qualidade do atendimento, a decisão de compra do cliente para seus clientes e atrasos em seus fornecimentos ou entregas; **(x)** possíveis despesas não previstas ou custos superiores aos previstos decorrentes do contínuo apoio e desenvolvimento de produtos e serviços adquiridos, do aumento dos serviços de suporte que oferecemos aos novos produtos e serviços ou de operações relacionadas que sejam mais complicadas do que a Companhia havia previsto; **(xi)** prejuízos decorrentes de falhas na diligência quando da realização de tais aquisições ou de ocorrência de contingências não previstas; **(xii)** a utilização de caixa como forma de financiamento para aquisições pode limitar outros gastos potenciais, incluindo recompra de ações e pagamento de dividendos; **(xiii)** a superveniência de questionamentos das autoridades fiscais referentes ao registro e a amortização de ágios para fins fiscais, bem como potencial perda no valor recuperável do ágio resultante de aquisições e potencial acúmulo de contingências identificadas pré aquisição dos ativos e empresas adquiridos; e **(xiv)** dificuldades de aprovação por parte de credores, sócios ou outros terceiros de certos termos e condições previstos nas aquisições.

Além do exposto acima, a capacidade da Companhia de continuar a ampliar seus negócios por meio de aquisições depende de sua capacidade de identificar e avaliar as oportunidades e negociar condições favoráveis.

Ademais, mesmo quando concluídas aquisições, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Durante esse processo de integração a Companhia pode enfrentar diversos riscos, inclusive os seguintes:

- Dificuldades de integração, tais como **(i)** custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; **(ii)** incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersados geograficamente; e **(iii)**

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; e/ou

- Eventual incapacidade de coordenar e integrar as atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Além disso, poderá haver outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia. O crescimento inorgânico, por meio de aquisições, apresenta também risco de exposição às responsabilidades sucessórias relacionadas às sociedades e estabelecimentos adquiridos, à administração, suas atividades e/ou processos judiciais e administrativos decorrentes de atos anteriores à aquisição. Os processos de auditoria (due diligence) que a Companhia conduziu no passado, bem como outros que poderão ser realizados em relação a uma aquisição e quaisquer garantias contratuais (ou de outra natureza), ou indenizações que receba ou possa receber dos vendedores das sociedades e estabelecimentos adquiridos, podem não ser suficientes à proteção ou compensação de perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos ou responsabilidades, bem como podem não ser cumpridas. Ademais, demandas judiciais e responsabilidades significativas associadas a aquisições também podem afetar a Companhia de maneira adversa, inclusive em relação à sua reputação, o que reduziria os benefícios relacionados à aquisição ou causaria prejuízos. Outros players do setor podem também estar em busca de crescimento por meio de aquisições e parcerias estratégicas, o que pode aumentar a competição por aquisições e reduzir a probabilidade de sucesso da Companhia na implementação de tal estratégia.

Esses fatores poderiam causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições, o que pode afetar adversamente o valor de seus valores mobiliários. Por fim, à medida em que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas, e o lucro por ação poderá diminuir.

As receitas da Companhia dependem substancialmente das contratações dos produtos e serviços tecnológicos oferecidos, que poderiam diminuir em razão do aumento de concorrência, de condições de mercado, redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de infraestrutura ou aplicações.

As receitas dependem substancialmente das contratações geradas pelos produtos e serviços tecnológicos de terceiros, dentre outros serviços complementares a eles relacionados. Assim sendo, a Companhia depende tanto de capital humano quanto da tecnologia de terceiros que se adapte à estrutura do cliente. Este modelo pode ser replicado pelos concorrentes, visto que são negócios baseados em sistemas e gerenciados por consultores, que podem vir a ser contratados pela concorrência.

Caso a receita advinda dessas contratações diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

como indisponibilidade de sua infraestrutura ou aplicações, seu fluxo de caixa e liquidez poderão ser prejudicados, afetando adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários da Companhia.

As receitas da Companhia estão concentradas em dois setores específicos, de modo que condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

A Companhia tem grande parte de sua receita proveniente dos setores financeiro e de telecomunicações, que, com a consolidação das instituições, o número de participantes desses setores vem diminuindo e, com isso, as receitas podem ficar concentradas em menos empresas. A receita da Companhia depende principalmente do segmento de Serviços de Tecnologia, especificamente das atividades de desenvolvimento de Aplicações e Integrações. Caso o segmento de Serviços de Tecnologia seja afetado adversamente por perda de competitividade, perante seus maiores clientes, a Companhia será afetada adversamente em seu faturamento.

Adicionalmente, o mercado de atuação da Companhia mostra tendência de concentração de demanda em poucos e grandes players globais. A base de clientes da Companhia é composta por empresas e instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte. Estes clientes têm, em sua maioria, presença global ou no mínimo regional na América Latina. Observa-se no mercado que empresas globalizadas tendem a concentrar sua demanda de serviços de TI em um número limitado de fornecedores regionais ou globais. A Companhia poderá sofrer efeitos adversos caso seja excluída da base de fornecedores de alguns de seus clientes, o que pode afetar seus resultados operacionais e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode ser afetada adversamente pela taxa de crescimento do uso da tecnologia nos negócios e pelo tipo e nível de gastos com tecnologia por parte de seus clientes.

A operações da Companhia dependem, em parte, do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes, atuais e potenciais. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias a fim de se concentrar em outras prioridades, ou podem decidir utilizar recursos próprios internos no lugar de serviços ou produtos contratados de terceiros como a Companhia. Muitas empresas também já investiram recursos substanciais em seus negócios, podendo ser relutantes em adotar novas abordagens ou tecnologias que alterem os processos e infraestruturas existentes de seus negócios. Na hipótese de redução da expansão do uso de tecnologia nos negócios de seus clientes, de diminuição dos gastos de seus clientes em tecnologia ou ainda, se a Companhia não for capaz de convencer seus clientes, atuais ou potenciais, a adotar novas soluções tecnológicas relacionadas aos serviços por ela oferecidos, os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários da Companhia podem ser afetados adversamente.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em procedimentos ou processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais em matérias cível, tributária, trabalhista, dentre outras, e poderá ser parte em novos processos ou procedimentos de diversas naturezas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia poderão afetá-la adversamente, inclusive em aspectos de reputação e imagem.

Da mesma forma, os membros do conselho de administração e da diretoria, bem como acionistas controladores da Companhia, são e podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal e tributária, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia, o que poderia causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados, direta ou indiretamente.

A Companhia pode não constituir ou manter provisões em relação aos processos com provisão de risco “possível” ou “remoto” e, com relação aos processos em que a probabilidade de perda tenha sido classificada pela Administração com o suporte de seus advogados externos e departamento jurídico como “provável”, a provisão feita pode não ser suficiente para cobrir o valor total. Caso sejam proferidas decisões judiciais, administrativas ou arbitrais desfavoráveis à Companhia em ações em relação às quais a Companhia não tenha constituído provisão ou tenha constituído provisão com valor inferior ao montante da perda em questão, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante sobre seus negócios, reputação e valor de mercado de seus valores mobiliários. Adicionalmente, em processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado.

A Companhia também possui demandas de natureza Tributária Municipal (ISS) e Federal (PIS, COFINS, INSS, IR etc.).

Para informações adicionais sobre os principais processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, ver os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia.

A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, conseqüentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso estes não exerçam, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma oferta pública de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, observados os requisitos legais e regulamentares, podendo resultar na diluição da participação dos acionistas no seu capital social.

A Companhia não pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, ainda, que as condições de captação serão economicamente satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias e o aumento nas taxas de juros podem afetar adversamente o crescimento da Companhia, o que pode vir a prejudicar a performance das suas atividades, situação financeira e resultados operacionais e, conseqüentemente, a cotação dos valores mobiliários de sua emissão.

A Companhia pode não conseguir captar recursos suficientes para implementar seu plano de negócios, financiar seus projetos, renovar suas linhas de crédito atuais ou ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos, o que pode lhe causar um efeito relevante e adverso.

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia pode não suportar os seus custos e seus planos de expansão, obrigando a Companhia a se financiar por meio de operações de crédito. A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais ou não ter acesso a novos financiamentos, a termos atrativos e satisfatórios para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras, inclusive em decorrência de eventos imprevistos como, por exemplo, a pandemia da COVID-19.

Os mercados locais de dívida e de capitais são altamente voláteis e foram recentemente impactados pelo custo de crédito, por fatores político-econômicos, pela pandemia da COVID-19, dentre outros. Tais eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. As preocupações quanto à estabilidade dos mercados financeiros no Brasil e à solvência de contrapartes resultaram no encarecimento do custo de captação, uma vez que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram normas mais rigorosas para concessão de empréstimos e reduziram seu volume; e, em alguns casos, interromperam a oferta de financiamento a tomadores em termos comerciais razoáveis. Como reflexo de tais circunstâncias, eventuais dificuldades que a Companhia possa vir a enfrentar para captar recursos no mercado de capitais local ou internacional podem reduzir suas disponibilidades para investimento, impactando negativamente seu plano de negócios e o cronograma de eventuais projetos em fase de implantação, o que poderá afetar adversamente o valor de seus valores mobiliários.

Caso a Companhia não seja capaz de (i) obter financiamento, de refinanciar suas dívidas quando necessário, ou se a disponibilidade para tanto se der em termos desfavoráveis, (ii) conseguir satisfazer suas necessidades de capital, (iii) cumprir com suas obrigações financeiras ou (iv) aproveitar oportunidades de negócio, a Companhia poderá ter um efeito adverso relevante nos seus negócios e resultados operacionais, bem como na cotação de seus valores mobiliários. Adicionalmente, esse risco pode ser acentuado em virtude da pandemia de COVID-19, a qual pode impor dificuldades adicionais para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras e, conseqüentemente, restrições de caixa para a Companhia, o que poderá comprometer o cumprimento das suas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

obrigações financeiras com terceiros, e, por conseguinte, afetar de forma adversa os seus negócios e a sua condição financeira.

A pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), impactou e pode continuar impactando as operações, vendas, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia. A extensão, gravidade e percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetou e continuará a afetar os negócios da Companhia são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente seus negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, sua capacidade de continuar a operar os negócios.

A pandemia da COVID-19 provocou e pode continuar provocando um efeito adverso nas operações da Companhia, inclusive paralisando parcialmente as unidades da Companhia e/ou o funcionamento da cadeia de suprimentos, bem como as operações de vendas dos parceiros comerciais da Companhia.

A extensão da pandemia da COVID-19, respostas e ações do governo federal, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia dependem de desenvolvimentos futuros, incluindo o surgimento de novas variantes da doença e novas ondas de contaminação, que são eventos altamente incertos e imprevisíveis e podem resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A pandemia da COVID-19 traz impactos também na esfera trabalhista, por tratar-se de um risco epidemiológico, de modo que os empregados da Companhia podem ser contaminados, o que pode afetar, ainda que indiretamente, as operações da Companhia.

Ainda, autoridades governamentais podem impor medidas restritivas e imprevisíveis em resposta à pandemia da COVID-19, que podem vir a afetar, direta ou indiretamente, de forma adversa, as operações da Companhia, de seus fornecedores integrados ou de seus clientes.

Não há precedentes comparáveis que possam fornecer uma orientação ou previsão quanto às consequências da pandemia global do COVID-19. Dessa forma, a extensão em que o surto de COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia dependerá de eventos futuros, que são incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus, como serão enfrentados os impactos por ele causados e a velocidade em que as condições econômicas serão retomadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, verifica-se no país um cenário de recessão/desaceleração econômica com probabilidade de impactar significativamente os níveis de emprego e renda da população e a atividade econômica, refletido na redução dos níveis de demanda por consumo de produtos e/ou serviços oferecidos pela Companhia, e consequentemente impactando suas margens de retorno.

A Companhia não pode garantir que suas unidades não serão fechadas em razão da pandemia da COVID-19, incluindo em razão de uma possível intensificação de casos nas regiões do país onde a Companhia possui suas unidades. Não é possível prever as consequências que isso pode gerar, nem se a Companhia poderá ser obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

Após a diminuição da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer.

Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 e, consequentemente, afetar adversamente os resultados e valores mobiliários da Companhia.

Falhas na infraestrutura da Companhia podem acarretar perdas operacionais significativas à Companhia.

A Companhia pode enfrentar potenciais falhas na infraestrutura dos escritórios e/ou datacenters. Os sistemas de informação e centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções imprevisíveis em seu funcionamento, em decorrência de falhas humanas, catástrofes, acidentes, desastres naturais, eclosão de doenças contagiosas e suspensão no fornecimento de energia elétrica. Se alguma de suas instalações for afetada por um ou mais de tais eventos ou similares, isso poderá interromper as operações, retardar a prestação de serviços e postergar o aferimento de receitas, resultando na interrupção das atividades, o que poderá afetar significativamente as operações e receitas e reduzir o valor dos valores mobiliários da Companhia.

As medidas de segurança em tecnologia da informação podem ser insuficientes, de tal forma que qualquer interrupção pode ter um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

As medidas de segurança de TI da Companhia poderão ser violadas, invadidas ou comprometidas e, assim, a Companhia poderá sofrer indisponibilidades imprevisíveis de sistema de TI. A Companhia pode sofrer tentativas de violação de dados, invasão ou acesso de seus sistemas para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais por qualquer pessoa, incluindo seus colaboradores, acarretando seu uso indevido. Ademais, a possibilidade do aumento a riscos de cyber segurança é intensificada durante a pandemia da COVID-19, inclusive em decorrência da implementação de trabalho remoto (home office) para os empregados da Companhia. Caso as medidas de segurança sejam inadequadas para impedir violações, ataques por vírus e invasões de rede, os negócios da Companhia poderão ser prejudicados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Por fim, falhas de segurança que venham a acarretar a perda de dados e informações, além do potencial impedimento ao adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, podem obstar ao cumprimento de determinadas obrigações legais, ocasionando, por exemplo, violações a retenção de guarda obrigatória de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (“Marco Civil da Internet”). Ainda, falhas no armazenamento de dados poderão dificultar ou impedir a defesa dos interesses da Companhia em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Ademais, caso as medidas de segurança da Companhia sejam inadequadas para impedir violações, ataques por vírus e invasões de rede, os negócios da Companhia poderão ser prejudicados, com apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e/ou de seus clientes, ou provocar interrupções nos serviços ou operações da Companhia, bem como de seus clientes.

Em quaisquer das hipóteses acima, os valores mobiliários da Companhia poderão ser afetados adversamente, bem como a Companhia poderá ser obrigada a investir recursos financeiros significativos para se proteger de ameaças de quebra de segurança e assim prevenir indisponibilidades de sistemas internos de TI, ou de clientes de modo geral por outras razões, o que pode afetar os negócios e receitas da Companhia.

A Companhia pode sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de seus sistemas.

Os mecanismos de segurança e controle da Companhia podem não ser suficientemente eficazes para impedir eventual divulgação não autorizada de dados que constem em seus sistemas. O avanço tecnológico permite o desenvolvimento de métodos sofisticados de captura de dados para a realização de atividades ilegais, tais como fraude e falsidade ideológica. Desta forma, os sistemas de informação da Companhia poderão ser expostos a violações por parte de terceiros com a intenção de acessar, de maneira ilegal, dados armazenados em sistemas da Companhia.

A Companhia também pode sofrer com erros e falhas que possam expor e divulgar dados que constem de seus sistemas. Caso os sistemas da Companhia sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações de seus clientes ou dos clientes/consumidores de seus clientes, a Companhia poderá estar exposta a demandas judiciais decorrentes de erros, falhar, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, estando sujeita também a impactos em sua reputação e imagem e a sanções administrativas, especialmente aquelas relativas à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”), o que poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira da Companhia e o valor de valores mobiliários por ela emitidos.

A incapacidade da Companhia de honrar as suas obrigações financeiras, observar cláusulas contratuais restritivas (covenants), poderá afetar adversamente os seus resultados e seus negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 61.689 mil em empréstimos, financiamentos, financiamentos por arrendamento e debêntures. A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (covenants) de acordo com os termos e as condições dos documentos de emissão das debêntures. Tais restrições podem impor a observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre seus ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, alterar ou vender participações acionárias na Companhia, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros – i.e., o inadimplemento de obrigações não pecuniárias ou o vencimento antecipado em um contrato pode causar o vencimento antecipado dos demais contratos financeiros da Companhia (cross-default e cross-acceleration).

Não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar as suas dívidas no futuro ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros, caso estas sejam descumpridas. Desta forma, caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar e, caso haja descumprimento de determinadas obrigações, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode gerar impactos relevantes na capacidade da Companhia de honrar as suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa da Companhia poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar a capacidade da Companhia de investir em suas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando sua condição financeira e o resultado de suas operações, bem como o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares de ações ordinárias de sua emissão.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, calculado e ajustado nos termos da Lei das S.A., sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das S.A. Além disso, a Lei das S.A. permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral de acionistas que tal distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou poderão receber apenas o montante dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das S.A., conforme o caso.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas, e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos seus resultados. Sobre este tema, o atual governo propôs a revogação da isenção do imposto de renda sobre o pagamento de dividendos, a qual, se promulgada, poderia vir a aumentar as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição. Tais discussões foram recentemente retomadas diante da pandemia da COVID-19. Caso essas medidas sejam de fato tomadas, a capacidade da Companhia de pagar futuros dividendos ou realizar distribuições de lucro seria impactada adversamente.

Adicionalmente, o governo brasileiro adotou iniciativas recentes no sentido de revogar a isenção tributária sobre a distribuição de dividendos, bem como da possibilidade de deduzir o pagamento de juros sobre capital próprio do imposto de renda da pessoa jurídica, ou IRPJ, e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, ou CSLL, cujas bases de cálculo são atualmente disciplinadas em lei e, caso tais medidas sejam de fato implementadas, tanto dividendos recebidos quanto distribuídos serão tributados e, no caso de juros sobre capital próprio, sua dedutibilidade poderá vir a ser proibida, impactando, portanto, o montante líquido a ser recebido por nossos acionistas como divisão de lucros, gerando um efeito adverso sobre a Companhia.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar ou não ser suficientes para detectar ou evitar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita a regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (“Código Penal”), a Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), a Lei nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”), a Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Lavagem de Dinheiro”), a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), o Decreto nº 8.420/2015, assim como outras normas relacionadas ao combate a corrupção, em alinhamento à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE (em conjunto, a “Legislação Brasileira de Combate à Corrupção”). A Companhia também se submete à Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act – “FCPA”), tendo em vista que possui uma subsidiária integral, a BRQ IT Services Inc., cuja sede está localizada em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

A Lei Anticorrupção, nesse sentido, impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos contra a Administração Pública praticados em interesse ou benefício da Companhia, exclusivo ou não. As sanções aplicadas àqueles considerados responsáveis são: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, (ii) publicação extraordinária da decisão condenatória em meios de comunicação; (iii) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito, direta ou indiretamente, obtidos da infração, (iv) suspensão ou interdição parcial de suas atividades, ou (v) proibição de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos provenientes da Administração Pública por até 5 anos; e até mesmo **(vi)** dissolução compulsória da pessoa jurídica. Salienta-se também que a responsabilidade da pessoa jurídica relativa às condutas dispostas na Lei Anticorrupção subsiste nos casos de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária. Essa responsabilidade pode ser transmitida ao sucessor até o valor da propriedade transferida e é restrita ao pagamento de multa e reparação do dano causado, bem como as empresas do mesmo grupo econômico são solidariamente responsáveis. Ainda, a Companhia poderá estar sujeita a sanções com base na Lei de Improbidade Administrativa, que inclui proibição de contratar com o Poder Público. Além disso, de acordo com a Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, pessoas jurídicas que exerçam, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a comercialização de bens de alto valor ou intermedeiem sua comercialização, estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros, comunicação de operações financeiras a autoridades competentes, dentre outras. A Companhia está sujeita às seguintes sanções em caso de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: **(i)** advertência e/ou **(ii)** multa pecuniária variável não superior (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou (c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); bem como à **(iii)** cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de seus dirigentes, administradores colaboradores e terceiros pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de seus colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros.

A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros e parceiros de negócios. Os danos à sua reputação, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor de seus valores mobiliários. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de seus valores mobiliários de forma negativa.

Os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia, incluindo as estruturas que foram reformuladas recentemente, para fins da sua oferta pública inicial de ações, com a criação do Comitê de Auditoria Riscos e do Comitê de Ética e contratação de empresa terceirizada para realização de auditoria interna podem não ser capazes de detectar ou evitar: **(i)** violações à Legislação de Combate à Anticorrupção,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

exemplificada acima ou outras violações relacionadas, **(ii)** ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício (exclusivo ou não), inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes ou terceiros que possam representar ou atuar em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, **(iii)** outras ocorrências de comportamentos não condizentes com a legislação ou com princípios éticos e morais por parte dos funcionários da Companhia, ou pessoas físicas e jurídicas e outros agentes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de seus valores mobiliários de forma negativa.

Da mesma forma, a Companhia não pode evitar que seu nome venha a ser envolvido em investigações, inquéritos e/ou processos judiciais ou administrativos, visando a apuração de infrações contra a Administração Pública, praticadas por ela ou terceiros em seu nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, como os previstos na Legislação Brasileira de Combate à Corrupção, assim como outras normas relacionadas, que podem resultar nas sanções exemplificadas acima e em resultados como, por exemplo, **(i)** ações coercitivas ou responsabilização pela violação a leis aplicáveis e **(ii)** vencimento antecipado de determinados contratos.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Legislação Brasileira de Combate à Corrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas. Todas essas situações, podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de seus valores mobiliários de forma negativa.

A estrutura de controles internos, bem como as estruturas de governança da Companhia foram recentemente alteradas para fins de adequação às regras aplicáveis ao segmento de listagem Novo Mercado da B3, portanto, falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos, os quais poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Com a finalidade de obter o registro de sua oferta pública inicial de ações e consequente listagem no segmento de Novo Mercado da B3, a Companhia recentemente alterou a sua estrutura de controles internos. Tais novas estruturas poderão não serem capazes de evitar falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, gerenciamento de riscos, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios.

Ademais, a Companhia não tem, na data deste Formulário de Referência, um sistema que combine e consolide os balancetes individuais das sociedades do grupo automaticamente, o que pode gerar maior risco de erros no processo de consolidação dos dados, podendo, assim, gerar eventuais falhas nas informações fornecidas. As informações em que a Companhia se baseia, ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos pode ser incompleta ou incorreta, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

A Companhia pode ser prejudicada se não for capaz de proteger e fazer valer seus direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se seus parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização.

Em relação à proteção de propriedade intelectual, industrial e reputação de ativos da Companhia, a Companhia não é capaz de garantir que seus registros nas autoridades competentes sejam possíveis ou que sejam suficientes para a prevenção de apropriação/violação de sua propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, causando o uso inadequado de seus produtos ou serviços ou fazendo com que tenha que adotar medidas legais ou administrativas para protegê-las. A Companhia não pode assegurar também que seus parceiros e fornecedores, quando estiverem trabalhando com ela, oferecendo seus produtos e serviços, utilizem propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza devidamente regularizadas, ou seja, de suas respectivas titularidades ou de terceiros devidamente autorizados.

O uso indevido e desautorizado de produtos ou serviços da Companhia, as medidas tomadas para proteger sua propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, ou ainda, a utilização de propriedade intelectual de terceiros por seus parceiros ou fornecedores indevida e/ou sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas da Companhia para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

O uso de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza de forma irregular pode impedir a Companhia de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer produtos ou serviços ou sujeitá-la a litígios de propriedade intelectual.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza por terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. Os concorrentes da Companhia, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos podem ser atual ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, e de terceiros, relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que a Companhia oferece ou planeja oferecer.

A Companhia não pode assegurar que tem ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza detidos por seus concorrentes ou terceiros, e nem que será bem-sucedida em processos judiciais em que tenha que defender seus direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza relativos às de tecnologias, produtos e serviços oferecidos pela Companhia, inclusive no que se refira ao sublicenciamento de softwares de terceiros.

Caso uma ordem judicial ou arbitral determine que a Companhia está usando em seus produtos ou serviços uma tecnologia de forma irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para a Companhia, a Companhia pode ser impedida por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia, afetando seus produtos ou serviços, bem como, provavelmente, ser obrigada a pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso desta propriedade.

Nesses casos, a Companhia poderá ser forçada a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros poderá afetar adversamente a reputação, negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários da Companhia.

A Companhia pode não ter o retorno adequado de receitas significativas para as despesas e os investimentos atuais e futuros que fizer em pesquisa e desenvolvimento de produtos, tecnologias e serviços.

O desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos pode não se concretizar e, mesmo que concretizado, caso a demanda por tais produtos e serviços não se desenvolva ou se desenvolva em um ritmo mais lento que o previsto, a Companhia pode não ser capaz de recuperar as despesas e os investimentos que vier a incorrer em pesquisa e desenvolvimento de produtos, tecnologias ou serviços, o que poderá afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, inclusive com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), notadamente aquelas informadas no

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

item 16.2 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para a análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. A Companhia não pode assegurar que sua Política de Transações com Partes Relacionadas e/ou os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes, o que pode impactar negativamente os negócios da Companhia e causar um impacto adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados, bem como no valor de seus valores mobiliários. Para informações adicionais a respeito de operações entre partes relacionadas, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

A participação dos acionistas da Companhia em seu capital social poderá ser diluída em caso de exercício por seus colaboradores de opção ao amparo de seu plano de opção de compra de ações (Stock Option Plan).

Os acionistas da Companhia não terão direito de preferência no caso de exercício, por executivos e colaboradores da Companhia, de opções para compra de ações ao amparo do Stock Option Plan, o que pode consequentemente resultar na diluição da participação de investidores no capital social da Companhia.

Adicionalmente, a Receita Federal do Brasil tem entendido, ao analisar determinados planos de opções de compra de ações, que o fato da Lei das S.A. ter previsto essa modalidade de pagamento, não a excluiu do conceito do salário de contribuição, o que atrai a possibilidade de autuações em face da Companhia, questionando a eventual natureza remuneratória do Stock Option Plan. Na hipótese de eventual autuação da Companhia, a Companhia pode vir a ser condenada ao pagamento de impostos e contribuições previdenciárias em atraso, bem como poderão ser impostas penalidades à Companhia, gerando efeito adverso relevante sobre sua condição financeira, seus resultados operacionais, bem como sobre a cotação de seus valores mobiliários.

Para mais informações acerca do Stock Option Plan da Companhia, ver item 13 deste Formulário de Referência.

Um mercado líquido para as ações poderá não se desenvolver, fazendo com que os acionistas possam enfrentar dificuldades para venderem as ações emitidas pela Companhia ao preço e na ocasião em que desejarem.

Um mercado líquido para suas ações da Companhia poderá não se desenvolver, fazendo com que os acionistas da Companhia possam enfrentar dificuldades para venderem as ações emitidas ao preço e na ocasião em que desejarem. A Companhia não pode garantir que as negociações de suas ações no Novo Mercado vão se desenvolver de modo satisfatório. Além disso, a Companhia não pode garantir que esse mercado se desenvolverá no futuro. Caso isso aconteça, os acionistas podem enfrentar dificuldades para negociar suas ações ao preço e na ocasião em que desejarem.

A Companhia está sujeita às penalidades e hipóteses de extinção antecipada previstas na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 13.303/2016, tendo em vista que possui contratos celebrados com entidades da Administração Pública, incluindo empresas estatais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui 11 contratos com a Administração Pública direta e indireta, incluindo empresas estatais. Estes contratos são regidos pelas normas da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 13.303/2016 – especialmente para empresas estatais, também devem ser consideradas as disposições de seus regulamentos próprios de contratação –, que preveem o regramento para realização de processos competitivos para contratação com o Poder Público e de contratos administrativos para prestação de serviços e aquisição de bens.

Nos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993, em caso de descumprimento das regras dos editais, bem como da violação de cláusulas contratuais, a Companhia está sujeita às seguintes penalidades (artigo 87): (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; (iv) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade a penalidade; e (v) sanções cíveis cabíveis.

Ainda, em caso de contratação com a Administração Pública por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação sem observar as formalidades pertinentes (e.g. processo de justificativa da contratação sem licitação pela entidade pública contratante), a Companhia está sujeita, além das penalidades indicadas acima, à responsabilização criminal dos indivíduos que comprovadamente concorreram para a consumação da ilegalidade e se beneficiaram da dispensa ou inexigibilidade ilegal (artigo 337-E do Decreto-Lei nº 2.848/1940, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021). Nesta situação, a pena aplicável aos responsáveis é de detenção, de quatro a oito anos, e multa (artigo 337-E, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, conforme redação dada pela Lei nº 14.133/2021).

Com relação aos contratos com empresas estatais, a Lei nº 13.303/2016 prevê as seguintes penalidades em caso de descumprimento contratual (artigo 83): (i) advertência; (ii) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (iii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a dois anos. Ainda, em caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação sem observar as formalidades pertinentes, as consequências são as mesmas previstas na Lei nº 8.666/1993 (conforme exposto acima), nos termos do artigo 41 da Lei 13.303/2016. Por fim, anota-se que, dentre outras hipóteses, constituem motivo de rescisão unilateral dos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/1993 (artigo 78, VI e XI): (i) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato; (ii) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato. No caso dos contratos com as empresas estatais, a Lei nº 13.303/2016 não prevê expressamente as hipóteses de extinção unilateral, de modo que os regulamentos internos de contratação de cada estatal disciplinarão sobre o tema. Apesar desses regulamentos, usualmente, preverem hipóteses semelhantes àsquelas listadas pela Lei nº 8.666/1993, eles podem conter diferenças, cabendo a análise das disposições de cada regulamento, caso necessário.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Eventuais aplicações das penalidades indicadas acima, ou extinção antecipada dos contratos, podem ter efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre sua condição financeira e resultados operacionais, bem como valor de valores mobiliários da Companhia.

Existem riscos para os quais a Companhia não possui cobertura de seguros e suas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

A Companhia pode não ter seguros ou as apólices de seguros contratadas podem não ser suficientes para cobrir, parcial ou integralmente, danos extraordinários ou decorrentes do curso normal de atividades da Companhia. Danos não cobertos por seguros ou não cobertos adequadamente pelos seguros contratados poderão resultar em prejuízos adicionais para a Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de obter, no futuro, apólices de seguros nos mesmos termos que as apólices atuais ou com as mesmas condições financeiras, bem como as seguradoras podem aumentar significativamente o valor dos prêmios e/ou reduzir valores de cobertura dos seguros. Assim, a ocorrência de qualquer evento não coberto, inclusive nos termos das apólices ou a ocorrência de sinistro que ultrapasse o valor segurado, poderá gerar prejuízos significativos. Seguradoras podem reduzir significativamente ou questionar as coberturas de seguros da Companhia ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros, ocasiões em que responsabilidade também aumentará consideravelmente.

Adicionalmente, a Companhia não contrata seguros para cobertura de prejuízos decorrentes da paralisação de suas atividades, nem mesmo para garantia de eventuais indenizações que seja compelida a pagar aos clientes e/ou a terceiros em virtude de erros e falhas em operações e descumprimento de obrigações de responsabilidade da Companhia. A Companhia não possui seguro de riscos de segurança cibernética contratado.

Na ocorrência de qualquer evento acima, a Companhia pode ser afetada adversamente em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de seus valores mobiliários.

A Companhia enfrenta riscos relacionados à eventual necessidade de desocupação dos imóveis onde estão localizadas suas unidades.

Os imóveis onde estão localizados os estabelecimentos da Companhia são objeto de contratos de locação, já que a Companhia não possui imóveis próprios. O não cumprimento das obrigações contratuais pela Companhia, tais como o não cumprimento da obrigação de pagamento do aluguel e outros encargos acessórios, incluindo o imposto municipal incidente sobre o imóvel (IPTU), pode acarretar a resolução dos contratos, resultando na ação de despejo e/ou cobrança de dívidas, o que pode afetar adversamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

Os contratos de locação celebrados pela Companhia (i) não possuem cláusula de vigência em caso de alienação prevista no art. 8º da Lei de Locações ou (ii) possuem cláusula de vigência, mas não estão registrados nas respectivas matrículas perante os cartórios de registro de imóveis competentes, de modo que, caso tais imóveis

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

venham a ser alienados pelos atuais proprietários, inclusive em razão de excussão de garantias, os adquirentes poderão denunciar o contrato, com o prazo de 90 (noventa) dias para a desocupação, podendo afetar os resultados financeiros e operações da Companhia.

Além disso, os referidos contratos não possuem cláusula de preferência para aquisição, não tendo os contratos sido averbados nas respectivas matrículas perante os cartórios de registro de imóveis competentes, na forma do art. 27 e art. 33 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (“Lei de Locações”). Deste modo, caso os imóveis venham a ser alienados pelos atuais proprietários, a Companhia não poderá depositar o preço judicialmente para adquirir-los caso decida exercer o direito de preferência, o que também pode afetar adversamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

O contrato de locação da filial de Curitiba (i) está atualmente em vigor por prazo indeterminado, (ii) foi firmado com locador que é mero possuidor e (iii) tem como objeto imóvel penhorado. Desta forma, (i) o contrato poderá ser denunciado pelo locador mediante notificação ao locatário com 30 dias de antecedência para desocupação, livre de quaisquer penalidades ou indenizações, (ii) o imóvel objeto do contrato poderá ser reivindicado pela atual proprietária e (iii) a não quitação das obrigações relacionadas à penhora perante os credores poderá resultar na alienação forçada do imóvel objeto do contrato em leilão e na desocupação do imóvel pela Companhia, caso o novo proprietário opte pela descontinuidade da locação, o que pode afetar adversamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

Os contratos de locação não garantem à Companhia a prerrogativa legal de renovar compulsoriamente a locação de imóveis destinados a atividades comerciais, por meio da propositura de ação renovatória. A Lei de Locações dispõe que o locatário terá direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, cinco anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) seja ajuizada ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anteriores à data do término do prazo do contrato de locação em vigor. Considerando que as contratações para ocupação dos imóveis da Companhia não preenchem os requisitos acima, não possuindo a Companhia a prerrogativa de renovar compulsoriamente o prazo locatício por meio de propositura de ação renovatória, a renovação destes contratos dependerá de exclusiva negociação com o respectivo locador. As negociações poderão envolver a majoração do valor do aluguel das unidades, o que poderá afetar adversamente o resultado da Companhia. Em caso de insucesso nas negociações, a Companhia poderá ter que desocupar o imóvel em questão, fato que poderia causar efeitos negativos às atividades da Companhia, bem como aos seus resultados.

Parte dos contratos de locação dos imóveis ocupados pela Companhia prevê a correção anual dos aluguéis pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE). Devido a fatores externos, o IGP-M/FGV tem sofrido nos anos de 2020 e 2021 uma alta significativa, fazendo com o que os valores dos aluguéis mensais indexados pelo referido índice sofram um

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aumento proporcionalmente significativo. Caso a Companhia seja afetada pela majoração dos aluguéis destes imóveis e não consiga alcançar uma negociação com os locadores de termos mais favoráveis ou caso a Companhia não consiga obter êxito em ação judicial visando ao reequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, a Companhia poderá sofrer com um efeito adverso relevante em suas receitas e operações, bem como no valor de seus valores mobiliários.

Além disso, se a Companhia decidir ou tiver que fechar qualquer uma das suas unidades que esteja localizada em imóveis alugados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, a Companhia pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação e, para alguns contratos de locação, a Companhia pode ser obrigada a remover obras e benfeitorias que tenha implantado para adequação desses imóveis às suas atividades. O valor total da multa e de obras que venham a ser necessárias poderá afetar adversamente a Companhia em suas receitas e operações, bem como no valor de seus valores mobiliários, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade ou se o valor do aluguel ou da obra for relevante.

A Companhia enfrenta riscos relativos a cadastros, autorizações, licenças e alvarás para o exercício de suas atividades nos imóveis que utiliza.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças, certificados de conclusão de obras (Habite-se) das construções que ocupa, AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e alvarás para funcionamento. Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações (incluindo o tempo necessário para implementar planos de ação corretiva para cumprir as novas regulamentações e/ou solicitações das autoridades competentes e para realizar as ações relacionadas a obras) e em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e ao controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje a Companhia entende como sendo as competentes, não podendo garantir que tais autoridades não tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade da operação nos imóveis que a Companhia utiliza e até, conforme o caso, em interdição e fechamento de imóveis irregulares e aplicação de multas. Ademais, o cenário de pandemia da COVID-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças enquanto perdurar a pandemia ou até a completa normalização do funcionamento dos órgãos administrativos.

A Companhia pode ser afetada adversamente caso ocorra a impossibilidade da operação de negócios em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos nos imóveis que a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia utiliza, inclusive afetando resultados operacionais, situação financeira e o valor de valores mobiliários emitidos pela Companhia.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária para a Companhia. A assunção de tais contingências, em muitos casos, é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída à Companhia, às controladas ou coligadas, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelo pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços que a Companhia contrata, caso estas venham a deixar de arcar com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Caso eventuais contingências venham a se consumir, elas poderão afetar material e adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente na sua reputação em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

A Companhia não pode garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante nos resultados e na condição financeira da Companhia.

Além disso, a Companhia também pode ser responsabilizada por acidentes dentro de suas instalações por empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios. Quaisquer infrações trabalhistas, danos ambientais e/ou a terceiros causados por determinados prestadores de serviços no exercício de atividades contratadas pela Companhia, principalmente dentro de suas dependências, expõem a Companhia à potencial responsabilidade solidária/subsidiária pela reparação e/ou indenização dos danos causados, incluindo a possibilidade de a Companhia ser incluída no polo passivo de processos judiciais objetivando a reparação e/ou indenização de danos causados aos trabalhadores, ao meio ambiente e/ou a terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios, bem como o valor de seus valores mobiliários.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores, na qualidade de detentores da maioria do capital social da Companhia, têm poderes para decidir grande parte das questões sujeitas à aprovação de todos os acionistas, incluindo eleição dos administradores, distribuição e pagamento de dividendos, além de outros assuntos operacionais e administrativos (ressalvadas as disposições da Lei das S.A., que garante certas proteções e direitos aos acionistas minoritários). Dado este nível de controle sobre a Companhia, poderão surgir circunstâncias em que os interesses dos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

controladores estarão em conflito com os interesses dos demais acionistas, podendo afetar seus negócios de maneira adversa.

c. a seus acionistas

A aprovação de determinadas matérias está sujeita à prévia aprovação de Acionistas Minoritários, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

A aprovação de certas matérias pelo conselho de administração e pelos acionistas está sujeita à prévia aprovação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”). O Acordo de Acionistas dá ao BNDESPAR o direito de veto em relação às seguintes matérias: (I) Qualquer alteração dos atos constitutivos da Companhia em relação (i) ao objeto social, (ii) percentual mínimo de distribuição de dividendos, (iii) competências da Assembleia Geral, composição e funções do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, (iv) alteração da sede para outro País que não o Brasil; (v) alteração de mecanismos de restrição de poder de voto ou manutenção de dispersão acionária ou outros que possam prejudicar os direitos da BNDESPAR previstos no Acordo de Acionistas; (II) Reorganizações societárias (fusão, incorporação, cisão ou incorporação de ações) em que a Companhia ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte, exceto operações exclusivamente internas, assim entendidas como aquelas que envolvam apenas (a) a Companhia ou uma subsidiária integral da Companhia, de um lado; e (b) qualquer das subsidiárias integrais da Companhia, de outro lado; (III) redução de capital, resgate ou recompra de ações, exceto pelas operações exclusivamente internas, assim entendidas como aquelas que envolvam exclusivamente: (a) a Companhia ou uma subsidiária integral da Companhia, de um lado; e (b) qualquer das subsidiárias integrais da Companhia, de outro lado; ou aquelas de outra forma inseridas no contexto de uma Reorganização Societária; (c) a Companhia, de um lado, e executivos e/ou colaboradores da Companhia ou de suas subsidiárias, de outro, relativas às ações objeto de planos de opção de compra de ações da Companhia; (IV) Transformação do tipo societário da Companhia; (V) Liquidação, dissolução, cessação do estado de liquidação e extinção da Companhia; (VI) Autorização aos administradores da Companhia para requerer falência, recuperação judicial, extrajudicial ou procedimento similar da Companhia; (VII) Alterações à Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Caso o BNDESPAR exerça o direito de veto, os Acionistas Controladores deverão votar no sentido de rejeitar a matéria em questão. Além disso, ficam os Acionistas Controladores obrigados a eleger, mediante solicitação expressa da BNDESPAR, membro por este indicado para integrar, durante a vigência do Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração da Companhia. Essas exigências e restrições podem vir a impactar o rumo da administração da Companhia e, podem ser conflitantes com os interesses dos demais investidores.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações emitidas pela Companhia em curto espaço de tempo, pode fazer com que o preço de mercado das ações emitidas pela Companhia diminua, ainda que temporariamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O preço de mercado das ações emitidas pela Companhia poderá cair caso haja emissão ou venda de quantidade substancial das ações emitidas pela Companhia e/ou por acionistas detentores de participações significativas, conforme aplicável, ou caso haja percepção de que ocorrerá esta venda.

Além disso, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, o que pode limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia.

d. a suas controladas e coligadas

A Companhia pode enfrentar dificuldades em entregar os resultados esperados nos planos de negócios das empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridas.

É possível que a Companhia não obtenha os resultados esperados de suas aquisições. O processo de integração de empresas adquiridas pode sujeitar a Companhia a riscos, como, por exemplo: (i) despesas não previstas; (ii) impossibilidade de integração das atividades no sentido de obter as economias de escala e os ganhos de eficiência previstos; (iii) possíveis atrasos relacionados à integração das operações das companhias; (iv) exposição a potenciais demandas judiciais; e (v) ações movidas contra a empresa adquirida desconhecidas no momento de sua aquisição. A Companhia pode não ser bem-sucedida ao lidar com estes ou outros riscos, ou problemas relacionados a qualquer outra operação futura, e em suas receitas e operações, podendo ser afetada negativamente pelas empresas adquiridas ou que venham a ser adquiridas.

Resultados negativos de controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia.

A Companhia possui participação direta e indireta em algumas sociedades. Por conseguinte, uma parte de seu resultado deriva do resultado das sociedades em referência e, sendo assim, eventuais resultados insuficientes de investidas, controladas ou coligadas poderão afetar desfavoravelmente o resultado operacional da Companhia. Ainda, o resultado consolidado das operações da Companhia poderá ser afetado pela piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios, o que poderá impactar no valor de seus valores mobiliários.

e. a seus fornecedores

Certos equipamentos, hardware e software estão sujeitos a burocracias e riscos relacionados à importação ou são adquiridos de um número exclusivo ou limitado de fornecedores.

As restrições ao número de fabricantes impostas pelo governo brasileiro para certos equipamentos, hardware e software, principalmente servidores e modems, e as localizações geográficas dos fabricantes ou fornecedores internacionais desses equipamentos, hardware ou software, apresentam certos riscos, incluindo: (i) vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os equipamentos hardware e software são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira; (ii) dificuldades em gerenciar inventário

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade doméstica de tais equipamentos, hardware e software; (iii) limitação ou exclusividade do número de fornecedores; ou (iv) imposição de burocracia adicional como direitos aduaneiros ou outros direitos sobre equipamentos, hardware ou software que são importados. Caso quaisquer desses riscos se concretizem, eles podem resultar na incapacidade da Companhia de fornecer produtos e serviços aos clientes, em tempo hábil ou permanentemente, ou podem afetar os preços dos seus produtos e serviços, podendo ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários.

A Companhia pode ser vinculada a procedimentos irregulares praticados por sociedades com as quais tem relação comercial de revenda de produtos.

A Companhia não tem controle sobre as operações das sociedades com as quais tem relações comerciais de compra e venda de produtos. A identificação de irregularidade trabalhista, previdenciária e/ou ambiental junto a essas empresas e seus contratados pode gerar interrupção do fornecimento de produtos e a interpretação de que a Companhia é responsável pelo ocorrido, o que pode ensejar dano à marca e/ou imagem da Companhia e, em consequência, perda de atratividade por parte dos clientes, com impacto direto na redução de receita líquida e resultado operacional, bem como queda no valor dos valores mobiliários da Companhia. Ademais, de acordo com as leis brasileiras, se fornecedores terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, previdenciárias e ambientais, a Companhia ser responsabilizada solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas, passivos ambientais e outras penalidades que podem nos afetar de forma material e adversa. Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia, como as empresas que atuam nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros, não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode ser incluída no polo passivo de eventuais processos e eventualmente obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais, situação financeira, negócios e o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia utiliza softwares de terceiros que dificilmente podem ser substituídos e eventualmente podem causar erros ou falhas em seus produtos e serviços.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

Estes softwares podem não permanecer disponíveis para a Companhia em termos comercialmente razoáveis ou tornarem-se indisponíveis. Qualquer perda de licença de uso de qualquer destes softwares poderia resultar em atrasos no fornecimento de seus produtos e serviços até que uma tecnologia equivalente seja desenvolvida por terceiros ou, se disponível, seja identificada, obtida e integrada aos sistemas, produtos e serviços da Companhia, o que poderia prejudicar as atividades da Companhia. Quaisquer erros ou defeitos nos softwares de terceiros ou apoio inadequado ou tardio do detentor da licença do software pode resultar em erros ou em falha dos serviços da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia, o que poderia prejudicar os resultados operacionais, afetando adversamente seus resultados e custos operacionais, bem como o valor de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Alguns dos produtos e serviços da Companhia dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais termos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou forçar a Companhia a pagar taxas de licenciamento mais altas.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

Em relação aos softwares onde a Companhia é licenciada por terceiros, não há garantia de que a Companhia será capaz de substituir linguagem ou plataforma atual utilizada em tempo hábil para as necessidades dos clientes ou negócio da Companhia continuarem a utilizar estes mesmos produtos ou serviços, ou a qualquer tempo, caso quaisquer licenças sejam terminadas ou suspensas pelo terceiro licenciante.

Ademais, enquanto a Companhia utilizar linguagem ou plataforma de terceiros, não há como garantir que tais licenças não serão rescindidas e também que Companhia poderá manter eventuais sublicenciamentos. As mudanças nas licenças de terceiros utilizadas pela Companhia podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, tendo como resultado a necessidade de a Companhia incorrer em custos de pesquisa e desenvolvimento adicionais para assegurar a continuidade do desempenho de seus produtos ou serviços.

Qualquer dificuldade em obter ou renovar licenças de terceiros que a Companhia utiliza para desenvolver produtos ou serviços podem comprometer os planos de expansão da Companhia, ou prejudicar a continuidade de negócios, afetando adversamente resultados operacionais, situação financeira, negócios e o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia utiliza softwares Open Source para realizar as modificações e alterações de software para seus clientes. Esses softwares Open Source podem trazer restrições aos seus clientes e consequentemente impactar negativamente os negócios da Companhia.

A Companhia realiza atividades de transformação digital onde customiza/transforma/modifica softwares para clientes, de modo a atendê-los em demandas específicas. Considerando que essas customizações/transformações/modificações são de titularidade dos clientes, bem como a utilização de softwares Open Source pela Companhia como por exemplo Linux, node, Kafka, elasticsearch, kibana, apache, postman, mysql, mongodb, Docker, kubernetes, rancher, openshift, dentre outros, nessas customizações/transformações/modificações, os clientes da Companhia podem vir a sofrer restrições indesejadas em relação aos resultados dessas customizações/transformações/modificações, como por exemplo a obrigação de divulgar código fonte e/ou restrição de comercialização e distribuição. Essas restrições podem impactar negativamente os clientes, e consequentemente a Companhia, vez que, caso os clientes se sintam prejudicados,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderão ingressar com ações judiciais pleiteando eventuais direitos que julguem devidos, ou ressarcimento por danos causados.

A Companhia depende de tecnologias de terceiros, às quais poderá deixar de ter acesso ou ter acesso em condições não satisfatórias, o que poderá afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia presta serviços a partir de softwares de terceiros que são (a) comercializados por tais terceiros diretamente junto aos clientes da Companhia ou (b) licenciados à Companhia e sublicenciados para seus clientes.

Portanto, para prestar seus serviços, a Companhia depende, em parte, da tecnologia que licencia, da assistência técnica e de treinamentos de terceiros de forma não exclusiva, como a SAS, Blueprism, IBM, entre outros. Em relação aos softwares licenciados à Companhia e por ela sublicenciados, as respectivas tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e a Companhia pode não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços no futuro. Além disso, pode não conseguir renegociar tais licenças em termos aceitáveis para refletir mudanças na estrutura de preços.

Mudanças ou perdas dessas licenças ou negociações desfavoráveis à Companhia podem aumentar os custos com licenças e levar à redução de desempenho dos serviços da Companhia. Além disso, a tecnologia licenciada de terceiros está sujeita a erros que prejudiquem a funcionalidade ou afetem o sucesso das atividades da Companhia. Consequentemente, a Companhia pode incorrer em custos adicionais para assegurar o desempenho dos seus serviços, ou sofrer atrasos na prestação de serviços até a reposição da tecnologia, caso possível. Esses possíveis erros, atrasos ou omissões que tiver em relação a tecnologia de terceiros podem afetar negativamente os negócios da Companhia, bem como prejudicar o relacionamento comercial com os clientes.

[f. a seus clientes](#)

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à inadimplência de seus clientes em vendas a prazo.

A venda a prazo para clientes da Companhia é prática fundamental para atuação competitiva em seus mercados de atuação. Ao realizar vendas a prazo, a Companhia assume os riscos de inadimplência de seus clientes, o que pode ser afetado pelo desempenho da economia, alta de juros e risco de crédito, impactando diretamente nos recebíveis da Companhia. Portanto, caso o comprador venha a se tornar inadimplente, não se pode garantir que a Companhia será capaz de reaver o valor total do saldo devedor de qualquer contrato de venda a prazo, o que poderia ocasionar um efeito material adverso na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais. Adicionalmente, desequilíbrios entre custo e vencimento dos recursos captados no mercado contra aqueles recursos a receber dos clientes poderão afetar de forma negativa e substancial seus resultados e o valor de seus valores mobiliários.

Os contratos comerciais celebrados pela Companhia com seus clientes, bem como com seus fornecedores podem ser rescindidos imotivadamente, o que pode impactar negativamente os negócios da Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os contratos comerciais relevantes celebrados pela Companhia com seus clientes, voltados à prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação, em especial serviços de suporte técnico para software, desenvolvimento e manutenção de produtos de software e desenvolvimento de sistemas, bem como contratos comerciais celebrados com seus fornecedores, estes relacionados à prestação de serviços de benefícios de alimentação aos seus funcionários, trazem a possibilidade de rescisão imotivada por ambas as partes. Caso tais contratos sejam rescindidos imotivadamente pelas contrapartes, os negócios da Companhia podem ser impactados negativamente.

A alta concentração da receita da Companhia em poucos clientes pode impactar nos resultados da Companhia, caso qualquer desses clientes enfrente problemas financeiros ou na hipótese de descontinuação da relação com a Companhia

Parte relevante da receita da Companhia é concentrada em poucos clientes. Em 31 de dezembro de 2021, dois clientes concentravam 39,67% da receita total da Companhia, sendo 29,94% decorrente de apenas um único cliente.

Caso qualquer um destes clientes enfrente dificuldades financeiras – ou caso o contrato com a Companhia venha a ser encerrado ou não renovado – a Companhia poderá ser adversamente afetada e, conseqüentemente, o valor dos valores mobiliários da Companhia poderá ser impactados negativamente.

[g. aos setores da economia nos quais a Companhia atue](#)

A Companhia pode não ser capaz de adaptar seus negócios aos avanços tecnológicos observados em seu setor de atuação e sua capacidade de manter e expandir seus mercados pode ser adversamente afetada.

A rápida evolução tecnológica no setor de TI é um risco permanente nos mercados em que a Companhia atua. Os padrões tecnológicos estão sujeitos à rápida evolução, de forma que a Companhia não pode garantir que os padrões com base nos quais optou por desenvolver novos serviços permitirão competir de forma eficiente para a exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. A adaptação às mudanças tecnológicas pode envolver investimentos substanciais, podendo afetar os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia opera em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar adversamente a sua participação nestes mercados e estratégia de preços.

O mercado de software e serviços para empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, e a Companhia pode ter dificuldade, ou até mesmo ser incapaz, de competir com sucesso nesse mercado. A concorrência no mercado brasileiro de serviços de TI é extremamente fragmentada, sendo formada por pequenas e médias empresas. Os fornecedores geralmente operam com escopo reduzido de atuação, focando em nichos específicos (por exemplo, câmbio, crédito, fundos, tesouraria, etc.). Além disso, há um pequeno número de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

concorrentes globais que geralmente operam com escopo amplo de atuação, fornecendo uma ampla gama de softwares e serviços.

O mercado de software e serviços para as empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, e poderá se tornar ainda mais competitivo caso a entrada de um maior número de fornecedores globais se concretize. Adicionalmente, a Companhia poderá ser incapaz de competir com sucesso nesse mercado.

Some-se a isso, que a Companhia compete com algumas das maiores empresas mundiais de TI. Por possuírem mais recursos financeiros, de marketing, tecnológicos e outros, além de maior e mais diversificada base de clientes do que a Companhia, essas empresas têm capacidade de expandir suas ofertas de serviço e concorrer de forma mais efetiva por clientes e funcionários. Mudanças tecnológicas ou nos rumos de terceirização podem contribuir para o fortalecimento desses concorrentes ou surgimento de novos.

O aumento da concorrência e demais fatores aqui elencados podem afetar de forma negativa e substancial os resultados da Companhia e o valor de seus valores mobiliários.

A queda na demanda por serviços terceirizados de TI pode impactar os resultados operacionais da Companhia.

A maior parte dos clientes da Companhia se concentra nos setores de serviços financeiros e de telecomunicações. O sucesso do negócio da Companhia depende da demanda continuada por serviços terceirizados de TI nesses setores. Os clientes da Companhia podem reduzir gastos com serviços de TI ou deixar de terceirizar parte ou todas as suas atividades, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Os principais clientes têm ou podem desenvolver capacitação técnica e suporte tecnológico para suprir internamente suas necessidades relativas aos processos que hoje contratam da Companhia. Ademais, pode não haver renovação dos contratos. No vencimento dos contratos, os clientes podem reavaliar seu relacionamento seguindo tendências do setor, deixando de renová-los e, eventualmente, optar por desenvolver seus próprios serviços. A eventual redução na demanda pelos serviços que a Companhia oferece poderá afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade de crescimento da Companhia e de desenvolvimento de seu negócio.

O crescimento de receita e rentabilidade potencial do seu negócio depende da demanda por seus produtos e serviços. Condições econômicas ou financeiras desfavoráveis ou oscilações em quaisquer outros fatores que afetem a renda do consumidor, tais como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, níveis de emprego e salários ou fechamentos de negócios por seus clientes de forma generalizada podem reduzir o seu poder de compra e, conseqüentemente, diminuir a demanda por serviços de tecnologia por empresas de todos os portes, empreendedores e profissionais liberais que sejam seus clientes. Nesses casos, seus clientes poderão adotar medidas que levarão à alteração de seus hábitos e reduzir o uso de seus serviços tecnológicos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma vez que a Companhia é prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda pelos serviços da Companhia, sua receita futura pode ser afetada adversamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recessão de 2008. Se as condições econômicas se deteriorarem ou não melhorarem significativamente, os clientes e potenciais clientes da Companhia podem optar por diminuir o uso de soluções tecnológicas, o que comprometerá a capacidade de manter ou expandir seus negócios, afetando adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de valores mobiliários da Companhia.

[h. à regulação dos setores em que a Companhia atue](#)

O setor de tecnologia da informação atualmente conta com incentivos tributários relacionados ao Plano Brasil Maior, cuja descontinuidade poderá prejudicar os resultados.

O Plano Brasil Maior é um plano do Governo Federal idealizado para o período 2011-2014 que tinha como objetivo aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor. Esse plano previa um conjunto de medidas de estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno relacionadas, por exemplo, a desonerações tributárias, financiamentos à inovação e aplicação de recursos em setores de alta e média-alta tecnologia. Como parte das medidas do plano, em 14 de dezembro 2011 a Presidência da República sancionou a Lei 12.546/11, que alterou até 31 de dezembro 2014 a incidência de contribuições previdenciárias (“INSS Patronal”) devidas pelas empresas que prestam serviços de tecnologia da informação e tecnologia da informação e comunicação. De acordo com essa Lei, o regime tributário passou a ser de contribuição previdenciária sobre a receita bruta (“CPRB”) à alíquota de 2,50%, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições na Lei 8.212/91, de 20% sobre o total das remunerações pagas. Na interpretação da administração, a Lei 12.546/11 era favorável à Companhia e a outras empresas que apresentem alto grau de formalização de suas relações trabalhistas. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 563, de 03/04/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.715, de 17/07/2012, reduziu a alíquota da CPRB aplicável ao setor para 2,0%, com efeitos a partir de agosto de 2012. Posteriormente, a Presidência da República sancionou a Lei 13.161, de 31 de agosto 2015, que majorou a alíquota da CPRB aplicável à Companhia de 2,0% para 4,5% a partir de 1 de dezembro 2015, bem como tornou o regime optativo. Com a aprovação da Lei 13.670, de 30/05/2018, a vigência do regime da CPRB limitada até 31 de dezembro de 2020, sendo esse prazo prorrogado até 31 de dezembro de 2021 pela Lei 14.020, de 06 de julho de 2020. Com isso, a partir de 2022 a Companhia poderá voltar a pagar a Contribuição Previdenciária Patronal de 20% sobre o total das remunerações pagas em substituição à CPBR de 4,5% sobre receita bruta. O retorno da Contribuição Previdenciária Patronal de 20% sobre folha e outros aumentos da alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal que possam vir a ser aprovados poderão afetar materialmente os negócios, situação financeira, bem como o valor das ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou em suas interpretações, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão, cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais e/ou incentivos fiscais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia, uma vez que podem impactar a demanda do consumidor pelos produtos da Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária, o que pode aumentar os preços que a Companhia cobra por seus produtos, restringir sua capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações da Companhia ou em eventual questionamento quanto a utilização de créditos já utilizados, acrescidos de encargos e penalidades, a Companhia poderá ser adversamente afetada, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente a Companhia. Além disso, a pandemia causada pela COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Atualmente, existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria (i) três tributos federais - IPI, PIS e COFINS; (ii) um estadual - o ICMS, e (iii) um municipal - o Imposto Sobre Serviços (ISS), para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os tributos incidentes ou regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, bem como qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia poderão afetar, diretamente ou indiretamente, os negócios, resultados e sua condição financeira da Companhia.

A Companhia também está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais.

Ainda, em relação aos processos em face da Companhia envolvendo matérias fiscais e tributárias, a Companhia não pode garantir que os seus provisionamentos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira, bem como o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, determinando, em síntese, que o tratamento deve ocorrer somente quando existir finalidade específica e base legal aplicável. A lei ainda elenca princípios, obrigações, responsabilidades e sanções administrativas.

Se houver descumprimento das obrigações previstas, a exemplo: ausência de requisição de consentimento informado de forma destacada aos titulares para coleta, uso e armazenamento de seus dados; coleta de dados além do necessário; desvio de finalidade para a qual os dados foram coletados; ausência de fundamento legal para tratamento; não adoção de medidas técnicas e administrativas para preservação da segurança física e lógica das informações; descumprimento de prazos para apresentação de documentos às autoridades competentes ou respostas aos titulares; incidentes envolvendo vazamento de dados; dentre outros, a Companhia poderá sofrer a sanções administrativas dispostas na LGPD, quais sejam (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa de até 2% do faturamento (excluídos os tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil, conforme apurado no mais recente exercício social, limitada a R\$50.000 mil por violação; (iii) multa diária, limitada a R\$ 50.000 mil por violação; (iv) divulgação da violação; (v) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais a que se refere a violação; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a violação por até seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pela sociedade infratora; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dados pessoais a que se refere a infração por até seis meses, prorrogável por igual período; e (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados. Também poderá ser imputado à Companhia o ônus financeiro dos esforços de reparação e remediação em relação a terceiros prejudicados.

A desconformidade em relação à LGPD pode acarretar, ainda, relevante risco reputacional, prejudicando a imagem da Companhia no mercado, especialmente perante clientes e investidores que, com a ascensão dos problemas e preocupações relacionados à privacidade, estão centralizando este tema em suas pautas.

Considerando o volume expressivo de dados pessoais tratados pela Companhia, esta pode estar particularmente vulnerável a incidentes envolvendo dados pessoais, o que, de acordo com a LGPD, constituiria uma violação às suas disposições, consequentemente, sujeitando a Companhia a sanções administrativas (financeiras ou não) previstas na LGPD e nas demais leis vigentes aplicáveis à Companhia, prejudicando os resultados da Companhia e a sua reputação, e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

Mudanças na Lei do Bem podem resultar em aumentos em determinados tributos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.

A Companhia se beneficiou recentemente de incentivos fiscais às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (“PD&I”) tecnológica previstos na Lei 11.196/05 (“Lei do Bem”), regulamentada pelo Decreto 5.798/06, que possibilita a recuperação de pelo menos 20% dos dispêndios realizados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Com o objetivo de obter aprovação para a utilização dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei do Bem, anualmente submete informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (“MCTIC”) sobre os dispêndios efetuados no ano anterior em atividades de PD&I. Entretanto, não pode garantir que os pleitos serão aprovados ou que tais benefícios serão mantidos no futuro. Em setembro de 2015, a Câmara dos Deputados editou a Medida Provisória 694/15, que previa a suspensão da utilização do benefício fiscal e a apuração dos dispêndios previstos na Lei do Bem durante o ano de 2016. Contudo, em março de 2016, essa Medida Provisória teve seu prazo de vigência encerrado, perdendo a eficácia após alcançar o limite máximo sem votação pelo Senado Federal. O último período do benefício homologado pelo MCTIC à Companhia foi do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sendo que os pleitos da Companhia referentes aos demais exercícios ainda estão em fase de avaliação pelo MCTIC. Assim, caso esses benefícios não sejam concedidos, forem encerrados ou reduzidos, os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados, bem como o valor de seus valores mobiliários.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Diante de seguidos rebaixamentos de rating de crédito soberano do Brasil, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro vão sendo afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual situação fiscal do Brasil poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-estável, Ba2-estável e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Como resultado, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode resultar em novos rebaixamentos. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A Companhia pode enfrentar restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor no futuro.

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações. Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta, ou TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso a Companhia enfrente restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, sua reputação, negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de seus valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Mudanças na regulamentação do setor financeiro poderão exigir adequação dos sistemas, o que poderá afetar a Companhia de forma adversa.

Caso venham a surgir novas regras e leis aplicáveis ao setor financeiro (como, por exemplo, a criação ou extinção de tributos, a alteração na estrutura dos produtos financeiros, etc.), os softwares comercializados pela Companhia ou utilizados na prestação de serviços precisarão ser substituídos ou atualizados de forma a adequar-

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

se às novas normas, sendo necessários investimentos adicionais em treinamento e adaptação que podem acarretar em maiores custos para Companhia sem necessariamente serem repassados aos clientes, o que poderá afetar os negócios, situação financeira, bem como o valor das ações e valores mobiliários.

As operações, os negócios, a situação financeira, bem como o valor das ações da Companhia poderão ser afetados negativamente por novas leis e regulamentações editadas por autoridades governamentais, especialmente em relação às atividades de terceirização de processos de negócios.

A imposição de leis, proibindo ou restringindo as atividades de terceirização de processos de negócios e serviços, pode afetar adversamente as operações e receitas da Companhia. No Brasil, a terceirização de processos de negócios não é uma atividade regulada. A falta de regulamentação resultou em discussões trabalhistas sobre vínculo empregatício entre os empregados das empresas terceirizadas com os contratantes dos serviços. A Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de pessoalidade e subordinação. Além disso, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. No entanto, com a advento da Lei 13.429/17 (“Lei de Terceirização”), a terceirização passou a ser regulamentada, prevendo inclusive a terceirização da atividade-fim, sem prejuízo da observância dos requisitos ensejadores da configuração de vínculo empregatício, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”). Nesse aspecto, se forem promulgadas novas leis que proíbam, restrinjam ou dificultem a terceirização de serviços por seus clientes, os negócios serão adversamente afetados.

i. aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia tem subsidiária em Nova York, sendo que 8,70% da receita líquida consolidada vem desta operação. O principal risco que a Companhia pontua com relação a este mercado é o nível de concorrência e competitividade. A concorrência, especialmente de empresas indianas ou com base operacional na Índia, é intensa. A estratégia da Companhia está baseada na capacidade de identificar nichos específicos de mercado e de identificar profissionais especializados para estes nichos. Caso a Companhia perca esta capacidade, terá dificuldade em manter sua posição e, conseqüentemente, os valores mobiliários da Companhia poderão ser afetados adversamente.

j. questões socioambientais

Por ser uma Companhia prestadora de serviços, a Companhia entende que suas atividades implicam em baixo risco relacionados a questões socioambientais.

k. questões macroeconômicas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As políticas macroeconômicas adotadas Governo Federal podem impactar as atividades e resultados da Companhia.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e colocar em prática outras políticas, envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e limitações sobre as mercadorias e os serviços importados, a adoção de qualquer dessas medidas e de outras não definidas, podem afetar a Companhia e o valor de mercado de suas ações. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Da mesma forma, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e a outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado das operações da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Os negócios, condição financeira e resultados das operações da Companhia, bem como o valor de mercado das ações da Companhia, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, bem como da incerteza quanto à implementação de tais mudanças.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 23,14% em 2020, 7,30% em 2019 e 7,54% em 2018, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia e o valor de seus valores mobiliários.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP), bem como os resultados operacionais, situação financeira, negócios e o valor dos valores mobiliários da Companhia. Para informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, vide seção 10.1 desse Formulário de Referência.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por intervenções frequentes e eventualmente drásticas por parte do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis, o que pode continuar acontecendo no futuro. As modificações em leis e regulamentos feitas nos últimos anos, de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos, frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções das taxas de juros, alterações nas políticas fiscais e tributárias, controle de salários e preços, controles das taxas de câmbio, bloqueio de acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controles de capital e restrições à importação. A Companhia não controla e não pode prever quais medidas ou políticas os governos dos países onde atua podem adotar no futuro.

O negócio, desempenho financeiro e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças em políticas e regulamentos que envolvam ou afetem determinados fatores, tais como:

- inflação;
- flutuações de taxas de câmbio;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- políticas de controle de taxas de câmbio e juros;
- flutuações de taxa de juros;
- disponibilidade de liquidez nos mercados domésticos de capitais, de crédito e financeiro;
- greves de funcionários de autoridades portuárias, aduaneiras e fiscais;
- mudanças nos regulamentos do mercado de transporte;
- controle sobre importação e exportação;
- aumentos de preço do petróleo e outros insumos;
- instabilidade de preços;
- regulamentos trabalhistas e previdenciários;
- escassez e racionamento de água e energia;
- políticas fiscais e/ou sanitárias; e
- outros acontecimentos de natureza econômica, política, diplomática e social no Brasil ou que afetem o país.

Por conta disso, a Companhia poderá estar sujeita ao aumento de custos operacionais e dos prestadores de serviços e como consequência não conseguir repassar ao consumidor aumentos de custos. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil, agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que pode prejudicar as atividades e resultados operacionais da Companhia, podendo, inclusive, vir a afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Não é possível prever o impacto que eventos políticos e desenvolvimentos macroeconômicos, globais ou brasileiros, podem ter sobre os seus negócios. Além disso, como resultado da atual instabilidade política, há uma incerteza considerável em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relação a políticas econômicas futuras, e a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e nem se essas políticas afetarão adversamente a economia, e/ou os negócios e a condição financeira da Companhia.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, situação financeira, bem como o valor das ações da Companhia.

Historicamente, o cenário político do Brasil influenciou e continua influenciando o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e aumentou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Os mercados brasileiros têm vivenciado um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes do cenário político do Brasil. O possível resultado da instabilidade já teve um impacto negativo sobre a imagem e a reputação do Brasil, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. A Companhia não pode prever se as os desdobramentos da atual crise levarão a mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas disputas entre os poderes da República. Além disso, não pode prever o resultado de nenhuma dessas disputas, nem os seus efeitos sobre a economia brasileira, ou eventual efeito adverso sobre os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e sua condição financeira e valor de seus valores mobiliários.

Recentemente, em 14 de abril de 2021, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito (“CPI”), para apurar desvios de recursos destinados ao combate dos efeitos da COVID-19. Contando com apoio e expedição de medida cautelar pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso, para que fossem tomadas todas as providências necessárias para sua criação e instalação, a CPI tem o propósito de investigar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano, bem como possíveis irregularidades, fraudes e superfaturamentos em contratos e serviços feitos com recursos oriundos da União e enviados a estados e municípios. Os trabalhos da CPI resultaram, até o momento, na determinação proferida pelo Supremo Tribunal Federal para que a Procuradoria Geral da República instaure inquérito para apurar se o Presidente Jair Bolsonaro cometeu crime de prevaricação ao receber denúncias de irregularidades acerca das negociações para compra de vacinas contra a COVID-19.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira e tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, qualquer incapacidade do governo federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo atual, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros e aumentar o risco de investidores da Companhia.

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, e outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As reações dos investidores a acontecimentos em outros países da Europa e nos Estados Unidos da América podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações ordinárias, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos. Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, incluindo as tensões globais decorrentes da pandemia da COVID-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia e, consequentemente, a cotação de seus valores mobiliários.

Limitação substancial na capacidade de os acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderão afetar adversamente o valor da sua negociação.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de sua emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das suas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. O mercado de capitais poderá não permanecer aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, inclusive decorrentes de pandemias, como por exemplo a COVID-19, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de sua emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos seus acionistas de venderem as ações da Companhia pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de suas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de suas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados da Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norteamericano no futuro.

Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,7%, fechando o exercício em R\$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R\$3,31, aumentou para R\$4,03 ao final de 2019, o que correspondeu a uma variação cambial positiva de 16,92% no ano de 2018 e de 3,50% no ano de 2019. Já em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio Real/Dólar atingiu R\$5,20, especialmente devido à crise gerada pela pandemia da COVID-19. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos seus custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia, bem como a cotação de seus valores mobiliários, poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira, o preço e liquidez das ações e dos valores mobiliários da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de emissão da Companhia de vendê-las ao preço e nas datas desejados.

O valor de mercado das ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência. Para mais informações a respeito dos efeitos do COVID-19 nos mercados de valores mobiliários, vide acima “A pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19), impactou e pode continuar impactando as operações, vendas, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia. A extensão, gravidade e percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetou e continuará a afetar os negócios da Companhia são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente seus negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, sua capacidade de continuar a operar os negócios.”.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira, liquidez, o valor dos valores mobiliários e o valor de mercado da Companhia, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco da Taxa de Juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos.

A Companhia e suas controladas poderão incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros indicadas acima que impactem seus fluxos de caixa e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, que reduzam o ganho com suas aplicações financeiras ou que impactem a demanda por seus produtos.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos, financiamentos por arrendamento e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia e suas controladas totalizavam R\$ 61.689 mil, dos quais R\$ 52.493 mil estavam indexados ao CDI, R\$ 1.618 mil estavam indexados à Libor e o valor remanescente, de R\$ 7.578 mil, indexado à taxa pré-fixada, e em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos, financiamentos por arrendamento e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia e suas controladas totalizavam R\$ 75.995 mil, dos quais R\$ 66.149 mil estavam indexados ao CDI, R\$ 1.507 mil estavam indexados à Libor e o valor remanescente, de R\$ 8.339 mil, indexado à taxa pré-fixada.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

No período encerrado em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia estimou um cenário provável de variação das taxas de juros de seus passivos financeiros considerando a taxa CDI, com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo econômicos (“DEPEC”) do Bradesco. Sendo assim foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Controladora							
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2021	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	139.514	8.854	10.625	13.282	16.602	19.923
Debêntures	CDI	(47.493)	(3.014)	(3.617)	(4.521)	(5.652)	(6.782)
Taxas consideradas	CDI		6,35%	7,62%	9,52%	11,90%	14,28%

Consolidado							
	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2021	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	145.646	9.244	11.092	13.866	17.332	20.798
Empréstimos e financiamentos	CDI	(6.618)	(420)	(504)	(630)	(788)	(945)
Debêntures	CDI	(47.493)	(3.014)	(3.617)	(4.521)	(5.652)	(6.782)
Taxas consideradas	CDI		6,35%	7,62%	9,52%	11,90%	14,28%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Risco Cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta às oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior. A Companhia não realiza a análise de sensibilidade para a sua exposição cambial.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais decorrentes da atividade que exerce e dentro dos parâmetros esperados. Tais processos dizem respeito, principalmente, a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Companhia é parte em 165 processos judiciais e administrativos, os quais possuem chance de perda provável, possível e remota, relacionados a questões tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias, dentro do curso normal dos seus negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, foram selecionados os processos os quais, com base na análise e avaliação da Companhia, com suporte dos seus assessores jurídicos, bem como no julgamento de seus negócios, poderiam influenciar decisões de investimento.

Foram considerados relevantes os processos em razão do valor envolvido (acima de R\$ 1.000.0000,00) ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida (i.e., riscos reputacionais).

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Nesse sentido, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado, conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Quando a Companhia toma ciência da existência de um processo, de qualquer natureza, seja judicial ou administrativo, ela inicialmente faz uma primeira avaliação e apuração do montante, os riscos e as chances de perda relacionadas à demanda. Posteriormente, o processo é encaminhado para os assessores legais da Companhia, que irão fornecer auxílio para a Companhia não só na condução da ação, mas também na tomada de decisão sobre eventual provisionamento e o seu valor.

Adicionalmente, em relação aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia apresentou, em milhares, as seguintes provisões para ações de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, conforme abaixo indicadas: para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2021, 2020 e 2019 as provisões e o valor total dos processos com probabilidade de perda provável eram de R\$ 6.435 mil, R\$ 2.395 mil e R\$ 1.530 mil, respectivamente.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como parte em 120 (cento e vinte) reclamações trabalhistas, o que equivale índice de 4,00% (quatro por cento) do total do número de funcionários com contratos vigentes em tal período.

Referidas ações trabalhistas, de maneira geral, versam sobre horas extras, adicional noturno, diferenças salariais decorrentes da incorporação de PPR, danos morais, diferenças de verbas rescisórias, reconhecimentos de vínculo com empresas tomadoras dos serviços prestados pela Companhia entre outros.

Das 120 (cento e vinte) ações trabalhistas movidas por ex-empregados da Companhia, 57 (cinquenta e sete) possuem pedidos indiretos, de condenação subsidiária ou solidária, da Companhia e 63 (sessenta e três) possuem pedido expresso e direto em face da Companhia. Quanto ao mérito, as pretensões versam sobre reconhecimento do vínculo empregatício, incorporação do PPR, horas extras, equiparação salarial, adicional periculosidade etc.

Os casos avaliados como “prováveis” são contingenciados pelo valor total fixado para a condenação ou expectativa, por cálculos internos da Companhia, do valor potencialmente devido pela Companhia em caso de condenação.

Os casos trabalhistas mais relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas são parte estão citados abaixo, tendo como data-base 31 de dezembro de 2021.

1) Processo nº 0000549-44.2013.5.02.0011	
a. Juízo:	11º VT/SP
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	01/03/2013
d. Partes no Processo	AUTOR: V. H. C. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.350.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia do período PJ, direitos inerentes a categoria, verbas rescisórias, danos morais, integração do PPR ao salário, férias e horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 1ª instância, em execução definitiva, onde as partes estão discutindo os cálculos que entendem devidos.
g. Chance de Perda é:	Provável

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
2) Processo nº 0000427-65.2015.5.02.0074	
a. Juízo:	74º VT/SP
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	06/03/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: P. C. M RÉ: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 1.452.500,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia do período PJ, direitos inerentes a categoria, verbas rescisórias, danos morais, integração do PPR ao salário, férias e horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 1ª instância, em execução definitiva, onde as partes estão discutindo os cálculos que entendem devidos.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
3) Processo nº 0002722-11.2015.5.02.0063	
a. Juízo:	63º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	10/12/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: L. M. O RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 40.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, a execução provisória derivada do processo principal encontra-se na 3ª instância.
g. Chance de Perda é:	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
4) Processo nº 1002243-24.2015.5.02.0702	
a. Juízo:	02º VT/SP-Zona Sul
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	16/12/2015
d. Partes no Processo	AUTOR: N. O. E. RÉ: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 35.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia do período PJ, direitos inerentes a categoria, adicional de evolução salarial, integração do PPR ao salário, férias, danos morais e multas normativas. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo está na 3ª instância, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
5) Processo nº 0100633-48.2017.5.01.0041	
a. Juízo:	41º VT/RJ
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	03/05/2017
d. Partes no Processo	AUTOR: R. B. C RÉ: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 100.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício com a Companhia do período PJ, direitos inerentes a categoria, adicional de evolução salarial, integração do PPR ao salário, férias, danos morais e multas normativas. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo está na 3ª instância, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.

6) Processo nº 1000616-71.2017.5.02.0004

a. Juízo:	04º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	12.04.2017
d. Partes no Processo	AUTOR: S. C. S. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 50.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.

7) Processo nº 1000805-24.2016.5.02.0056

a. Juízo:	56º VT/SP
b. Instância:	3ª
c. Data de Instauração:	12.05.2016
d. Partes no Processo	AUTOR: T. L. P. D. A. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 40.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 3ª instância, aguardando julgamento do Agravo de Instrumento.
g. Chance de Perda é:	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.
8) Processo nº 1000168-41.2016.5.02.0002	
a. Juízo:	02º VT/SP
b. Instância:	2ª
c. Data de Instauração:	05.02.2016
d. Partes no Processo	AUTOR: W. M. RÉ: Companhia e outros
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 36.000,00
f. Principais fatos:	Trata-se de ação trabalhista que pretende o reconhecimento de vínculo empregatício, direitos inerentes a categoria, diferenças salariais, férias, PLR, horas extras. Os pedidos pleiteados pelo Reclamante foram reconhecidos parcialmente como procedentes. Atualmente, o processo encontra-se na 2ª instância, aguardando julgamento dos recursos das partes.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Além do impacto financeiro, a decisão desse projeto pode influenciar em outros processos com pedidos semelhantes.

Contingências Tributárias e Cíveis

A Companhia, na data base de 31 de dezembro de 2021, é parte em 45 (quarenta e cinco) processos judiciais/administrativos que versam sobre matéria tributária e cível, sendo 25 (vinte e cinco) como autora e 20 (vinte) como ré.

Os casos tributários e cíveis mais relevantes estão descritos a seguir:

1-a) Processo nº 5004764-53.2019.4.03.6144	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	27.04.2020
d. Partes no Processo	AUTORA: Companhia RÉ: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 61.322.923,87 (o valor informado é único para os processos 1-a, 1-b e 1-c).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. Principais fatos:	Visa o oferecimento antecipado de garantia (seguro garantia) em caução aos débitos consubstanciados nos autos de infração nºs 51.061.655-0 e 51.061.656-9. Em 02/09, a Companhia realizou um acordo através do Edital 11.2021 da RFB e PGFN para liquidação desse débito.
g. Chance de Perda é:	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
1-b) Processo nº 5005444-38.2019.4.03.6144	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	27.04.2020
d. Partes no Processo	AUTORA: União Federal RÉ: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 61.322.923,87 (o valor informado é único para os processos 1-a, 1-b e 1-c).
f. Principais fatos:	Visa a anulação dos débitos que, por intermédio dos processos administrativos fiscais nºs 15956.720318/2014-01 E 15956.720354/2014-66 (autos de infração nºs 51.061.655-0 E 51.061.656-9), a fiscalização exigiu da Companhia, no período compreendido entre 01/2011 e 12/2011, o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a determinados empregados à título do que entendeu serem salários e não adiantamentos de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. Trata-se de débitos oriundos da descaracterização de pagamentos de PLR efetuados pela Companhia. A fiscalização considerou que os valores pagos à título de PLR eram salários, e que as simulações seriam em cima de mútuos (apenas para alguns empregados). Em 2 de setembro de 2021, a Companhia realizou um acordo através do Edital 11.2021 da RFB e PGFN para liquidação desse débito.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
1-c) Processo nº 5001716-52.2020.4.03.6144 (apenso)	
a. Juízo:	Vara Federal de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	27.04.2020

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

d. Partes no Processo	AUTORA: Companhia RÉ: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 61.322.923,87 (o valor informado é único para os processos 1-a, 1-b e 1-c).
f. Principais fatos:	Embargos à Execução fiscal. Anulação dos débitos de contribuições previdenciárias sobre valores pagos a determinados empregados a título do que entendeu serem adiantamentos de PLR. Em 2 de setembro de 2021, a Companhia realizou um acordo através do Edital 11.2021 da RFB e PGFN para liquidação desse débito.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
2) Processo nº 04/354.437/2015	
a. Juízo:	Secretaria Municipal de Fazenda do RJ / ISS
b. Instância:	Fase Administrativa
c. Data de Instauração:	28.08.2015
d. Partes no Processo	AUTUADA/ IMPUGNANTE: Companhia AUTORA: Secretaria Municipal de Fazenda do RJ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 74.793.076,62
f. Principais fatos:	Trata-se de Auto de Infração para exigir: (a) diferença de ISS incidente sobre o valor dos serviços tributados pelo ISS à alíquota reduzida de 2%, mas que, no entender da fiscalização, deveriam ter sido tributados à alíquota de 5%, em razão de supostamente não terem a natureza de desenvolvimento de software por encomenda, mas, sim, a de consultoria e suporte em informática, processamento de dados e licenciamento de programas; sobre o valor do referido ISS foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 60% e multa de mora; (b) débitos autônomos correspondentes a acréscimos moratórios devidos sobre ISS recolhido em atraso, por ter a fiscalização entendido que determinados serviços teriam sido prestados em meses anteriores à emissão das respectivas notas fiscais; sobre o valor dos débitos autônomos foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 50% e multa de mora; (c) ISS incidente sobre serviços faturados por estabelecimentos localizados fora do Município do Rio de Janeiro a clientes localizados neste Município, em razão de a fiscalização ter entendido que tais serviços deveriam ter sido faturados pelo estabelecimento localizado no Rio

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	de Janeiro; sobre o valor do ISS foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 90% e multa de mora; e (d) ISS incidente sobre remuneração relativa a licenciamento de software; sobre o valor do ISS foram acrescidos juros de mora, multa de ofício de 60% e multa de mora. Atualmente, a Companhia aguarda a decisão de Recurso Voluntário.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro
3) Processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	31.08.2018
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: CEF
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.069.789,34
f. Principais fatos:	<p>Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios n. 170156/2018 e 170157/2018).</p> <p>O Consórcio composto pela Companhia, CAST Informática S.A. e BSI Tecnologia Ltda. foi vencedor do certame licitatório da CEF em 14.12.2012 e a entrega de serviços de maneira inadequada (duplicidade de transações financeiras, DOC, cobrança, TED, GRU, etc), segundo a Caixa, gerou a aplicação de duas penalidades previstas contratualmente.</p> <p>Segundo a CEF, as falhas imputadas ao Consórcio lhe geraram um prejuízo de R\$ 49.016,50 e outro de R\$ 2.009.773,34.</p> <p>O Consórcio pretende a declaração de nulidade dos procedimentos administrativos instaurados pela CEF para apuração das infrações e, ainda, concessão de tutela de urgência para que a CEF se abstenha de fazer a compensação do valor da indenização com os créditos detidos pelo Consórcio ou execute o seguro garantido apresentado pelo Consórcio no âmbito do contrato administrativo firmado com a CEF.</p> <p>A tutela de urgência foi deferida. A CEF interpôs agravo de instrumento contra a referida decisão, o qual foi</p>

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	autuado sob o nº 103331-58.2018.4.01.0000. O Consórcio requereu a produção de prova pericial de informática e contábil. Aguarda-se o início da produção da prova pericial.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio.
4) Processo nº 1007434-76.2019.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	22.03.2019
d. Partes no Processo	AUTORA: Consórcio BRQ/CAST RÉ: CEF
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.166.532,98
f. Principais fatos:	<p>Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, na qual se visa desconstituir penalidade aplicada pela Caixa Econômica Federal ao argumento de falha na prestação de serviço (ofícios 16-00117/2018/GILOG/BR e 16-0136/2019/GILOG/BR).</p> <p>O Consórcio é composto pela BRQ Soluções em Informática S.A., CAST Informática S.A. e BSI Tecnologia Ltda. foi vencedor do certame licitatório da CEF em 14.12.2012 e a entrega de serviços de maneira inadequada (duplicidade de transações financeiras, DOC, cobrança, TED, GRU, etc), segundo a Caixa, gerou a aplicação de duas penalidades.</p> <p>Segundo a CEF, a falha na prestação do serviço lhe gerou um prejuízo de R\$2.166.532,98. O Consórcio pretende a extensão da tutela de urgência deferida no âmbito do processo nº processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400 para essa ação e, assim, a CEF não possa realizar a compensação com os valores devidos ao Consórcio. A distribuição por conexão foi reconhecida e a tutela de urgência foi deferida. A CEF interpôs agravo de instrumento contra a decisão que deferiu a extensão da tutela de urgência, o qual foi distribuído sob o nº 1014198-93.2019.4.01.0000.</p> <p>Em 14.09.2020 foi determinada suspensão do processo até a conclusão da instrução do processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400.</p>
g. Chance de Perda é:	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio
5) Processo nº 1022786-40.2020.4.01.3400	
a. Juízo:	21ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	16/04/2020
d. Partes no Processo	AUTORA: C.E.F. RÉ: Consórcio BRQ/CAST
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 986.089,19
f. Principais fatos:	Trata-se de ação de cobrança movida pela CEF contra o Consórcio, na qual a CEF alega ter sofrido o prejuízo de R\$986.089,17 em decorrência de falha na prestação do serviço do Consórcio. Aguarda-se manifestação sobre a instrução probatória, em virtude do pedido do Consórcio de realização de prova pericial de informática e contábil.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro e reputacional caso a perícia identifique a inadequação da prestação do serviço à CEF pelo Consórcio.

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

O valor provisionado é decorrente dos casos avaliados como probabilidade de perda “provável” e corresponde à importância de R\$ 6.626 mil, R\$ 6.435 mil e R\$ 2.395 mil em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

A Companhia não figura como parte em processos de qualquer natureza cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Até a presente data não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Até a presente data, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não é emissora estrangeira e não possui valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de outubro de 2021.

A Política define as diretrizes, os princípios e as atividades relacionadas à gestão de riscos da Companhia, e foi elaborada com base nas melhores práticas de mercado considerando o Modelo COSO ERM (Comitê das Organizações Patrocinadoras, ERM – Enterprise Risk Management), e reúne elementos já consolidados no mercado e traduzidos para a realidade da Companhia.

A Política é aplicável a todas as áreas da Companhia e de suas controladas, seja no Brasil ou no exterior, bem como a todos os empregados, gerentes, funcionários, diretores estatutários e não estatutários, membros do Conselho de Administração, membros dos comitês da Companhia, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), representantes e terceiros, direta ou indiretamente relacionados à Companhia e suas controladas.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos do negócio, garantindo desta forma a continuidade de suas operações.

A Política visa:

- ✓ Promover cultura de gestão de riscos em todos os níveis hierárquicos e suas respectivas áreas de atuação;
- ✓ Definir o apetite ao risco de acordo com a missão, visão, diretrizes e os objetivos estratégicos da Companhia;
- ✓ Gerenciar a exposição aos riscos por meio da definição de planos de ação;
- ✓ Assegurar a operacionalização dos processos;
- ✓ Manter informado o Conselho de Administração dos principais riscos mapeados pelo sistema de gerenciamento de riscos da Companhia.

Estar atento às mudanças é a única forma de evitar ser surpreendido por situações desconhecidas ou não controladas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

i. riscos para os quais se busca proteção

Seguindo as melhores práticas de mercado, a gestão de riscos da Companhia está estruturada conforme segue:

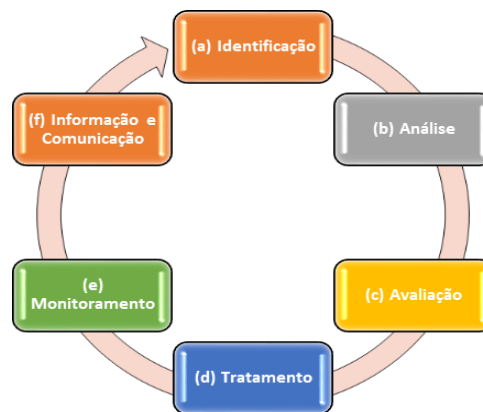
Natureza	Descritivo
Riscos estratégicos	Estão associados com as decisões estratégicas pela alta Administração para atingir os seus objetivos de negócios, levando-se em conta a dinâmica dos negócios e da concorrência, as alterações políticas no país e fora dele e as alterações na economia nacional e mundial.
Riscos financeiros	<p>Estão associados à exposição das operações financeiras da Companhia. Trata-se do risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros conforme as políticas estabelecidas. Podem ser classificados como:</p> <p>1) Risco de Mercado: Decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, movimentos adversos do mercado e/ou nas variáveis que alteram o valor de um instrumento financeiro ativo ou passivo.</p> <p>2) Risco de Crédito: Decorre da possibilidade da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.</p> <p>3) Risco de Liquidez: Possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.</p>
Riscos operacionais	<p>Estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de ativos, de clientes e de receitas) resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos (catástrofes naturais, greves e atos terroristas).</p> <p>São riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de ambiente tecnológico, incluindo ataques cibernéticos e interrupção dos sistemas, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação dos negócios da Companhia.</p>
Riscos legais	<p>Estão associados a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.</p> <p>Inclui risco jurídico associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, ao descumprimento de dispositivos legais e ao pagamento de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.</p>

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos regulatórios	Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de atuação bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal).
Riscos Político	Monitoramento contínuo pelo Departamento Jurídico de tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais. Caso sejam identificadas eventuais mudanças no ambiente político que possam impactar a Companhia ou suas operações, o Departamento Jurídico compartilha tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário;
Riscos Socioambientais	Estão associados a risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade
Riscos de Imagem	Estão associados a ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima, que podem causar danos à reputação, imagem, credibilidade e/ou marca da Companhia e de suas Controladas, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos adotados pela Companhia baseiam-se nos componentes definidos no documento Internal Control – Integrated Framework, editado pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), conforme mecanismo abaixo.



(a) Identificação dos Riscos

A identificação de riscos na Companhia ocorre em linha com as estratégias de negócio, por meio de fontes internas, sendo elas: profissionais da área responsável pelo risco e auditores internos que, dentre outros procedimentos, conduzem entrevistas com os principais executivos para identificação de novos riscos; e fontes externas, sendo elas: auditores externos, mercado, governo e outras partes interessadas.

(b) Análise dos Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A partir da identificação dos riscos, estes são classificados nas categorias descritas no item 5.1 (b) (i) acima com base nas causas e fontes dos riscos, suas consequências e probabilidade que eles se materializem.

(c) Avaliação dos Riscos

Após a identificação, os riscos são posteriormente analisados para classificação por prioridade, considerando a exposição do risco e impacto caso se materializem. Periodicamente, os riscos identificados são levados ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e Riscos para apreciação.

A avaliação consiste em: (i) determinar quais riscos serão tratados; e (ii) determinar a prioridade na implementação de referido tratamento. Para tanto, a Companhia adota critérios de impacto e de vulnerabilidade que são utilizados para a definição da matriz geral de riscos.

A classificação final do grau de exposição da Companhia a cada risco será definida em função da combinação entre o impacto e a vulnerabilidade, conforme abaixo:

- Alto: Riscos com impacto alto e vulnerabilidade alta ou média
- Médio: Riscos com impacto médio e vulnerabilidade média
- Baixo: Riscos com impacto baixo e vulnerabilidade baixa
- Irrelevante: Riscos com impacto e irrelevante e vulnerabilidade irrelevante

Com base nessa avaliação, a auditoria interna elabora a matriz geral de riscos em conformidade com o resultado da avaliação de riscos, cujo principal objetivo é prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia.

(d) Tratamento dos Riscos

Após a avaliação do risco, o tratamento envolve a seleção de uma ou mais opções para tratar os riscos e a posterior implementação de controles e/ou processos para acompanhamento.

O Comitê de Auditoria e Riscos observará as seguintes alternativas para tratamento dos Riscos:

1) **Aceitar:** nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco. Riscos cujo impacto seja menor que o custo/benefício do seu gerenciamento podem ser mantidos, desde que conhecidos e aceitos pelo Comitê de Auditoria e Riscos. No entanto, o monitoramento deve ser contínuo de modo a assegurar que, caso haja mudança de conjuntura que justifique alteração no tratamento do Risco, a Companhia implemente referido tratamento.

No processo de aceitação de riscos considera-se que o nível atual do risco está abaixo do estabelecido pela Companhia, não existindo ações definidas para seu tratamento. Nesse caso, a decisão deve ser submetida à aprovação de acordo com a alçada descrita a seguir:

TABELA DE ALÇADAS PARA ACEITAÇÃO DOS RISCOS		
Risco	Proposta de Aceitação	Alçada de Aceitação
4. Alto	Comitê de Auditoria e Riscos	Conselho de Administração

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

3. Médio	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria
2. Baixo	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria

2) **Rejeitar:** Neste caso, o Comitê de Auditoria e Riscos aplicará um dos tratamentos a seguir:

Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que o geram.

Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do Risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos.

Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, outsourcing e hedging.

(e) Monitoramento

Uma vez implantado um processo de gerenciamento de riscos, este deve ser monitorado sistematicamente, de forma a ser atualizado, melhorado e adaptado às mudanças dos ambientes operacionais, surgimento de novas ameaças e novos métodos de proteção.

(f) Informações e Comunicação

As informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades atingindo a eficácia dos Planos de Ação.

iii. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com o seguinte:

(i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria e Riscos; (iii) Comitê de Ética; (iv) Controles Internos e Compliance; e (v) Auditoria Interna, conforme descrito abaixo:

(i) Conselho de Administração: Órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia a avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e compliance de acordo com a Política de Gestão de Riscos aprovada.

(ii) Comitê de Auditoria e Riscos: Órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem avaliar a Política de Gestão de Riscos e indicar quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração; auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos, controles internos e avaliação da matriz geral de riscos; supervisionar e acompanhar os trabalhos da auditoria interna reportando ao Conselho de Administração ocorrências consideradas relevantes; avaliar o mapa de riscos e os principais fatores de risco aos quais a Companhia esteja exposta e supervisionar os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) Comitê de Ética: tem como objetivo promover, monitorar e fazer cumprir o Código de Conduta e políticas e leis a ele relacionadas, agindo em conformidade com a missão e valores da Companhia e conduzir seus trabalhos de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e que se reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos.

(iv) Controles internos e compliance: A área está subordinada à alta administração, representada pelo Diretor de Relações com Investidores e tem como principais atribuições: Propor alterações e submeter a Política de gestão de Riscos ao Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria e Riscos; implementar, gerir e disseminar a metodologia de gestão de riscos; monitorar e reportar os planos de ação para gerenciamento dos riscos; reportar a matriz geral de riscos à Administração, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração; e conduzir junto às áreas pertinentes a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos e operacionais. Os integrantes das áreas de controles internos e compliance não acumulam suas funções com atividades operacionais; e

(v) Auditoria interna: Além dos comitês acima, a Companhia contrata empresa de auditoria interna independente – atualmente, a BakerTilly – que se reporta ao Comitê de Auditoria e Riscos e tem como responsabilidades: Elaborar o plano anual de auditoria em conformidade com o resultado da avaliação de riscos com o principal objetivo de prover uma avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia; realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos; executar e reportar os resultados dos testes de controles ao Comitê de Auditoria e Riscos; e emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A auditoria interna atua como uma área independente para avaliação dos processos de governança da Companhia que inclui as atividades de controles internos e gestão de riscos, bem como o cumprimento das políticas e normas para elaboração do plano anual de auditoria.

O Comitê de Auditoria e Riscos atua assessorando e aconselhando o Conselho de Administração na supervisão da Companhia para assegurar a adequação das atividades dos auditores independentes e efetividade dos controles internos.

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os riscos de mercado para os quais buscamos proteção são gerenciados por uma estrutura composta pelo Comitê de Auditoria e Riscos e pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui uma política exclusiva para gerenciamento de riscos de mercado por entender que as práticas e controles atualmente previstas na Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de outubro de 2021 são suficientes para identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos de mercado aos quais está exposta em decorrência de suas operações e atividades.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar da Companhia não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia adota estratégias para mitigar os riscos de mercado a que está exposta, como riscos de taxa de juros e riscos cambiais, melhor descritor no item 4.2 do presente Formulário de Referência.

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia e suas controladas não possuem operações de hedge. A Companhia entende que o risco cambial a que está exposta não justifica a adoção de qualquer estratégia de proteção patrimonial (hedge).

- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial.

- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de crédito

Quanto à proteção à sua exposição ao risco de crédito presente em instrumentos financeiros, a Companhia procura selecionar instituições financeiras pelos critérios de reputação no mercado (instituições sólidas, seguras e de boa reputação).

As operações também deverão atender aos requisitos de compliance e as instituições financeiras deverão enquadrar-se em classificação de risco para operações referentes a aplicações financeiras conforme descritos na política financeira da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de maio de 2019.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Risco de gerenciamento de capital e liquidez

Conforme citado no item 4.2 desde Formulário e Referência, a Companhia monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para as suas necessidades.

Como forma de monitoramento da situação financeira e do risco de gerenciamento de capital, a Companhia avalia a variação de seus covenants financeiros em relação a seus contratos de dívida. A Companhia acompanha o seguinte índice financeiro: Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

Quanto ao caixa, a Companhia busca manter um caixa mínimo, cujo valor constantemente revisado, a fim de garantir a liquidez mesmo com possíveis oscilações em detrimento do mercado ou possíveis gastos não recorrentes. O monitoramento do risco de liquidez e dos parâmetros acima mencionados é acompanhado mensalmente pela Diretoria Financeira e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Risco de taxa de juros e câmbio

A Companhia acompanha e monitora a variação das taxas de juros e câmbio mensalmente. Sensibilidades são avaliadas pela Companhia no seu processo de atualização de suas projeções financeiras e variações relevantes relacionada a taxa de juros que impacte o caixa mínimo da Companhia ou covenants financeiros são avaliados.

O acompanhamento desse risco é realizado constantemente por meio dos modelos financeiros e são avaliados impactos na receita, nos gastos operacionais e financeiros. A Companhia também reavalia seu cenário de projeção de indicadores financeiros mensalmente para capturar possíveis mudanças de mercado e antecipar ações de mitigação, caso seja necessário.

A avaliação do impacto de taxa de juros e da variação cambial faz parte do controle de liquidez e do acompanhamento dos indicadores financeiros (covenants). Sensibilidades dos impactos da variação da taxa de juros são apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a área de Controles internos, riscos e compliance que está subordinada à alta administração da Companhia, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, submete as políticas adotadas e ações planejadas à apreciação do

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração, a fim de avaliar os resultados e o impacto no fluxo de caixa. Os riscos de mercado são avaliados em relação à necessidade de se manter a estratégia corporativa e o nível de flexibilidade financeira desejado.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e seus controles internos permite o monitoramento e avaliação periódica dos riscos relacionados aos negócios e os possíveis impactos nas operações ou nas demonstrações financeiras e são suficientes para o gerenciamento adequado dos riscos a que está exposta.

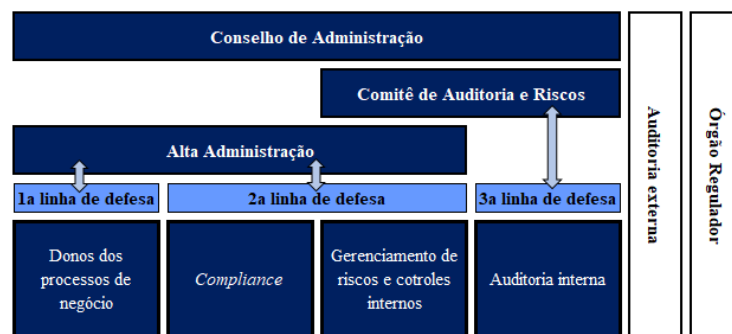
5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A gerência de controles internos que tem como principal atribuição manter atualizada a matriz geral de riscos e controles e a classificação de risco desses controles no intuito de assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A Administração da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, de modo a evitar distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações. Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de três linhas de defesa demonstradas abaixo com suas respectivas atribuições:



A auditoria interna da Companhia atua na avaliação da conformidade dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, das demonstrações contábeis e os controles associados e de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira e procedimentos internos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. O plano anual de auditoria é acompanhado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia está alinhada às melhores práticas de controles internos, bem como atesta o correto funcionamento do ambiente de seus controles, os quais estão de acordo com a complexidade dos negócios e visam garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações e regulamentos aplicável, sempre zelando pela qualidade e integridade dos relatórios financeiros, pela adequação e eficácia dos seus controles internos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que, no período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

A administração acredita que sua estrutura de Governança Corporativa e o sistema de controles internos da Companhia é compatível com o porte e com a complexidade de seus negócios

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A alta administração, representada pelo Diretor de Relações com Investidores, é o principal órgão da administração responsável pelo gerenciamento dos controles internos, conta com o suporte da Gerência de Controles Internos para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observância às normas contábeis aplicáveis. A área de auditoria interna que se reporta diretamente para o Comitê de Auditoria e Riscos.

A Companhia contrata ainda empresa responsável pela sua auditoria interna – atualmente Baker Tilly - que, além da gestão de riscos e supervisão dos controles internos, tem como função identificar e mensurar os riscos do negócio, definir processos e atividades de controle e implementá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O plano de auditoria é recomendado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O resultado das respectivas auditorias e a evolução das implementações ou regularizações dos planos de ação são apresentados periodicamente a Administração da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Como parte do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras, os Auditores Independentes elaboram relatório com seus entendimentos sobre os controles internos da Companhia, com o propósito de identificar e avaliar os possíveis riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras e planejar procedimentos de auditoria que fossem apropriados, sem, contudo, expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desses estudos e avaliações, os Auditores Independentes não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social, bem como não foram indicados pontos relevantes relacionados aos controles internos da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A Companhia sempre analisa as oportunidades de melhorias reportadas pelos Auditores Independentes na carta de recomendação e define planos de ação para a implementação das recomendações que julga pertinentes. A implementação dos planos de ação é acompanhada pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do Auditor Independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos.

5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui Código de Conduta, Política de Integridade, Canal de Denúncias e canal de Linha de Ética, sendo uma política perene da Companhia conduzir todas as suas atividades junto a colaboradores, clientes, concorrentes, parceiros, fornecedores, governo e demais segmentos da sociedade, dentro dos mais elevados padrões de honestidade, dignidade, respeito, zelo e em conformidade com as exigências legais. Além disso, periodicamente, através da rede interna da empresa são abordados tópicos do Código de Conduta da Companhia, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

A Companhia torna público o seu Código de Conduta que tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, traduzindo o conteúdo descrito em sua Missão.

Esperamos que todos os envolvidos nas atividades da empresa conduzam suas ações em conformidade com os princípios deste Código, uma vez que ele se apresenta como o compromisso público da empresa e o norteador das práticas e das relações cotidianas.

Estamos certos de que o cumprimento do Código de Conduta contribui para fortalecer a cultura empresarial que todos desejamos, com responsabilidade social e ambiental, cujos bons resultados serão fruto da representação e da participação coletiva.

A Política de Código de Conduta da Companhia poderá ser acessada em sua íntegra através do seu site de relações com investidores <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/> e/ou no site da CVM/B3.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são o Código de Conduta, a Política de Integridade e o Canal de Denúncias.

O Código de Conduta da Companhia tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços. Nesse sentido, o Código prevê penalidades e normas de conduta para evitar práticas de corrupção, fraude, suborno, entre outros ilícitos.

Princípios Éticos BRQ:

- O respeito aos indivíduos, a integridade, a transparência e a honestidade são os princípios éticos que direcionam as ações da empresa.

5.4 - Programa de Integridade

- O respeito aos indivíduos referência as relações da empresa com pessoas e instituições e se manifesta no respeito às condições de raça, cor, sexo, religião, origem, classe social, idade, estado civil, nível hierárquico e outras.
- A integridade para a BRQ é desenvolver suas atividades de forma correta e honesta, preservando e fortalecendo seus princípios morais e éticos.
- A transparência, como respeito ao interesse público e às partes interessadas se manifesta de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a política de segurança da Informação da empresa.
- A BRQ repudia sumariamente a prática de corrupção e propina, utilizando procedimentos internos de controle que evitam tais ocorrências
- O cuidado com a qualidade de vida inclui o atendimento à saúde, ao meio ambiente e a segurança.
- A empresa compromete-se em proporcionar relações de trabalho justas, num ambiente de confiança mútua, de cooperação, solidariedade, valorização e de respeito às pessoas em sua diversidade e dignidade.
- A lealdade a BRQ se manifesta no compromisso com sua Missão e Visão, na adoção de condutas compatíveis e inovadoras em busca de níveis crescentes de excelência, competitividade e rentabilidade.
- A BRQ busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos colaboradores, envolvendo as partes interessadas.
- A empresa considera que a responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho, no trato com as pessoas e com os bens materiais e imateriais da Empresa são comportamentos fundamentais para as relações de trabalho.
- O mérito é o critério utilizado para o reconhecimento, a recompensa, a avaliação e o investimento em pessoas.

A Política de Integridade, por sua vez, que tem como principal objetivo estabelecer o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade, tendo como foco medidas anticorrupção, aplicando efetivamente os códigos de ética e de conduta, política e diretrizes, com a finalidade de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos. Esse instrumento foi elaborado, em atendimento e consonância com as medidas de anticorrupção estabelecidas na Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8.420/2014.

Ainda, além do Canal de Denúncia da Companhia, foi criado um novo canal de Linha de Ética para reporte de qualquer acontecimento que não seja compatível com os valores da Companhia.

Os mecanismos de integridade da Companhia são revisados periodicamente (no mínimo, 1 vez ao ano) para alinhamento das melhores práticas de conduta e ética, bem como para adequação às alterações legais e normas sobre o assunto.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.4 - Programa de Integridade

O monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos de integridade adotados pela Companhia é realizado pela administração da Companhia, com auxílio do Comitê de Ética.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e teve sua primeira versão aprovada formalmente pelo Conselho de Administração em 13.08.2019. Este documento é o resultado da pesquisa realizada internamente, assim como da análise de documentos sobre o tema, tornados públicos por grandes e respeitadas empresas nacionais, que serviram de balizamento para a elaboração final do Código de Conduta, que é composto dos princípios éticos e de conduta.

Buscou-se retratar no documento as práticas usuais de relacionamento da BRQ com o meio interno e externo, que traduzem o seu compromisso com os valores éticos adotados como norteadores de sua ação. O Código de Conduta da Companhia teve sua quinta edição formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2021. O principal objetivo do Código de Conduta é formalizar normas de conduta ética para os integrantes da estrutura organizacional e de pessoal da empresa; visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços.

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta aplica-se a todos os diretores, conselheiros de administração e empregados e se abrange também a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados. E cada um deve cumprir e promover o cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da empresa e nas relações com todas as partes interessadas. Todos os colaboradores, representantes legais e empresas contratadas da BRQ tomam conhecimento formal deste Código, que é amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico, sendo a sua leitura, obrigatória no ato da contratação do colaborador.

O Código de Ética é submetido a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas e será atualizado, sempre que necessário. Através da observância do Código é possível garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. A finalidade é que seu conteúdo sirva como uma orientação durante as preocupações do dia a dia, permitindo um crescimento pessoal e profissional orientado para a consciente tomada de decisões.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia realiza treinamento de integração com os colaboradores quando da admissão onde aborda temas que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores. Ainda, periodicamente (no mínimo, 1 vez ao ano), através da rede interna da empresa, são abordados tópicos do documento, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

5.4 - Programa de Integridade

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia considera falta grave qualquer descumprimento dos princípios e compromissos expressos no Código de Conduta. O descumprimento do Código implicará penalidades de acordo com a gravidade do fato, podendo ser aplicada advertência, suspensão, rescisão contratual e exclusão dos programas oferecidos pela Companhia.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e está em sua quinta edição (aprovada 13 de outubro de 2021). O documento está disponível através da Intranet (WorkPlace) da Companhia aos seus colaboradores e ao público em geral através da página oficial da BRQ.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias da Companhia é interno e está sob responsabilidade dos membros do Comitê de Ética, constituído e regido de acordo com o Regimento Interno próprio.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto para recebimento de denúncias de terceiros e dos empregados da Companhia, fortalecendo ainda mais nosso compromisso em seguir nosso Código de Conduta com todos os públicos que nos relacionamos.

O Canal de Ética da BRQ pode ser acessado em <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Os denunciante não precisam se identificar, garantindo desta forma seu anonimato. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Qualquer pessoa que constatar qualquer prática ou ato que sejam contrários aos estabelecidos no Código de Conduta deverá comunicar o ocorrido ao seu gestor, que, por sua vez, tem a obrigação de reportar o fato ao Comitê de Ética e Ouvidoria, órgão responsável pela apuração de denúncias.

5.4 - Programa de Integridade

Caso haja constatação de violação ao Código, o caso será tratado pela Diretoria onde será avaliado diretrizes para aplicação de medidas disciplinares, apuração de ocorrências e ressarcimento de danos/multas causados por empregados à empresa, por culpa ou dolo, de acordo com as leis aplicáveis.

Todas as informações registradas são recebidas pelo Comitê de Ética e são analisadas com total imparcialidade, assegurando o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, sem conflitos de interesses.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para todos os processos que envolvem fusões, aquisições ou reestruturações, são realizadas avaliações de riscos que abrangem as categorias de riscos jurídicos, ambientais, prediais, de mercado, políticos, financeiros e técnicos. Para suportar as avaliações, são contratadas consultorias especializadas para realização de due diligence das pessoas jurídicas envolvidas no processo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica, dado que a Companhia possui em seu Código de Conduta regras relacionadas a inibir a corrupção, fraudes a licitações e outras práticas lesivas à administração pública.

5.5 - Alterações significativas

A Companhia avalia constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultado. Incluem-se aí eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente suas atividades e de suas Controladas.

Em relação ao último exercício social, nenhuma alteração significativa nos principais riscos foi identificada pela Companhia.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

No julgamento da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas nos subitens relacionados ao item 5 do presente Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	26/02/1993
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/01/2016

6.3 - Breve Histórico

“Entregar uma experiência digital encantadora, sendo reconhecida por adotar as mais eficientes e inovadoras tecnologias e metodologias, com um time motivado e engajado.”

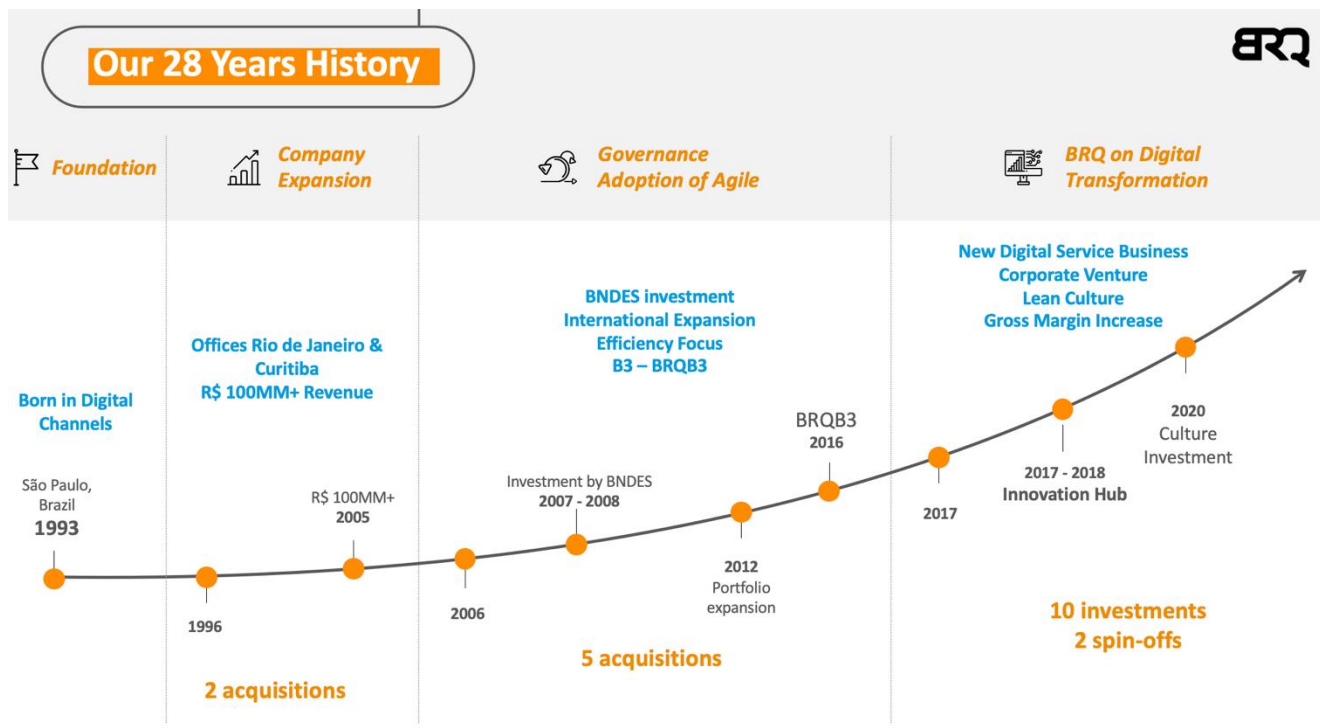
Com mais de 28 anos de experiência e mais de 2.500 profissionais, somos parceira das empresas em todos os desafios da Transformação Digital.

Construímos aplicações sob medida, assim como produtos e canais digitais, entre os serviços disponíveis estão: Ciclo de Inovação, Design Thinking, Design de Serviços, User Experience, Transformação Ágil, Inteligência Artificial & Big Data, Arquitetura, Blockchain, Cloud, DevOps, Integração SaaS, Células Ágeis entre outros.

Em um mercado altamente competitivo, o diferencial da BRQ é ser multidisciplinar, a filosofia LEAN E ÁGIL agrega conhecimento e potencializa competências como aprendizagem rápida, adaptabilidade e resiliência.

Paixão em transformar negócios com tecnologia, esse é o propósito que move a BRQ há 28 anos. Com soluções digitais próprias e customizadas, a BRQ acelera a transformação digital das maiores empresas que operam no Brasil.

Nossa linha do tempo:



6.3 - Breve Histórico

A história da companhia vem sendo construída através de pessoas altamente capacitadas e apaixonadas por tecnologia, por isso, é reconhecida pela eficiência e qualidade da entrega de seus serviços. Os profissionais contam com uma política de benefícios diferenciada, programas de incentivo a certificação, treinamentos e ações de saúde e qualidade de vida.

Diversos institutos de pesquisas, revistas e quadrantes de mercado nos reconhecem como:

- 1- **Líderes em 4 dos 5 quadrantes** de Transformação Digital do Instituto ISG Provider, confira aqui os diferenciais BRQ nos quadrantes.
- 2- **4º lugar em Inovação e 5º lugar do setor Tecnologia e Software e Serviços** pela Época 360;
- 3- **1º lugar Empresa + Digital** do Brasil pelo Instituto Mais Digital
- 4- **2º lugar em Aplicações para o Setor Financeiro**, segundo o IDC

A gestão tem como pilar o MINDSET LEAN, baseada no respeito, focado no desenvolvimento de pessoas, resolução de problemas e geração de valor.

Pessoas é um pilar fundamental, temos uma cultura forte e colaborativa, somos reconhecidos pelos nossos profissionais através do selo GPTW e temos também o maior índice de avaliação no Glassdoor, superando todos os nossos concorrentes.

Cuidamos dos nossos #ferasbrq em 4 pilares diferentes:

- 1- **Busca e atração de talentos:** Com as mais modernas ferramentas de processo seletivo, onboarding 100% digital e aproximação com universidades;
- 2- **Fit cultural:** Cultura Lean e Ágil, Anywhere Office, programas voltados à saúde e qualidade de vida, ações comemorativas (digitais ou presenciais);
- 3- **Pluralidade de conhecimento:** Ferramentas para colaboração, base de conhecimento, treinamentos e meetups diversos.
- 4- **Gestão e desenvolvimento:** Avaliação e PDI, feedbacks constantes, plano de carreira e apoio às certificações.

Como entregamos valor para os nossos clientes?

Temos como missão construir jornadas de transformação com robustez e segurança, entregando inovação, produtividade e valor para as maiores empresas dos mais diversos segmentos (finanças, seguros, telecom, manufatura, varejo, montadoras, educação, entre outros). A diversidade no segmento de atuação traz uma visão mais consistente dos desafios dos clientes.

A BRQ é reconhecida no mercado por 3 diretrizes estratégicas, aplicar sempre as melhores tecnologias, metodologias e ter nos times os melhores profissionais, entregando para nossos clientes o MELHOR DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.

Atuamos no ciclo completo de desenvolvimento, desde a concepção até a materialização dos produtos digitais:

- 1- **Squads Gerenciados:** Times cross-funcionais, ágeis e auto gerenciáveis, com alta performance e estratégia orientada à entrega de valor;

6.3 - Breve Histórico

- 2- **Transformação Digital:** Transformar negócios com tecnologia evoluindo e acelerando como as empresas operam e entregam valor para seus clientes. Digitalização e aprendizado contínuo para melhoria dos negócios dos clientes;
- 3- **Soluções Inovadoras:** Conectar clientes com soluções proprietárias disruptivas que acelerem a transformação digital ou criar novos modelos de negócio.

Entregamos esse processo através da nossa PLATAFORMA DE SERVIÇOS END TO END, com capabilities para diferentes estágios e necessidades da jornada da transformação que nos permite atuar em toda a cadeia de negócio do cliente.

Desdobramos a estratégia, entendemos o problema de negócio e depois disso iniciamos a construção da solução utilizando as melhores e mais inovadoras tecnologias unindo aceleradores de negócio. Fazemos também o acompanhamento, monitoramos a evolução e analisamos a eficácia com soluções analíticas que facilitam a tomada de decisão. E a evolução é incremental com escala de soluções que aceleram a transformação nos nossos clientes.

Além do portfólio de serviços, temos o INNOVATION HUB E PARCEIROS ESTRATÉGICOS que juntos aceleram e dão escala para o negócio de nossos clientes.

Contamos com mais de 20 parcerias estratégicas e 10 startups aceleradas que fazem parte do Innovation Hub que se conectam com a nossa plataforma de serviços para acelerar a transformação. Exemplo disso, 2 dessas 10 startups aceleradas foram criadas internamente por profissionais BRQ. Em 2019 foi feito spin-off dessas operações, e graças à sinergia com o modelo de negócio BRQ, foram capazes de potencializar seus resultados em 2020 atingindo no caso da Inspectos 7,4 vezes o faturamento comparando à 2018 e a Workfacilit cresceu 1,4 vezes comparado também ao mesmo período.

Acreditamos que o resultado é a evolução de modelos de negócios que visam levar a melhor experiência para os consumidores.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das já elencadas neste Item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Há 29 anos no mercado, a BRQ Digital Solutions se consolidou como líder e uma das maiores empresas de Transformação Digital do país.

Tem como propósito acelerar negócios através da inteligência e tecnologia. Materializamos as estratégias dos nossos clientes em soluções digitais de alto impacto para solucionar diversos desafios, que podem ser de Crescimento, Experiência, Eficiência ou demais Críticidades que os impeçam de alcançar todo o seu potencial de transformação.

Apoiamos mais de 121 empresas em 8 países em todos os desafios de suas jornadas de transformação e contamos com mais de 3.200 feras que atuam em anywhere office em mais de 290 cidades do Brasil e USA e que são apaixonados por tecnologia!

A Companhia construiu uma forte reputação durante anos e tem em sua base de clientes as maiores empresas nacionais dos mais variados segmentos. O tempo médio de relacionamento com seus clientes é de 13 anos.



1. Somos *pure play* em digital transformation (desde 1993) e seguimos evoluindo
2. Crescemos em mercados competitivos
3. Nosso *mindset* é Lean e Ágil, com uma cultura que potencializa nossa performance
4. Somos *full lifecycle*, entregamos soluções digitais completas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Tudo isso nos destaca e nos credencia como líderes em Transformação Digital em diversos rankings e premiações. Alguns desses prêmios são:

Líderes em 3 dos 4 quadrantes de Transformação Digital no estudo ISG Provider Lens™ Digital Business — Solutions and Service Partners Brazil 2021: Digital Business Consulting Services, Digital Customer Experience Services e Digital Supply Chain Transformation

2º lugar em Aplicações para o Setor Financeiro, segundo o IDC

1º lugar Empresa Mais Digital do Brasil categoria Grande Porte pelo Instituto Mais Digital

Entre as **Melhores Empresas do Brasil** pela Época Negócios 360º: 5º lugar no ranking setorial de Tecnologia, 2º lugar em Visão de Futuro, 3º em Pessoas, 4º em Desempenho Financeiro e 5º em Sustentabilidade

Estamos entre as **1000 Maiores** Empresas Valor Econômico

Entre as **Melhores e Maiores** da Exame e **3º lugar** em Tecnologia e Mídia

Estamos também no **TOP 100** Open Corps e **TOP 4** Serviços Profissionais no Ranking 100 Open Startups

Top 100 Telecom e estamos entre as **10** Empresas que mais cresceram Anuário Telecom

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

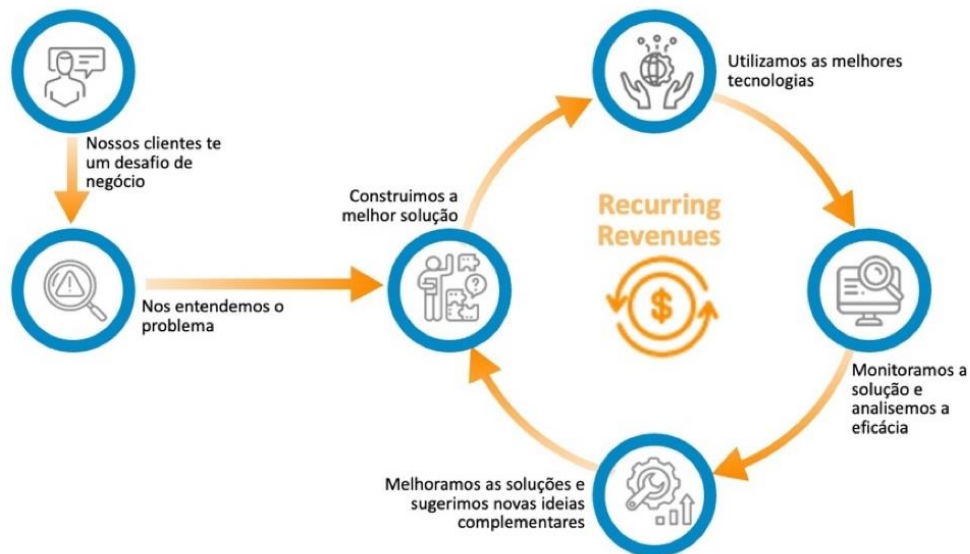
E como geramos valor para os nossos clientes?

Todas as empresas estão buscando acelerar seus negócios e esse é o propósito da BRQ: acelerar os negócios dos nossos clientes através da inteligência e tecnologia. Materializamos as estratégias em soluções digitais de alto impacto para solucionar diversos desafios, que podem ser de Crescimento, Experiência, Eficiência ou demais Criticidades que o impeçam nossos clientes de alcançar todo o seu potencial de transformação.

Nossa abordagem visa, principalmente, suportar os clientes na busca constante por inovação e otimização de resultados. Entregamos esse processo através da nossa PLATAFORMA DE SERVIÇOS END-TO-END, com capabilities que nos permitem atuar em todas as fases da jornada de transformação do cliente. Entendemos o desafio, e com uma abordagem consultiva, iniciamos a construção da solução com as melhores e mais inovadoras tecnologias por meio dos nossos squads, formados por times multidisciplinares (developers, designers, analistas de negócios, e/ou arquitetos).

Fazemos também o monitoramento e a evolução da solução, analisando a eficácia de maneira analítica para facilitar a tomada de decisão. E a evolução é incremental, com escala de soluções que aceleram a transformação nos nossos clientes.

Entre os serviços oferecidos estão: Design, Cloud, Arquitetura de Referência, Data & Automation, Agile Engineering, Salesforce, entre outros. Atuamos no ciclo completo de desenvolvimento, desde a concepção até a materialização dos produtos digitais.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas


Tudo isso pode ser acelerado por nossas parcerias estratégicas e/ou pelo Innovation Hub BRQ.

+ de 50 parceiros




+30 parceiros

Destaques



Premier Partner



Microsoft Partner

- Gold Cloud Platform
- Gold Data Platform
- Gold Data Analytics
- Gold Security
- Gold Application Integration

Innovation Hub BRQ



O Innovation Hub BRQ tem como objetivo criar valor e promover a diferenciação por meio da inovação.

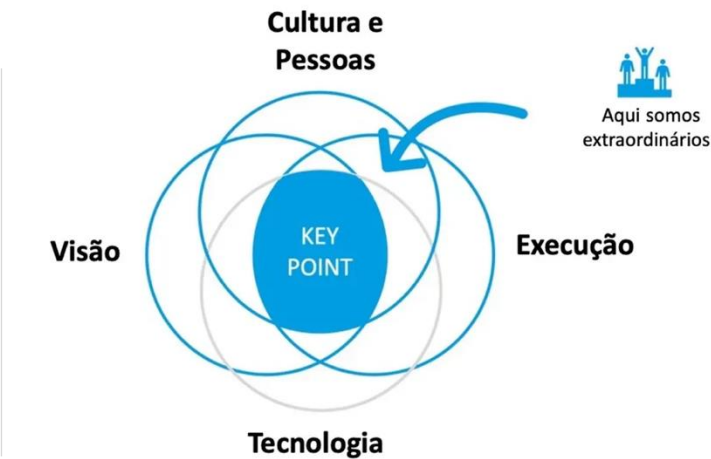
A Corporate Venture investe em empresas B2B, com alto poder de escalabilidade e que tenham sinergia com a BRQ Digital Solutions.

A BRQ é reconhecida no mercado por três diretrizes estratégicas:

- 1. Aplicar as melhores tecnologias e metodologias
- 2. Ter os melhores profissionais
- 3. Entregar para nossos clientes o MELHOR DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.

Nossos fatores de sucesso

Visão correta, Cultura e Pessoas alinhadas e a melhor **Tecnologia** com uma perfeita execução. Essa intersecção é o ponto-chave que buscamos em cada relação e onde acreditamos que conseguimos resultados extraordinários.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A gestão tem como pilar o **MINDSET LEAN**, baseado no respeito, focado no desenvolvimento de pessoas, resolução de problemas e geração de valor.



ACREDITAMOS

Na tecnologia para criar soluções que transformam a realidade das empresas e impactam positivamente a **VIDA DAS PESSOAS**

Pessoas é nosso pilar fundamental, por isso adotamos o modelo de **ANYWHERE OFFICE**, pois entendemos que as pessoas devem ser protagonistas de suas jornadas, sempre com foco em autonomia e responsabilidade. Esse modelo de trabalho nos permite contratar profissionais de qualquer lugar do Brasil e do mundo. Estamos presentes hoje em mais de 290 cidades no Brasil!

Temos o nosso BRQ Way que une cultura, *frameworks* e plataforma.

Por meio de uma cultura forte e colaborativa, com foco nas pessoas, a BRQ tem conseguido atrair, capacitar e reter talentos, criando uma experiência inigualável para os funcionários.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Cuidamos dos nossos feras por meio de cinco pilares principais:

1. Cultura: foco em pessoas e qualidade de vida, onde 94% das pessoas se sentem livres para ser quem são.

O Workplace é nossa ferramenta de comunicação, rede social corporativa com 97% de engajamento, onde conseguimos conversar com os mais de 3.000 profissionais com apenas um clique. Nossa nota de comunicação é 92.

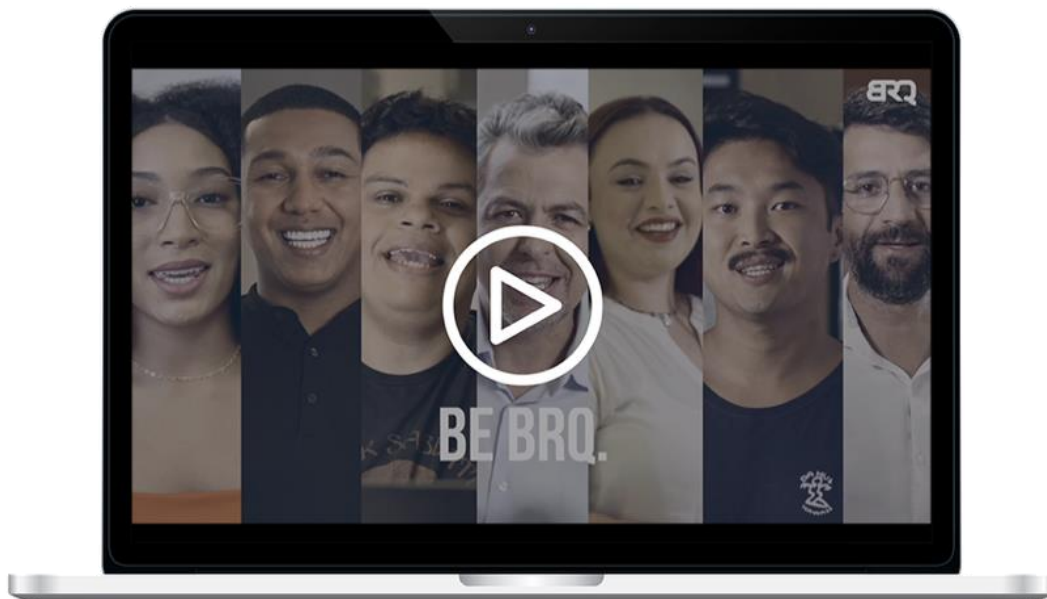
2. Liderança: nossa liderança é flat, com poucos níveis hierárquicos e trabalhamos com o conceito liderança servidora e cadeia de ajuda, onde todos os líderes, incluindo o CEO, é facilmente acessado com um clique.

3. Reconhecimento: temos benefícios e PLR para 100% da Companhia.

4. Treinamento: temos uma plataforma de gamificação, incentivamos nossos feras a se capacitarem. Capacitamos mais de 800 pessoas todos os meses.

Temos o Entry Point, programa voltado para inclusão de pessoas na área de tecnologia, curso de inglês para 100% da Companhia, incentivo à certificação, entre outros.

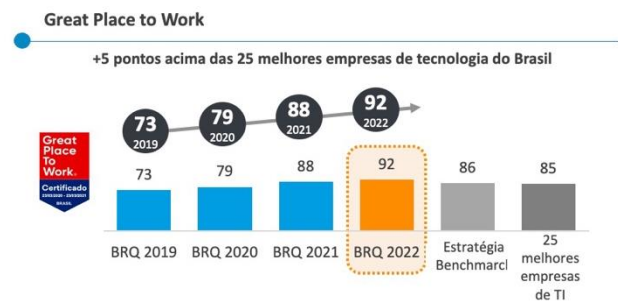
5. Carreira: diferente do que vemos no mercado, nosso pilar de carreiras é pautado em quatro frentes de desenvolvimento: (1) Liderança, fornecendo espaço e mentoria para os feras que desejam se tornar líderes; (2) Carreira Técnica, com apoio aos feras que desejam investir em cursos e outras formações, para que desenvolvam seu máximo de potencial; (3) Carreira Internacional, possibilitando aos feras atuar do Brasil em projetos da unidade North America ou diretamente, residindo nos EUA; e (3) Empreendedorismo, onde através do programa Funil de Ideias, os feras têm a possibilidade de apresentar novas ideias e projetos. Caso tenham sinergia com o nosso negócio, esses projetos podem ser acelerados pelo Innovation Hub e se tornarem startups spin-off da BRQ. Já temos dois produtos apresentados por feras que recentemente evoluíram para startups, com seus idealizadores se tornando CEOs dessas novas empresas.



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O resultado é o crescimento de quatro pontos no GPTW, somando 19 pontos nos últimos três anos. Nosso Índice de Confiança é 92, sete pontos acima da média das empresas de tecnologia, segundo o próprio GPTW.

No Glassdoor, outro ranking de pessoas que monitoramos, fechamos 2021 com a nota 4.6 e um índice de 96% de recomendação e 99% de aprovação do CEO, valores acima de todos os nossos concorrentes e comparáveis.



São nossos #feras que traduzem nossa essência em entrega de valor.

Por meio de uma cultura forte e colaborativa, com foco nas pessoas, a BRQ conseguiu atrair, capacitar e reter talentos, criando uma experiência única para os funcionários. Temos uma liderança flat, invertida e com menos níveis, liderança servidora e o conceito de cadeia de ajuda.

A Companhia busca cultivar um ambiente de colaboração, respeito e diversidade. Onde cada um é livre para se desenvolver e se tornar a melhor versão de si mesmo, porque a transformação na BRQ começa com as pessoas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A BRQ não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a receita líquida de vendas e serviços prestados da Companhia é, basicamente, composta pelo desenvolvimento de aplicações e integrações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

Vide maiores descrições no item 7.1.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	2021		2020		2019	
Receita líquida de vendas e serviços	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
	625.547	100,00%	513.712	100,00%	357.715	100,00%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	2021		2020		2019	
Lucro Líquido	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
	40.261	100,00%	44.569	100,00%	29.844	100,00%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. Características do processo de produção

A Companhia é prestadora de serviços de tecnologia e de transformação digital. Seu processo de construção dos serviços, ou processo produtivo tem foco na geração de valor para os clientes.

O processo de produção contempla: recrutar profissionais de tecnologia, treiná-los e iniciá-los dentro da plataforma de serviços da Companhia (descrita abaixo), para: **(i)** desdobrar a necessidade/estratégia do cliente, **(ii)** entender o problema e conceber soluções (através de técnicas e pesquisas de design), **(iii)** criar as soluções usando as mais variadas tecnologias (blockchain, devops, cloud, IA, Big Data Analytics, entre outras) e uma vez essa solução criada, os profissionais da Companhia são capacitados para manter ciclos contínuos de melhorias baseados em soluções analíticas.

Entregamos esse processo através da nossa **PLATAFORMA DE SERVIÇOS END-TO-END**, com capabilities que nos permitem atuar em todas as fases da jornada de transformação do cliente. **Entendemos o desafio**, e com uma abordagem consultiva, iniciamos a construção da solução com as melhores e mais inovadoras tecnologias por meio dos nossos squads, formados por times multidisciplinares (developers, designers, analistas de negócios, e/ou arquitetos).

Fazemos também o monitoramento e a evolução da solução, analisando a eficácia de maneira analítica para facilitar a tomada de decisão. E a evolução é incremental, com escala de soluções que aceleram a transformação nos nossos clientes.

Nossa abordagem visa, principalmente, suportar os clientes na busca constante por inovação e otimização de resultados. E isso se dá por meio de 3 principais canais de vendas:

1. Relacionamento com clientes
2. Marketing digital
3. Vendas recorrentes

1) Relacionamento com clientes

A Companhia possui uma equipe comercial própria (canais de vendas diretos), que tem como objetivo ser o principal parceiro de serviços de tecnologia na transformação digital dos seus clientes, buscando um relacionamento de longo prazo e sempre crescente com cada um deles. A força de vendas responde diretamente ao Diretor Executivo (Chief Executive Officer - CEO) e está agrupada em cinco unidades de negócios, abreviadas como DBU (Digital Business Unit). O trabalho é segmentado primariamente por indústria, suportado por especialistas em cada linha de negócios e segue um processo de acompanhamento de oportunidades supervisionado. Cada DBU é liderada por uma tríade de executivos, composta por:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **DCE - Digital Customer Evolution:** responsável pelo relacionamento com o cliente e expansão da base de clientes, liderando um time de Account Executives;
- **DLD - Digital LifeCycle Delivery:** responsável pela gestão dos times multidisciplinares (squads), entregas ao cliente e aplicação do framework BRQ.
- **DES - Digital Evolution Strategist:** responsável por identificar as necessidades e desafios do mercado de atuação e impulsionar o posicionamento da BRQ como parceiro estratégico na evolução digital de nossos clientes.

2) Marketing Digital

A Companhia utiliza canais digitais para atrair novos clientes e posicionar a marca como uma empresa relevante no setor.

Essa força de vendas é comandada por uma Diretora de Marketing (Chief Marketing Officer - CMO) que responde diretamente ao CEO. O trabalho é liderado pela área de Marketing Digital e utiliza técnicas de Marketing de Conteúdo e Funil de Vendas para impulsionar a marca e os produtos/serviços que a companhia disponibiliza no mercado

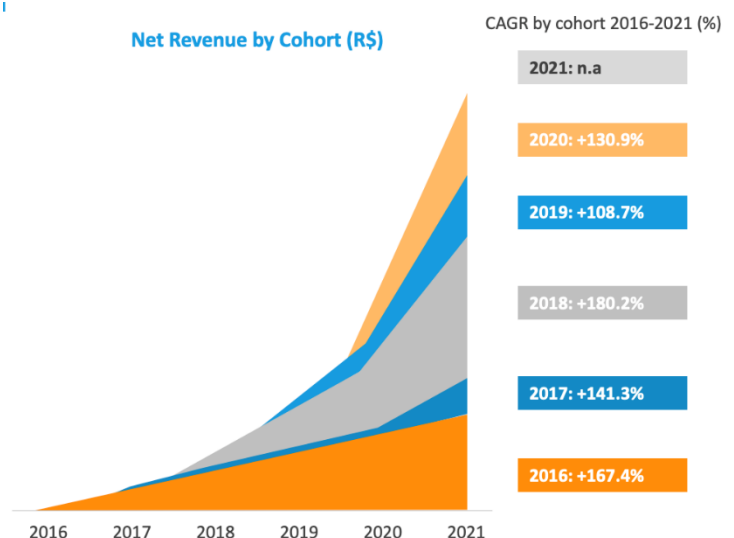
3) Vendas Recorrentes

No desenvolvimento de aplicações e integrações, são os gerentes de projetos que fazem a atividade comercial da venda do projeto. As suas atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo dos serviços a serem prestados pela Companhia. O preço da unidade de serviço é definido nos contratos dos clientes “base”. Para clientes “não base” é responsabilidade de cada gerente a negociação do preço de cada unidade.

Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de governança composta por profissionais de qualidade que acompanham o fechamento de cada contrato.

A Companhia possui historicamente relacionamento de longo prazo com seus clientes, sendo o tempo médio com os 10 maiores clientes de 13 anos. A Companhia finalizou o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 com 38 novos clientes, totalizando 123 clientes.

A Companhia possui um forte histórico de atração e retenção de clientes, representado pelo gráfico de co-hort ao lado, que mostra a evolução na entrada de clientes na companhia, com crescimentos acima de 100%.



7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Atração e Treinamento de Profissionais:

A Companhia tem todos os seus processos 100% digitais, que se inicia já na busca e atração de talentos, onde é realizado um recrutamento dos mais diversos perfis de tecnologia e negócios para atuar em seus projetos. O onboarding também é 100% digital.

Uma vez contratados tais profissionais, inicia-se um trabalho para treiná-los, e mantê-los atualizados com as tecnologias mais avançadas e capacitados para atuação nos projetos da Companhia. Após o processo de treinamento e entendimento do processo de negócio, esses profissionais estão aptos para atuar nos projetos e em todo o ciclo da plataforma de serviços, sempre com foco na geração de valor para os clientes da Companhia. A Companhia conta também com programas de formação técnica gratuitos e 100% digitais para entrantes do mercado de tecnologia. A BRQ investe na formação de talentos há muitos anos e em 2021 foram capacitados mais de 380 estudantes de tecnologia no nosso programa chamado Entry Point, além disso, todos os meses, mais de 500 profissionais são treinados na nossa plataforma de treinamento por gamificação.

Em 2021, o Entry Point expandiu focando em diversidade e inclusão de minorias com a abertura de turmas exclusivas para mulheres e pessoas pretas, por exemplo. Já no início de 2022, foi lançado um programa piloto que une capacitação profissional com diversidade e inclusão (digital e social) na comunidade de Mangaratiba, RJ. Esse programa tem como objetivo formar estudantes do 3º ano do ensino médio com renda de até um salário-mínimo, oferecendo acesso à educação técnica, despertando seu interesse por uma carreira em tecnologia e aumentando suas chances de empregabilidade. Para esses alunos, a BRQ oferece bolsas de estudos, assistência médica, vale-refeição, ajuda de custo com internet e computador para realizar os cursos. Ao final do programa, a ideia é contratar esses jovens, direcionando-os para projetos internos.

b. características dos mercados de atuação, em especial:

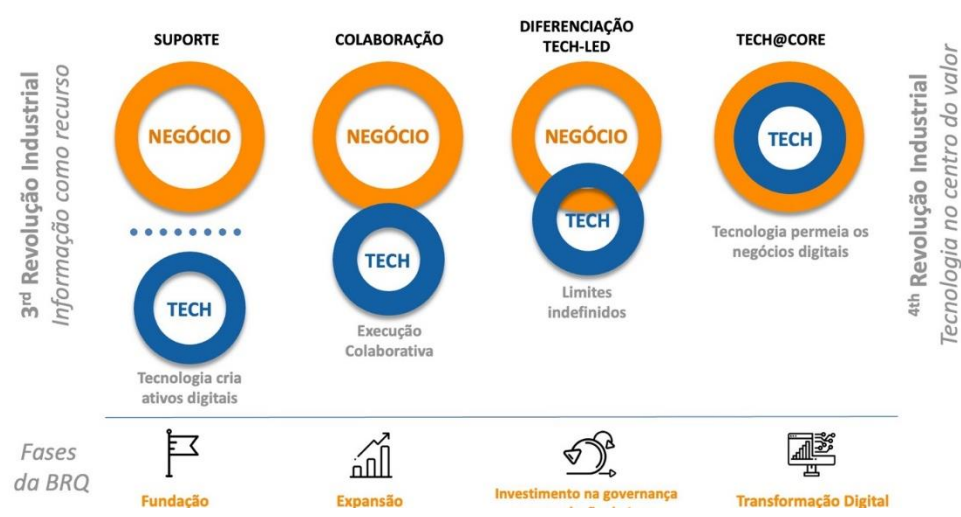
i. participação em cada um dos mercados

Quando se avalia o papel da tecnologia ao longo da história recente e sua relação com as demais áreas de negócios, é evidente a sua evolução se comparada a uma função meramente informativa na 3ª Revolução Industrial. Anteriormente, o valor gerado pela tecnologia se restringia a um suporte a algum outro negócio principal, criando ativos digitais acessórios aos negócios para impulsioná-los a um estágio de execução cada vez mais colaborada e próximo a outros negócios. Com o passar dos anos, as duas frentes de tecnologia e negócios tiveram a integração entre si impulsionada que gera uma linha de divisão cada vez mais tênue entre elas. Hoje em dia, segundo artigo publicado pela Forbes em 2021, a tecnologia é intrínseca aos negócios e deu início a uma “4ª Revolução Industrial”, em que ocupa um papel central na criação de valor no mercado e seus players.

¹ <https://www.forbes.com/sites/forbestechcouncil/2020/08/03/how-businesses-can-thrive-in-the-fourth-industrial-revolution/?sh=ca87c6755cc8>

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A imagem abaixo ilustra claramente essa conexão de business com tecnologia, que antes eram vistas de forma apartada, onde tecnologia estava basicamente nas áreas de backoffice, hoje claramente ela parte da natureza de qualquer negócio e atuação, com total sinergia entre ambas.



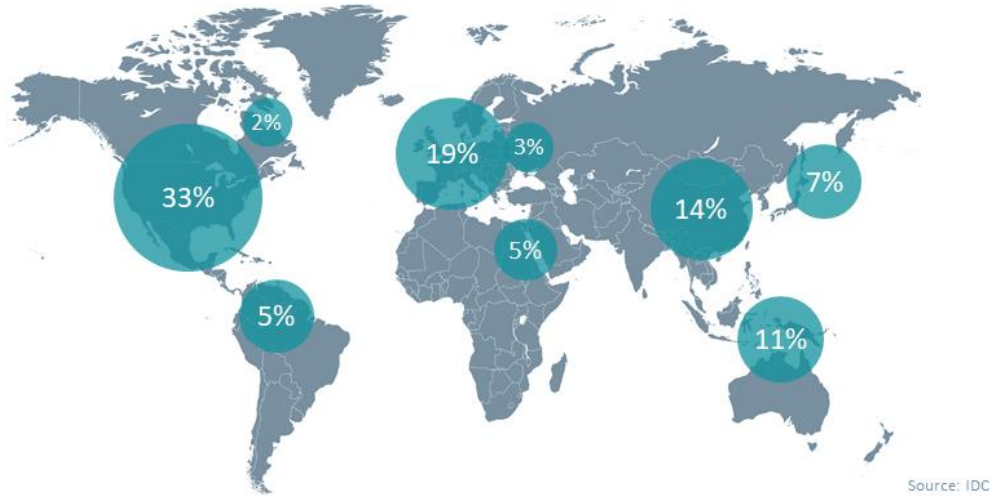
Desta forma, a Indústria Global de Tecnologia tem se tornado cada vez mais relevante. De acordo com o Energytracker Asia2, em 2021 estima-se que o gasto total com tecnologia no mundo atingirá US\$ 5 trilhões, dos quais 5% deverão vir da América Latina e 33% dos Estados Unidos. Segundo o IDC, o mercado global de transformação digital cresce com um CAGR de mais de 16.5% para 2022-2024, representando 55% de todo o investimento em TIC até o final de 2024. A expectativa do IDC é que mais da metade da economia global seja baseada ou influenciada pelo digital, já que a maioria dos produtos e serviços utiliza um modelo de entrega digital ou exige aumento digital para permanecer competitivo. O Gartner, em seu estudo Gartner Market Data Book 3Q21, prevê que o tamanho do mercado global de transformação digital deve crescer a um ritmo de 1,5 vezes de 2021 a 2025.

Quando analisamos mais a fundo as iniciativas do setor de tecnologia, segundo pesquisa realizada em 2020 da Computer Economics3, observa-se que aplicações e infraestrutura de nuvem, data analytics e transformação digital (subsetores da Companhia), vêm se expandindo mais de 50% no ano (2020 vs. 2019) sendo, portanto, os maiores focos de prioridades de tecnologia para empresas dos diversos setores. Analisadas separadamente, aplicações na nuvem apresentaram maior aumento de gastos quando comparados o ano de 2020 a 2019, com acréscimo de 83% ao passo que infraestrutura de serviços de nuvem, data analytics e transformação digital apresentaram aumentos de 71%, 63% e 56%, respectivamente, no mesmo período.

² <https://energytracker.asia/pollution-and-renewable-energy-in-tech-where-does-the-industry-stand/>
³ <https://www.zdnet.com/article/it-budgets-2020-21-planning-for-business-continuity-in-uncertain-times/>

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

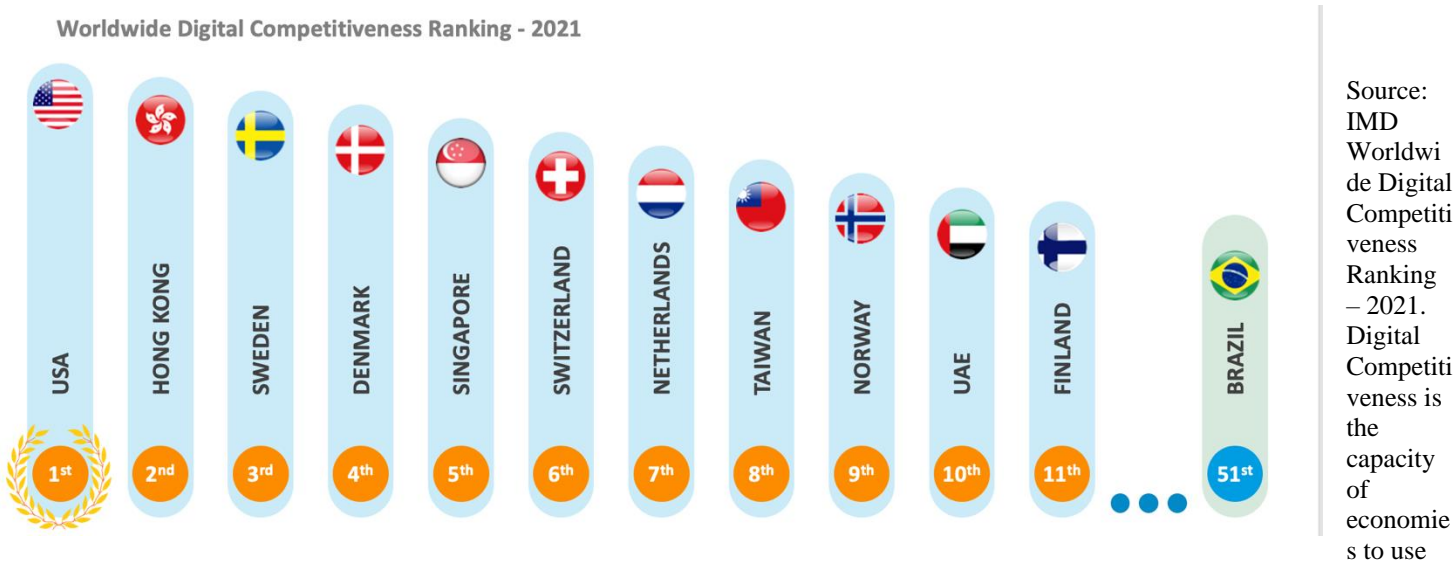
Participação por região na indústria global de tecnologia: US\$ 5 trilhões



Fonte: IDC4

Realizando uma comparação entre a Companhia e o tamanho do mercado, observa-se uma grande oportunidade de crescimento no Brasil e no mundo e, segundo o IDC, o Mercado de Transformação Digital no Brasil crescerá em CAGR acima de 22%, para US\$ 75 bilhões em 2025.

Claramente ainda há um espaço muito grande para empresas adotarem a transformação digital no Brasil. O Brasil, Segundo o IMD Worldwide Digital Competitiveness Ranking, é o 51º país no Ranking Mundial de competitividade e adoção Digital.



digital technologies to transform themselves, i.e, adoption of new technologies in providing solutions that lead to long term value creation

4 <https://energytracker.asia/pollution-and-renewable-energy-in-tech-where-does-the-industry-stand/>

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia acumula diversos prêmios, se tornando referência no mercado de Transformação Digital e de tecnologia. Os prêmios demonstrando referência de mercado constam no item 7.1 do presente Formulário de Referência.

Transformação Digital dos negócios

Há uma perspectiva de crescimento relevante do mercado de transformação digital em escala global. Em 2015, os gastos com transformação digital foram de US\$ 102 bilhões e estima-se que atingirão US\$ 467 bilhões em 2025, o que representa um crescimento médio anual de 16,5%.

Neste sentido, espera-se que, em termos de crescimento, a indústria de serviços de TI se mantenha como uma parcela relevante do PIB nos próximos anos, com serviços digitais liderando o crescimento de receita da indústria. De acordo com o IDC, mais do que 65% do PIB será totalmente digital em 2022, demandando cerca de US\$6,8 trilhões mil em investimentos entre 2020 e 2023.

Com isso, é esperado que a intensidade que as companhias do setor utilizando dados digitais para a tomada de decisões continue em aceleração, sendo que mais de 50% de empresas globais esperam utilizar algum grau de transformação digital até 2025, segundo o IDC. Ainda, segundo artigo publicado pela Valor Agregado em março de 2021, espera-se que, até 2023, 40% das empresas adotarão o trabalho remoto, conectando oferta de serviços multicanal com uma experiência de trabalho sem limitações geográficas.

Nesse racional, a Companhia espera que serviços tradicionais de tecnologia tenham um crescimento menos acentuado nos próximos anos e que seus projetos de tecnologia com enfoque em transformação digital continuem a performar de forma expressamente positiva. Em adição, com base na divulgação realizada pela Deloitte sobre como a pandemia impactou o uso da tecnologia e seus principais efeitos nas transações de M&A (Merge and Acquisitions), as crescentes demanda, buscas e as negociações por M&A geram maior procura por serviços de consultoria focados no setor de TI, visando impulsionar a complementariedade de verticais entre as companhias da negociação, por exemplo.

De forma a se ancorar no cenário ascendente do mercado global de TI, outros setores também experimentarão crescimento através da transformação digital, hoje em dia observada nitidamente em serviços financeiros, por exemplo, conforme divulgado pela Deloitte e pela Reuters⁵ em artigo publicado em agosto de 2020. Com isso, a Companhia não apenas se posiciona em áreas estratégicas em que a digitalização pode oferecer avenidas de crescimento, como também inclui tal serviço em seu portfólio core de serviços.

Hoje em dia, a Companhia acredita que áreas com relevante digitalização de negócios, bem como a bancária e financeira podem apresentar ainda maior aceleração nesse sentido, oferecendo oportunidades significativas de

⁵ <https://www.reuters.com/world/the-great-reboot/bank-regulators-tech-giants-are-now-too-big-fail-2021-08-20/>

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

exploração em seus negócios, conforme informações divulgadas pela Abisa⁶ e Febrabam⁷, ambas de outubro de 2020 e CardRates.com⁸ em novembro de 2020.

Nesse sentido, outros segmentos da economia estão se beneficiando dos segmentos de pagamentos e bankings, indústria altamente consolidada pela companhia. Ainda se tratando de indústrias que têm aderido a digitalização, podem ser citadas a de telecomunicações, segundo pesquisas divulgadas pela McKinsey⁹, varejo, segundo publicação da PR Newswire¹⁰, e saúde segundo a Deloitte, conforme esquematizado abaixo e todas elas impulsionadas pelas indústrias de pagamentos e banking e algumas delas até criando novos modelos de negócios baseado nessas duas indústrias.

Pagamentos

Antes do COVID-19, o setor de pagamentos já caminhava na direção da transformação digital, a exemplo de soluções como pagamentos por aproximação e ascensão de pagamentos digitais pelo e-commerce. Entretanto, a partir de 2020 o cenário desse setor tem se mostrado cada vez mais disruptivo, principalmente para enfrentar as mudanças trazidas pela pandemia. Segundo a consultoria francesa Capgemini¹¹, em 2020, 41% dos usuários de dinheiro físico experimentaram pagamentos por aproximação, 35% dos que tinham cartões os adicionaram à carteira digital, e 27% experimentaram pagamentos por QR code.

Deste modo, em 2018, foram feitas mais de 368 bilhões transações em cartões globalmente, com previsão de crescimento anual de 12% para as transações não monetárias até 2023, segundo publicação da CardRates.com¹², publicada em novembro de 2020. Portanto, espera-se que este mercado continue explorando soluções pautadas na transformação digital, favorecendo o ramo de atuação da Companhia.

Com isso, em 2019, a indústria de pagamentos nos EUA movimentou US\$ 1,210 trilhão em transações. Já na indústria de pagamentos no Brasil em 2019 foram movimentados US\$ 104 bilhões vs. US\$ 93 bilhões em 2016, crescendo a um CAGR de 3,7% segundo dados divulgados pela BIS Statistics.

⁶ <https://abisa.com.br/30-dos-consumidores-ja-usam-meio-de-pagamento-de-uma-big-tech-diz-estudo>

⁷ <https://noomis.febraban.org.br/noomisblog/meios-de-pagamento-aceleram-transformacao-digital>

⁸ <https://www.cardrates.com/advice/number-of-credit-card-transactions-per-day-year/#worldwide>

⁹ <https://www.mckinsey.com/br/our-insights/transformacoes-digitais-no-brasil>

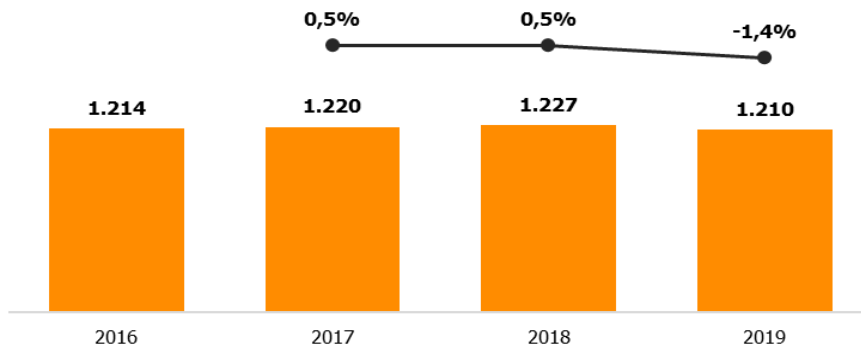
¹⁰ <https://www.prnewswire.com/news-releases/digital-transformation-market-in-retail-sector-to-grow-over--137-billion-between-2021-2025--technavio-301318663.html>

¹¹ <https://abisa.com.br/30-dos-consumidores-ja-usam-meio-de-pagamento-de-uma-big-tech-diz-estudo>

¹² <https://noomis.febraban.org.br/noomisblog/meios-de-pagamento-aceleram-transformacao-digital>

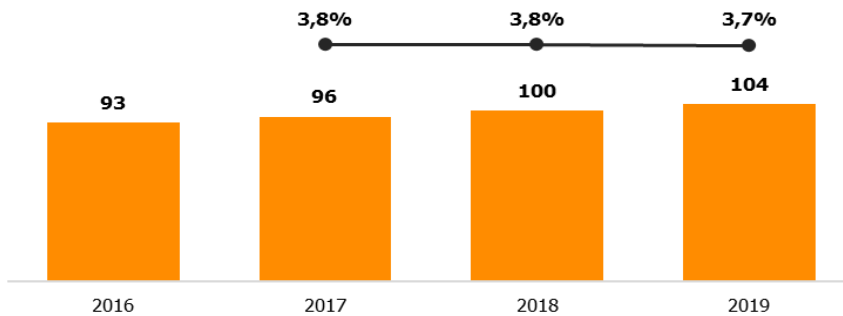
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Indústria de Pagamentos nos EUA e crescimento ano a ano (US\$ trilhões)



Fonte: BIS

Indústria de Pagamentos no Brasil e crescimento ano a ano (US\$ trilhões)



Fonte: BIS

Banking

Dada a alta concentração de bancos não só no Brasil, mas também globalmente, estes não tinham incentivos para desenvolver sua infraestrutura de tecnologia, subestimando investimentos nessa frente ao longo dos anos, na percepção da Companhia. Tal fato parece ter resultado em sistemas com baixa escalabilidade e enrigecidos quando se trata do uso da tecnologia, o que pressionado principalmente pelo advento de fintechs e neobanks, impulsionou bancos tradicionais a se movimentarem e alinharem especialmente às tendências do pós-pandemia. Segundo a Febraban¹³ e Deloitte¹⁴, os bancos no Brasil gastaram aproximadamente R\$ 26.000.000 mil com tecnologia, e segundo o IDC, os EUA, gastaram US\$ 32,1 trilhões em 2020, o que pode apresentar ainda maior potencial de exploração para a BRQ.

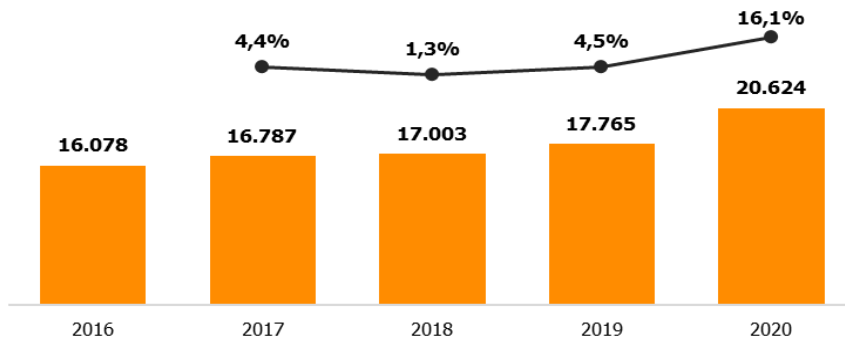
Em 2020, a indústria de Banking nos Estados Unidos atingiu US\$21,6 trilhões em transações a um CAGR de 6,4% em comparação a US\$ 16, 1 trilhões em 2016, segundo dados divulgados pela BIS Statistics. Já a indústria de Banking no Brasil em 2020 foi de US\$ 1,6 trilhões vs. US\$ 1,1 trilhões em 2016, crescendo a um CAGR de 9,0% segundo dados divulgados pela BIS Statistics.

¹³ <https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/financial-services/articles/pesquisa-febraban-tecnologia-bancaria.html>

¹⁴ <https://www.reuters.com/world/the-great-reboot/bank-regulators-tech-giants-are-now-too-big-fail-2021-08-20/>

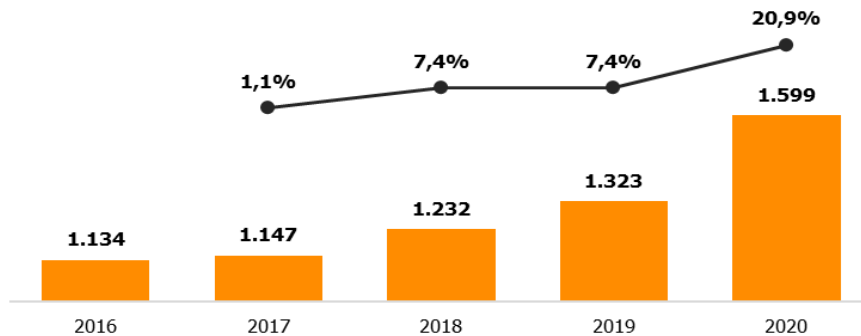
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Indústria de Banking nos EUA e crescimento ano a ano (US\$ bilhões)



Fonte: Market Line

Indústria de Banking no Brasil e crescimento ano a ano (US\$ bilhões)



Fonte: Market Line

Telecom

O mercado global de telecom, em 2019, apresentou uma receita total de US\$ 1,5 trilhões mil, enquanto o mercado de telecom da América Latina e Brasil, US\$ 147 bilhões e US\$ 47 bilhões, respectivamente, sendo o Brasil o maior mercado da região, sendo o IDC¹⁵. Ancorado principalmente em tendências criadas pela pandemia, as iniciativas das companhias do setor se concentram em encontrar soluções para explorar 5G, tecnologias SDN e NFV e operações digitais, segundo publicação da CIO¹⁶. Com isso, esse setor apresenta consciência relevante do potencial de mudança de digital analytics, sendo que 80% das empresas do setor têm esta prática em seu quartil superior, segundo estudo realizado pela McKinsey¹⁷. Entretanto, as empresas de telecom ainda enfrentam desafios em termos de implementação de tal estratégia, principalmente no Brasil, o que apresenta uma avenida de crescimento relevante para a Companhia.

¹⁵ <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS47671521>

LatAm e Brasil: <https://www.statista.com/statistics/314406/telecom-services-spending-forecast-latin-america/>

¹⁶ <https://cio.com.br/tendencias/a-transformacao-digital-mudara-tambem-o-setor-de-telecomunicacoes/>

¹⁷ <https://www.mckinsey.com/br/our-insights/transformacoes-digitais-no-brasil>

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

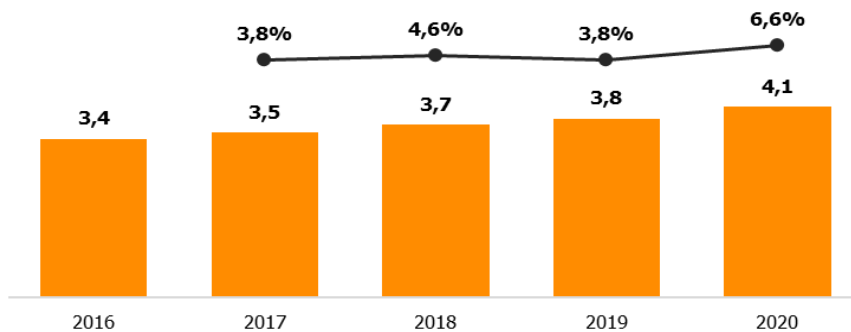
Varejo

Pautado nas necessidades de desenvolvimento de eficiência operacional e penetração crescente dos conceitos de internet-of-things e adoção de serviços de nuvem por meio da transformação digital, espera-se que o setor de varejo cresça a um CAGR de aproximadamente 17% de 2021 a 2025, atingindo crescimento nominal de US\$ 137 bilhões de acordo com a Technavio, de acordo com artigo publicado pela PR Newswire¹⁸ em junho de 2021.

Ainda, impulsionado pelos impactos da pandemia do COVID-19 e adoção crescente de e-commerce, os players globais têm tido que se reinventar e oferecer soluções cada vez mais inovadoras para acompanhar as tendências de digitalização observadas principalmente a partir de 2020. Logo, é nítido que a transformação digital tem sido essencial no segmento de varejo, tendência que a Companhia entende que deve se manter em consolidação nos próximos anos e ser atrativa para a atuação da BRQ.

Conforme gráficos abaixo, o mercado norte-americano de varejo atingiu em vendas US\$ 4,1 trilhões em 2020 vs. US\$ 3,4 trilhões em 2016, o que ocorreu com um CAGR de 4,7%, conforme divulgação realizada pela National Retail Federation em fevereiro de 2021. Já no Brasil, o mercado de varejo foi de R\$ 2.200.000.000 mil em 2020, enquanto em 2016 foi de R\$ 1.800.000.000 mil, apresentando CAGR de 5,0%, segundo divulgação realizada pela Falke Information em janeiro de 2021.

Indústria de Varejo nos EUA e crescimento ano a ano (US\$ trilhões)

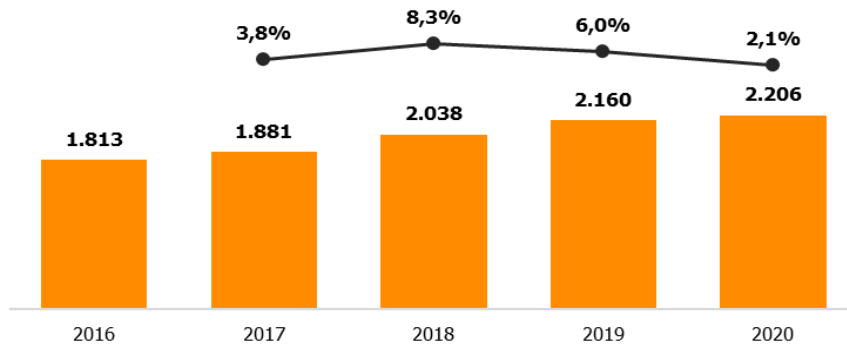


Fonte: National Retail Federation

¹⁸ <https://www.prnewswire.com/news-releases/digital-transformation-market-in-retail-sector-to-grow-over--137-billion-between-2021-2025--technavio-301318663.html>

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Indústria de Varejo no Brasil e crescimento ano a ano (R\$ bilhões)



Fonte: IBGE e Ipeadata

Healthcare

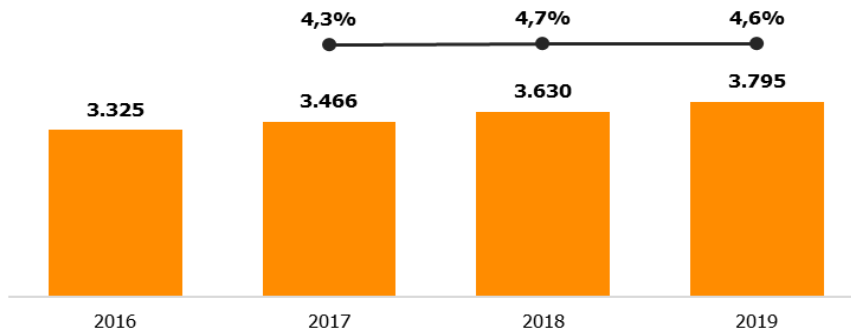
Além de apresentar boas perspectivas nos próximos anos pautado no envelhecimento da população, avanço de tecnologia médica, recuperação econômica global gradual e outros fatores, o setor de saúde tem experimentado avanços no que diz respeito a transformação digital. Também impulsionado pela pandemia, aproximadamente 65% dos provedores de saúde na Europa afirmam ter adotado soluções digitais, sendo que 64% afirmam que sua organização o fez para oferecer suporte e interação virtual com pacientes, segundo estudo divulgado pela Deloitte em abril de 2021.

Nesse sentido, a inteligência artificial tem ganhado tração, sendo que os gastos com nuvem aumentaram 11% no segundo trimestre de 2020 com relação ao mesmo período do ano anterior. Desta forma, são geradas novas oportunidades, a exemplo do campo de segurança cibernética, aceleração de lançamentos e democratização do acesso à saúde, segundo estudo divulgado pela Deloitte em abril de 2021.

Com isso, em 2020, o mercado de healthcare nos EUA movimentou US\$ 3,8 bilhões em gastos 2019, o que cresceu a um CAGR de 4,5% quando comparado a 2016 (US\$ 3,3 bilhões), segundo dados divulgados pela Centers for Medicare & Medicaid Services, Office of the Actuary, National Health Statistics Group, U.S. Department of Commerce, Bureau of Economic Analysis; e U.S. Bureau of the Census. No Brasil, os gastos com saúde em 2020 foram de R\$ 737.000.000 mil vs. R\$ 577.000.000 mil em 2016, com CAGR de 6,3%, segundo dados divulgados pelo The Economist Intelligence Unit.

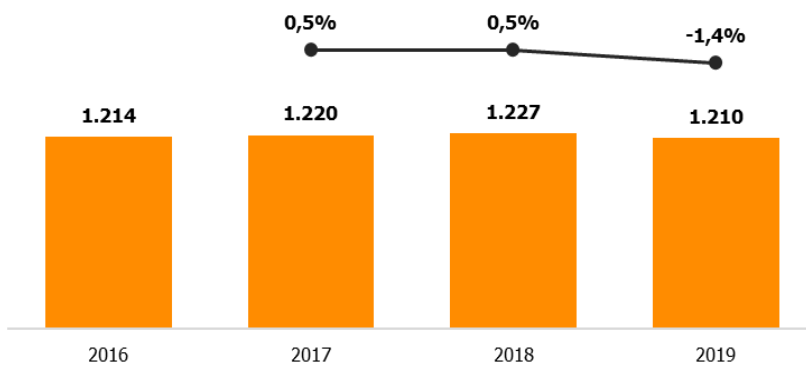
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Indústria de Healthcare nos EUA e crescimento ano a ano (US\$ bilhões)



Fonte: CMS

Indústria de Healthcare no Brasil e crescimento ano a ano (R\$ bilhões)



Fonte: The Economist Intelligence Unit

ii. condições de competição nos mercados

O International Data Corporation (IDC)¹⁹, divulgou uma previsão de aumento de 11% no mercado de TI brasileiro em 2021. A transformação digital não é mais uma tendência, mas um critério básico de sobrevivência para qualquer negócio no futuro. De acordo com a última previsão do Gartner, que trabalha com pesquisa e aconselhamento para empresas, os investimentos em tecnologia da informação no mercado brasileiro devem totalizar US\$ 64,4 bilhões em 2021, um aumento de 7% com relação a 2020.

No Brasil, os mercados em que a Companhia atua são altamente fragmentados, com elevada representatividade de pequenas e médias empresas e poucos grupos de multinacionais de grande porte. Nesse contexto, o diferencial da Companhia está em oferecer equilíbrio entre eficiência e flexibilidade, com um modelo de crescimento baseado em diferenciação, qualidade de entrega, escala de operação, preço, proximidade ao cliente, agilidade nas

¹⁹ <https://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prLA47452221>

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

decisões e conhecimento da indústria, sendo que nos últimos três anos a Companhia apresenta um crescimento médio de 20% ao ano de receita líquida.

c. eventual sazonalidade

A Companhia entende que o mercado de tecnologia da informação, inclusive os segmentos de software e serviços, não apresentam uma sazonalidade acentuada (cerca de 47% no 1º semestre e 53% no segundo semestre). Entretanto, a Companhia percebeu que, historicamente, houve menor concentração no 1º trimestre por conta da interrupção momentânea na contratação de projetos devido ao período de férias e a consequente redução no volume de projetos, crescendo ao longo do ano, com uma maior concentração da receita líquida no 4º trimestre do ano por conta da necessidade de alguns clientes consumirem seus orçamentos até o encerramento do exercício social.

d. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de funcionários. Do ponto de vista de infraestrutura, a Companhia possui fornecedores de data centers e companhias telefônicas que fornecem os seus links de conectividade, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não aplicável.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável.

e. Características do processo de distribuição

A Companhia utiliza equipe comercial própria (canais de vendas direto) já que tem como objetivo ser o principal parceiro de serviços de tecnologia na transformação digital dos nossos clientes, buscando um relacionamento de longo prazo e sempre crescente com cada cliente.

A força de vendas responde diretamente ao Diretor Executivo (Chief Executive Officer - CEO). e está agrupada em cinco unidades de negócios, abreviadas como DBU (Digital Business Unit) O trabalho é segmentado primariamente por indústria, suportado por especialistas em cada linha de negócios e segue um processo de acompanhamento de oportunidades supervisionado. Cada DBU é liderada por um tríade de executivos, composta por:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **DCE** - Digital Customer Evolution: responsável pelo relacionamento com o cliente e expansão da base de clientes, liderando um time de Account Executives;
- **DLD** - Digital LifeCycle Delivery: responsável pela gestão dos times multidisciplinares (squads), entregas ao cliente e aplicação do framework BRQ.
- **DES** - Digital Evolution Strategyst: responsável por identificar as necessidades e desafios do mercado de atuação e impulsionar o posicionamento da BRQ como parceiro estratégico na evolução digital de nossos clientes.

No Desenvolvimento de Aplicações e Integrações são os gerentes de projetos que fazem a atividade comercial da venda do projeto. As atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo. O preço da unidade de serviço já é definido nos contratos mães dos clientes base. Para clientes não base é responsabilidade deste gerente a negociação do preço.

Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de Governança onde profissionais de qualidade acompanham o fechamento do contrato.

f. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A BRQ é líder de mercado de Transformação Digital pelo 2º ano consecutivo:

A companhia foi eleita líder em 3 dos 4 quadrantes do estudo ISG Provider Lens™ Digital Business:

1. Solutions and Service Partners Brasil 2021: Digital Business Consulting Services
2. Digital Customer Experience Services
3. Digital Supply Chain Transformation Services

Também foi eleita Top 100 Telecom e entre as 10 empresas que mais crescem em Telecom – Anuário Telecom. Está entre as Melhores e Maiores da Exame e 3º lugar em Tecnologia e Mídia

Também é reconhecida pelo IDC como uma das maiores empresas de serviço no gerenciamento e desenvolvimento de aplicações.

Entre diversos outros prêmios destacados no item 7.1 do Formulário de Referência.

ii. condições de competição nos mercados

Em um mercado extremamente fragmentado com milhares de pequenas empresas e alguns grupos multinacionais de grande porte, a BRQ oferece equilíbrio entre eficiência e flexibilidade, com um modelo de crescimento

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

baseado em diferenciação, qualidade de entrega, escala de operação, preço, proximidade ao cliente, agilidade nas decisões e conhecimento da indústria.

g. eventual sazonalidade

No mercado de serviços de tecnologia da informação existe uma concentração um pouco maior de receita no segundo semestre, devido a necessidade de alguns clientes realizarem seus orçamentos até o encerramento do exercício social.

h. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de funcionários. Do ponto de vista de infraestrutura, possuímos fornecedores de data centers e companhias telefônicas que fornecem os nossos links de conectividade, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não aplicável

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

2021

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 1 (um) cliente foi responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, sendo:

Cliente 1, responsável por receita líquida de vendas e serviços prestados no montante de R\$ 170.418 mil.

No exercício social encerrado em 2021, a receita líquida deste cliente representou 29,9% do montante total apurado pela Companhia.

2020

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 1 (um) cliente foi responsável, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, sendo:

Cliente 1, responsável por receita líquida de vendas e serviços prestados no montante de R\$ 144.824 mil.

No exercício social encerrado em 2020, a receita líquida deste cliente representou 30,8 % do montante total apurado pela Companhia.

2019

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2 (dois) clientes foram responsáveis, individualmente, por mais de 10 % da receita líquida total da Companhia, sendo:

Cliente 1, responsável por receita líquida de vendas e serviços prestados no montante de R\$ 90.615 mil (23,6%).

Cliente 2, responsável por receita líquida de vendas e serviços prestados no montante de R\$ 46.586 mil (12,1%).

No exercício social encerrado em 2019, a receita líquida destes clientes representou 35,7 % do montante total apurado pela Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Os seguintes segmentos operacionais foram afetados pelas receitas provenientes dos clientes indicados no item (a) acima: “Desenvolvimento de Aplicações e Integrações”.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A companhia não possui necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Apesar das atividades da Companhia não estarem sujeitas a possuir regulação ambiental específica, a BRQ possui uma Política de Sustentabilidade estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, agrupando, dessa forma, temas relevantes para reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e direcionar a gestão interna da Companhia.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Apesar da relevância de algumas marcas e nomes de domínio registrados em nome da Companhia, não possuímos dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“Lei de Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade intelectual no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, todas as marcas indicadas como relevantes pela Companhia às suas atividades encontram-se devidamente registradas perante o INPI.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Programas de Computador

No Brasil, programas de computador (softwares) são protegidos pela legislação de direitos autorais, essencialmente, a Convenção de Berna sobre Direitos do Autor, ratificada no Brasil por meio da publicação do Decreto nº 75.699/1975, e a Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais) em conjunto com Lei nº 9.609/1998 (Lei de Software), sendo definidos como “expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

Ao titular de um registro de software é assegurada a tutela dos direitos relacionados ao software por 50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação. Apesar da possibilidade de registro do software no INPI, a proteção aos direitos sobre softwares não depende desse registro.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, favor verificar o item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

As atividades da Companhia são geograficamente concentradas no mercado brasileiro. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 a representatividade foi de 92,79%, 91,41% e 90,66%, respectivamente conforme demonstrado na tabela abaixo:

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados do País Sede (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2021	R\$ 646.233	92,79%
2020	R\$ 521.742	91,41%
2019	R\$ 379.048	90,66%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida de vendas e serviços prestados proveniente de clientes no exterior é auferida nos Estado Unidos, por meio da subsidiária da Companhia naquele País BRQ IT Services Inc. e sua controlada ThinkInternational LLC, Inc., que estão sediadas nos Estados Unidos. A receita líquida proveniente de clientes no Peru, Argentina e Chile é prestada pela BRQ do país sede, conforme demonstrado nas tabelas abaixo:

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados nos Estados Unidos (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2021	R\$ 49.911	7,17%
2020	R\$ 49.002	8,59%
2019	R\$ 39.066	9,34%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados no Chile (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2021	R\$ 64	0,01%

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados na Argentina (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2021	R\$ 123	0,02%

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados no Peru (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2021	R\$ 115	0,02%

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida de vendas e serviços prestados da Companhia no exterior é auferida nos Estados Unidos, Chile, Argentina e Peru, conforme indicado abaixo:

Período / Ano	Receitas Líquida de vendas e serviços prestados nos Estados Unidos (em milhares de Reais, exceto percentuais)	% da Receita Líquida de vendas e serviços prestados
2021	R\$ 50.213	7,21%
2020	R\$ 49.002	8,59%
2019	R\$ 39.066	9,34%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia possui uma controlada no exterior (EUA), que está sujeita à regulação deste país no que diz respeito a tributação, atendimento as leis trabalhistas e demais regras locais.

7.8 - Políticas Socioambientais

a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia possui uma Política de Sustentabilidade aprovada pela diretoria em 11 de novembro de 2021, à qual todos os colaboradores têm acesso e estão sujeitos, contendo princípios e valores, bem como um conjunto de ações e práticas ordenadas, todas na busca pelo desenvolvimento sustentável e pela preservação do meio ambiente.

A Política de Sustentabilidade tem por objetivo demonstrar nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta. Esta política está norteada por princípios e valores ambientais que levam em consideração a sustentabilidade. A Alta Direção compromete-se com a melhoria contínua e eficaz do seu Sistema de Gestão, promovendo desdobramento destas diretrizes nos seus objetivos estratégicos e processos.

Princípios

- ❖ Conformidade com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os atos dos quais o Brasil e as empresas são signatários;
- ❖ Cumprir e manter seus processos de acordo com a legislação ambiental aplicável e adotar normas corporativas de gestão ambiental, incluindo revisões contratuais englobando as contratações com clientes e fornecedores;
- ❖ Promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável;
- ❖ Conscientização e engajamento de todos os colaboradores com a sustentabilidade.
- ❖ Buscar novas tecnologias de construção e uso de matérias-primas economicamente viáveis e aperfeiçoar os processos de engenharia de modo a minimizar os impactos no meio ambiente;
- ❖ Utilizar água e energia de forma consciente com controle e gerenciamento, adotando medidas de substituição de equipamentos obsoletos para melhor aproveitamento dos recursos;
- ❖ Reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos, sempre que possível;
- ❖ Divulgar as práticas de sustentabilidade;
- ❖ Promover o comprometimento da alta direção com o desenvolvimento do tema;
- ❖ Promover e incentivar a inovação tecnológica, o investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e a concepção de novos projetos e produtos para que sejam concebidos de maneira sustentável;
- ❖ Respeitar nossos clientes;

7.8 - Políticas Socioambientais

- ❖ Respeitar a diversidade, combatendo a discriminação, o assédio moral e sexual e a corrupção em todas as suas formas;
- ❖ Garantir condições de trabalho adequadas e o bem-estar dos nossos colaboradores;
- ❖ Atuação de forma ética, íntegra e transparente com todas as partes interessadas.
- ❖ Enfatizar a importância da aderência ao “Código de Conduta” da Companhia.

A Política de Sustentabilidade está estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, que agrupam temas relevantes reafirmando o compromisso da Companhia com a melhoria contínua da sustentabilidade de suas atividades, no seguinte sentido:

- **Mercado:** (i) estabelecer relações éticas e transparentes com os clientes, colaboradores, fornecedores e com todos com quem a Companhia mantenha relacionamento, criando valor para todos os elos de sua cadeia; (ii) considerar as dimensões econômica, social e ambiental na mais equilibrada forma possível, nos processos de tomada de decisão, buscando melhoria contínua e sustentável dos seus processos; (iii) motivar para práticas sustentáveis os colaboradores, clientes, parceiros de negócios e fornecedores; (iv) transparência e responsabilidade na divulgação de informações.
- **Ambiental:** (i) utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos; (ii) utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água; (iii) aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos; (iv) prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente, priorizando a utilização de energia limpa e renovável; (v) manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia. (vi) utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO). (vii) melhoria contínua do desempenho Ambiental.
- **Social:** (i) estimular, fortalecer e ampliar práticas internas de promoção à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores; (ii) assegurar que as instalações dos escritórios da BRQ atendam às condições de acessibilidade; (iii) relacionar-se com fornecedores comprometidos com a correta aplicação das legislações trabalhista, ambiental, anticorrupção e sobre direitos humanos; (iv) promoção dos Direitos Humanos: combate a corrupção, ao trabalho infantil, ao assédio moral e sexual e ao trabalho forçado ou compulsório; (v) realizar as atividades empresariais de forma a desenvolver, direta ou indiretamente, a comunidade do entorno da entidade; (vi) comportamento legal, ético e transparente junto às partes interessadas; (vii) prevenção de todas as formas de discriminação e respeito da diversidade.
- **Governança Corporativa:** apoiar e incentivar à incorporação do tema sustentabilidade aos programas, projetos e processos da Companhia em consonância com a busca da melhoria contínua das práticas de gestão adotadas pela Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

Em atenção ao Comunicado Externo 017/2011-DP da B3, há época BM&FBOVESPA, a Companhia informa que, até o presente momento, não apresentou relatório socioambiental, sobretudo considerando o baixo impacto socioambiental dos seus negócios, seu porte e setor de atuação.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Política de Código de Conduta (documento que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores) é divulgada a todos os colaboradores e está disponível de fácil acesso para eventual consulta.

Como Ética e Respeito ao Ser Humano são alguns dos valores principais da BRQ, em seu processo de recrutamento e seleção, não é permitido a distinção aos aspectos pessoais relacionados na pergunta em questão. A BRQ cumpre e garante todos os direitos de seus colaboradores.

A biodiversidade é responsável pelo equilíbrio do planeta e, portanto, está ligada ao seu comprometimento para ser preservada.

Com o meio ambiente degradado a economia não se desenvolve a longo prazo e o futuro fica insustentável, pensando nisto a BRQ busca contribuir com a questão ambiental adotando medidas preventivas e corretivas.

Os procedimentos adotados visam obter o menor impacto ambiental possível.

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, foram criadas ações para utilização consciente de recursos como energia elétrica, água e papel, na contratação de fornecedores de equipamentos e produtos que compartilhem essa consciência ambiental e no descarte de materiais por meio de coleta seletiva.

Acreditamos que preservando as florestas do país, ao orientar e desenvolver ações que incentivam o uso correto de papel, hoje uma fonte importante de consumo para o seu ramo de negócios, estamos contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

A coleta de lixo seletiva e descarte estruturado de equipamentos depreciados garantem o controle, o armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados.

A BRQ realiza campanhas através de e-mails, mural e instruções para o uso consciente da utilização de água e energia.

Em decorrência da pandemia do COVID, a BRQ diminuiu significativamente o consumo de papel para impressões, contribuindo com a questão de proteção às florestas.

A BRQ realiza ações para conscientização e redução de consumo de energia elétrica e ações em andamento nesse sentido.

7.8 - Políticas Socioambientais

Além destes, a BRQ participa de iniciativas e compromissos voluntários para sustentabilidade, através de projetos sociais, os quais são tratados internamente pela Alta Direção. Para exemplificar, podemos citar seu compromisso com a Fundação ABRINQ - Empresa amiga da criança.

A BRQ segue os programas de inclusão de diversidade do Governo, como o de PCD (Pessoas com Deficiência) e Menor Aprendiz.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Atualmente, não há informações auditadas ou revisadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde possam ser encontradas essas informações

As informações que tratam da política de sustentabilidade da Companhia, são divulgadas internamente aos funcionários através do portal WorkPlace.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Pontos Fortes da Companhia

A Companhia se destaca em suas atividades pelos seguintes diferenciais competitivos:

- 1) **Posição de liderança e expertise no mercado-foco:** A BRQ é reconhecida pelo IDC como a 3ª maior empresa de serviços no gerenciamento e desenvolvimento de aplicações customizadas para o setor financeiro. A BRQ se dedica em manter esta liderança através de um time com expertise e grandes projetos executados neste segmento.
- 2) **Soluções inovadoras, abrangentes e de fácil implementação:** A Companhia nasceu a partir de um projeto de empreendedorismo, aliado a um grande cliente. Esta característica de negócios continua permeando a gestão, que busca soluções simples e ágeis, com entendimento do ponto de vista do cliente para a melhoria de processos e incremento de soluções ofertadas.
- 3) **Experiência dos sócios e management na execução e operação de projetos:** A maioria dos membros da diretoria executiva trabalham há mais de 19 anos na Companhia, o que garante expertise na condução dos negócios. Os conselheiros possuem experiência e conhecimento do setor de tecnologia, em diversas companhias, o que adiciona diferentes visões complementares sobre o negócio. Os principais executivos e gerentes são profissionais reconhecidos pelos clientes pelo conhecimento de TI alinhada ao negócio.
- 4) **Consolidação do mercado:** O mercado de serviços de TI no Brasil é bastante fragmentado e tende a se consolidar em torno das empresas que tiverem maior capacidade de atrair talentos, desenvolver relacionamentos de longo prazo com seus clientes e acompanhar a evolução tecnológica. O mercado tem sido já há alguns anos, um dos mais ativos na área de fusões e aquisições de empresas, e espera-se que continue assim nos próximos anos.
- 5) **Globalização de clientes brasileiros:** O grau de internacionalização de empresas brasileiras ainda é bastante incipiente quando comparado com as empresas dos outros países dos BRICS ou de outros mercados similares. Espera-se que as maiores empresas brasileiras sigam o caminho da internacionalização de forma crescente. A tendência de que tais empresas contratem de forma global seus fornecedores estratégicos é grande, haja vista o que já ocorre com empresas multinacionais que operam no Brasil. Esperamos que essa tendência nos favoreça, em relação aos seus principais clientes.

Além das informações divulgadas acima e nos demais itens desse formulário de referência não há informações adicionais que julgamos relevantes a essa seção.

8.1 - Negócios Extraordinários

Para os exercícios sociais encerrados em 2021, 2020 e 2019, a Companhia não alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre nas operações normais, além das operações indicadas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não é aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não é aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

No julgamento da Companhia, não há outras informações relevantes relacionadas a este item 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão apresentados nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c, a seguir.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	Barueri	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Veículo	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	Barueri	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	Barueri	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	PR	Curitiba	Arrendada
Móveis e Utensílios	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	Barueri	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Veículos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamento Telefônico	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Equipamentos de Informática	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamento Telefônico	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Marcas e Patentes	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Instalações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	PR	Curitiba	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	SP	Barueri	Arrendada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRQ IT SERVICES	02/10/2022	Não pagamento de taxas de renovação de vigência.	Possibilidade de utilização da marca por outra empresa, prejudicando a comunicação entre a Companhia e seu público-alvo.
Marcas	BRQ	27/06/2027	Não pagamento de taxas de renovação de vigência.	Possibilidade de utilização da marca por outra empresa, prejudicando a comunicação entre a Companhia e seu público-alvo.
Nome de domínio na internet	<THINK-BRQ.COM>	14/05/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	<THINKBRQ.COM>	14/05/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	<BRQ.COM>	10/02/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<BRQ.COM.BR>	12/01/2029	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda deste nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. Ademais, cumpre ressaltar que a duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	BRQ	27/07/2029	Não pagamento de taxas de renovação de vigência.	Possibilidade de utilização da marca por outra empresa, prejudicando a comunicação entre a Companhia e seu público-alvo.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data		Valor (Reais)		
BRQ IT Services, INC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Prestação de Serviços 100,000000		
				Valor mercado				
31/12/2021	8,060000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	25.095.402,00		
31/12/2020	47,600000	0,000000	0,00					
31/12/2019	21,770000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de Negócios								
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	35.836.076/0001-36	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de Serviços	60,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	216,150000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	2.667.034,73		
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de negócios								
Workfacilit Soluções Digitais Ltda.	35.830.776/0001-13	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de Serviços	51,000000
				Valor mercado				
31/12/2021	28,280000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	327.108,45		
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão de Negócios								

9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia possui os investimentos relacionados abaixo:

- ❖ Investimento direto: Inspeon - 60%
- ❖ Investimento direto: Workfacilit - 51%
- ❖ Investimento direto: BRQ IT - 100%
- ❖ Investimento indireto: Think International LLC - 100% através da sua controlada direta BRQ IT Services, INC.

Em 18 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da BMSIX. O objetivo desta aquisição é fortalecer sua atuação em “Cloud” e reforçar o compromisso em apoiar os clientes em todos os desafios da transformação digital. Com foco em proporcionar automação, inovação e transformação de forma ágil e consultiva, a BMSIX atua desde 2011 na aceleração da adoção de cloud computing, atendendo à necessidade das empresas em relação aos seus negócios de hoje e do amanhã. Os serviços são desenhados para empresas que atuam em mercados que precisam rapidamente promover novas experiências a seus consumidores e querem utilizar a tecnologia de cloud computing para viabilizar suas demandas de forma racional, atendendo a todos os requisitos de governança e compliance. Com soluções que aceleram a operação de tecnologias cloud, é garantida uma jornada mais eficiente e segura, que abrange desde uma etapa de fundação bem-estruturada, até a operação de ambientes já existentes. Com a implementação dessa aquisição, a BRQ ganhará escala para crescer com mais velocidade e fortalecer não só os projetos de cloud e transformação digital dos seus clientes, mas também a expansão da oferta na América do Norte.

Em 03 de setembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Livetouch. O objetivo dessa aquisição é agregar valor à plataforma de serviços prestados atualmente pela Companhia, proporcionando crescimento do seu market-share e boas perspectivas de mercado. A Livetouch desenvolve soluções tecnológicas para inovar processos e produtos de seus clientes, com times especializados para atender todas as fases de um projeto, como: o levantamento das necessidades e oportunidades através de Design Thinking, o layout da solução utilizando as melhores práticas de UX e UI e o desenvolvimento do código em qualquer linguagem que o produto necessitar. O fechamento da aquisição da Livetouch está condicionado à implementação de determinadas condições precedentes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. As informações dos itens 10.1 a 10.9, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020, 2019, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	118.967	104.731	106.918
Caixa e equivalentes de caixa	161.617	134.715	73.376
Dívida Bruta (a)	55.071	75.995	22.371
Caixa líquido (b)	(106.546)	(58.720)	(51.005)
 Lucro líquido do período / exercício	 40.261	 44.569	 29.844
 EBITDA Ajustado (c)	 106.115	 77.893	 50.593
Margem EBITDA Ajustado (%) (d)	16,96%	15,16%	12,10%

(a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2021 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior ; despesas com esforços para aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; valores de prêmio / PLR que foram registrados no momento da sua aprovação, e no ano de 2020 pela perda (ganho) na baixa de ativos. O exercício social encerrado em 2019 e apresentado acima não foi ajustado com itens não

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

recorrentes ou itens que não fazem parte do plano de negócios da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia seguem em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com receita líquida de R\$ 625.547 mil (R\$ 513.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020) e lucro líquido de R\$ 40.261 mil (R\$ 44.569 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 161.617 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2020, que correspondia a R\$ 134.715 mil, um aumento de 20,00%.

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa da Companhia é superior às suas obrigações de curto prazo.

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro 2021, a Companhia possui capital circulante líquido positivo e o nível de endividamento da Companhia encontra-se de patamar adequado.

Considerando seu nível de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 seguiram em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia com receita líquida de R\$ 513.712 mil (R\$ 418.114 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019) e lucro líquido de R\$ 44.569 mil (R\$ 29.844 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 134.715 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R\$ 73.376 mil, um aumento de 83,60%. Esse aumento se deve, principalmente, à 1ª emissão de debêntures realizada em março de 2020, o que impactou o caixa positivamente em R\$ 58.285 mil (valor líquido dos custos de captação), somado a geração operacional de caixa em R\$ 65.309 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, sendo estes compensados parcialmente pelas aquisições de ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 5.853 mil e pelo pagamento de dividendos em R\$ 48.582 mil no mesmo período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia em no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 seguiram em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia com receita líquida de R\$ 418.114 mil (R\$ 357.715 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018) e lucro líquido de R\$ 29.844 mil (R\$ 24.028 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$ 73.376 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R\$ 68.183 mil, um aumento de 7,6%. Esse aumento se deve a geração operacional de caixa da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 compensado parcialmente pelas aquisições de ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 4.815 mil; pelo pagamento de dividendos em R\$ 13.392 mil e pelo pagamento da parcela de principal das dívidas em aberto em R\$ 13.195 mil no mesmo período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	108.967	104.731	106.918
Passivo Total + Patrimônio Líquido	345.489	275.948	208.827
Capital Próprio (a)	31,54%	37,95%	51,20%

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante e não Circulante	226.522	171.217	101.909
Passivo Total + Patrimônio Líquido	345.489	275.948	208.827
Capital de Terceiros (b)	65,57%	62,05%	48,80%

(a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 48,80% de capital de terceiros. Porém, com a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia, o capital de terceiros passou a representar 62,05% em 31 de dezembro de 2020 e 65,57% em 30 de dezembro de 2021.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2021 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Ativo circulante	277.376	233.364	165.624
Passivo circulante	145.975	113.506	88.376
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a)	1,89%	2,06%	1,87%
Ativo total	345.489	275.948	208.827
Passivo total	226.522	171.217	101.909
Índice de Liquidez Geral (ILG) (b)	1,53%	1,61%	2,05%

(a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

Compromissos financeiros – “Covenants”

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1ª emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants. A Companhia também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2021 foram atendidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, e operações de emissão de debêntures, conforme apresentado a seguir:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Recursos de instituições financeiras	-	11.235	-
(-) Custos de captação	-	(35)	-
Recursos de emissão de títulos	-	60.000	-
(-) Custos de captação	-	(1.715)	-

A Companhia mantém um saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, de R\$ 161.617 mil, R\$ 134.715 mil e R\$ 73.376 mil. Os Diretores da Companhia entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. Tais recursos podem ser complementados pela geração de caixa operacional da Companhia e por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

projetos relacionados à inovação tecnológica. Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá recorrer à utilização do limite pré-aprovados para capital de giro junto aos Bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(R\$ mil, exceto %) Instituição Financeira	Venc.	Taxa Pré (a.a.)	Taxa pós	Garantia	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Itaú	jan/21	2,43%	100% CDI	N/A	-	716	9.324
Chase Bank (a)	mai/21	0,98%	-	N/A	-	4.000	-
Caixa Econômica Federal (b)	nov/21	2,18%	100% CDI	Dep. vinculado	-	6.984	-
Santander	*	2,25%	Labor	N/A	-	1.507	-
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	-	-
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	-	-	8.842
Bradesco (c)	mar/25	1,53%	100% CDI	Recebíveis/Fiança	47.493	58.449	-
TOTAL					47.493	71.656	18.166

* Linha de crédito

(a) Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 769 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.

(b) Em 04 de agosto de 2020, a Companhia contratou um empréstimo no montante de R\$ 7.000 mil junto à Caixa Econômica Federal para capital de giro. A dívida tem 6 meses de carência e vencimento em 5 de novembro de 2021. Esta operação requer da Companhia uma garantia real de R\$ 1.400 mil de aplicação financeira remuneradas ao percentual de 98,50% da variação do CDI. Em 30 de junho de 2021 este depósito vinculado totaliza R\$ 1.420 mil (R\$ 1.524 mil em 31 de dezembro de 2020).

(c) 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)							
Entidade	Data final vencimento	Taxa pré a.m.	Tipo	Bens	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Santander Leasing S.A.	out/24	0,94% a 1,24%	Financeiro	Equipamentos de informática	6.889	3.282	2.044
Bradesco Leasing S.A.	jan/22	1,02% a 1,19%	Financeiro	Equipamentos de informática	43	705	1.466
Banco Daycoval	jan/23	0,88%	Financeiro	Software	492	-	-
Safra Leasing S.A.	ago/22	12,55%	Financeiro	Equipamentos de informática	154	352	551
TOTAL					7.578	4.339	4.061

iii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou sua 1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Debêntures”). As Debêntures possuem cláusula restritivas relacionadas a:

(i) aprovação de matérias concernentes à fusão, cisão, liquidação, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária, incluindo incorporação de ações, que resulte: (a) em mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto e indireto da Companhia; ou (b) em redução da participação acionária dos Controladores na Companhia, exceto se com prévia anuência dos titulares das Debêntures

(ii) aprovação de (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou a (iii) realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia a seus acionistas, sendo certo que em qualquer caso, a distribuição de dividendos pela Companhia está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(iii) a criação de quaisquer ônus, gravame ou impedimento sobre os direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia aos titulares das Debêntures;

(iv) não observância por dois trimestres consecutivos ou alternados, do índice financeiro relacionado a seguir (“Índice Financeiro”) por todo o período de vigência das Debêntures, a serem apurados pela Companhia trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia.

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Sendo considerado:

“Dívida Financeira Líquida” saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida em moeda local ou internacional, os resultados, negativos, das operações de proteção patrimonial (Hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, os depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e resultados positivos das operações de proteção patrimonial; e

“EBITDA” o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses

(v) alteração dos principais ramos de negócio da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social, ou realização de operações fora de seu objeto social ou prática de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com a Escritura de Emissão das Debêntures, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os debenturistas.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (Em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,00%
Santander	10.000	0,00%
Bradesco	5.000	0,00%

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados (em 31/12/2021 comparado com 31/12/2020)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais(em milhares de reais, *exceto %*)

DRE	2021	AV %	AH %	2020	AV %
Receita, líquida	625.547	100,00%	21,77%	513.712	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(400.491)	-64,02%	16,00%	(345.251)	-67,21%
Lucro bruto	225.056	35,98%	33,60%	168.461	32,79%
	35,98%			32,79%	
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(130.424)	-20,85%	35,28%	(96.410)	-18,77%
Perdas de crédito esperadas	1.121	0,18%	-168,44%	(1.638)	-0,32%
Despesas tributárias	(17.676)	-2,83%	3143,30%	(545)	-0,11%
Outras (despesas) / receitas operacionais, líquido	6.228	1,00%	-666,18%	(1.100)	-0,21%
	(140.751)	-22,50%	41,18%	(99.693)	-19,41%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	84.305	13,48%	22,59%	68.768	13,39%
Receitas financeiras	4.716	0,75%	54,27%	3.057	0,60%
Despesas financeiras	(27.493)	-4,40%	397,16%	(5.530)	-1,08%
	(22.777)	-3,64%	821,03%	(2.473)	-0,48%
Resultado antes dos impostos	61.528	9,84%	-7,19%	66.295	12,91%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.336)	-4,21%	10,41%	(23.853)	-4,64%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.069	0,81%	138,32%	2.127	0,41%
Lucro líquido do exercício	40.261	6,44%	-9,67%	44.569	8,68%
Atribuível aos acionistas controladores	36.737	5,87%	-13,12%	42.286	8,23%
Atribuível aos acionistas não controladores	3.524	0,56%	54,36%	2.283	0,44%

• Receita líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$625.547 mil, representando um aumento de R\$111.835 mil, ou 21,77%, comparado a R\$513.712 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

- (i) Decorrente do crescimento da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio dos seus clientes alavancados pelo cross sell em clientes já existentes, levando-se em conta que nosso relacionamento médio com os 10 principais clientes são superiores a 10 anos.
- (ii) Pela expansão clientes, 33 novos clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 400.491 mil, representando um aumento de R\$ 55.240 mil, ou 16,00%, comparado a R\$ 345.251 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O custo é composto 94,37% por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 49.196 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 4,52%).

• Resultado Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 225.056 mil, representando um aumento de R\$ 55.595 mil, ou 33,60%, comparado a R\$ 168.461 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O resultado bruto vem crescendo ano contra ano, influenciada principalmente pelo aumento significativo de soluções Nextgen, ou seja, ofertas focadas na estratégia do cliente, com alto valor agregado, somado a eficiência e qualidade no delivery.

A margem bruta, medido pela relação do resultado bruto sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados, cresceu 3.18 p.p. comparada ao ano anterior. Diversas ações foram desenhadas para esse resultado: aumento da eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços; crescimento de um portfólio de soluções focado em transformação digital; e Criação de novos modelos de negócio, atrelados à transformação digital, nos seus clientes que gera vendas com maiores margens devido ao aumento de valor agregado nos serviços.

• Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 130.424 mil, representando um aumento de R\$ 34.014 mil, ou 35.28%, comparado a R\$ 96.410 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(R\$ mil)	2021	2020	AH	AH %
Com pessoal	(106.337)	(79.659)	(26.678)	33,49%
Serviços com terceiros	(9.816)	(6.651)	(3.165)	47,59%
Aluguéis e condomínios	(666)	(904)	238	-26,33%
Depreciação e amortização	(2.494)	(3.695)	1.201	-32,50%
Comunicações	(580)	(608)	28	-4,61%
Energia elétrica	(173)	(332)	159	-47,89%
Outras despesas administrativas	(10.358)	(4.561)	(5.797)	127,10%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas administrativas	(130.424)	(96.410)	(34.014)	35,28%
---------------------------------	------------------	-----------------	-----------------	---------------

O aumento deveu-se principalmente ao aumento de R\$ 26.678 mil em custo com pessoal é devido principalmente pelo pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em 30 de junho de 2021, no montante de R\$ 13.100 mil, frente ao valor de R\$ 6.298 mil pagos no mesmo período do ano anterior, somado aos efeitos do reajuste sindical do ano em aproximadamente 4,98% e aumento no quadro de funcionários.

• Despesas Tributárias

As despesas tributárias da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 17.676 mil, representando um aumento de R\$ 17.131mil, ou 3.143,30%, comparado a R\$ 545 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O aumento refere-se ao acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 17.028 mil.

• Outras (despesas) Receitas Operacionais, Líquidas

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram de uma receita de R\$6.228 mil, representando uma redução de R\$ 7.328, ou -666,18%, comparado a uma despesa de R\$ 1.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deve-se principalmente a receita extraordinária em 2021 no montante de R\$ 4.150 mil registrada na controlada ThinkInternational devido ao perdão do empréstimo do valor obtido no âmbito do programa CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security) devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso e a despesa referente à baixa dos ativos imobilizados no montante de R\$2.967 mil ocorrida no ano de 2020, em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia.

• Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 84.305 mil, representando um aumento de R\$ 15.537 mil, ou 22,59%, comparado a R\$ 68.768 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.716 mil, representando um aumento de R\$ 1.659 mil, ou 54,27%, comparado a R\$ 3.057 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou aumento de R\$ 1.399 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pelo aumento no CDI acumulado no período analisado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 27.493 mil, representando um aumento de R\$ 21.963 mil, ou 397,16%, comparado a R\$ 5.530 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se basicamente a multas e juros do acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 21.073 mil.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 61.528 mil, representando uma redução R\$ 4.767 mil, ou -7,19%, comparado a R\$ 66.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Devido aos motivos descritos acima o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 21.267 mil, representando uma redução de R\$ 459 mil, ou -2,11%, comparado a R\$ 21.726 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

• Lucro líquido do período

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 40.261 mil, representando uma redução de R\$ 4.308 mil, ou -9,67%, comparado a R\$ 44.569 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (em milhares de reais, exceto %)

Ativo	2021	AV %	AH%	2020	AV %
<i>Ativo circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	161.617	46,78%	19,97%	134.715	48,82%
Contas a receber	91.625	26,52%	12,71%	81.296	29,46%
Estoques de serviços em andamento	260	0,08%	-62,26%	689	0,25%
Despesas antecipadas	12.520	3,62%	76,94%	7.076	2,56%
Impostos a recuperar	10.335	2,99%	33,01%	7.770	2,82%
Outros ativos	1.019	0,29%	-43,95%	1.818	0,66%
Total do ativo circulante	277.376	80,29%	18,86%	233.364	84,57%
<i>Ativo não circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	23	0,01%	-46,51%	43	0,02%
Depósitos judiciais e caução	4.131	1,20%	-8,10%	4.495	1,63%
Depósitos vinculados – caixa restrito	-	0,00%	-100,00%	1.524	0,55%
Imposto de renda e contribuição	9.464	2,74%	115,34%	4.395	1,59%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

social diferidos

Ativos financeiros	10.771	3,12%	6,19%	10.143	3,68%
Imobilizado	12.319	3,57%	14,77%	10.734	3,89%
Intangível	29.741	8,61%	211,23%	9.556	3,46%
Direito de uso	1.405	0,41%	-17,06%	1.694	0,61%
Total do ativo não circulante	68.113	19,71%	59,95%	42.584	15,43%
Total do ativo	345.489	100,00%	25,20%	275.948	100,00%

Passivo	2021	AV %	AH%	2020	AV %
Passivo Circulante					
Fornecedores	12.818	3,71%	37,12%	9.348	3,39%
Empréstimos e financiamentos	6.618	1,92%	-49,89%	13.207	4,79%
Financiamentos por arrendamento	4.433	1,28%	73,44%	2.556	0,93%
Passivos de arrendamento	793	0,23%	1,02%	785	0,28%
Debêntures	14.634	4,24%	100,00%	11.095	4,02%
Salários e encargos sociais	26.514	7,67%	124,68%	11.801	4,28%
Salários e encargos sociais	188	0,05%	-32,86%	280	0,10%
Impostos e contribuições a recolher	26.023	7,53%	167,62%	9.724	3,52%
Provisão para férias e 13o salário	29.590	8,56%	11,40%	26.562	9,63%
Dividendos a pagar	9.197	2,66%	-10,10%	10.230	3,71%
Receitas diferidas	12.251	3,55%	-24,87%	16.307	5,91%
Outras passivos	3.916	1,13%	143,08%	1.611	0,58%
Total do passivo circulante	146.975	42,54%	29,49%	113.506	41,13%
Passivo Não -Circulante					
Provisão para perda de causas judiciais	6.626	1,92%	2,97%	6.435	2,33%
Passivos de arrendamento	3.145	0,91%	76,39%	1.783	0,65%
Financiamentos por arrendamento	657	0,19%	-36,71%	1.038	0,38%
Debêntures	32.859	9,51%	100,00%	47.354	17,16%
Receitas diferidas	400	0,12%	-50,00%	800	0,29%
Participações a pagar	1.515	0,44%	0,00%	-	0,00%
Impostos e contribuições a recolher	21.779	6,30%	0,00%	-	0,00%
Obrigação por aquisição de investimentos	12.343	3,57%	0,00%	-	0,00%
Outros passivos	223	0,06%	100,00%	301	0,11%
Total do passivo não circulante	79.547	23,02%	37,84%	57.711	20,91%
Patrimônio líquido					
Capital social	56.277	16,3%	0,3%	56.106	20,33%
Ações em Tesouraria	(503)	-0,1%	0,0%	-	0,00%
Reserva de capital	(3.629)	-1,1%	-4813,0%	77	0,03%
Reserva de lucros	46.035	13,3%	72,1%	26.748	9,69%
Dividendo adicional proposto	8.725	2,5%	-13,1%	10.043	3,64%
Ajustes acumulados de conversão	10.169	2,9%	2,9%	9.884	3,58%
Lucro líquido do período	-	0,0%	0,0%	-	0,00%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

<i>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</i>	117.074	33,9%	13,8%	102.858	37,27%
<i>Participação acionistas não controladores</i>	1.893	0,5%	1,1%	1.873	0,68%
<i>Total do patrimônio líquido</i>	<i>118.967</i>	<i>34,4%</i>	<i>13,6%</i>	<i>104.731</i>	<i>37,95%</i>
<i>Total do passivo e do patrimônio líquido</i>	<i>345.489</i>	<i>100,0%</i>	<i>25,2%</i>	<i>275.948</i>	<i>100,00%</i>

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 277.376 mil em 30 de junho de 2021, mostrando um aumento 18.86 % em relação aos R\$ 233.364 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deveu-se, basicamente a:

(i) **Caixa e equivalentes de caixa:** Aumento de 19,97% resultante do melhor gerenciamento do fluxo de caixa da empresa

(ii) **Contas a receber:** Aumento no saldo em R\$ 10.329 mil em 30 de dezembro de 2021 quando comparado com 31 de dezembro de 2020, resultado direto do aumento da operação no período.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 68.113 mil em 30 de dezembro de 2021, mostrando aumento de 59,95% em relação aos R\$ 42.584 mil em 31 de dezembro de 2020 principalmente, o aumento do imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de 5.069 e o registro do ágio nas aquisições da BMSIX e Livetouch no valor de R\$ 18.114.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 30 de dezembro de 2021 foi de R\$ 146.975 mil, aumento de 29,49% em relação ao valor de R\$ 113.506 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento refere-se à:

(i) Aumento nos impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 13.560 referente ao acordo de transação com a PGFN,

(ii) Aumento do saldo de debêntures em R\$ 3.536 mil devido a atualização monetária; aumento do saldo de salários e encargos em R\$ 12.857 referente a PLR do ano de 2021 a ser paga em 2022 e R\$ 3.500 mil em salários e encargos devido ao aumento da folha de pagamento em decorrência do número de funcionários e contabilização de provisão de banco de horas e dissídio referente ao ano de 2021.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 30 de dezembro de 2021 foi de R\$ 79.547 mil, aumento de 37,84% em relação ao valor de R\$ 57.711 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento foi basicamente aumento nos impostos e contribuições a recolher no valor de R\$ 21.779 referente ao acordo de transação com a PGFN.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 118.967 mil em 30 de dezembro de 2021 (R\$ 104.731 mil em 31 de dezembro de 2020), aumento de 13,59%. Esse aumento foi decorrente, principalmente, pelo lucro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

líquido do exercício findo 30 de dezembro de 2021 de R\$ 44.569 mil compensados parcialmente de dividendos distribuídos de R\$22.272 mil, reserva legal no valor de R\$ 1.837 mil, e da transação entre sócios para aquisição da participação remanescente de 20% da controlada ThinkInternational de R\$5.380.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Demonstrações dos resultados
(em milhares de reais, exceto %)

DRE	Exercício social encerrado em 31/12/2020	AV %	AH %	Exercício social encerrado em 31/12/2019	AV %
Receita, líquida	513.712	100,00%	22,86%	418.114	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(345.251)	-67,21%	19,83%	(288.119)	-68,91%
Lucro bruto	168.461	32,79%	29,59%	129.995	31,09%
Despesas administrativas	(98.048)	-19,09%	16,64%	(84.058)	-20,10%
Despesas tributárias	(545)	-0,11%	-74,66%	(2.151)	-0,51%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(1.100)	-0,21%	-235,47%	812	0,219
(Despesas) receitas operacionais	(99.693)	-19,41%	16,74%	(85.397)	-20,42%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	68.768	13,39%	54,20%	44.598	10,67%
Receitas financeiras	3.057	0,60%	-11,29%	3.446	0,82%
Despesas financeiras	(5.530)	-1,08%	58,50%	(3.489)	-0,83%
	(2.473)	-0,48%	N.M.	(43)	0,01%
Lucro antes dos tributos	66.295	12,91%	48,79%	44.555	10,66%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(23.853)	-4,64%	61,04%	(14.812)	-3,54%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.127	0,41%	N.M.	101	0,00%
Lucro líquido do exercício	44.569	8,68%	49,34%	29.844	7,14%
Acionistas controladores	42.286		45,96%	28.971	
Acionistas não controladores	2.283		161,51%	873	

• Receita Líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$513.712 mil, representando um aumento de R\$95.598 mil, ou 22,9%, comparado a R\$418.114 mil no exercício social

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

- (i) Pelo aquecimento do mercado e consequente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação, mantendo o crescimento contínuo em Multidisciplinary Squads, que representa 85,6% da sua receita total, de 8,2%;
- (ii) Pelo crescimento de R\$ 56.503 mil, que representa 482,8% da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio o que impulsionou a entrada de novos clientes e alavancou a receita nos seus clientes já existentes apoiado pelo cross sell; e
- (iii) Pela expansão no número de clientes.

• Custo das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 345.251 mil, representando um aumento de R\$ 57.132 mil, ou 19,8%, comparado a R\$ 288.119 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O custo das vendas e dos serviços prestados é 95,2% composto por custo de pessoal, que teve um aumento de R\$ 58.657 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 devido ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 4,0%).

• Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 168.461 mil, representando um aumento de R\$ 38.466 mil, ou 29,6%, comparado a R\$ 129.995 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O aumento do lucro bruto se deve principalmente ao aumento de eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços, a melhora na sua eficiência operacional, fazendo uso de indicadores para acompanhar e ganhar mais produtividade, ao crescimento de um portfólio de soluções focado em transformação digital e a expansão na sua atuação em soluções Nextgen que são ofertas de alto valor agregado e maiores margens de lucro.

• Despesas Administrativas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 98.048 mil, representando um aumento de R\$ 13.990 mil, ou 16,60%, comparado a R\$ 84.058 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(em milhares de reais, exceto %)	No exercício social encerrado em 31/12/2020	No exercício social encerrado em 31/12/2019	AH R\$	AH %
Com pessoal	(79.659)	(67.099)	(12.560)	18,72%
Serviços com terceiros	(6.651)	(4.829)	(1.822)	37,73%
Aluguéis e condomínios	(904)	(1.147)	243	-21,19%
Depreciação e amortização	(3.695)	(4.451)	756	-16,98%
Comunicações	(608)	(629)	21	-3,34%
Energia elétrica	(332)	(558)	226	-40,50%
Outras despesas administrativas	(6.199)	(5.345)	(854)	15,98%
Despesas administrativas	(98.048)	(84.058)	(13.990)	16,64%

O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 18,70% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior devido aos seguintes fatores: reajuste sindical decorrente dos acordos coletivos de aproximadamente 4,00%; investimento na contratação de executivos de mercado; e pelo aumento no número de funcionários da Companhia em decorrência da expansão da operação.

Quando analisamos a relação das despesas administrativas com a receita líquida apurada, a Companhia apresenta uma redução de 1 p.p. (20,10% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 19,10% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020). Esta redução das despesas administrativas ocorreu devido ao ganho de eficiência nas despesas administrativas frente ao crescimento da operação, focado em digitalização dos processos internos e aplicação do mindset lean baseado na eficiência na resolução de problemas, desenvolvimento de pessoas e geração de valor.

• Despesas Tributárias

As despesas tributárias da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 545 mil, representando uma redução de R\$ 1.606 mil, ou 74,70%, comparado a R\$ 2.151 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A redução refere-se ao registro e pagamento de processo tributário de ISS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 1.500 mil.

• Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de uma despesa de R\$1.100 mil, representando um aumento de R\$ 1.912 mil, ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

235,50%, comparado a uma receita de R\$812 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deve-se principalmente a despesa referente à baixa dos ativos imobilizados no montante de R\$2.967 mil ocorrida no ano de 2020, em decorrência da redução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia. Essa despesa foi parcialmente compensada pelo aumento do bônus de fidelização referente aos benefícios de alimentação dos empregados em R\$ 240 mil, devido ao aumento no quadro de funcionários, somado a outras variações pulverizadas.

• Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 68.768 mil, representando um aumento de R\$ 24.170 mil, ou 54,20%, comparado a R\$ 44.598 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.057 mil, representando uma redução de R\$ 389 mil, ou 11,30%, comparado a R\$ 3.446 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou uma queda de R\$ 521 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pela queda na CDI acumulado no período analisado (2,75% e 5,96% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente).

• Despesas Financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.530 mil, representando um aumento de R\$ 2.041 mil, ou 58,50%, comparado a R\$ 3.489 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se basicamente ao aumento nos juros de empréstimos em R\$ 761 mil devido a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em março de 2020 no montante de R\$ 60.000 mil; e pelo aumento de outras despesas financeiras no montante de R\$ 1.298 mil, sendo R\$ 464 mil referente a atualização monetária referente a saldo a pagar de dividendos atualizados desde a destinação do lucro a data do pagamento.

• Lucro Antes dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 66.295 mil, representando um aumento de R\$ 21.740 mil, ou 48,8%, comparado a R\$ 44.555 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

• Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 21.726 mil, representando um aumento de R\$ 7.015 mil, ou 47,70%, comparado a R\$ 14.711 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se principalmente pela variação positiva de R\$ 21.740 mil do lucro antes dos tributos, pelos motivos comentados acima.

• Lucro líquido do exercício

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 44.569 mil, representando um aumento de R\$ 14.725 mil, ou 49,30%, comparado a R\$ 29.844 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 (em milhares de reais, exceto %)

<i>Ativo</i>	<i>Em 31/12/2020</i>	<i>AV %</i>	<i>AH%</i>	<i>Em 31/12/2019</i>	<i>AV %</i>
Caixa e equivalentes de caixa	134.715	48,82%	83,60%	73.376	35,14%
Contas a receber	81.225	29,43%	5,92%	76.683	36,72%
Estoques de serviços em andamento	689	0,25%	-75,10%	2.767	1,33%
Despesas antecipadas	7.076	2,56%	22,85%	5.760	2,76%
Tributos a recuperar	7.770	2,82%	40,84%	5.517	2,64%
Contas a receber de partes relacionadas	71	0,03%	-10,13%	79	0,04%
Outros ativos	1.818	0,66%	26,07%	1.442	0,69%
Total do ativo circulante	233.364	84,57%	40,90%	165.624	79,31%
Estoques de serviços em andamento	43	0,02%	-94,09%	728	0,35%
Depósitos judiciais e caução	4.495	1,63%	-3,13%	4.640	2,22%
Depósitos vinculados – caixa restrito	1.524	0,55%	-69,09%	4.931	2,36%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.395	1,59%	93,78%	2.268	1,09%
Ativos financeiros	10.143	3,68%	31,47%	7.715	3,69%
Despesas antecipadas	-		-100,00%	138	0,07%
Imobilizado	10.734	3,89%	-6,13%	11.435	5,48%
Intangível	9.556	3,46%	39,40%	6.855	3,28%
Direito de uso	1.694	0,61%	-62,30%	4.493	2,15%
Total do ativo não circulante	42.584	15,43%	-1,43%	43.203	20,69%
Total do ativo	275.948	100,00%	32,14%	208.827	100,00%
<i>Passivo</i>	<i>Em 31/12/2020</i>	<i>AV %</i>	<i>AH%</i>	<i>Em 31/12/2019</i>	<i>AV %</i>
Fornecedores	9.348	3,39%	-23,33%	12.193	5,84%
Empréstimos e financiamentos	13.207	4,79%	46,81%	8.996	4,31%
Financiamentos por arrendamento	2.556	0,93%	35,89%	1.881	0,90%
Passivos de arrendamento	785	0,28%	-54,12%	1.711	0,82%
Debêntures	11.095	4,02%	-	-	-
Salários e encargos sociais	11.801	4,28%	41,03%	8.368	4,01%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Impostos e contribuições a recolher	10.004	3,63%	27,37%	7.854	3,76%
Provisão para férias e 13o salário	26.562	9,63%	26,41%	21.013	10,06%
Dividendos a pagar	10.230	3,71%	48,69%	6.880	3,29%
Receitas diferidas	16.307	5,91%	19,29%	13.670	6,55%
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-100,00%	4.676	2,24%
Outros passivos	1.611	0,58%	42,06%	1.134	0,54%
Total do passivo circulante	113.506	41,13%	28,44%	88.376	42,32%
Provisão para perda de causas judiciais	6.435	2,33%	168,68%	2.395	1,15%
Empréstimos e financiamentos	-	-	-100,00%	1.428	0,68%
Financiamentos por arrendamento	1.783	0,65%	-18,21%	2.180	1,04%
Passivos de arrendamento	1.038	0,38%	-66,73%	3.120	1,49%
Debêntures	47.354	17,16%	-	-	-
Receitas diferidas	800	0,29%	-33,33%	1.200	0,57%
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-100,00%	3.210	1,54%
Outros passivos	301	0,11%	-	-	-
Total do passivo não circulante	57.711	20,91%	326,45%	13.533	6,48%
Patrimônio líquido					
Capital social	56.106	20,33%	2,29%	54.849	26,27%
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-100,00%	1.066	0,51%
Ações em Tesouraria	-	-	-100,00%	(162)	-0,08%
Reserva de capital	77	0,03%	-58,38%	185	0,09%
Reserva de lucros	26.748	9,69%	10,65%	24.174	11,58%
Dividendo adicional proposto	10.043	3,64%	-51,35%	20.642	9,88%
Ajustes acumulados de conversão	9.884	3,58%	95,10%	5.066	2,43%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	102.858	37,27%	-2,80%	105.820	50,67%
Participação acionistas não controladores	1.873	0,68%	70,58%	1.098	0,53%
Total do patrimônio líquido	104.731	37,95%	-2,05%	106.918	51,20%
Total do passivo e do patrimônio líquido	275.948	100,00%	32,14%	208.827	100,00%

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 233.364 mil em 31 de dezembro de 2020, mostrando um aumento de 40,90% em relação aos R\$ 165.624 mil em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deveu-se, basicamente ao caixa e equivalentes de caixa devido a 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em março de 2020 no montante de R\$ 60.000 mil para realização de novos investimentos.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 42.584 mil em 31 de dezembro de 2020, mostrando uma redução de 1,40% em relação aos R\$ 43.203 mil em 31 de dezembro de 2019 devido, principalmente, ao resgate parcial do saldo da conta de “depósitos vinculados – caixa restrito” (vinculados a dívidas da Companhia) em R\$ 3.407 mil e ao ajuste do saldo da conta do ativo de direito de uso em R\$ 2.799 mil em decorrência da devolução dos escritórios após a adoção do trabalho remoto na Companhia, compensado parcialmente pelo aumento da conta de ativos financeiros devido à realização de novos investimentos em R\$ 2.428 mil e pelo aumento dos impostos diferidos ativos em R\$ 2.127 mil.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 113.506 mil, aumento de 28,40% em relação ao valor de R\$ 88.376 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento refere-se à:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(i) **Debêntures:** Parcela das debêntures em aberto classificadas no curto prazo devido a 1ª emissão realizada em maio de 2020;

(ii) **Empréstimos e financiamentos:** Aumento de R\$ 4.211 mil quando comparado 31 de dezembro de 2020 com 31 de dezembro de 2019 devido principalmente a captação do novo empréstimo da Caixa Econômica federal para fins de capital de giro; e

(iii) **Provisão para férias e 13º salário:** Aumento de R\$ 5.549 mil quando comparado 31 de dezembro de 2020 com 31 de dezembro de 2019 devido ao aumento de funcionários na Companhia impactando diretamente as provisões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 57.711 mil, aumento de 326,4% em relação ao valor de R\$ 13.533 mil em 31 de dezembro 2019. Este aumento foi basicamente decorrente da 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em maio de 2020.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 104.731 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$106.918 mil em 31 de dezembro de 2019), tendo uma redução de 2,00%. Essa redução foi decorrente, principalmente, de dividendos distribuídos de R\$41.702 mil e dividendos mínimos obrigatórios de R\$10.230 mil, que foram compensados parcialmente pelo lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de R\$44.569 mil.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Demonstrações dos resultados (em milhares de reais, exceto %)

DRE	Exercício social encerrado em 31/12/2019	AV %	AH %	Exercício social encerrado em 31/12/2018	AV %
Receita, líquida de vendas e serviços prestados	418.114	100,00%	16,88%	357.715	100,00%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(288.119)	-68,91%	10,00%	(261.936)	-73,22%
Lucro bruto	129.995	31,09%	35,72%	95.779	26,78%
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas administrativas	(84.058)	-20,10%	41,34%	(59.471)	-16,63%
Despesas tributárias	(2.151)	-0,51%	29,34%	(1.663)	-0,46%
Outras (despesas) receitas operacionais	812	0,19%	226,10%	249	0,07%
	(85.397)	-20,42%	40,26%	(60.885)	-17,02%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	44.598	10,67%	27,81%	34.894	9,75%
Receitas financeiras	3.446	0,82%	19,20%	2.891	0,81%
Despesas financeiras	(3.489)	-0,83%	59,6870%	(2.185)	-0,61%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	(43)	0,01%	-106,09%	706	0,20%
Lucro antes dos tributos	44.555	10,66%	25,15%	35.600	9,95%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.812)	-3,54%	59,58%	(9.282)	-2,59%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	101	0,02%	-104,41%	(2.290)	-0,64%
Lucro líquido do exercício	29.844	7,14%	24,21%	24.028	6,72%
Acionistas controladores	28.971		23,76%	23.409	
Acionistas não controladores	873		41,03%	619	

• Receita líquida de vendas e serviços prestados

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 418.114 mil, representando um aumento de R\$ 60.399 mil, ou 16,90%, comparado a R\$ 357.715 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente pelo aquecimento do mercado e consequente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação, mantendo o crescimento contínuo em Multidisciplinary Squads, que em representa 97,20% da sua receita total, de 14,40% e pela expansão no número de clientes.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 288.119 mil, representando um aumento de R\$ 26.183 mil, ou 10,00%, comparado a R\$ 261.936 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O custo das vendas e dos serviços prestados é 93,70% composto por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 27.643 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano (aproximadamente 3,40%).

• Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 129.995 mil, representando um aumento de R\$ 34.216 mil, ou 35,70%, comparado a R\$ 95.779 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O aumento do lucro bruto se deve principalmente a: aumento de eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços, pela melhora na sua eficiência operacional, fazendo uso de indicadores para acompanhamento e ganho de produtividade e pelos reajustes dos contratos pelos níveis

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de inflação ou superiores e a venda de serviços com maiores margens que as praticadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Despesas Administrativas

A despesa administrativa da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$84.058 mil, representando um aumento de R\$ 24.587 mil, ou 41,30%, comparado a R\$ 59.471 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2019	31/12/2018	AH R\$	AH %
Com pessoal	(67.099)	(42.222)	(24.877)	58,92%
Serviços com terceiros	(4.829)	(5.972)	1.143	-19,14%
Alugueis e condomínios	(1.147)	(3.357)	2.210	-65,83%
Depreciação e amortização	(4.451)	(3.508)	(943)	26,88%
Comunicações	(629)	(449)	(180)	40,09%
Energia elétrica	(558)	(607)	49	-8,07%
Outras despesas administrativas	(5.345)	(3.356)	(1.989)	59,27%
Despesas administrativas	(84.058)	(59.471)	(24.587)	41,34%

O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de R\$ 24.877 mil ou 58,90% devido ao reajuste sindical decorrente dos acordos coletivos de aproximadamente 3,40%, e ao investimento na contratação de executivos de mercado e pelo aumento no número de funcionários da Companhia em decorrência da expansão da operação.

• Despesas tributárias

A despesa tributária da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2.151 mil, representando um aumento de R\$ 488 mil, ou 29,30%, comparado a R\$ 1.663 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento refere-se ao registro e pagamento de processo tributário de ISS no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$1.500 mil, compensado parcialmente pela redução de outras rubricas.

• Outras (despesas) receitas operacionais

As outras receitas operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 812 mil, representando um aumento de R\$563 mil, ou 226,10%, comparado a R\$ 249 mil (receita) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se ao aumento de do bônus de fidelização referente aos benefícios de alimentação dos empregados em R\$ 700 mil, devido ao aumento no quadro de funcionários, somado a outras variações pulverizadas.

• Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.598 mil, representando um aumento de R\$ 9.704 mil, ou 27,80%, comparado a R\$ 34.894 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Receitas financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.446 mil, representando um aumento de R\$ 555 mil, ou 19,20%, comparado a R\$2.891 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou uma variação positiva de R\$ 769 mil quando comparado com o exercício anterior.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3.489 mil, representando um aumento de R\$ 1.304 mil, ou 59,70%, comparado a R\$ 2.185 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se basicamente aos juros no montante de R\$ 1.245 mil do empréstimo captado em 2019 no Banco Itaú para fins de capital de giro, no valor total de R\$ 15.000 mil.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 44.555 mil, representando um aumento de R\$ 8.955 mil, ou 25,20%, comparado a R\$ 35.600 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 14.711 mil, representando um aumento de R\$ 3.139 mil, ou 27,10%, comparado a R\$ 11.572 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se principalmente pela variação positiva de R\$ 8.955 mil do lucro antes dos tributos, pelos motivos comentados acima.

• Lucro líquido do exercício

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 29.844 mil, representando um aumento de R\$ 5.816 mil, ou 24,20%, comparado a R\$ 24.028 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (em milhares de reais, exceto %)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

<i>Ativo</i>	Em 31/12/2019	AV %	AH%	Em 31/12/2018	AV %
Caixa e equivalentes de caixa	73.376	35,14%	7,62%	68.183	36,75%
Contas a receber	76.683	36,72%	3,11%	74.372	40,09%
Estoques de serviços em andamento	2.767	1,33%	8,47%	2.551	1,38%
Despesas antecipadas	5.760	2,76%	57,59%	3.655	1,97%
Impostos a recuperar	5.517	2,64%	27,09%	4.341	2,34%
Contas a receber de partes relacionadas	79	0,04%	-85,64%	550	0,30%
Outros ativos	1.442	0,69%	-69,22%	4.685	2,53%
Total do ativo circulante	165.624	79,31%	4,60%	158.337	85,34%
Estoques de serviços em andamento	728	0,35%	-47,25%	1.380	0,74%
Depósitos judiciais e caução	4.640	2,22%	8,13%	4.291	2,31%
Depósitos vinculados – caixa restrito	4.931	2,36%	5,00%	4.696	2,53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.268	1,09%	4,66%	2.167	1,17%
Ativos financeiros	7.715	3,69%	N.M.	266	0,14%
Despesas antecipadas	138	0,07%	0,00%	-	-
Investimento	-	-	-100,00%	400	0,22%
Imobilizado	11.435	5,48%	47,04%	7.777	4,19%
Intangível	6.855	3,28%	10,35%	6.212	3,35%
Direito de uso	4.493	2,15%	0,00%	-	-
Total do ativo não circulante	43.203	20,69%	58,90%	27.189	14,66%
Total do ativo	208.827	100,00%	12,56%	185.526	100,0%
<i>Passivo</i>	Em 31/12/2019	AV %	AH%	Em 31/12/2018	AV %
Fornecedores	12.193	5,84%	7,25%	11.369	6,13%
Empréstimos e financiamentos	8.996	4,31%	34,81%	6.673	3,60%
Financiamentos por arrendamento	1.881	0,90%	127,72%	826	0,45%
Passivos de arrendamento	1.711	0,82%	0,00%	-	-
Salários e encargos sociais	8.368	4,01%	16,01%	7.213	3,89%
Impostos e contribuições a recolher	7.854	3,76%	35,04%	5.816	3,13%
Provisão para férias e 13º salário	21.013	10,06%	18,38%	17.751	9,57%
Dividendos a pagar	6.880	3,29%	23,76%	5.559	3,00%
Receitas diferidas	13.670	6,55%	20,28%	11.365	6,13%
Empréstimos com partes relacionadas	4.676	2,24%	-22,17%	6.008	3,24%
Outros passivos	1.134	0,54%	5,98%	1.070	0,58%
Total do passivo circulante	88.376	42,32%	19,99%	73.650	39,70%
Provisão para perda de causas judiciais	2.395	1,15%	56,54%	1.530	0,82%
Empréstimos e financiamentos	1.428	0,68%	-84,51%	9.217	4,97%
Financiamentos por arrendamento	2.180	1,04%	80,31%	1.209	0,65%
Passivos de arrendamento	3.120	1,49%	0,00%	-	-
Receitas diferidas	1.200	0,57%	-25,00%	1.600	0,86%
Empréstimos com partes relacionadas	3.210	1,54%	-60,00%	8.024	4,33%
Total do passivo não circulante	13.533	6,48%	-37,29%	21.580	11,63%
Patrimônio líquido					
Capital social	54.849	26,27%	0,00%	54.849	29,56%
Adiantamento para futuro aumento de capital	1066	0,51%	214,45%	339	0,18%
Ações em Tesouraria	(162)	-0,08%	-81,14%	(859)	-0,46%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Reserva de capital	185	0,09%	-74,13%	715	0,39%
Reserva de lucros	24.174	11,58%	-6,03%	25.725	13,87%
Dividendo adicional proposto	20.642	9,88%	364,07%	4.448	2,40%
Ajustes acumulados de conversão	5.066	2,43%	13,36%	4.469	2,41%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	105.820	50,67%	17,99%	89.686	48,34%
Participação acionistas não controladores	1.098	0,53%	80,00%	610	0,33%
Total do patrimônio líquido	106.918	51,20%	18,41%	90.296	48,67%
Total do passivo e do patrimônio líquido	208.827	100,00%	12,56%	185.526	100,00%

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$ 165.624 mil em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 4,60% em relação aos R\$ 158.337 mil em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, basicamente ao caixa e equivalentes de caixa em decorrência do aumento no montante de R\$ 5.193 mil.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$ 43.203 mil em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 58,90% em relação aos R\$ 27.189 mil em 31 de dezembro de 2018 principalmente devido principalmente ao investimento em ativos financeiros em R\$ 7.449 mil e aumento na conta de ativo imobilizado devido as adições ocorridas no ano em R\$ 3.658 mil.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 88.376 mil, aumento de 20,00% em relação ao valor de R\$ 73.650 mil em 31 de dezembro de 2018. Este aumento refere-se à:

- (i) **Empréstimos e financiamentos:** Aumento de R\$ 2.323 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 devido a atualização de juros e encargos;
- (ii) **Receitas diferidas:** Aumento de R\$ 2.305 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 referente ao maior volume de valores já faturados, cujos serviços não foram prestados. À medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado, diminuindo, conseqüentemente, os valores registrados nesta rubrica; e
- (iii) **Provisão para férias e 13º salário:** Aumento de R\$ 3.262 mil quando comparado 31 de dezembro de 2019 com 31 de dezembro de 2018 devido ao aumento de funcionários na Companhia impactando diretamente as provisões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 13.533 mil, queda de 37,30% em relação ao valor de R\$ 21.580 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta queda foi basicamente decorrente da amortização parcial do empréstimo do Banco Itaú de capital de giro, em R\$ 7.789 mil.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido totalizou R\$ 106.918 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 90.296 mil em 31 de dezembro de 2018), aumentando em 18,40%. Esse aumento de R\$16.622 mil é decorrente,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente, do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 29.844 mil, que foi compensado parcialmente pela distribuição de dividendos de R\$7.833 mil e dividendos mínimos obrigatórios de R\$6.880 mil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (time-sheet), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (price cap).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 referentes ao único segmento operacional da Companhia:

Em milhares de R\$	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços	625.547	513.712	418.114

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A economia brasileira vem registrando recuperação significativa desde o terceiro trimestre do ano passado e a piora das condições sanitárias no final de 2020 devido a pandemia mundial causada pelo coronavírus, e a consequente adoção de novas medidas restritivas em março e abril deste ano, impactaram negativamente a atividade econômica. O ano de 2021 foi marcado pelo início da vacinação no Brasil e uma gradual melhora da expectativa do mercado sobre o ambiente econômico diante do ambiente externo favorável e da redução das incertezas fiscais no curto prazo, resultado em um crescimento mais sustentado da atividade econômica.

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia causada pelo coronavírus, e as restrições adotadas para evitar a sobrecarga dos sistemas de saúde fez os principais setores da economia entrarem em colapso. Após um primeiro semestre com forte recuo da economia devido aos efeitos da pandemia, a atividade econômica voltou a apresentar um ritmo consistente de recuperação ao longo do segundo semestre de 2020. O bom resultado do PIB no segundo semestre se dá pela melhora da indústria e comércio, que retomaram o patamar anterior à pandemia, pavimentando o caminho para que a economia brasileira continuasse avançando em 2021.

O ano de 2019 foi marcado com uma pequena melhora do ambiente econômico, com a recuperação do PIB e com a inflação abaixo do centro da meta, seguindo uma tendência de queda de juros e após quatro quedas consecutivas de meio ponto porcentual, a Selic encerrou o ano em uma mínima histórica, de 4,5% ao ano.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A recente instabilidade política e econômica tem levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a maior volatilidade nos mercados brasileiros. Uma eventual deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, alterações nas taxas de juros, índice de desemprego ou níveis de preços geralmente limita a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra, o que pode ter um impacto adverso na Companhia, apesar do crescente resultado dos seus negócios.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função dos empréstimos contratados junto aos bancos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Workfacilit Soluções Digitais Ltda. (“Workfacilit”) foi constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, Plataforma de inovação no-code para gerenciamento e digitalização de processos para canais de atendimento e controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$ 255 mil foi realizada em 24 de janeiro de 2020 e representa 51% de participação na empresa

A Inspeon Soluções Digitais Ltda. (“Inspeon”) foi constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software multimercado e multirramo para gerenciamento da prestação de serviço de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo e relacionamento com cliente. A Companhia possui 60% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$ 300 mil.

Em maio de 2021 a BRQ IT adquiriu 20% da participação da ThinkInternational pelo valor de R\$ 5.080 mil (USD 1.016 mil), tendo feito um desembolso de R\$ 3.685 mil (USD 737 mil). Em 30 de junho de 2020, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 1.395 mil (USD 279 mil).

Em 18 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da BMSIX é limitado a R\$ 18.187 mil, e é composto pelas seguintes parcelas: (i) Uma parcela fixa de R\$3.987 mil já paga na data de fechamento da transação; e (ii) Três parcelas contingentes anuais, sendo 2 (duas) parcelas em valor fixo (R\$ 350 mil cada) e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 14.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pela BMSIX, de metas atreladas a performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Livetouch. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da Livetouch é limitado a R\$ 5.000 mil, e é composto pelas seguintes parcelas: (i) Uma parcela fixa de R\$ 1.800 mil paga na data de fechamento da transação; e (ii) Duas parcelas contingentes anuais, sendo 1 (uma) parcela em valor fixo, R\$ 500 mil, e 1 (uma) parcela em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$ 3.200 mil, sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas atreladas à performance da Livetouch no período de 24 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo à data do fechamento e ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional (IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia efetuou a revisão dos seus contratos de arrendamento e, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 o montante é de R\$ 4.831 mil.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Reconhecimento e mensuração - A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º. de janeiro, e não identificou nenhum impacto significativo que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., não contém ressalvas e nem ênfases.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. A seguir elencamos as principais políticas contábeis consideradas críticas:

Provisão esperada de crédito

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

A Companhia aplica esta metodologia aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil do ágio registrado utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa avaliada foi a controlada ThinkInternational.

As premissas sobre projeções de crescimento do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que existirão durante a vida econômica destes ativos para a unidade geradora de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de três anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia

Provisão para perdas com causas judiciais

A Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, anualmente.

Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. Dito isto, caso os projetos não sejam bem planejados, ou sofram modificações de escopo ou de cronograma durante sua execução, ou ainda, caso o contratante não homologue os trabalhos desenvolvidos, as receitas eventualmente já reconhecidas podem acabar sendo estornadas, ou a Companhia pode ter que reconhecer perdas para refletir sua menor expectativa de faturamento.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item 10.7 não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme descrito no item 10.6.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Tendo em vista o crescimento da Companhia e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas e/ou contratos e reposição de ativos da área de tecnologia da informação. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi alocado o montante de R\$ 37.538 mil para a reserva de retenção de lucros.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, pode utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“seller financing”). A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. O saldo é composto da seguinte maneira:

	Taxa efetiva	31/12/2021	31/12/2020
		Em milhares de reais	
Bradesco	6,40% a.a	48.889	60.055
(-) Custo de transação		(1.396)	(1.606)
		47.493	58.449
		14.634	11.095
Circulante			
Não circulante		32.859	47.354

10.8 - Plano de Negócios

Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$ 1.505 mil e R\$ 1.411 mil, respectivamente, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.

Convém apontar que, desde o início do ano de 2020, a Companhia acompanhou a propagação do Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 em suas operações e de suas controladas, e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras individuais intermediárias e consolidadas. A Companhia adotou o trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores respeitando os decretos de quarentena de cada estado; como consequência reduzimos o tamanho dos escritórios; e reforçou a equipe de saúde corporativa. As ferramentas de TI da Companhia provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento e não tenha identificado nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência eventos futuros relacionados à pandemia do Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 779 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

O artigo 20 da Instrução CVM n.º 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, prevê que é facultativa a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo.

Deste modo, tendo em vista que a Companhia não divulga e/ou divulgou projeções e estimativas durante os últimos três exercícios sociais, optou-se por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos últimos três exercícios sociais, a administração não divulgou projeções sobre a evolução de indicadores da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Nos termos do Estatuto Social vigente, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, detalhados abaixo.

Conforme artigo 25º do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração:

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- (ii) Eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições que não estejam especificamente previstas no Estatuto Social da COMPANHIA ou em lei;
- (iii) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela companhia, e quaisquer outros atos;
- (iv) Estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitado o montante global fixado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- (v) Convocar a Assembleia Geral;
- (vi) Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes;
- (viii) Autorizar a alienação e oneração de bens do ativo permanente, bem como a prestação de garantias a terceiros;
- (ix) Autorizar a Diretoria a decidir sobre a aquisição, a alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros que a Companhia pretende investir, cujo valor não exceda R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);
- (x) Decidir sobre casos omissos neste estatuto;
- (xi) Deliberar, dentro do limite de capital autorizado, sobre a emissão de valores mobiliários de qualquer tipo, inclusive ações ou bônus de subscrição, com ou sem a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições da emissão e colocação das ações ou bônus de subscrição;
- (xii) Autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor;
- (xiii) Aprovar o orçamento anual e planos financeiros e de negócios, bem como suas respectivas alterações ou modificações;
- (xiv) Aprovar e acompanhar despesas gerais e administrativas (G&A) não previstas no orçamento anual da COMPANHIA, cujo valor, isoladamente ou agregado, seja acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (xv) Definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, na forma estabelecida neste Estatuto Social;
- (xvi) Aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração;
- (xvii) Fixar o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários da COMPANHIA;
- (xviii) Estabelecer o valor de participação nos lucros dos empregados da COMPANHIA, podendo decidir por não lhes atribuir qualquer participação;
- (xix) Decidir sobre a concessão de avais, fianças ou a outorga de qualquer outra garantia em favor de qualquer terceiro, independentemente do valor envolvido;
- (xx) Decidir sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à COMPANHIA e/ou a qualquer de suas Afiliadas;
- (xxi) Decidir sobre a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou acordo, verbal ou escrito, em favor de qualquer Acionista, administrador ou empregado da COMPANHIA (exceto contratos de trabalho), ou de qualquer Afiliada de tais administradores, Acionistas ou empregados;
- (xxii) Decidir sobre qualquer aquisição de controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades;
- (xxiii) Decidir sobre qualquer associação da COMPANHIA com outra sociedade;
- (xxiv) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato (exceto os contratos comerciais celebrados no curso normal dos negócios da COMPANHIA), cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- (xxv) Decidir sobre qualquer aluguel, alienação, transferência ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem ou direito da COMPANHIA, excetuadas aquelas operações expressamente autorizadas pelo plano de negócios ou orçamento anual da COMPANHIA;
- (xxvi) Decidir sobre a proposição de qualquer medida, em âmbito administrativo ou judicial, que envolva valores iguais ou superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ou que possa ter impacto negativo nos Negócios da COMPANHIA ou em seu relacionamento com clientes ou autoridades governamentais e,
- (xxvii) Decidir sobre a instalação de agências, sucursais filiais ou escritórios da Companhia no Brasil ou no exterior, à vista de proposta da Diretoria.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e Riscos possuem um Regimento Interno ambos aprovados na Reunião do Conselho de Administração de 13 de outubro de 2021. Os Regimentos Internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Riscos estão disponíveis para consulta no site da companhia através do <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>

- ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

- iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração realiza trimestralmente reuniões onde são examinadas e discutidas as informações contábeis do período, acompanhadas do relatório de revisão emitido pelos Auditores Independentes.

- b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria é também investida de todos os poderes relacionados abaixo, conforme previsto no artigo 34º do Estatuto da Companhia:

- (i) A contratação de empréstimos junto a instituições financeiras e, de modo especial, junto a quaisquer carteiras do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- (ii) Prestar fianças e/ou avais conforme decisão do Conselho de Administração, em favor de outras empresas das quais a companhia participe como sócia ou acionista;
- (iii) Transigir, renunciar, desistir ou firmar compromissos;
- (iv) Celebrar contratos de qualquer natureza, relativos ao objeto social; e
- (v) Em reunião, nomear, com o título de Diretor Adjunto ou de Diretor de Divisão ou de Diretor de Departamento, pessoal para gerenciar setores administrativos, não implicando tal procedimento em delegação de poderes que, por lei ou pelo presente estatuto, sejam privativos dos Diretores eleitos, nem lhes atribuindo, assim, a condição de membro de qualquer órgão estatutário.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Ainda, conforme artigo 36º e 37º do Estatuto da Companhia competirá:

I - ao Diretor Presidente:

- (i) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, ressalvadas iguais atribuições ao Diretor Vice-Presidente;
- (ii) Presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações; e.
- (iii) Dirigir todas as atividades sociais em conjunto com o Diretor Vice-Presidente e com a colaboração dos demais Diretores.

II - ao Diretor Vice-Presidente:

- (i) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, ressalvadas iguais atribuições do Diretor Presidente;
- (ii) Substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos ou falta; e
- (iii) Exercer tarefas e dirigir atividades sociais que lhe seja determinada pela Diretoria.

III - ao Diretor de Relação com Investidores:

- (i) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações da Companhia com o mercado de capitais, representar a Companhia perante acionistas, investidores, os analistas de mercado, a CVM, as bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais pela Companhia, no Brasil ou no exterior;
- (ii) Prestar informações ao público investidor, à CVM e à BM&FBOVESPA, na forma da legislação e da regulamentação aplicável.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete à Diretoria:

- (i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas e a legislação em vigor;
- (ii) Praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- (iii) Criar e extinguir filiais;
- (iv) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (v) Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, a cada ano, o plano estratégico, suas revisões anuais e o orçamento geral da Companhia, cuidando das respectivas execuções;
- (vi) Decidir, até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração, sobre a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir;
- (vii) Submeter ao Conselho de Administração, mensalmente, relatórios financeiros e operacionais da Companhia, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- (viii) Submeter ao Conselho de Administração, outras informações financeiras ou operacionais que o Conselho de Administração venha a julgar relevantes, para o acompanhamento da Companhia ou desempenho de sua função;
- (ix) Contratar auditoria independente, conforme aprovado pelo Conselho de Administração e auxiliar na sua implantação e execução;
- (x) Cuidar para que todos os atos societários da Companhia sejam devidamente cumpridos e formalizados assim como devidamente registrados na forma requerida pela legislação em vigor;
e
- (xi) Praticar outros atos que venham a ser especificados pelo Conselho de Administração.

A última atualização do Estatuto Social da Companhia foi realizada através da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia não possui até a presente data um Conselho Fiscal instalado.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- iv. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
- v. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
- ii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O Conselho de Administração reconhece que um processo de avaliação robusto e construtivo é um componente essencial de boa governança corporativa e da eficácia dos membros do Conselho de Administração e de seus Comitês.

Periodicidade de Avaliação: Anual

Abrangência: avaliação é feita tanto em relação ao órgão colegiado, quanto aos seus membros, individualmente e também pelo Presidente do Conselho de Administração.

Metodologia: O Presidente do Conselho de Administração é o principal responsável pela condução do processo de avaliação, assim como pelas devolutivas – sejam elas referentes ao desempenho do colegiado, dos comitês e/ou de seus participantes. A avaliação é feita pelo Colegiado, pelo membro avaliado e pelo Presidente do Conselho.

Críticos de Avaliação do Colegiado: i) Composição e Dinâmica: diversidade, atuação em colegiado, interação entre os membros e tomada de decisões colegiadas; ii) Pessoas e Cultura: alinhamento ao propósito, cultura organizacional e gestão de pessoas; iii) Estrutura e Processos: agendas/pautas, fluxo das informações e produtividade dos comitês de assessoramento; iv) Estratégia e Negócios: direcionamento estratégico; monitoramento da execução / desempenho; tendências / inovação; v) Riscos Corporativos e Controles Internos: gerenciamento de riscos corporativos por meio de políticas específicas; supervisionamento da efetividade do comitê de auditoria e adoção de práticas de governança corporativa.

Críticos de Avaliação Individual: i) Adequação do perfil do membro: formação e experiência profissionais, conhecimento de governança, autodesenvolvimento e educação continuada; ii) Papeis e responsabilidades: identificação com a cultura organizacional, contribuição para a efetividade do conselho / comitês, disponibilidade de tempo e preparação para as reuniões; e iii) Competências e Comportamentos: independência de posicionamentos, competências socioemocionais, atuação em colegiado.

Críticos de Avaliação Individual do Presidente do Conselho de Administração: (i) o poder de liderança, (ii) o cumprimento da agenda de reuniões, a capacidade de interação com o Diretor-Presidente e (iii) o método imparcial de avaliação de conselhos, desenvolvendo processos de avaliação justos, sigilosos e eficazes.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Resultados da Avaliação para Aprimoramento do Órgão: Baseado nos resultados da avaliação, um plano de ação é definido e mudanças nas práticas ou procedimentos são consideradas e implementadas, se aplicável, para evolução do desempenho do colegiado e individual.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externa.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de Convocação:

De acordo com artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, as Assembleias Gerais são convocadas, na forma do art. 123 da Lei de Sociedades por Ações.

A primeira convocação para Assembleia Geral é feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do anúncio de convocação. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para realização da Assembleia em segunda convocação, conforme Artigo 124, § 1º, II da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e modificações posteriores.

Este prazo pode ser reduzido ou mesmo dispensado se houver o comparecimento da totalidade dos acionistas.

b. Competências:

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social:

(i) a declaração e/ou pagamento de dividendos, ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pela COMPANHIA, incluindo juros sobre o capital próprio, que não o dividendo obrigatório; (ii) qualquer mudança no objeto social e/ou na natureza do negócio da COMPANHIA; (iii) qualquer cisão ou outra operação que resulte na separação de quaisquer das partes dos ativos ou do negócio da COMPANHIA; (iv) qualquer fusão ou associação da COMPANHIA com, ou incorporação em ou de, outra sociedade; (v) qualquer aquisição do controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades; (vi) abertura de capital da COMPANHIA; (vii) qualquer redução ou aumento do capital social da COMPANHIA acima do limite de capital autorizado; (viii) dissolução e a liquidação da COMPANHIA; (ix) transformação do tipo societário da COMPANHIA; (x) pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, ou pedido ou confissão de falência da COMPANHIA; (xi) qualquer alteração do Estatuto; (xii) emissão de ações acima do limite do capital autorizado ou de qualquer outro valor mobiliário; (xiii) criação de planos de ofertas de ações, bônus de subscrição ou outros valores em favor dos empregados e/ou administradores da COMPANHIA; (xiv) deliberação da saída da COMPANHIA do BOVESPA MAIS; (xv) deliberação do cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; e (xvi) escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, conforme previsto neste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços Físicos

- (a) Rua Boa Vista, nº 254 - 9º andar - Centro - São Paulo/SP - CEP: 01014-907
- (b) Av. Rio Branco, nº 01 - Sala 1504 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20090-907
- (c) Av. Ipanema, nº 165, conj. 1505/1506/1507 - Alphaville - Barueri/SP - CEP 06.472-002

Endereços Eletrônicos

- (a) www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/
- (b) www.cvm.gov.br
- (c) www.b3.com.br

d. Identificação e administração de conflitos e interesses

As regras e procedimentos a serem observados pelos acionistas diante de situações com potencial conflito de interesses com os da Companhia constam: (i) na Lei das S.A.; (ii) no Código de Ética e Conduta da Companhia; e (iii) na Política de Transação com Partes Relacionadas aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2019, em conformidade com o art. 35 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Quanto à identificação de uma matéria em que o acionista seja parte relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial conflito de interesses, tem-se que: (i) o acionista envolvido deve imediatamente manifestar essa situação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou Departamento Jurídico da Companhia explicando seu envolvimento e fornecendo detalhes acerca da situação; (ii) e, caso permaneça omissa, qualquer outro acionista que tenha conhecimento do fato, deverá fazê-lo, ou ainda terceiro, por meio do Canal de Ética da Companhia.

Quanto aos procedimentos para administração da situação, tem-se que:

- o acionista com conflito e interesses deverá se abster de votar em deliberações sobre a matéria, podendo, contudo, participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas;
- o acionista que não se manifestar voluntariamente será investigado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, que reportará a sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado àquele que incorreu na infração;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- a deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais de Acionistas por procurador, mediante procuração com poderes específicos, que ficará arquivada na sede. A Companhia poderá solicitar, dentro do prazo fixado no anúncio de convocação, a entrega na sede social, de procurações e demais documentos relativos à representação de acionistas nas Assembleias Gerais.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o direito de participar de Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações, se dá mediante apresentação de documento de identidade, podendo os acionistas serem representados por procuradores que deverão apresentar instrumento de representação ou mandato na sede da Companhia antes da reunião. A Companhia não possui outras regras referentes às formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, além das previstas na Lei das S.A. Nos termos da Lei das S.A., o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade, bem como do instrumento de mandato, na forma do Art. 126 da Lei das S.A. A procuração deve ter firma reconhecida e ainda, se oriunda do exterior, o documento deverá conter notariação, consularização e tradução juramentada.

Não é admitido a apresentação de procurações por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

Para que o Boletim de Voto a Distância (“BVD”) seja considerado válido, o acionista que optar pelo voto à distância ou seu representante legal deverão: (i) preencher todos os campos do BVD; (ii) rubricar todas as páginas e assinar a última página do BVD.

OBS: Não é exigido reconhecimento de firma, tradução juramentada, notorização ou consularização para o BVD

Para que o BVD seja considerado entregue, o acionista que optar pelo voto à distância deverá adotar um dos seguintes procedimentos:

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

1) Envio à Companhia: Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, a Companhia recomenda a utilização do Boletim de Voto a Distância (BVD) para participação na Assembleias, prezando pela saúde e integridade de cada acionista e respeitando as normas estabelecidas pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

O BVD pode ser enviado através do e-mail ri@brq.com.br até 7 dias antes da data de realização da Assembleia. Os Boletins recebidos após esta data poderão ser desconsiderados.

2) Envio ao Escriturador: O acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao agente escriturador das ações da Companhia, estejam ou não as ações depositadas em depositário central, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador, até 7 dias antes da data de realização da Assembleia. Os Boletins recebidos após esta data serão desconsiderados.

Os documentos exigidos são:

- (i) 1 via original do BVD preenchido conforme as orientações acima;
- (ii) 1 cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal;
 - Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado;
 - Documento que comprove os poderes de representação.

É exigido reconhecimento de firma, tradução juramentada, notorização ou consularização dos documentos relacionados no item (ii)

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento dos documentos, se eles são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância através do endereço eletrônico **ri@brq.com**

Devido a pandemia, a Companhia realiza via teleconferência (via zoom) as reuniões das assembleias gerais.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não possui instrução e/ou política que permita acionista ou grupo de acionistas a inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância além daquelas constantes na Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância do que aquelas já fornecidas nos itens anteriores.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi realizada 02 Assembleias Gerais Extraordinárias (13.08.2021 e 29.11.2021) e 01 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (23/04/2021).

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, ou por dois conselheiros, através de carta ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os conselheiros em exercício.

A primeira convocação para Assembleia Geral deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do anúncio de convocação. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para realização da Assembleia em segunda convocação, conforme Artigo 124, § 1º, II da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e modificações posteriores.

O Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes.

Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecem todos os membros do Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo quando de forma diversa for indicado em nosso Estatuto Social.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há quaisquer disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui uma política que estabelece regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses, que tem como objetivo:

As regras e procedimentos a serem observados pelos Conselheiros da Companhia, diante de situações com potencial conflito de interesses com os da Companhia constam: (i) na Lei das S.A.; (ii) no Código de Ética e Conduta da Companhia; (iii) no Regimento Interno do Conselho de Administração e (iii) na Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2019.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Quanto à identificação, (i) o administrador que seja parte relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial conflito de interesses deve imediatamente manifestar essa situação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou ao Departamento Jurídico da Companhia, explicando seu envolvimento e fornecendo detalhes acerca da situação, bem como aos demais membros do Conselho de Administração; (ii) e, caso permaneça omissa, qualquer outro Conselheiro que tenha conhecimento do fato, deverá fazê-lo, ou ainda terceiro, por meio do Canal de Ética da Companhia.

Quanto aos procedimentos para administração da situação, tem-se que:

- (i) o administrador com conflito e interesses deverá se abster de votar em deliberações sobre a matéria, consignando em ata de reunião a natureza e a extensão do seu impedimento com o negócio jurídico em pauta, conforme aplicável; podendo, contudo, participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas;
- (ii) o administrador que não se manifestar voluntariamente será investigado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, que reportará a sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado àquele que incorreu na infração;
- (iii) a deliberação tomada em decorrência do voto do administrador que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o administrador responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Caso o acionista Conselheiro da Companhia tenha um potencial Conflito de Interesse sobre alguma decisão e não manifeste seu conflito, qualquer outro membro do Conselho de Administração que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Indicação da Companhia é foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12.08.2021 e está disponível para consulta no site da Companhia no link <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A política tem como objetivo determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, e de seus Comitês de Assessoramento e a Diretoria da Companhia observa o disposto na Política, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

B3(“Regulamento do Novo Mercado”), na Lei das S.A., bem como nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

Deverão ser indicados para compor o Conselho de Administração, seus Comitês e a Diretoria, profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

A indicação para composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria deverá considerar critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade.

A Política de Indicação da Companhia poderá ser alterada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do artigo 52º de nosso Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rodrigo Frizzi Sousa	30/09/1977	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2023	3 anos	2
266.581.018-25	CDO - Chief Digital Officer	19 - Outros Diretores	12/05/2023	Sim	0.00%
		Diretor			
José Antonio Afonso Pires	10/09/1974	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2023	3 anos	2
164.971.388-62	CBO - Chief Business Officer	19 - Outros Diretores	12/05/2023	Sim	0.00%
		Diretor			
Roberto Carlos Marucco Junior	13/02/1970	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2023	3 anos	1
010.983.407-01	Analista de Sistemas		12/05/2023	Sim	0.00%
		Diretor			
Mônica de Araujo Pereira	25/04/1968	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2023	3 anos	2
013.924.297-06	Administradora	19 - Outros Diretores	12/05/2023	Sim	0.00%
		Diretora			
Monica Andrea Jambeiro Pedreira	13/02/1979	Pertence apenas à Diretoria	11/05/2023	3 anos	2
960.255.815-68	CFO	19 - Outros Diretores	12/05/2023	Sim	0.00%
		Diretora			
Luiz Alves Paes de Barros	22/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	2 anos	2
272.014.578-53	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/05/2023	Sim	0.00%
Daniel Luiz Gleizer	23/02/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	2 anos	2
628.724.277-91	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/05/2023	Sim	100.00%
Andrea Ribeiro Quadros	24/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	2 anos	1
839.196.357-87	Administradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/05/2023	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Claudia Pimentel Trindade Prates	18/12/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	2 anos	1
949.490.777-91	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/05/2023	Sim	100.00%
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues	16/10/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	19/04/2023	2 anos	1
994.033.157-68	Administrador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	01/05/2023	Sim	100.00%
Diretor de RI e Diretor Vice-Presidente - Eleição e Posse em 01/05/2023, com mandato de 03 anos.		Presidente do CA, Diretor de RI e Diretor Vice-Presidente			
Benjamin Ribeiro Quadros	02/12/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	19/04/2023	2 anos	1
916.346.607-49	Empresário	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	01/05/2023	Sim	100.00%
Diretor Presidente - Eleição e Posse em 01/05/2023, com mandato de 03 anos.					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Rodrigo Frizzi Sousa - 266.581.018-25					

Formado em Ciências da Computação pela Faculdades Associadas de São Paulo e MBA InformationTechnology pela FIA.

Mais de vinte anos de experiência em desenvolvimento de canais digitais e liderança de equipes de alta performance nos mercados Financeiro, de Telecomunicações e de Seguros, apoiando empresas e startups em suas estratégias e jornadas de transformação digital, criando uma experiência encantadora para os clientes finais e um impacto real nos negócios, com foco na diferenciação, na excelência e na lucratividade. Entusiasta e praticante da filosofia Lean, um sistema de gestão que parte do princípio de que toda iniciativa deve ter como foco o cliente final. Por isso, sempre me dediquei ao desenvolvimento e à gestão estratégica das pessoas que trabalham no meu time.

Atua na BRQ desde 2001, e foi eleito como Diretor Estatutário em maio de 2021, responsável por posicionar a BRQ como parceira estratégica das maiores empresas do país nos desafios da Transformação Digital.

Das empresas em que o Sr. Rodrigo Frizzi Sousa atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

José Antonio Afonso Pires - 164.971.388-62

Formado na Executive Program Leading Professional Service Firms (#LPSF) da Harvard Business School #HBS , o Programa Internacional de Negócios da School of Business Administration da University of Miami e o Innovation Program da University of California.

Atuo na operação de projetos de tecnologia, transformação digital e relacionamento comercial para os maiores bancos, seguradoras e corretoras do setor financeiro, liderando uma equipe de aproximadamente 1000 profissionais altamente capacitados atuando em todo o Brasil. Esses times estão organizados em squads com gestão lean baseada em indicadores de eficiência e eficácia, garantindo o resultado dos negócios de seus clientes.

Com grande experiência no mercado de tecnologia e transformação digital todos esses anos, desenvolvi expertise no desenvolvimento de soluções digitais para os segmentos Financeiro e de Seguros, baseados em tecnologias e ferramentas de inovação como Inteligência Artificial, Big Data, Design Thinking e Gerenciamento Lean e Ágil. Construí e consolidei minha carreira na BRQ, onde entrei em 1994 como estagiário e permaneço até hoje.

Das empresas em que o Sr. José Antonio Afonso Pires atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. José Antonio Afonso Pires declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01

Formado em Tecnologia de Processamento de Dados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1990 e em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes (UCAM/RJ) em 1998. Tendo também concluído MBA Executivo em Gestão de Negócios no IBMEC/RJ em 2001. Em 2010 obteve o grau de “alumni” pela Harvard Business School através do curso GMP (General Management Program).

Com 30 anos de experiência profissional, liderou times em todas as áreas de TI, estratégia, marketing digital e transformação digital.

Iniciou sua carreira como trainee na IBM Brasil, onde permaneceu por 10 anos e saiu como Líder de Segmento de Negócios. Posteriormente, foi convidado a atuar como Gerente Sênior de Desenvolvimento de Sistemas na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG - Grupo Gás Natural - Espanha). Após 4 anos, assumiu as empresas Supergasbras e Minasgás como CIO. Seu principal objetivo foi preparar e conduzir a fusão das duas empresas, criando a SHV Gas Brasil (Grupo Holandês). Após esse período, ingressou na SulAmerica Seguros como CIO. Desde 11/2020 é CIO na CERC Central de Recebíveis. Em março de 2019, liderou a Transformação Digital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como Diretor de Estratégia, Transformação Digital e Pessoas. Em 2020 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração e em 2023 assume a posição de diretor.

Das empresas em que o Sr. Roberto Carlos Marucco Junior atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Mônica de Araujo Pereira - 013.924.297-06

Formada em Informática pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e realizou o Programa de Gestão para Key Executives pela Harvard Business School e Columbia Senior Executive Program pela Columbia University. Em 1993 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. Atualmente exerce o cargo de diretora estatutária responsável pela área financeira e legal.

Das empresas em que a Sra. Mônica de Araujo Pereira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Mônica de Araujo Pereira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68

Brasileira, casada, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia, atualmente ocupa o cargo de CFO e em Maio/2021 foi eleita Diretora.

Profissional com mais de 19 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias, infraestrutura e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos.

Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas. Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias. Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura.

Das empresas em que a Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53

Formado em Economia pela Universidade de São Paulo USP (Turma 1971) É sócio fundador e CIO da Alaska Investimentos, participo da empresa do terceiro setor Associação Barreiros em Ilhabela, além de membro de diversos Conselhos de Administração em companhias de capital aberto (Alfa Holding S.A., Consórcio Alfa de Administração S.A, Financeira Alfa S.A. e do Banco Alfa de Investimentos S.A., General Waters SA e da Alisnce Sonae Shopping Center).

Mais de 50 anos de experiência no mercado financeiro e um dos maiores e mais renomados investidores no mercado de renda variável brasileiro.

Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Das empresas em que o Sr. Luiz Alves Paes de Barros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Daniel Luiz Gleizer - 628.724.277-91

Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984, obteve o seu MA em economia pela University of Illinois – Urbana Champaign - em 1985 e seu PhD em Economia pela University of California – Berkeley, em 1990. Obteve o certificado do curso de Risk Management in Banking no Insead, 2002 e do curso de Investment Decisions and Behavioral Finance, Harvard University, 2016.

Com 30 anos de experiência profissional, dirigiu diversas instituições financeiras, públicas e privadas, no Brasil e no exterior.

Iniciou sua carreira como Economista no Fundo Monetário Internacional em 1991, onde permaneceu por 5 anos. Posteriormente foi convidado a atuar como economista no Banco de Investimento Garantia, onde tornou-se Economista Chefe. Posteriormente, no Banco Credit Suisse Garantia foi promovido a Managing Director responsável pela área de pesquisa macroeconômicas para a América Latina (exceto México), antes de ser convidado para a compor a diretoria colegiada do Banco Central do Brasil. No Banco Central foi Diretor da Área Internacional, de 1999 a 2002. Foi Diretor de Global Markets no Deutsche Bank, Vice Presidente do Unibanco e, posteriormente do Banco Itaú-Unibanco, onde liderou as áreas de Gestão de Risco e, posteriormente, as Tesourarias destas instituições. Foi Chief Investment Officer da BW Gestão de Investimentos Ltda. onde definia e implementava estratégias de investimentos nos diversos segmentos dos mercados financeiro nacional e internacional, além de participar de seus comitês de Investimentos, de Riscos e de Compliance. Foi também Diretor da ANDIMA (2007-2008), Membro do Foreign Exchange Committee do Federal Reserve Bank of New York (2012-2015) e membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA (2014-2015). Foi Visiting Scholar na Columbia University nos anos 2019 e 2020. É membro fundador do CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) e membro do Advisory Committee do Bretton Woods Committee. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Das empresas em que o Sr. Daniel Luiz Gleizer atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Daniel Luiz Gleizer declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Andrea Ribeiro Quadros - 839.196.357-87

Formada em Arquitetura pela Universidade Santa Úrsula, com curso de extensão em Programação de Sistemas pela PUC-RJ, Pós Graduação em Análise de Sistemas também pela PUC-RJ e realizou o Programa de Gestão para Key Executivos pela Harvard Business School.

Iniciou suas atividades na Companhia no ano de 1995 exercendo a função de Diretora. Atualmente exerce a função de Membro Titular do Conselho de Administração.

Das empresas em que a Sra. Andrea Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Andrea Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Andrea Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Claudia Pimentel Trindade Prates - 949.490.777-91

Brasileira, Bacharel em Economia – Faculdade Cândido Mendes e Mestrado em Economia pela UFRJ, executiva com uma carreira de 26 anos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Três anos e meio como Diretora do Escritório Regional do New Development Bank – NDB. Atuação em diversas áreas ao longo da carreira, tendo liderado grandes equipes. Experiência em negociação com empresas, bancos comerciais, de desenvolvimento, estruturação de projetos de infraestrutura e industrial e renegociação de dívidas. Representante das instituições em diversos fóruns. Em 2023 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Das empresas em que

a Sra. Claudia Prates atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Claudia Prates declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Claudia Prates declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues - 994.033.157-68

Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program – OPM) pela Harvard Business School. Desde 1997 exerce a função de Vice-Presidente da BRQ, além de ser Presidente do Conselho de Administração deste o ano de 2020. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: INNOVATION HUB – Programa de Inovação da BRQ, M&A e Relação com Investidores.

Das empresas em que o Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49

Formado pela Harvard Business School – OPM – Owner President Management Program (2008 à 2010) e em Ciências da Computação - pela Universidade Federal Fluminense (1984 à 1986), iniciou sua carreira como analista de sistemas e trabalhou em empresas como Exxon e IBM. Aos 24 anos fundou a BRQ e hoje, aos 54 anos, é presidente da Companhia e investidor em várias empresas iniciantes.

Exerce a função de Vice-Presidente da BRASSCOM e é Conselheiro da Angels of Brazil da Harvard Business School,, além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração. É responsável por supervisionar a performance dos negócios da Companhia.

Das empresas em que o Sr. Benjamin Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Rodrigo Frizzi Sousa - 266.581.018-25

N/A
José Antonio Afonso Pires - 164.971.388-62
N/A
Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01
N/A
Mônica de Araujo Pereira - 013.924.297-06
N/A
Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68
N/A
Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53
N/A
Daniel Luiz Gleizer - 628.724.277-91
N/A
Andrea Ribeiro Quadros - 839.196.357-87
N/A
Claudia Pimentel Trindade Prates - 949.490.777-91
N/A
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues - 994.033.157-68
N/A
Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49
N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Roberto Strohschoen de Lacerda	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	29/08/1958	11/05/2023	1 ano
596.297.467-00		Administrador		11/05/2023	4	100.00%
Priscila Rusch Daltro Cambra	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	21/04/1980	11/05/2023	1 ano
797.251.555-72		Advogada e Contadora		11/05/2023	2	100.00%
Benjamin Ribeiro Quadros	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	02/12/1967	22/06/2020	Indeterminado
916.346.607-49	Comitê de M&A	Empresário		22/06/2020	1	100.00%
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	16/10/1967	22/06/2020	Indeterminado
994.033.157-68	Comitê de M&A	Administrador		22/06/2020	1	100.00%
Rodrigo Frizzi Sousa	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/09/1977	20/06/2020	Indeterminado
266.581.018-25	Comitê de M&A	CDO - Chief Digital Officer		20/06/2020	1	100.00%
Diretor Estatutário						
Marli Araujo Guarizzo	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	22/07/1977	02/01/2022	1 ano
264.971.378-07	Comitê de Ética e Ouvidoria	Coordenadora de Informações		02/01/2022	1	100.00%
Aristoteles Domingos de Abreu	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	18/11/1982	02/01/2022	1 ano
014.881.536-71	Comitê de Ética e Ouvidoria	Especialista em RH		02/01/2022	1	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Monica Andrea Jambeiro Pedreira	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1979	22/06/2020	Indeterminado
960.255.815-68	Comitê de M&A	CFO		22/06/2020	1	100.00%
Diretora Estatutária						
Vinicius Prodocimo	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	20/06/1975	11/05/2023	1 ano
942.401.599-20	Comitê de Auditoria e Riscos	Gerente Executivo		11/05/2023	1	100.00%
Roberto Carlos Marucco Junior	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1970	22/06/2020	Indeterminado
010.983.407-01	Comitê de M&A	Analista de Sistemas		22/06/2020	1	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Roberto Strohschoen de Lacerda - 596.297.467-00

Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market. Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios.

É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento.

Das empresas em que o Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Priscila Rusch Daltro Cambra - 797.251.555-72

Pós Graduada em Gestão Tributária pela Universidade Federal da Bahia , Salvador - BA (2008 / 2009), Certified Financial Planner - CFP - Rice University, Houston, TX-USA - 2006, Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador-2017 (OAB-56.912), Ciências Contábeis - Faculdade Jorge Amado, Salvador/BA- 2005 (CRC- BA 027021/0-8) e Administração de Empresas - UNIFACS, Salvador/BA- 2002.

Possui experiência na revisão, aprovação e acompanhamento de Balanço Patrimonial, planejamento estratégico, gestão prudente dos investimentos e da exposição ao risco; monitoramento dos trabalhos de auditoria, discussão sobre assuntos contábeis relevantes e acompanhamento dos pontos levantados na carta de recomendação. Atuando na BRQ Soluções em Informática Como Gerente Executivo desde 2022.

Das empresas em que a Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49

Formado pela Havard Bussines School – OPM – Owner President Management Program (2008 à 2010) e em Ciências da Computação - pela Universidade Federal Fluminense (1984 à 1986), iniciou sua carreira como analista de sistemas e trabalhou em empresas como Exxon e IBM. Aos 24 anos fundou a BRQ e hoje, aos 53 anos, é presidente da Companhia e investidor em várias empresas iniciantes.

Exerce a função de Vice-Presidente da BRASSCOM e é Conselheiro da Angels of Brazil da Harvard Business School,, além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração. É responsável por supervisionar a performance dos negócios da Companhia.

Das empresas em que o Sr. Benjamin Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues - 994.033.157-68

Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program – OPM) pela Harvard Business School. Desde 1997 exerce a função de Vice-Presidente da BRQ, além de ser Presidente do Conselho de Administração deste o ano de 2020. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: BRQ LABs – Programa de Inovação da BRQ, Serviços de Cloud, Serviços SAAS de SWs proprietários da BRQ e parcerias externas.

Das empresas em que o Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Rodrigo Frizzi Sousa - 266.581.018-25

Formado em Ciências da Computação pela Faculdades Associadas de São Paulo e MBA InformationTechnology pela FIA.

Mais de vinte anos de experiência em desenvolvimento de canais digitais e liderança de equipes de alta performance nos mercados Financeiro, de Telecomunicações e de Seguros, apoiando empresas e startups em suas estratégias e jornadas de transformação digital, criando uma experiência encantadora para os clientes finais e um impacto real nos negócios, com foco na diferenciação, na excelência e na lucratividade. Entusiasta e praticante da filosofia Lean, um sistema de gestão que parte do princípio de que toda iniciativa deve ter como foco o cliente final. Por isso, sempre me dediquei ao desenvolvimento e à gestão estratégica das pessoas que trabalham no meu time.

Atua na BRQ desde 2001, e foi eleito como Diretor Estatutário em maio de 2021, responsável por posicionar a BRQ como parceira estratégica das maiores empresas do país nos desafios da Transformação Digital.

Das empresas em que o Sr. Rodrigo Frizzi Sousa atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Marli Araujo Guarizzo - 264.971.378-07

Formada em Análise de Sistemas pela Universidade do Ibirapuera (UNIB). Atuação a mais de 20 anos em processos licitatórios para órgãos públicos e processos relacionados a RFI/RFP/RFQ para empresas privadas. Iniciei minhas atividades na BRQ em 2006 na área de Informações e em 2016 comecei a atuar também com o atendimento dos processos documentais e regulatórios da CVM/B3.

Das empresas em que a Sra. Marli Araujo Guarizzo atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Marli Araujo Guarizzo declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Marli Araujo Guarizzo declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Marli Araujo Guarizzo declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Aristoteles Domingos de Abreu - 014.881.536-71

Psicólogo, Consultor e Coach, com vivência de 16 anos na área de Recursos Humanos. Formação em Coaching pela Sociedade Brasileira de Coaching. Experiência nas áreas de R&S, T&D, Mapeamento de Competências, Descrição de Cargos e Coaching. Atuação em potencialização de talentos, criação de PDIs e análise de comportamento através da metodologia DISC. Criação e desenvolvimento projetos como elaboração de políticas em RH, revisão de fluxos e processos, gestão de programas de estágios, trainees e aprendiz. Criação e desenvolvimento de programas de treinamentos internos e externos, programas de integração de novos funcionários, avaliação de clima, programas de feedback e atendimento psicológico e Coaching. Implantação do programa de Teletrabalho e Home Office. Responsável por relações Sindicais e apoio à área de SST, na revisão de políticas e novas estratégias de amparo a saúde do trabalhador. Passagem por empresas nacionais e multinacionais. Desde novembro de 2015, atuando na BRQ Digital Solutions, nas áreas de RH, Jurídico e SST.

Das empresas em que o Sr. Aristoteles Domingos De Abreu atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Aristoteles Domingos De Abreu declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Aristoteles Domingos De Abreu declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Aristoteles Domingos De Abreu declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68

Brasileira, casada, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia, atualmente ocupa o cargo de CFO e em Maio/2021 foi eleita Diretora.

Profissional com mais de 19 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias, infraestrutura e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos.

Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas. Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias. Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura.

Das empresas em que a Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Vinicius Prodócimo - 942.401.599-20

Gerente Executivo de Projetos com vasta experiência em projetos de desenvolvimento de software. Possuo grande experiência no gerenciamento de projetos de grande porte nas verticais: finanças, governo e telecomunicações e serviços em geral. Habilidade de estruturar áreas de Pre-Sale, Delivery, Quality Assurance, Project Support Office (PSO) e Project Management Office (PMO). Conhecimento de métodos ágeis como Agile Scrum e Support Kanban.

Conhecimento amplo e profundo das técnicas e metodologias de gestão de projetos baseadas nos modelos PMBook (PMI) e UP (Unified Process) bem como nos processos RUP (Rational Unified Process) incluindo a atuação como PMO (Project Management Office). Já participei de diversos projetos utilizando metodologias cascata (waterfall), iterativa (RUP) e ágil (Scrum). Amplo conhecimento dos modelos maturidade de processo como MPS.BR e CMMI bem como de técnicas de estimativas de esforço como Use Case Point (UCP) e Function Point Analysis (FPA).

Experiência em coaching e mentoring de colaboradores nas áreas de gestão de projetos.

Dentre as minhas características pessoais posso destacar que sou uma pessoa com alto nível de liderança, extremamente focada em resultados, pró-ativa, criativa, comunicativa e com espírito de cooperação. Meu desenvolvimento profissional foi construído em capacidades para análise crítica, o planejamento, a valorização das decisões estruturadas, resolução de conflitos e negociação. Tenho a habilidade de tomar decisões de maneira pragmática e objetiva, através de uma abordagem lógica e justa, mesmo em situações de baixo nível de certeza e/ou previsibilidade. Capacidade de visão holística. Tenho experiência em planejamento estratégico e medição de desempenho como BSC (Balanced Scorecard), EVM (Earned Value Management) e OKR (Objective Key Results).

Das empresas em que o Sr. Vinicius Prodócimo atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Vinicius Prodócimo declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Vinicius Prodócimo declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O

Sr. Vinicius Prodócimo declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01

Formado em Tecnologia de Processamento de Dados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1990 e em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes (UCAM/RJ) em 1998. Tendo também concluído MBA Executivo em Gestão de Negócios no IBMEC/RJ em 2001. Em 2010 obteve o grau de “alumni” pela Harvard Business School através do curso GMP (General Management Program).

Com 30 anos de experiência profissional, liderou times em todas as áreas de TI, estratégia, marketing digital e transformação digital.

Iniciou sua carreira como trainee na IBM Brasil, onde permaneceu por 10 anos e saiu como Líder de Segmento de Negócios. Posteriormente, foi convidado a atuar como Gerente Sênior de Desenvolvimento de Sistemas na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG - Grupo Gás Natural - Espanha). Após 4 anos, assumiu as empresas Supergasbras e Minasgás como CIO. Seu principal objetivo foi preparar e conduzir a fusão das duas empresas, criando a SHV Gas Brasil (Grupo Holandês). Após esse período, ingressou na SulAmerica Seguros como CIO. Desde 11/2020 é CIO na CERC Central de Recebíveis. Em março de 2019, liderou a Transformação Digital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como Diretor de Estratégia, Transformação Digital e Pessoas. Em 2020 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Das empresas em que o Sr. Roberto Carlos Marucco Junior atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declarou que não participa em entidades do terceiro setor.

O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Roberto Strohschoen de Lacerda - 596.297.467-00	N/A
Priscila Rusch Daltro Cambra - 797.251.555-72	N/A
Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49	N/A
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues - 994.033.157-68	N/A
Rodrigo Frizzi Sousa - 266.581.018-25	N/A
Marli Araujo Guarizzo - 264.971.378-07	N/A
Aristoteles Domingos de Abreu - 014.881.536-71	N/A
Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68	N/A
Vinicius Prodócimo - 942.401.599-20	N/A

Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Benjamin Ribeiro Quadros	916.346.607-49	BRQ Soluções em Informática S.A.	36.542.025/0001-64	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Andrea Ribeiro Quadros	839.196.357-87	BRQ Soluções em Informática S.A.	36.542.025/0001-64	
Membro Titular do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

.....

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Companhia.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), com cobertura para: (i) responsabilização por danos causados a Terceiros, em consequência de atos (ilícitos) culposos praticados pelos administradores no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da Seguradora.

A apólice de seguro contratada junto à empresa Zurick Seguros S/A possui vigência de 1 de outubro de 2021 a 1 de outubro de 2022 e o limite líquido de indenização é de R\$ 30.000 mil, com pagamento de prêmio no montante de R\$ 59 mil.

A Companhia informa, ainda, que não possui previsão estatutária sobre a indenidade e nem contratos firmados com seus administradores ou ex-administradores visando mantê-los indenados de eventuais prejuízos decorrentes de atos realizados por força do exercício de suas funções na Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 12 (doze) meses, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Resumo das Matérias	Data	Quórum de Instalação
AGO/E	(i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) Proposta da Administração para destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos membros da Administração para o exercício social de 2021; (iv) Deliberar sobre a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) Deliberar sobre a eleição de novos Membros Titulares Independentes do Conselho de Administração da Companhia; (vi) Rerratificação do montante pago à título de remuneração aos administradores da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2020.	23.04.2021	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Deliberar sobre o Aditamento ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações; (ii) Deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de 50.000 quotas da BMSIX; (iii) Deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, de 250.000.000 quotas da LIVETOUCH; (iv) Autorizar e ratificar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas	13.08.2021	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar, depois de examinados e discutidos, o Protocolo e Justificação de Incorporação da Netstrategy Participações Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A (ii) Ratificar a contratação de Apsis Consultoria e Avaliações Ltda; (iii) Aprovar, depois de lido e discutido, o Laudo de Avaliação; (iv) Aprovar a incorporação	29.11.2021	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia

12.12 - Outras informações relevantes

	propriamente dita da Netstrategy pela Companhia, com a extinção da Netstrategy e sua sucessão pela Companhia.		
AGO/E	(i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Proposta da Administração para destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos membros da Administração para o exercício social de 2022.	27.04.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, aos Diretores Estatutários ou não Estatutários, e membros dos Comitês instituídos pela Companhia, definidos aqui em conjunto por “Executivos”. A Política possui como principais objetivos:

- ✓ Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- ✓ Alinhar os interesses dos Executivos com os interesses da Companhia e seus acionistas;
- ✓ Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- ✓ Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13.05.2021 e pode ser consultada em sua íntegra através no seguinte endereço eletrônico: <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria:

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de um salário ou pró-labore, conforme o cargo, definidos de acordo com as responsabilidades individuais de cada um, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos seus membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do seu negócio. Além disso, a remuneração fixa é orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais.

Os diretores não estatutários da Companhia poderão receber, ainda, remuneração variável, seja a título de (i) Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no acordo de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no acordo de PLR; e/ou (ii) bonificações vinculadas ao atingimento de metas individuais e corporativas, com objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

estratégia de crescimento do seu negócio em cada exercício social. Os valores e as metas do acordo de PLR serão negociados nos acordos de PLR e serão determinados com base na meritocracia.

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios, além dos benefícios previstos nas normas coletivas aplicáveis: (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) vale alimentação; (d) vale refeição; (e) seguro de vida; (f) previdência privada; e outros a serem aprovados pelo Conselho de Administração e/ou que venham a ser estabelecidos nas normas coletivas aplicáveis aos empregados da Companhia para os diretores empregados.

Três dos Diretores Estatutários da Companhia foram beneficiários do Primeiro Plano de Remuneração em Ações ("1º Plano"), tendo recebido outorgas quando não eram diretores estatutários. O plano foi criado com o objetivo de facilitar o alinhamento de interesses entre Executivos e acionistas no longo prazo.

Adicionalmente, a Administração submeteu à aprovação dos acionistas, em assembleia geral realizada em 18 de dezembro de 2020, o Segundo Plano de Remuneração em Ações ("2º Plano"), aditado pela Assembleia Geral realizada em 13 de agosto de 2021.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de pró-labore, definido de acordo com regras, estratégias e condições gerais previamente estabelecidas e fixadas pela Assembleia Geral e pela Administração da Companhia, com o objetivo de compensá-los pela sua participação nas reuniões do Conselho de Administração e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Os Conselheiros Independentes da Companhia não serão elegíveis ao recebimento de PLR, uma vez que não são empregados da Companhia.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Membros de Comitê:

Os membros dos comitês que sejam funcionários da Companhia não receberão remuneração específica, entretanto, membros independentes poderão receber pró-labore para tanto, se assim deliberado pelo Conselho de Administração.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Conselho de Administração	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,00%

Diretoria	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração Fixa	56,60%	66,29%	59,76%
Remuneração Variável	13,93%	18,16%	22,45%
Benefícios	29,47%	15,55%	17,78%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de praticados em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia, realiza periodicamente pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício, que busca o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores.

v. e existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Sim, com exceção dos Membros Independentes do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os principais indicadores dizem respeito a administração financeira (fluxo de caixa e EBITDA), que representam em média 60% das metas, além de indicadores de processos, satisfação de clientes e pessoas, que completam os demais 40%.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração variável é uma composição do atingimento de metas da Companhia e o scorecard do executivo.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

No curto prazo, a política de remuneração está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos. No médio e

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

longo prazo, a remuneração baseada em ações (plano de opções) possibilita aos elegíveis a formação de patrimônio por meio da valorização das ações entre a outorga e sua liberação para venda.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A proposta de remuneração da Diretores estatutários e não Estatutários deve ser encaminhada através de seu Diretor Presidente, para aprovação do Conselho de Administração e deverá ser formulada de forma que:

- ✓ Esteja vinculada a resultados, com metas de curto e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a organização;
- ✓ Evite a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários;
- ✓ Seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada;
- ✓ Não estimule ações que induzam os diretores executivos a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo;
- ✓ Tenha uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e
- ✓ Evite o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

A definição da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os critérios são fixados de acordo com o padrão de mercado das empresas de atuação no seu segmento e através da realização de pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Os valores de remuneração pagos aos seus diretores e conselheiros são reajustados por acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00		13,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	911.942,39	5.755.884,36		6.667.826,75
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.166.638,24		3.166.638,24
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	911.942,39	8.922.522,60		9.834.464,99

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	6,00		13,00
Nº de membros remunerados	4,00	6,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	689.862,00	3.715.735,70		4.405.597,70
Benefícios direto e indireto	0,00	918.682,23		918.682,23
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.435.809,00		1.435.809,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		Quatro dos diretores relacionados tiveram seu mandato iniciado em 03.05.2021.		
Total da remuneração	689.862,00	6.070.226,93		6.760.088,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	1.615.000,00		2.091.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	458.000,00		458.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	500.000,00		500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	476.000,00	2.573.000,00		3.049.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	357.825,02	1.545.291,35		1.903.116,37
Benefícios direto e indireto	0,00	456.500,14		456.500,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	495.000,00		495.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.			
Total da remuneração	357.825,02	2.496.791,49		2.854.616,51

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2019			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	6,00	2,00	0
c. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
e. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

*Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2020			
f. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
g. número total de membros	6,00	2,00	0
h. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
i. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
j. em relação a participação no resultado:	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	928.751,33	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2021			
k. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
l. número total de membros	7,00	6,00	0
m. número de membros remunerados	4,00	6,00	0
n. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
o. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	1.435.809,00	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2022 (Proposta)			
p. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
q. número total de membros	7,00	6,00	0
r. número de membros remunerados	4,00	6,00	0
s. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
t. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	68.986,20	3.166.638,24	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A Companhia possui 2 (dois) planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, sendo:

1º Plano aprovado em AGOE realizada em 02 de setembro de 2011, elegível única e exclusivamente aos diretores não estatutários da Companhia, o qual teve suas opções outorgadas e exercidas em sua totalidade, ressalvadas 20.000 opções já vencidas em setembro de 2021 e não exercidas, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE.

2º Plano aprovado em AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, neste novo modelo são beneficiários do Plano os diretores estatutários e não estatutários, e demais empregados da Companhia e subsidiárias, inclusive aqueles que já sejam eventualmente proprietários de ações da Companhia. Os sócios controladores e membros do Conselho de Administração não serão elegíveis ao Plano.

a. Termos e condições gerais

A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicou, em conformidade com o 2º Plano, aqueles dentre diretores estatutários ou não, e empregados da Companhia e subsidiárias que terão direito à outorga da opção (“Beneficiários”) e que foram devidamente convidados por escrito a participar do 2º Plano mediante a formalização de Contrato de Opção de Compra de Ações.

Compete ainda ao Conselho de Administração definir os colaboradores elegíveis tornar-se-ão Beneficiários e celebrarão os Contratos de Opção, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada Beneficiário terá direito, observadas as limitações previstas neste Plano.

Os termos e as condições de cada Opção de Compra concedida de acordo com o 2º Plano serão fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações definindo, entre outras condições, e observadas as disposições deste Plano:

- a. o número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção;
- b. a Outorga da opção, o prazo de vencimento da Opção de Compra e a data na qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão;
- c. o Preço da Outorga das Opções de Compra de Ações (Prêmio);
- d. o Preço de Exercício das Opções de Compra; e
- e. quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o 2º Plano.

b. Principais objetivos do plano

O objetivo do 2º Plano consiste em estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, especialmente no sentido de se atingir as condições para a

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

realização de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”), permitindo a certos executivos e empregados optar por adquirir ações da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Estimular os elegíveis a permanecerem na Companhia no futuro, permitindo participarem do ganho de capital decorrente da realização de um IPO e por consequência a valorização das ações no mercado.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O 2º Plano tem como característica ser um instrumento incentivador do bom desempenho para aqueles considerados como profissionais chave para a gestão, sempre orientados para a geração de valor a longo prazo e comprometimento com as metas da Companhia.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O 2º Plano está alinhado aos interesses dos beneficiários à longo prazo porque o ganho de capital realizado pelos executivos será vinculado exclusivamente da valorização futura das ações acima da inflação.

f. Número máximo de ações abrangidas

As opções incluídas no 2º Plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,50% do total das ações da Companhia na presente data, incluído as opções de compra das Ações Ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a Opção de Compra de Ações pelos Beneficiários, as ações ordinárias correspondentes serão objeto de emissão, por meio de aumento do capital da Companhia a ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, ou venda, caso sejam oferecidas opções de compra de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme condições estabelecidas neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

As Ações a serem emitidas no âmbito do 2º Plano serão ações ordinárias.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, § 3º, da Lei das S.A., não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Até no máximo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) opções de compra de Ações. A conversão das opções em ações observará a proporção de 1 (uma) opção para 1 (uma) ação.

h. Condições de aquisição de ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O preço de outorga da opção será determinado pela aplicação da seguinte fórmula de precificação:

PREÇO DA OPÇÃO:

PO = 5% do Patrimônio Líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia.

A Opção de Compra de Ações somente poderá ser exercida se e quando ocorrer um dos seguintes Eventos de Liquidez: (a) alienação de participação acionária que implique na mudança do controle acionário da Companhia; ou (b) realização de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia ("IPO")., independentemente do valor das ações de emissão da Companhia na data da ocorrência dos Eventos de Liquidez.

As opções de compra de Ações deverão ser exercidas integralmente, dentro dos prazos e nas condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações, as quais deverão ser consistentes com as condições gerais previstas neste Plano. O prazo de exercício será de até 5 (cinco) anos contados da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum Evento de Liquidez, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo beneficiário corrigido pelo IPC-A.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço do exercício de cada Opção de Compra de Ações será determinado com base no Enterprise Value, calculado com base no EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados e auditados da Companhia imediatamente anteriores à data de compra das opções ("Preço de Exercício da Opção de Compra"), conforme fórmula abaixo:

ENTERPRISE VALUE:

$EV = 6 \times \text{Média do EBITDA da Companhia nos últimos três exercícios}$

O Preço de Exercício da Opção de Compra, será corrigido pelo IPC-A +3,00% (três por cento) ao ano, desde a outorga até o exercício.

Uma vez estabelecido o Preço de Exercício da Opção de Compra, caso o Endividamento Líquido (valor correspondente à diferença entre o valor do Caixa e do Endividamento da Companhia) seja maior que 2,5 vezes o EBITDA, o valor da diferença será adicionado ao Preço de Exercício da Opção de Compra. O Endividamento será considerado proporcionalmente ao número de Ações objeto da Opção de Compra.

A Opção de Compra somente poderá ser exercida mediante entrega da Notificação de Exercício pelo Beneficiário no prazo e nos períodos fixados no 2º Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Caso o Beneficiário exerça seu direito de compra de ações, o preço deverá ser pago em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da Notificação de Exercício, devendo a emissão das respectivas ações (e/ou venda, no caso de ações em tesouraria) ocorrer em até 30 (trinta) dias da data do pagamento do preço de exercício pelo Beneficiário.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício é de até 5 (cinco) anos a contar da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez. Para todos os beneficiários, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em lotes, seguindo a seguinte sistemática de carência: (i) no momento da outorga, não haverá qualquer lote vestido; (ii) no primeiro ano será vestido o primeiro lote, correspondente a 50% das Ações outorgadas; (iii) no segundo ano será vestido o segundo lote, correspondente a 75% das Ações outorgadas; e (iv) no terceiro ano será vestido o terceiro lote, correspondente a 100% das Ações outorgadas.

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto no 2º Plano, no mínimo 30,00% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no 2º Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista acima.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPC-A desde o referido pagamento.

k. Forma de liquidação

Os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do 2º Plano terão direito de venda conjunta (“tag along”) proporcional em caso de alienação de participação acionária detida, direta ou indiretamente, no capital social da Companhia pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros, que implique a mudança do controle acionário da Companhia.

O direito de venda conjunta de cada Ação dos Beneficiários será correspondente a 100,00% (cem por cento) do valor atribuído a cada ação alienada pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros.

Além disso, o acionista Benjamin Ribeiro Quadros terá o direito de compelir os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações no âmbito do 2º Plano a vender as Ações de que sejam titulares (“drag along”).

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

l. Restrições à transferência das ações

No caso de Evento de Liquidez consistente em IPO, as Ações no âmbito do 2º Plano deverão ser convertidas no equivalente de Ações a que o Beneficiário tem direito, do mesmo tipo e classe das demais ações ofertadas na Bolsa de Valores, e somente poderão ser vendidas pelos Beneficiários, na forma e prazos estabelecidos no referido IPO e de acordo com as demais obrigações contratadas perante a B3 e em conformidade com as demais leis aplicáveis.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustamentos apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

Se a Companhia for capitalizada, a qualquer momento, os Beneficiários, quando do exercício das opções de compra, terão sido proporcionalmente diluídos.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis aos Beneficiários para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário venha a cessar em razão (a) de, respectivamente, pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (sem justa causa) ou destituição (sem justo motivo), o Beneficiário poderá: manter as opções já pagas e exercê-las caso ocorra um dos Eventos de Liquidez, desde que em até 30 (trinta) dias dos eventos ali descritos, mediante notificação por escrito enviada ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, a Companhia realizará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato. Na hipótese de demissão com justa causa ou destituição com justo motivo, obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, a Companhia efetuará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, conforme a metodologia de cálculo descrita no plano.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

“**Plano 1**” - Não há remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária. O Plano 1 não teve qualquer opção outorgada a membros da Diretoria estatutária, observado que 3 (três) colaboradores contemplados no Plano 1 se tornaram diretores estatutários no exercício 2021, porém, com exceção de 10.000 opções em aberto, com vencimento em Set/2022, todas as suas respectivas opções já haviam sido exercidas por ocasião da sua eleição à Diretoria.

“**Plano 2**” - A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
a. órgão	Diretoria Estatutária		
b. número total de membros	6,00	2,00	2,00
c. número de membros remunerados	3,00	-	-
d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:			
(i) data de outorga	09.2021	-	-
(ii) quantidade de opções outorgadas	924.016	-	-
(iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis	Evento liquidez (IPO ou venda de controle)	-	-
(iv) prazo máximo para exercício das opções	5 anos	-	-
(v) prazo de restrição à transferência das ações	N/A	-	-
(vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:			
• em aberto no início do exercício social	R\$ 4,76	-	-
• perdidas durante o exercício social	N/A	-	-
• exercidas durante o exercício social	N/A	-	-
• expiradas durante o exercício social;	N/A	-	-
e) valor justo das opções na data de cada outorga;	1º lote R\$ 1,20 2º lote R\$ 1,01 3º lote R\$ 0,85	-	-
f) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,7%	-	-

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável. Os diretores estatutários e os membros do conselho de administração da Companhia não possuem, atualmente, opções em aberto.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável. Não há opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

a. modelo de precificação

O valor das opções emitidas no âmbito do Plano 2 foi determinado utilizando-se a metodologia “Barone-Adesi e Whaley”, uma variante do modelo “Black & Scholes”, que permite a precificação do tipo americano, no qual o detentor poderá exercer-la a qualquer momento até o limite do prazo de expiração da opção. O modelo estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- ✓ **Preço das ações:** Como a Companhia não possuía ações negociadas até a data de avaliação do plano de stock options, foi realizado pela Administração uma estimativa de valor justo considerando a metodologia denominada de fluxo de caixa descontado. O valor da ação estimado foi de R\$ 7,92.
- ✓ **Preço de exercício:** 1º lote – R\$ 3,53; 2º lote – R\$ 4,68; 3º lote – R\$ 5,64
- ✓ **Volatilidade esperada:** Foi utilizado uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano com taxa média de 31,8%.
- ✓ **Prazo de vida da opção:** consideramos um prazo de vida de 5 anos a partir da data do evento de liquidez (Oferta pública de ações ou venda de controle), conforme disposto no Plano de Opções.
- ✓ **Dividendos esperados:** O dividendo yield foi considerando uma distribuição mínima de 25% dos lucros em forma dividendos dos resultados de 2021 e 2020. A taxa de dividendos obtida foi de 1,00204% ao ano.
- ✓ **Taxa de juros livre de risco:** Foi utilizado como proxy para a taxa livre de risco as taxas de referência para ajustes de contratos de Swap DI x Pré. A taxa média utilizada foi de 9,60% e 9,53%.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, foi mensuramos o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante um modelo de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência de cada tranche das opções.

O modelo utilizado “Barone-Adesi e Whaley” sugere uma fórmula na qual a equação diferencial estocástica é dividida em dois componentes: o valor da opção europeia e o prêmio de exercício antecipado. Esta solução envolve encontrar o valor crítico de forma que se fique indiferente entre o exercício antecipado e a manutenção até o vencimento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

13.8 - Precificação Das Ações/opções

A determinação da volatilidade esperada foi realizada por uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu Valor Justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles descritos no item 13.8 (a).

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da BRQ detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social e o corrente:

Órgão	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	12.2021	05.2022
Conselho de Administração	BRQ Soluções em Informática S.A.	98.326.061	86.451.073
Diretoria Estatutária	BRQ Soluções em Informática S.A.	1.689.078	13.564.066
Conselho Fiscal	BRQ Soluções em Informática S.A.	-	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	6,00	2,00	2,00	7,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	2,00	4,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	960.654,90	911.000,00	871.723,79	206.958,60	198.008,64	183.677,84
Valor da menor remuneração(Reais)	606.443,04	704.000,00	673.567,56	206.958,60	198.008,64	183.643,44
Valor médio da remuneração(Reais)	724.984,20	807.500,00	772.645,68	206.958,60	198.008,64	183.660,64

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Contratos entre a Companhia e seus Administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais. A Companhia não fornece apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para seus Administradores, ressalvado pela apólice de seguro D&O referida no item 12.11.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

EXERCÍCIO 2019			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal
EXERCÍCIO 2020			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal
EXERCÍCIO 2021			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração por qualquer razão que não a função que ocupa. Além disso, a Companhia não tem, nem teve nos últimos três exercícios, Conselho Fiscal instalado.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

	Base 12/2019	Base 12/2020	Base 12/2021
Número de Empregados	2.470	2.612	2.962

Localização Geográfica	Base 12/2019	Base 12/2020	Base 12/2021
SP	1.857	2.059	2.485
RJ	361	323	306
PR	184	169	162
CE	-	1	1
BA	-		
PE	12	7	7
RN	-		
SE	-	1	1
AL / AM / GO / MG / MS / SC / RS	4		
EUA	52	44	2.962

Atividade Desempenhada	Base 12/2019	Base 12/2020	Base 12/2021
Unidade Administração	122	129	164
Unidade Operacional	2.245	2.374	2747
Unidade Comercial	45	40	13
Unidade de Suporte	57	60	38

A função de auditoria interna é performada por auditor independente registrado na CVM.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Base 12/2019	Base 12/2020	Base 12/2021
Número de Empregados	16	08	07

Os terceirizados prestam serviços de limpeza e manutenção. Todos os terceirizados da Companhia desempenham suas atividades em território nacional.

c. índice de rotatividade

	Base 12/2019	Base 12/2020	Base 12/2021
Turnover	62,3%	30,31%	59,57%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não há nenhuma alteração ocorrida com relação aos números divulgados no item acima.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. política de salários e remuneração variável

Os cargos da Companhia para fins de salário e remuneração estão classificados em diretores estatutários, diretores não estatutários, executivos e demais colaboradores. Para cada grupo foram estabelecidas faixas salariais com base em pesquisas de mercado.

Os executivos (diretores estatutários, diretores não estatutários e gerentes) fazem jus ao recebimento de uma remuneração fixa, seja salarial ou pró-labore e incentivo de curto prazo (remuneração variável), seja a título de prêmio ou PLR (Participação nos Lucros e resultados), vinculadas ao atingimento de metas individuais e corporativas. Além disso, os executivos recebem incentivos de longo prazo, nas modalidades opções de compra de ações (descritas abaixo).

Os demais profissionais e colaboradores da Companhia fazem jus a uma remuneração fixa que é estabelecida de maneira a manter a Companhia atrativa aos profissionais no mercado, sendo regularmente revista, tanto para nivelar com valores praticados no mercado, como também para ajustar as reposições solicitadas pelos Sindicatos e/ou pelo Governo. A parte de remuneração variável consiste no Programa de participação nos lucros, determinado e aprovado anualmente através de comissão paritária formada pelos próprios empregados. A remuneração é vinculada ao atingimento de metas individuais e corporativas, com objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do negócio.

b. política de benefícios

A Companhia entende que cada profissional possui necessidade de benefícios própria. Para atender a esta demanda individual, a Companhia oferece a seus Profissionais Pacote de Benefícios Flexíveis.

Na data da contratação, cada profissional recebe um Pacote de Benefícios pré-definido. Ao profissional é dado o direito de alterar o pacote pré-definido conforme suas necessidades, limitado ao teto de valor de sua categoria e as regras da Convenção Coletiva de Trabalho.

O Pacote de Benefícios pré-definido, garante a todo profissional da Companhia: Plano de Saúde, Seguro de Vida e Auxílio Refeição. Os valores variam conforme o nível da carreira dos cargos e podem ser e revistos uma vez por ano em data pré-determinada pela Companhia. Além destes benefícios, são também oferecidos aos profissionais: Plano Odontológico, Auxílio Alimentação e Previdência Privada e a possibilidade de inclusão de dependentes no Plano de Saúde e Odontológico.

A flexibilidade na escolha dos benefícios é um dos itens que gera maior satisfação entre os Profissionais da Companhia.

Deste modo, a Administração entende que possui um pacote de benefícios em linha com as práticas de mercado, visando conferir aos colaboradores uma compensação total líquida adequada a um custo total moderado para a Companhia.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

1º Plano: A Companhia selecionou diretores não estatutários Companhia e subsidiárias, em posições chaves para participar do sucesso e crescimento da Companhia nas mesmas condições dos sócios, tendo a oportunidade de se tornar um acionista da Companhia. Este primeiro plano foi aprovado em 02 de setembro de 2011 com retificações realizadas em 13 de julho de 2012, 29 de abril de 2015 e 18 de abril de 2019.

2º Plano: A Companhia selecionou colaboradores, diretores estatutários e não estatutários, e empregados da Companhia e subsidiárias, que estão em posições chaves para participar do sucesso e crescimento da BRQ nas mesmas condições dos seus sócios, tendo a oportunidade de se tornar um acionista da BRQ. A Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2020 um novo plano de outorga de opção de compra de ações, posteriormente aditado em 13 de agosto de 2021. A outorga das opções de compra de ações se fez mediante formalização de contrato de opção de compra de ações e pagamento de prêmio pelo beneficiário, cujo valor será de 5% do patrimônio líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia. A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicará, aqueles que terão direito à outorga da opção mediante a formalização de contrato de opção de compra de ações.

ii. condições para exercício

1º Plano: Para se tornar participante, o colaborador elegível deve ser formalmente indicado pelo Conselho de Administração ou, se existente, pelo Comitê, nos termos definidos neste plano. Adicionalmente, como condição essencial para que a sua indicação seja considerada como válida e vinculante, o colaborador elegível indicado como participante deverá assinar o contrato de opção, caso assim deseje, aderindo voluntária e expressamente ao presente plano e declarando-se ciente e de acordo com todos os termos e condições do plano. O Plano teve suas opções outorgadas e exercidas em sua totalidade, ressalvadas 20.000 opções já vencidas em setembro de 2021 e não exercidas, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE. O Preço de Subscrição das ações foi definido pelo Conselho de Administração, observado o montante mínimo correspondente a 80,00% (oitenta por cento) do Valor Patrimonial da Ação verificado no último dia do exercício social imediatamente anterior ao da data da celebração do Contrato de Opção, corrigido pelo IPC-A do último dia do exercício social imediatamente anterior ao da celebração do Contrato de Opção até a data do Exercício da Opção de Compra. No caso de extinção do IPC-A, o Conselho de Administração elegerá outro índice que venha a substituí-lo e que reflita a real inflação do período.

2º Plano: Vide item 13.4 deste Formulário.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

iii. preços de exercício

1º Plano: Através do programa de Stock Options, os participantes do programa têm a opção de comprar ações da Companhia, ao preço do valor patrimonial atual com desconto de 20%, sendo:

Preço de exercício:

- setembro/2011 - R\$ 0,36
- setembro/2012 - R\$ 0,38
- setembro/2013 - R\$ 0,41
- setembro/2014 - R\$ 0,42
- novembro/2018 - R\$ 0,43

O preço é fixado por até 8 anos e a correção é feita pelo IPC-A.

O valor justo do Plano foi estimado com base no modelo de Merton de valorização de opções, utilizando-se das seguintes premissas.

Plano	Fair Value unitário	Volatilidade anual	Taxa livre de risco (*)
Outorga 2011	0,24	32,4%	5,2%
Outorga 2012	0,24	31,3%	3,8%
Outorga 2013	0,29	29,2%	5,7%
Outorga 2014	0,27	26,6%	5,4%
Outorga 2018	0,21	25,3%	5,2%

(*) Baseado no cupom de IPCA.

2º Plano: Vide item 13.4 deste Formulário.

iv. prazos de exercício

1º Plano: A distribuição teve início no ano de 2011, sendo aplicado o período de carência (vesting período) para exercício das opções (compra das ações) conforme segue:

- 2 anos para compra de até 30,00%
- 3 anos para compra de até 60,00%
- 4 anos para compra de até 100,00%

Após as respectivas carências, as opções serão exercíveis até o prazo máximo de 8 (oito) anos a contar da data da outorga.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Em 2019, houve mudanças no Plano em relação ao prazo e maturidade das opções, onde as opções de compra outorgadas poderão ser exercidas imediatamente após assinatura do contrato de opção, sendo estas consideradas opções maduras.

2º Plano: Vide item 13.4 deste Formulário.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

1º Plano: O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Periodo de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
13/11/2018	554.348	0,43	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
Total	9.380.862				

2º Plano: Vide item 13.4 deste Formulário.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia cumpre as diretrizes determinadas pelas Convenções Coletivas de Trabalho de cada Estado e a Reforma Trabalhista são fielmente seguidas pela Companhia.

Os colaboradores são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (“SINDPD-SP”), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Serviços, Públicos e Privados, de Informática e Internet, e Similares, do Estado do Rio de Janeiro (“SINDPD-RJ”), Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana (“SITEPD”) e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de Pernambuco.

Não houve a ocorrência de paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item “**14. Recursos Humanos**” deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Mônica de Araujo Pereira						
013.924.297-06	Brasileira-RJ	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
12.350.153	9,270%	0	0,000%	12.350.153	9,270%	
Benjamin Ribeiro Quadros						
916.346.607-49	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
49.400.613	37,090%	0	0,000%	49.400.613	37,090%	
Andrea Ribeiro Quadros						
839.196.357-87	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
12.350.153	9,270%	0	0,000%	12.350.153	9,270%	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Sim	Não	29/11/2021		
Não						
29.870.100	22,430%	0	0,000%	29.870.100	22,430%	
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues						
994.033.157-68	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/11/2021		
Não						
24.700.307	18,550%	0	0,000%	24.700.307	18,550%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
4.192.584	3,150%	0	0,000%	4.192.584	3,150%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 29/11/2021					
322.173	0,240%	0	0,000%	322.173	0,240%
TOTAL					
133.186.083	100,000%	0	0,000%	133.186.083	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR				00.383.281/0001-09	
OUTROS					
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000
TOTAL					
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

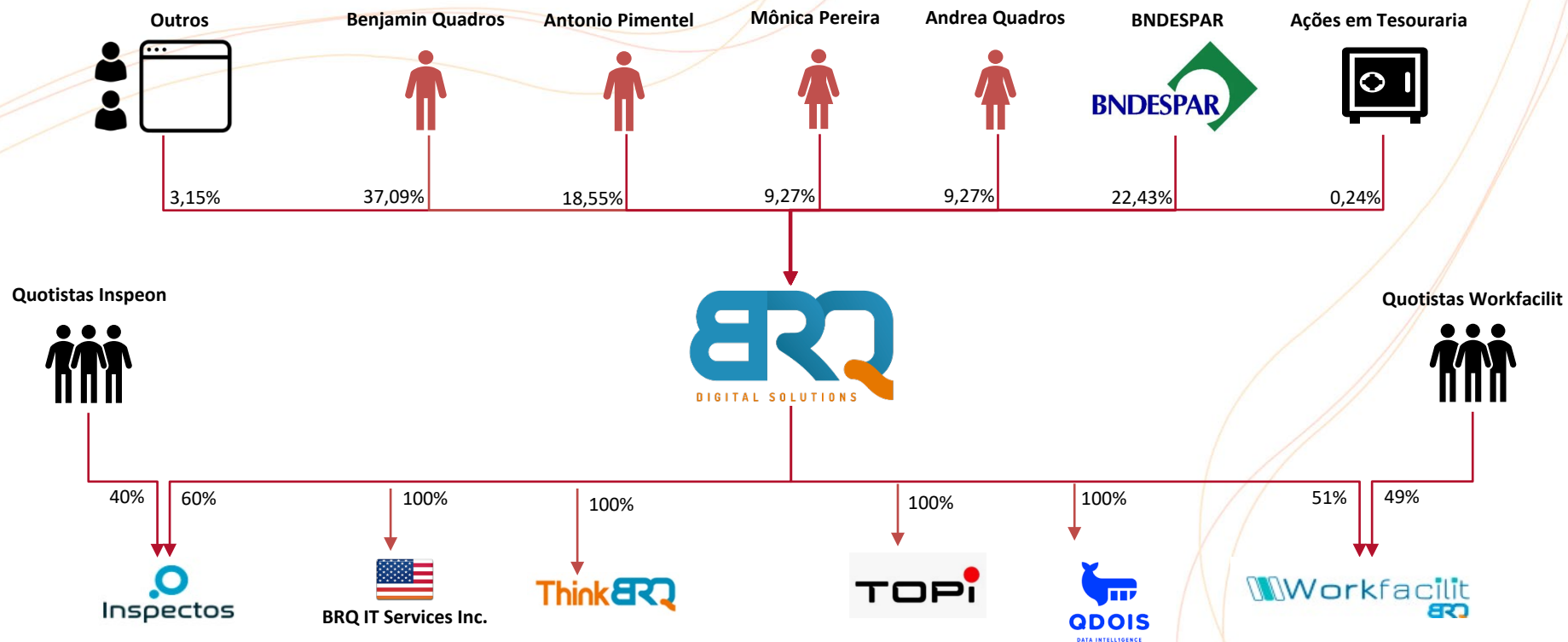
Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	18
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

ESTRUTURA ACIONÁRIA - BRQ



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

a. Partes

São partes do Acordo de Acionistas, Benjamin Ribeiro Quadros, Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues, Mônica de Araújo Pereira, Andrea Ribeiro Quadros (“Acionistas Controladores”) e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, com interveniência e anuência da Companhia.

b. data de celebração

Contrato - Data: 12/09/2007

1º Termo de Aditamento - Data: 29/05/2013

2º Termo de Aditamento - Data: 08/09/2014

3º Termo de Aditamento - Data: 19/09/2017

4º Termo de Aditamento - Data: 29/11/2021

Acordo de Acionistas 476 - Data: 29/11/2021

c. prazo de vigência

Conforme Cláusula 12 está previsto:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1. Este ACORDO entrará em vigor na data de sua assinatura, e será automaticamente extinto na data (i) em que a COMPANHIA publique o Anúncio de Início do IPO Qualificado de que trata a Cláusula Sétima deste ACORDO; (ii) em que a Companhia publique o anúncio de início de uma Oferta Restrita, hipótese em que o Acordo de Acionistas 476 passará a vigorar; ou (ii) em que a BNDESPAR tiver sua participação na COMPANHIA reduzida a 0,5% (meio por cento) do capital social ou menos

12.1.1. Nas hipóteses previstas nos itens (i) e (ii) acima, não ocorrendo a liquidação do IPO Qualificado ou da Oferta Restrita, este ACORDO se restabelecerá em todos os seus termos e fins de direitos.

12.1.2. As disposições da Cláusula Décima Primeira deste ACORDO sobreviverão à extinção deste ACORDO na hipótese prevista no item (ii) da Cláusula 12.1 acima, permanecendo válidas e eficazes para todos os fins legais.

12.2. Na hipótese de a participação societária da BNDESPAR reduzir-se a 5,0% (cinco por cento) ou menos do capital total, a BNDESPAR poderá exigir que o lote de ações remanescentes seja adquirido pelos ACIONISTAS CONTROLADORES no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que a BNDESPAR notificá-los a respeito,

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

sendo certo que o preço de aquisição será um dos 2 (dois) valores unitários previstos abaixo, a critério da BNDESPAR:

a) valor econômico da COMPANHIA, nos termos da letra (b) do item 4.3.2 b) valor correspondente ao preço de emissão das ações pago pela BNDESPAR, atualizado monetariamente, a partir das datas de integralização de ações pela BNDESPAR até a data do efetivo pagamento, pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de um spread de 5% (cinco por cento) ao ano devidamente capitalizado e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações e/ou desdobramentos de ações.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Conforme Cláusula 5 está previsto:

CLÁUSULA QUINTA - DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

5.1. Os ACIONISTAS CONTROLADORES obrigam-se, durante a vigência deste ACORDO, a exercer o seu direito de voto de modo a:

a) cumprir as normas estabelecidas neste instrumento, inclusive aquelas de responsabilidade da COMPANHIA;

b) não aprovar, nem deixar que por sua omissão seja aprovada, sem prévia autorização, por escrito, da BNDESPAR, que deverá manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias, passados os quais serão consideradas aprovadas pela BNDESPAR, quaisquer das matérias a seguir relacionadas:

I. alterações do estatuto social da COMPANHIA e/ou de suas Controladas em relação: (i) ao objeto social da COMPANHIA ou de suas Controladas; (ii) a direitos decorrentes da classe e espécie das ações de emissão da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iii) ao número de conselheiros da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iv) a alteração das competências a Assembleia Geral e Conselho de Administração da SOCIEDADE ou de suas Controladas; (v) a alteração da competência da Diretoria que resulte em restrição dos poderes do Conselho de Administração e (vi) a direitos tratados nesta Cláusula, aos demais direitos da BNDESPAR sob o presente ACORDO e/ou que possam alterar ou, de qualquer forma, afetar ou influenciar qualquer dos direitos da BNDESPAR estabelecidos no presente ACORDO;

II. emissão dos seguintes valores mobiliários: debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias e opções para compra de ações, exceto no âmbito do plano de opções da COMPANHIA, respeitado o limite de 8% (oito por cento) de seu capital social, incluindo o plano de stock options da COMPANHIA, aprovado pelas Partes em 18.12.2020;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

III. aprovação e/ou alteração de planos de incentivo de longo prazo ou quaisquer outros planos de oferta de outorga de opção de compra ou subscrição de ações de emissão da COMPANHIA a administradores e/ou empregados da BRQ, que resultem em diluição da participação societária da BNDESPAR no capital social da COMPANHIA;

IV. operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a COMPANHIA ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte V. liquidação, dissolução, extinção, recuperação judicial ou extrajudicial da COMPANHIA;

VI. a recompra, pela COMPANHIA, de ações de sua emissão; e

VII. fixação nos aumentos de capital social realizados na COMPANHIA de preço de emissão de ações inferior àquele pago pela BNDESPAR, remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculado pro rata temporis, desde a data de subscrição até a data de deliberação do aumento.

c) submeter previamente à apreciação da BNDESPAR a fixação de remuneração e participação dos administradores nos lucros da COMPANHIA;

d) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro por este indicado para integrar, durante a vigência deste ACORDO, o Conselho de Administração da COMPANHIA, que deverá ter mandato unificado não superior a 1 (um) ano, permitida a reeleição;

e) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro independente para o Conselho de Administração da COMPANHIA;

f) instalar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da solicitação expressa da BNDESPAR, o Conselho Fiscal da COMPANHIA, bem como eleger um membro indicado pela BNDESPAR para compor o referido Conselho.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Conforme Cláusula 5 do Acordo de Acionistas, a BNDESPAR terá o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Na Reunião Prévia instalada para deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Acionistas Controladores se comprometem a aprovar a indicação de uma chapa completa de membros efetivos e suplentes de modo a preencher a totalidade de vagas fixadas para o Conselho de Administração, sendo certo que os Acionistas Controladores deverão indicar o número mínimo obrigatório de conselheiros independentes, dentre os quais farão constar o membro indicado pela BNDESPAR.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Caso, em uma Assembleia Geral instalada para deliberar sobre a eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia, seja adotado o mecanismo de voto múltiplo, a BNDESPAR deverá cumular todos os seus votos no candidato de sua indicação, ao passo que os Acionistas Controladores deverão distribuir seus votos entre os candidatos da maneira mais efetiva possível, à luz do número mínimo de votos para eleição de cada membro, incluindo o membro indicado pela BNDESPAR.

No caso de vacância de vaga membro efetivo do Conselho de Administração que tenha sido indicado por qualquer dos Acionistas, o Acionista que o houver indicado ou participado de sua indicação poderá demandar que os demais Acionistas tomem as medidas necessárias para a pronta convocação da Assembleia Geral que elegerá novo membro do Conselho de Administração da Companhia, observadas as disposições da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada.**Sexta.

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Conforme Cláusula 4 está previsto:

CLÁUSULA QUARTA - DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA (TAG ALONG)

A BNDESPAR poderá exigir a inclusão da totalidade de sua participação acionária no capital social da COMPANHIA na operação de transferência de ações de emissão da COMPANHIA integrantes do Bloco de Controle (“Direito de Venda Conjunta – Tag Total”). Para tanto, as Partes concordam, desde já, que a BNDESPAR poderá vender até a totalidade das suas ações pelo mesmo valor proposto pelo interessado na aquisição das ações de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES.

4.1.1. A BNDESPAR poderá requerer, a seu exclusivo critério, a elaboração de laudo do valor econômico da COMPANHIA por 1 (uma) empresa especializada na prestação de serviços de avaliação e correlatos, reconhecida nacionalmente, que esteja entre as 10 (dez) instituições melhor classificadas nos respectivos rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e/ou Bloomberg, divulgado no exercício social corrente ou imediatamente anterior. A empresa acima referida (“Avaliador”) determinará o valor econômico da Companhia por meio do fluxo de caixa descontado e será contratada às expensas dos ACIONISTAS CONTROLADORES, sendo certo que, para ser contratada, não poderá (e seus conselheiros, diretores, funcionários e Partes Relacionadas também não) ter prestado serviços à COMPANHIA ou ao controlador direto ou indireto nos últimos 2 (anos) e não poderá ter qualquer outro interesse financeiro relevante direto ou indireto ou outra relação relevante com a COMPANHIA, suas sociedades controladas, coligadas ou o controlador direto ou indireto. Caso os referidos rankings não mais existam no momento da avaliação, a BNDESPAR indicará um outro ranking equivalente para servir de referência para a escolha do Avaliador pela COMPANHIA. Na hipótese de o valor de

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

avaliação da Companhia, calculado a partir do preço unitário por ação na operação de venda de ações do Bloco de Controle com o interessado ser inferior a 80% (oitenta por cento) do valor econômico da COMPANHIA apurado pelo Avaliador, a BNDESPAR poderá exigir que as suas Ações sejam adquiridas pelo terceiro pelo valor de avaliação da Companhia apurado pelo Avaliador, dividido pelo número total de ações de sua emissão.

4.2. Sem prejuízo do Direito de Venda Conjunta – Tag Total, caso quaisquer dos Acionistas Controladores desejem transferir parcela de suas ações representativas de qualquer participação no capital social da Companhia que não integre o Bloco de Controle, a BNDESPAR terá o direito de incluir na aludida transferência, pelo mesmo valor proposto pelo interessado na aquisição das ações de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES, uma quantidade de ações equivalente à multiplicação do: (i) percentual de ações detidas pela BNDESPAR no capital social da Companhia pelo (ii) número total de ações a ser efetivamente Transferido (“Direito de Venda Conjunta – Tag Proporcional”).

4.2.1. Na hipótese prevista na Cláusula 4.2 acima, o número total de ações a serem transferidas ao interessado poderá, a exclusivo critério dos Acionistas Controladores, (i) ser mantido inalterado, hipótese na qual o número de ações que os Acionistas Controladores iriam originalmente transferir será reduzido pelo mesmo número de ações inseridas na operação pela BNDESPAR, ou (ii) ser aumentado, hipótese na qual o número de ações a serem transferidas pelos ACIONISTAS CONTROLADORES poderá ser igual ou inferior ao número de ações que os ACIONISTAS CONTROLADORES iriam originalmente transferir e será acrescido pelo número de ações inseridas na operação pela BNDESPAR. Em qualquer hipótese, a proporção verificada pela operação de multiplicação prevista na Cláusula 4.2 acima deverá ser observada.

4.3. Os ACIONISTAS CONTROLADORES poderão constituir uma nova sociedade holding, exclusivamente sob a forma de uma sociedade limitada ou sociedade anônima, e constituída sob as leis brasileiras, e atribuir a ela sua participação na COMPANHIA, desde que (i) o único ativo (exceto caixa e equivalentes, incluindo aplicações financeiras) da nova sociedade seja a participação societária na COMPANHIA; e (ii) a totalidade das quotas emitidas por referida sociedade holding seja detida pelos ACIONISTAS CONTROLADORES, hipótese em que a referida sociedade holding se sub-rogará em todos os direitos e obrigações dos ACIONISTAS CONTROLADORES no âmbito deste Acordo.

4.3.1. Na hipótese prevista na Cláusula 4.3 acima, a participação de cada Acionista Controlador na sociedade holding constituída deverá observar a mesma proporção da participação que detinham diretamente na COMPANHIA no momento imediatamente anterior à criação da sociedade holding.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

4.3.2. Na hipótese prevista na Cláusula 4.3 acima, a BNDESPAR poderá exigir a inclusão da totalidade de sua participação acionária no capital social da COMPANHIA na operação de transferência da titularidade das quotas ou ações, conforme o caso, de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES na sociedade holding. Para tanto, as Partes concordam, desde já, que a BNDESPAR escolherá, a seu exclusivo critério, um dos seguintes valores:

a) valor proposto pelo interessado na aquisição das ações/quotas, conforme o caso, de propriedade dos ACIONISTAS CONTROLADORES;

b) valor econômico da COMPANHIA, dividido pelo número total de ações de sua emissão, a ser acordado entre as Partes ou, em caso de impasse superior a 30 (trinta) dias, a ser definido por 1 (uma) empresa especializada na prestação de serviços de avaliação e correlatos, reconhecida nacionalmente, que esteja entre as 10 (dez) instituições melhor classificadas nos respectivos rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e/ou Bloomberg, divulgado no exercício social corrente ou imediatamente anterior. A empresa acima referida (“Avaliador”) determinará o valor econômico da Companhia por meio do fluxo de caixa descontado e será contratada às expensas dos ACIONISTAS CONTROLADORES, sendo certo que, para ser contratada, não poderá (e seus conselheiros, diretores, funcionários e Partes Relacionadas também não) ter prestado serviços à COMPANHIA ou ao controlador direto ou indireto nos últimos 2 (anos) e não poderá ter qualquer outro interesse financeiro relevante direto ou indireto ou outra relação relevante com a COMPANHIA, suas sociedades controladas, coligadas ou o controlador direto ou indireto. Caso os referidos rankings não mais existam no momento da avaliação, a BNDESPAR indicará um outro ranking equivalente para servir de referência para a escolha do Avaliador pela COMPANHIA.

4.4. Na hipótese das Cláusulas 4.1.1 e 4.3.2 (b) acima, os ACIONISTAS CONTROLADORES e a COMPANHIA se obrigam a disponibilizar todas as informações julgadas necessárias pelo Avaliador para a elaboração dos laudos de avaliação.

4.5. Na hipótese das Cláusulas 4.1, 4.2 e 4.3.2 acima, os ACIONISTAS CONTROLADORES deverão enviar carta registrada à BNDESPAR, acompanhada de cópia da proposta oferecida pelo interessado, com a qualificação do interessado, preço, quantidade de ações, condições de pagamento, condições de subscrição e integralização de ações, garantias e todas as demais condições relevantes para a operação, bem como todas as minutas dos documentos da operação. É permitida à BNDESPAR a solicitação de todas informações e documentos adicionais que a BNDESPAR, a seu exclusivo critério, considerar necessários para sua tomada de decisão.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 29.11.2021, acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, total e votante, da Companhia aprovaram em assembleia geral a incorporação pela Companhia da sua controladora, Netstrategy Participações Ltda.

Foi dispensada a elaboração de laudo para fins do art. 264 da Lei das S.A. uma vez que: **(i)** a incorporação não resultará em aumento de capital da Companhia; e **(ii)** no contexto da incorporação, não há relação de troca de ações ou interesses de minoritários a serem tutelados BRQ e Netstrategy.

Em decorrência da incorporação da Netstrategy, as 94.999.905 ações de emissão da Companhia de titularidade da Netstrategy foram transferidas aos sócios da Netstrategy na seguinte proporção: (a) Benjamin Ribeiro Quadros: 47.499.953 ações; (b) Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues: 23.749.976 ações; (c) Mônica de Araújo Pereira: 11.874.988 ações; e (d) Andrea Ribeiro Quadros: 11.874.988 ações.

15.7 - Principais Operações Societárias

Data	Dezembro de 2019
Evento	Novos Investimentos
Principais condições do negócio	A Workfacilit Soluções Digitais Ltda. (“Workfacilit”) foi constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, que é focada em soluções lego para canais de atendimento e ferramentas de controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$255 foi realizada em 24 de janeiro de 2020, e representa 51% de participação na nova empresa.
Sociedades envolvidas	Companhia e WORKFACILIT
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Menismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

Data	Dezembro de 2019
Evento	Novos Investimentos
Principais condições do negócio	A Inspeon Soluções Digitais Ltda. (“Inspeon”) foi constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software desenvolvida para controle de atividades de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo, ordem de serviço e relacionamento com clientes. A Companhia possui 60,00% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$ 300 mil.
Sociedades envolvidas	Companhia e INSPEON
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

Menismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável
--	---------------

Data	Março de 2020
Evento	Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição
Principais condições do negócio	<p>Número da Emissão: A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.</p> <p>Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão é de R\$ 60.000 mil, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).</p> <p>Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.</p> <p>Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados à aquisição de empresas e à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia.</p>
Sociedades envolvidas	Companhia
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável

Data	Dezembro de 2020
Evento	2º Plano de Opção de Compra de Ações
Principais condições do negócio	Aprovação de plano destinado aos diretores estatutários e não estatutários e demais empregados da Companhia e subsidiárias, compreendendo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) ações.

15.7 - Principais Operações Societárias

Sociedades envolvidas	Companhia
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção foi outorgada até a presente data.
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

Data	Maio de 2021
Evento	Aquisição de 20,00% remanescentes da ThinkInternational
Principais condições do negócio	Em maio de 2021 a Companhia IT adquiriu 20,00% da participação da ThinkInternational pelo valor de R\$5.080 mil (USD 1.016 mil), tendo feito um desembolso de R\$3.685 mil (USD 737 mil). Em 30 de junho de 2020, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 1.395 mil (USD 279 mil).
Sociedades envolvidas	Companhia e ThinkInternational LLC
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável

Data	Agosto de 2021
Evento	Aquisição de 100,00% de participação na BMSIX.
Principais condições do negócio	<p>A BMSIX atua no desenvolvimento, migração e suporte de soluções personalizadas em cloud computing. A Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas da BMSIX pelo preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da BMSIX no valor limitado a R\$18,187 mil.</p> <p>A aquisição da BMSIX faz parte da estratégia de crescimento da Companhia, focada em aquisições de empresas de transformação digital.</p> <p>Incorporação concluída em 31.03.2022</p>

15.7 - Principais Operações Societárias

Sociedades envolvidas	Companhia e BMSIX
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

Data	Agosto de 2021
Evento	Aquisição de 100,00% de participação na Livetouch.
Principais condições do negócio	<p>A Livetouch atua no desenvolvimento de softwares, aplicativos de celular e suporte técnico. A Companhia assinou contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da Livetouch pelo preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da Livetouch no valor limitado a R\$ 5.000 mil.</p> <p>A aquisição da Livetouch faz parte da estratégia de crescimento da Companhia, focada em aquisições de empresas de transformação digital.</p> <p>Incorporação concluída em 05.01.2022</p>
Sociedades envolvidas	Companhia e Livetouch
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

Data	Setembro de 2021
Evento	Incorporação da Netstrategy Participações Ltda. pela Companhia.
Principais condições do negócio	<p>Em 29 de novembro de 2021, os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social, total e votante, da Companhia aprovaram em assembleia geral a incorporação pela Companhia da sua controladora, Netstrategy Participações Ltda.</p> <p>Foi dispensada a elaboração de laudo para fins do art. 264 da Lei das S.A. uma vez que: (i) a incorporação não resultará em aumento de capital da Companhia; e (ii) no</p>

15.7 - Principais Operações Societárias

	contexto da incorporação, não há relação de troca de ações ou interesses de minoritários a serem tutelados
Sociedades envolvidas	Companhia e Netstrategy
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Em decorrência da incorporação da Netstrategy, as 94.999.905 ações de emissão da Companhia de titularidade da Netstrategy foram transferidas aos sócios da Netstrategy na seguinte proporção: Benjamin Ribeiro Quadros: 47.499.953 ações Antonio Eduardo P. Rodrigues: 23.749.976 ações Mônica de Araújo Pereira: 11.874.988 ações Andréa Ribeiro Quadros: 11.874.988 ações
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

Data	Novembro de 2021
Evento	Aquisição de 100,00% de participação na TOP.
Principais condições do negócio	A TOP é uma empresa que atua em projetos de implementação de Salesforce (“Platinum Consulting Partner” da Salesforce no Brasil) e é pioneira na utilização da tecnologia cloud computing, com experiência em estratégias de transformação digital. A Companhia assinou contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da TOPI pelo preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOP no valor limitado a R\$ 21.9MM. A aquisição da TOP faz parte da estratégia de crescimento da Companhia, focada em aquisições de empresas de transformação digital.
Sociedades envolvidas	Companhia e TOP
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

15.7 - Principais Operações Societárias

Data	Fevereiro de 2022
Evento	Aquisição de 100,00% de participação na QDOIS.
Principais condições do negócio	<p>A QDOIS é uma empresa de Data Analytics e Digital Transformation reconhecida pelo fornecimento de soluções de alta qualidade e um dos players que mais cresceu no setor de Data Analytics, atua em projetos que vão desde a avaliação e digitalização de processos do cliente até a entrega de dashboards, passando por soluções de engenharia de dados e Data Science.</p> <p>A Companhia assinou contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da QDOIS pelo preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS no valor limitado a R\$ 33.3MM.</p> <p>A aquisição da QDOIS faz parte da estratégia de crescimento da Companhia, focada em aquisições de empresas de transformação digital.</p>
Sociedades envolvidas	Companhia e QDOIS
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável
Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.	Não aplicável. Não obstante convém apontar que a aquisição foi aprovada em assembleia geral da Companhia, com voto favorável da totalidade dos acionistas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia possui uma **Política de Transações com Partes Relacionadas** que estabelece regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da **BRQ Soluções em Informática S.A.** (Companhia) e de seus acionistas.

O objetivo da Política é:

- (i) fornecer orientações aos conselheiros, diretores e colaboradores da Companhia e maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral no que se refere a Transações com Partes Relacionadas; e
- (ii) monitorar as Transações com Partes Relacionadas para que sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, observando Condições de Mercado, boas práticas de governança, conduta, ética e transparência e sem Conflitos de Interesses.

A Política está sujeita ao Estatuto Social, à Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), aos regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre essa matéria, ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (“CPC 05”) sobre Transações com Partes Relacionadas, ao Regulamento do Novo Mercado da B3, Estatuto Social e ao Código de Conduta da Companhia.

RESPONSABILIDADES E ABRANGÊNCIA

Público-Alvo:

Esta política aplica-se a todas as áreas da BRQ Soluções em Informática S.A. e as suas controladas, no Brasil e no exterior, desde que a Companhia detenha o controle acionário.

Administradores, Acionistas Controladores e outros Membros da Companhia:

Observar e zelar pelo cumprimento da presente Política e, quando assim se fizer necessário, acionar a área Jurídica e/ou o Comitê de Auditoria e Riscos para consulta sobre situações que envolvam conflito com esta Política ou mediante a ocorrência de situações nela descritas, inclusive de Conflito de Interesse.

Áreas Solicitantes:

Comunicar à área Jurídica qualquer potencial Transação com Parte Relacionada. Acionar e fornecer informações, esclarecimentos e documentos necessários, conforme previsto nesta Política, para que as Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse sejam submetidas aos órgãos de governança da Companhia e avaliadas por tais órgãos para deliberação.

Conselho de Administração:

Aprovar formalmente a Política de Transações com Partes Relacionadas e suas revisões.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Áreas responsáveis pela Gestão Financeira:

Zelar pelo cumprimento dessa política, realizando monitoramentos periódicos para averiguar a sua conformidade.

Área Jurídica:

(i) Realizar a análise jurídica dos contratos firmados; (ii) cumprir as diretrizes estabelecidas nesta Política, (iii) mantê-la atualizada de forma a garantir que quaisquer alterações no direcionamento da Companhia sejam incorporadas à mesma e esclarecer dúvidas relativas ao seu conteúdo e a sua aplicação, bem como avaliar a necessidade de sua atualização em razão de alterações nas normas aplicáveis à Companhia e/ou suas Controladas (iv) comunicar ao Comitê de Auditoria e Riscos sobre a existência da Transação com Partes Relacionadas informada pela Área Solicitante (v) manifestar-se sobre aspectos legais com relação ao enquadramento das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse (vi) atuar de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas ou situações envolvendo Conflito de Interesse estejam claramente refletidas no Formulário de Referência, na forma da legislação e regulamentação vigentes.

Comitê de Auditoria e Riscos:

(i) Manifestar-se, após a manifestação da área Jurídica, sobre as Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse; (ii) solicitar, se necessário, à Área Solicitante a apresentação de informações, esclarecimentos e documentos adicionais para que possa se manifestar acerca da Transação com Parte Relacionada; (iii) avaliar, previamente à apreciação do Conselho de Administração, e manifestar-se, acerca da adequação das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e nesta Política, recomendando ou não a sua realização; (iv) avaliar, previamente à apreciação do Conselho de Administração, e emitir recomendação sobre as propostas de alterações no conteúdo desta Política e propor aprimoramentos às suas regras; (v) atuar de forma a garantir que as Transações com Partes Relacionadas ou situações envolvendo Conflito de Interesse: (a) sejam formalizadas e documentadas, especificando-se as suas principais características, inclusive acerca da possibilidade de rescisão, pela Companhia, de qualquer Transação com Parte Relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas que poderiam ser contratadas com partes independentes (condições equânimes de mercado); e (b) sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representem condições comutativas; (vi) Monitorar a gestão dos Diretores e outros Membros, relativamente à adoção de medidas que visem a garantir que Transações com Partes Relacionadas observem o regramento específico a elas dedicado na lei societária, na regulamentação aplicável e nesta Política; (vii) identificar as Partes Relacionadas da Companhia; e (viii) classificar de operações como Transações com Partes Relacionadas.

DIRETRIZES

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Transações com Partes Relacionadas da Companhia serão realizadas em Condições de Mercado, formalizadas por contrato escrito e assinado, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, entre outras.

Quando da contratação com uma Parte Relacionada, caberá à respectiva área gestora responsável:

- (a) Documentar a contratação por escrito nos termos da Política de Contratos da Companhia;
- (b) Documentar o processo de cotação de preços e condições junto aos concorrentes de forma a evidenciar que a contratação foi realizada em Condições de Mercado, observada a Política de Compras e Financeira da Companhia, garantindo que aqueles que tenham Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessa seleção e aprovação do concorrente vencedor; e
- (c) Obter as aprovações requeridas por lei, pelo estatuto ou pelas Políticas da Companhia, garantindo que aqueles que tenha Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessas aprovações.

Transações Isentas

As Transações com Partes Relacionadas a seguir não estarão sujeitas aos procedimentos desta Política, por observarem ritos próprios de aprovação e reporte:

- (a) Remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Executivos da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76, ou pelo Conselho de Administração, se aplicável;
- (b) Reembolso de despesas de viagem e treinamento, de colaboradores, membros da Administração ou comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal ou terceiros, sempre que em serviço da Companhia, devidamente justificadas, razoáveis, e em linha com os procedimentos de viagem e treinamento da Companhia.

Decisões envolvendo transações entre partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses

Ao identificar uma matéria em que seja Parte Relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial Conflito de Interesses, a pessoa envolvida no processo decisório deve imediatamente manifestar essa situação ao seu gestor imediato, ao Comitê de Auditoria ou Jurídico da Companhia.

As Pessoas Chaves da Administração que estiverem em situação de Conflito de Interesses deverão fazer consignar em ata de reunião do referido órgão a natureza e a extensão do seu impedimento com o negócio jurídico em pauta, conforme aplicável.

Adicionalmente, a pessoa - que seja Parte Relacionada ou possa ter um potencial Conflito de Interesses - deve abster-se de votar na matéria em questão. Tal pessoa poderá participar da discussão, visando proporcionar

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, mas deverá abster-se de votar no respectivo processo decisório ou manifestar recomendação.

Caso alguma pessoa, Pessoa Chave da Administração ou não, que possa ter um potencial Conflito de Interesse sobre alguma decisão não manifeste seu conflito, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, e que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Não conformidade com as disposições desta política

A falta de manifestação voluntária sobre Conflito de Interesse é considerada uma violação desta Política, devendo ser investigada pelo Comitê de Auditoria de Riscos, que reportará sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado à pessoa que incorreu na referida violação.

Qualquer pessoa poderá reportar um evento do qual tenha conhecimento e que eventualmente possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada ou Conflito de Interesses, por meio do canal do Código de Conduta, para avaliação sobre eventual violação aos procedimentos desta Política.

Caso alguma Transação com Partes Relacionadas ou em situação de Conflito de Interesses não tiver sido submetida aos procedimentos corretos de formalização e aprovação essa transação deverá ser imediatamente informada ao Comitê de Auditoria e Riscos, que acionarão as instâncias responsáveis para deliberar pela ratificação, alteração ou pelo encerramento da transação, sempre levando em consideração os princípios dessa Política, o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Divulgação das transações com partes relacionadas

A Companhia deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas, de forma clara e precisa, em suas Demonstrações Financeiras, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, bem como divulgação ao mercado, nos termos da regulamentação vigente, em especial no Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 480/09, observando eventuais atualizações regulatórias.

Qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma Transação com Partes Relacionadas deverá dar ciência da existência da relação, do contrato e valores corretos para a área de Controladoria a fim de que possa ser reportado corretamente.

PROCEDIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E SITUAÇÕES ENVOLVENDO CONFLITO DE INTERESSES

Operações que possam ser consideradas como Transações com Partes Relacionadas podem ser reportadas ao Jurídico da Companhia ou diretamente ao Comitê de Auditoria e Riscos. Além disso, o Jurídico da Companhia é responsável por analisar todos os contratos celebrados pela Companhia, inclusive no que tange à existência de Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Assim sendo, caso a Área Jurídica da Companhia (i) identifique Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses ou (ii) receba qualquer reporte de potencial Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses, deverá reportar ao Comitê de Auditoria e Riscos, fornecendo todos os documentos e informações solicitadas e necessárias para avaliação do Comitê. A Superintendência Jurídica também informará ao Comitê seu parecer acerca da operação e de seu enquadramento enquanto Transação com Parte Relacionada e/ou situação que configure Conflito de Interesses.

O Comitê de Auditoria e Riscos, por sua vez, avaliará e se manifestará acerca da adequação das Transações com Partes Relacionadas e/ou situações envolvendo Conflito de Interesse, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia e nesta Política, recomendando ou não a sua realização.

Após a recomendação do Comitê de Auditoria e Riscos, o Conselho de Administração da Companhia deliberará sobre as Transações com Partes Relacionadas dentro de determinados critérios de valor, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, ressalvadas as hipóteses cuja aprovação seja de exclusiva competência da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, de acordo com critérios de relevância que venham a ser definidos pela CVM em regulamentação específica.

Órgão Responsável pela Aprovação: **Conselho de Administração**

Data da Aprovação 2ª Edição: **13 de outubro de 2021**

Local Divulgação: **<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>**

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Workfacilit Soluções Digitais Ltda.	17/04/2020	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Workfacilit é controlada pela emissora, que detém 51% do seu capital social.						
Objeto contrato	O Contrato celebrado entre a Workfacilit, na qualidade de Contratada, e a Companhia, na qualidade de Contratante, tem por objeto a revenda de licença de uso do Software "Atend" para os clientes diretos da Companhia, pela Workfacilit						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido em caso de: a) Inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições previstas no Contrato, inclusive no caso de atraso no pagamento. b) Interrupção injustificada dos serviços pela Contratada, por mais de 02 (dois) dias consecutivos ou alternados durante o ano; c) Por quaisquer das partes, no caso de requerimento ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte; d) Cessão ou transferência a terceiros, por qualquer das partes do presente contrato, total ou parcialmente, sem prévia autorização escrita da outra parte.						
Natureza e razão para a operação	O Contrato tem natureza de parceria comercial e seu objeto, conforme informado, está em estrita consonância com as atividades econômicas da Companhia no exercício do seu objeto social, bem como no seu plano de negócios, proposto e aprovado pelos órgãos de administração						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A licença de uso será remunerada na modalidade SaaS - Software as a Service (Software como Serviço), com pagamento mensal da respectiva licença. A Contratante repassará o percentual de 90% do seu faturamento líquido a Contratada, restando para si 10%						
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	31/12/2021	18.543,91	R\$ 18.543,91	R\$ 18.543,91	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Inspeon é controlada pela emissora, que detém 60% do seu capital social.						
Objeto contrato	O Contrato celebrado entre a Inspeon, na qualidade de Contratada, e a Companhia, na qualidade de Contratante, tem por objeto a prestação de serviços de atendimento de call center para auxílio aos usuários da plataforma de inspeção virtual de propriedade da Inspeon.						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>Contrato poderá ser rescindido por qualquer das Partes mediante comunicação, por escrito, sem que caiba à outra Parte qualquer direito a indenização ou compensação, nos casos de pedido ou decretação de insolvência, recuperação judicial e extrajudicial, falência, encerramento das atividades ou liquidação da outra Parte.</p> <p>Sem prejuízo da satisfação de demais direitos, as partes poderão, a seu exclusivo critério, rescindir o contrato, mediante prévia e expressa comunicação, sem que caiba à contratada o direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, seja a que título for, nos seguintes casos:</p> <p>(i) não cumprimento de quaisquer das obrigações do Contrato por qualquer uma das PARTES, não sanadas em 15 (quinze) dias computados do recebimento da notificação;</p> <p>(ii) atrasos na liberação de informações que comprometam o regular cumprimento das obrigações assumidas por força deste Contrato, após notificar a Contratante e esta não prestar tais informações no prazo de 60 (sessenta) dias;</p> <p>(iii) paralisação da prestação dos serviços sem acordo por escrito das Partes;</p> <p>(iv) superveniência de ações judiciais movidas por qualquer uma das Partes, acionistas, quotistas ou empresas que façam parte do grupo das empresas, suas controladas, controladoras e empresas a ela coligadas;</p> <p>(v) decretação de falência, pedido de liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou dissolução de qualquer uma das Partes, o contrato será rescindido de imediato, mediante a simples comunicação à outra parte.</p>						
Natureza e razão para a operação	O Contrato tem natureza de parceria comercial e seu objeto, conforme informado, está em estrita consonância com as atividades econômicas da Companhia no exercício do seu objeto social, bem como no seu plano de negócios, proposto e aprovado pelos órgãos de administração.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	29/06/2020	1.752.838,29	R\$ 267.281,40	R\$ 267.281,40	Início: 16.07.2020 (até 60 meses)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.						
Objeto contrato	Contrato OCS 150/2020 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de subscrição de serviços de atualização e suporte do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux with Smart Management, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato. O presente Contrato tem por objeto a contratação de subscrição de serviços de atualização e suporte do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux with Smart Management, conforme especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.						
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O presente CONTRATO poderá ser rescindido:						
	I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;						
	II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e						
	III. por via judicial, nos termos da legislação.						
	Parágrafo Primeiro						
	Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.						
	Parágrafo Segundo						
	Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.						
.....							
.....							
.....							
Natureza e razão para a operação							
.....							
Posição contratual do emissor	Credor						
.....							
.....							
Especificar							
.....							
Think Internacional	31/12/2017	737.920,83	R\$ 737.920,83	R\$ 737.920,83	Indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Prestação de serviços.						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	31/01/2018	3.303.057,45	R\$ 261.351,90	R\$ 261.351,90	23 meses (22/02/2023) - NÃO 3º Aditivo		0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.						
Objeto contrato	OCS 003/2018 - Aquisição de licenças perpétuas de usuário do tipo add-on para uso irrestrito no BNDES do software IBM Enterprise Records, em complemento às licenças de igual número do pacote de software IBM Content Manager, com o objetivo de fazer a gestão arquivística de documentos, incluindo os serviços de instalação, configuração, treinamento, tutoria, migração de dados, bem como serviços de atualização e suporte técnico.						
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	<p>O presente CONTRATO poderá ser rescindido:</p> <p>I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;</p> <p>II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e</p> <p>III. por via judicial, nos termos da legislação.</p> <p>Parágrafo Primeiro</p> <p>Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.</p> <p>Parágrafo Segundo</p> <p>Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.</p>						

Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						

Especificar							
Inspeon Soluções Digitais Ltda.	25/03/2020	0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Inspeon é controlada pela emissora, que detém 60% do seu capital social.						
Objeto contrato	O Contrato celebrado entre a Inspeon, na qualidade de Contratada, e a Companhia, na qualidade de Contratante, tem por objeto a revenda de licença de uso do Software “Inspeção 360” para os clientes diretos da Companhia pela Inspeon						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, em caso de: a) Inadimplemento de quaisquer cláusulas ou condições previstas no Contrato, inclusive no caso de atraso no pagamento. b) Interrupção injustificada dos serviços pela Contratada, por mais de 02 (dois) dias consecutivos ou alternados durante o ano; c) Por quaisquer das partes, no caso de requerimento ou decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da outra parte; e d) Cessão ou transferência a terceiros, por qualquer das partes do presente contrato, total ou parcialmente, sem prévia autorização escrita da outra parte.						
Natureza e razão para a operação	O Contrato tem natureza de parceria comercial e seu objeto, conforme informado, está em estrita consonância com as atividades econômicas da Companhia no exercício do seu objeto social, bem como no seu plano de negócios, proposto e aprovado pelos órgãos de administração.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A licença de uso será remunerada na modalidade SaaS - Software as a Service (Software como Serviço), com pagamento mensal da respectiva licença. A Contratante repassará o percentual de 90% do seu faturamento líquido a Contratada, restando para si 10%.						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Não foram tomadas medidas para tratamento de conflitos de interesses, pois as condições pactuadas nas transações com partes relacionadas da Companhia seguem os padrões de mercado e as boas práticas de governança corporativa, em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia, tendo por objeto o exercício de atividades inerentes ao seu objeto social e observando os melhores interesses na Companhia e de seus acionistas, sem quaisquer conflitos.

Os respectivos instrumentos contratuais refletem a observância, pela Companhia, dos princípios da (i) competitividade (oferta proposta sem o uso de informações privilegiadas ou assimétricas entre as empresas concorrentes; bem como com preços e condições compatíveis com os praticados no mercado, ou na sua falta, baseadas em negociações semelhantes anteriormente contratadas pela Companhia); (ii) conformidade (aderência às exigências de qualidade, segurança, performance e demais termos e responsabilidades contratuais normalmente praticadas pela Companhia); (iii) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (iv) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros).

A Companhia tem contratos com as seguintes partes relacionadas:

- Workfacilit Soluções Digitais Ltda. (“Workfacilit”), empresa controlada pela Companhia, constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, Plataforma de inovação no-code para gerenciamento e digitalização de processos para canais de atendimento e controle corporativo;
- Inspeon Soluções Digitais Ltda. (“Inspeon”), empresa controlada pela Companhia, constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software multimercado e multirramo para gerenciamento da prestação de serviço de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo e relacionamento com cliente; e
- BNDES Participações S.A., acionista minoritário da Companhia.

Os contratos firmados com as controladas estão em estrita consonância com o plano operacional e objetivos empresariais estratégicos da Companhia, proposto e aprovado pelos órgãos de administração da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social e demais regulamentos aplicáveis, bem como na busca pela expansão dos seus negócios sociais. Foram celebrados os seguintes Contratos com as Controladas:

Inspeon

- Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2021, assinado em 19 de janeiro de 2021 com prazo indeterminado, pelo qual a Companhia presta serviços de atendimento de call center à Inspeon.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

- Contrato de Prestação de Serviços (Saas), assinado em 25 de março de 2020, com prazo de 12 meses e renovado em 25 de maio de 2022, atualmente vigorando por tempo indeterminado. O contrato tem por objeto prestação mensal de serviços pela Inspeon à Companhia acerca da licença de uso de Software Inspeção 360°, a serem terceirizados pela Companhia aos clientes Companhia.

Workfacilit

- Contrato de Parceria Comercial, assinado em 17 de abril de 2020, com prazo de vigência de 12 meses e renovado em 25 de maio de 2022, atualmente vigorando por tempo indeterminado. O Contrato tem por objeto a revenda pela Companhia de licença de uso do software “Atend”, de propriedade da sua controlada, Workfacilit para os clientes da Companhia.

Conforme exposto acima, o contrato celebrado entre Companhia e a Inspeon possuem condições semelhantes ou idênticas às celebradas entre a Companhia e seus clientes, bem como os contratos celebrados entre a Workfacilit e a Companhia são em condições de mercado idênticas ou semelhantes aos contratos celebrados entre a Workfacilit e seus clientes (inclusive em relação às disposições de prazo, remuneração, alocação de riscos e responsabilidades). Portanto, a Companhia entende que os contratos celebrados com suas controladas possuem condições comutativas e estão dentro dos padrões de mercado. Não há qualquer benefício à Companhia conferido por suas controladas ou benefício conferido pela controlada à Companhia.

Por último, registra-se que o BNDESPAR é acionista da Companhia e os contratos firmados com a instituição financeira, são decorrentes de processo de licitação pública e cumprem, em sua integralidade, com os princípios da administração pública, sendo que:

- Contrato OCS nº 150/2020 - SAP nº 4400004294:** firmado em conformidade com o procedimento de Pregão Eletrônico nº 21/2020, autorizado em 29 de maio de 2020, por intermédio IP ATI//DESET nº 014/2020, de 22/05/2020, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 3101700020, centro de custo nº BN00004000-CCTI1, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Sistema BNDESPAR.
- Contrato OCS nº 003/2018 - SAP nº 4400003005:** firmado em conformidade com o procedimento de Pregão Eletrônico AARH nº 72/2017, autorizado em 14 de dezembro 2017, por intermédio IP ATI//DESET nº 08/2017, de 11 de dezembro 2017, conforme previsão orçamentária sob rubrica nº 1800100011, centro de custo nº BN30010000-ATI/DESI4 (aquisição de software) e rubrica nº 3101700020, centro de custo nº BN00004000-CCTI1 (instalação, configuração, treinamento, tutoria, migração de dados, atualização e suporte técnico), observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Formalização, Execução e Fiscalização dos Contratos Administrativos do Sistema BNDESPAR. Em 25 de janeiro de 2021 foi prorrogado o prazo de vigência do Contrato pelo período de 23 (vinte e três) meses, com início em 23 de fevereiro 2021 e vencimento em 22 de janeiro de 2023, com atualização no seu valor de origem de até R\$ 3.303 mil para até R\$ 4.131 mil, conforme rubrica

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

orçamentária nº 180010001, fundamento legal no art. 71, da Lei nº 13.303/2016, Pronunciamento Jurídico por meio da Nota AJ1/JULIC/GLIC2 nº 034/2021 de 19 de fevereiro de 2021 e autorizado pelo Superintendente da ASN, em 22 de fevereiro de 2021, por meio da IP ASN/DEPAD nº 012/2021, de 9 de fevereiro 2021

Os contratos celebrados com o BNDESPAR passaram pelo crivo do departamento jurídico da Companhia antes da sua celebração. O departamento verificou que os contratos estão de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração, aquilatando que, na respectiva transação, foram observados (tanto durante a negociação como na elaboração dos respectivos instrumentos) os princípios da (i) competitividade e equidade de condições (preços e condições compatíveis com os praticados no mercado e oferta proposta sem o uso de informações privilegiadas ou assimétricas entre as empresas concorrentes); (ii) conformidade (aderência às exigências de qualidade, segurança, performance e obrigações contratuais normalmente praticadas pela Companhia); (iii) transparência; (reporte adequado nas demonstrações financeiras da Companhia); e (iv) governança (foram obtidas as autorizações legais e societárias para o negócio jurídico em observação às políticas internas da Companhia).

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das já elencadas neste Item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/12/2019	56.276.516,12		133.186.083	0	133.186.083
Tipo de capital	Capital Subscrito				
09/05/2017	54.848.993,30	30/06/2017	130.724.698	0	130.724.698
Tipo de capital	Capital Integralizado				
09/05/2017	54.494.762,90		130.069.438	0	130.069.438
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/01/2017	13.153,02		24.913	0	24.913
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2016	54.455.593,64		129.996.569	0	129.996.569
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/04/2015	0,00		141.163.000	0	141.163.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/01/2017	Conselho de Administração	31/01/2017	13.153,02	Subscrição particular	24.913	0	24.913	0,02000000	0,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2016 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		A integralização foi feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.								
09/05/2017	Conselho de Administração	09/05/2017	380.246,64	Subscrição particular	703.216	0	703.216	0,70000000	0,54	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2016 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		A integralização será feita à vista, até 30/06/2017, em moeda corrente nacional, em conformidade com o prazo aprovado pelo Conselho de Administração em Ata realizada no dia 09/05/2017.								
27/12/2019	Conselho de Administração	27/12/2019	1.427.522,82	Subscrição particular	2.461.385	0	2.461.385	2,55000000	0,58	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2018 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		Parte da integralização foi feita à vista em moeda corrente nacional. O Capital Social a Integralizar no valor de R\$ 361.876,44 corresponde a ações com permanência em tesouraria, a fim de atender ao exercício das opções de ações nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Option) com prazo de integralização indeterminado.								

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve nenhuma ocorrência de desdobramento, grupamento e bonificação na Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 42 do nosso Estatuto Social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Ocorrerão de acordo com a Lei das Sociedades por Ações
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

De acordo com o Regulamento do BOVESPA MAIS e com o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, a alienação do controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS da B3.

A oferta pública é exigida, conforme previsto no paragrafo único do artigo 45 do nosso Estatuto Social, ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar a B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove esses valor.

De acordo com o artigo 47 do Estatuto Social da Companhia, aquele que já detiver ações de nossa emissão adquirir poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no item acima; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

O Regulamento da Listagem do BOVESPA MAIS da B3 e o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia também prevê que não será registrada qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele que vier a deter o Poder de Controle, enquanto não subscreverem o Termo de Anuência dos controladores previsto no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS da B3.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há nenhuma exceção e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ainda não há negociações em bolsa de valores. Nossas ações foram admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de

Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações
Data de emissão	17/03/2020
Data de vencimento	18/03/2025
Quantidade (Unidades)	60.000
Valor total (Reais)	60.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	56.250.060,88
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor profissional
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável
Outras características relevantes	Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da debênture, foi negociada uma cláusula financeira restritiva (covenant). A partir de 30 de junho de 2020, a Companhia passou a acompanhar um índice financeiro de sua capacidade de endividamento, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA dos últimos 12 meses. Conforme definido em contrato, este índice não poderá ser superior a 2,5 vezes. O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	1

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações de emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela B3, no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.

A negociação das debêntures referidas no item 18.5 deste Formulário de Referência é realizada no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

1ª Emissão de Debêntures

Em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 13 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou (i) a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, nos termos do art. 59 da Lei das S.A.; e (ii) a oferta pública de debêntures, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

1ª Emissão de Debêntures

Os recursos líquidos captados pela Companhia, em fevereiro de 2020, serão utilizados exclusivamente aquisição de empresas e à manutenção do giro normal das atividades mercantis da Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Até a presente data, a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não existem outras informações relevantes sobre este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações do emissor.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2021****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	210.956	
Quantidade adquirida	171.217	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	382.173	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2020**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	143.706	
Quantidade adquirida	67.250	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	210.956	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	767.259	
Quantidade adquirida	-623.553	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	143.706
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este Item.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 08/04/2015

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função De acordo com nossa política de negociação, são consideradas pessoas vinculadas em relação à Companhia, seus: (i) Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários com acesso a Informação Privilegiada, os Acionistas Controladores e as Sociedades Controladas.

Principais características e locais de consulta

Nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002 e da Instrução CVM nº 449, de 15 de março de 2007, em 08 de abril de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia Política de Negociação de Valores Mobiliário, ao qual estão obrigadas a firmar o um "Termo de Adesão" à Política de Negociação a Companhia, os Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários com acesso à Informação Privilegiada, os Acionistas Controladores e as Sociedades Controladas.

Referida Política estabelece regras critérios e procedimentos a serem empregados pelas pessoas vinculadas para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia e, com o objetivo de assegurar os padrões previstos nesta Política, negociações com qualquer dos Valores Mobiliários somente poderão ser realizadas com a intermediação de quaisquer das Corretoras Credenciadas, conforme relação encaminhada pela Companhia à CVM, a ser atualizada de tempos em tempos.

As Corretoras Credenciadas: (a) não registrarão as operações de compra ou venda de Valores Mobiliários realizadas pelas pessoas mencionadas acima, se efetuadas durante os 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação dessas informações periódicas ou demonstrações financeiras da Companhia, e (b) informarão a Companhia quando da ocorrência destas operações.

Disponível em: <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor>

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Períodos de Impedimento à Negociação.

Estão impedidas de negociar os Valores Mobiliários nos seguintes Períodos de Impedimento à Negociação:

- (i) No Período que anteceder a divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- (ii) Quando (i) estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas ou outra sociedade sob controle comum; (ii) houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com Valores Mobiliários de sua própria emissão; (iii) tiver havido aprovação de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.
- (iii) Mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação, caso esta possa interferir nas condições dos negócios com Valores Mobiliários, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.
- (iv) No período de 15 dias anterior à divulgação de informações pela Companhia, quais sejam: (i) Informações Trimestrais (ITR); e (ii) Demonstrações financeiras padronizadas (DFP); e (iii) Distribuição de Resultados por parte da Companhia.

Desobrigação do Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a informar os motivos da determinação de nenhum dos Períodos de Impedimento à Negociação, e todas as partes que tiverem firmado o Termo de Adesão deverão manter esta determinação em sigilo.

Exceção aos Impedimentos à Negociação

As restrições às Negociações previstas acima não se aplicam na hipótese de Programa individual de investimento, que atenda aos requisitos previstos no art. 15, §3º da Instrução CVM no. 358/2002, por meio do qual as pessoas submetidas a esta Política de Negociação indiquem, de forma aproximada, o volume de recursos a serem investidos ou a quantidade de valores mobiliários de emissão da Companhia a serem negociados, bem como o prazo de duração do investimento.

Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou Alienação de Ações de Emissão da Própria Companhia

O Conselho de Administração não poderá aprovar a aquisição ou alienação, pela Companhia, de quaisquer Valores Mobiliários enquanto não forem divulgadas ao público, caso necessário, por meio da publicação de Fato Relevante, informações relativas à: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato para a transferência do controle acionário da Companhia; ou (ii) outorga de opção ou mandato que tenha por finalidade a transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) existência de intenção de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia.

Caso, após a aprovação de programa de recompra de Valores Mobiliários, ocorra fato que se enquadre em qualquer das três hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações de compra até a divulgação do respectivo Fato Relevante.

Vedação a Negociações Aplicável a Ex-Administradores

Os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento, considerando o aqui exposto.

Os Ex-Administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de Ato ou Fato Relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão somente poderão negociar Valores Mobiliários antes de completado o prazo de 6 (seis) meses mencionado acima se houver, nesse período, divulgação pela Companhia de Ato ou Fato Relevante ao mercado, observando que, se a negociação com os Valores Mobiliários, após a divulgação do Fato Relevante, puder interferir

20.2 - Outras Informações Relevantes

Alterações na Política de Negociação

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Política de Negociação da Companhia poderá ser alterada nas seguintes situações: (i) quando houver determinação expressa nesse sentido por parte da CVM, se entender que seu teor não impede a utilização da informação relevante na realização da negociação, ou da política de divulgação, se entender que não atende adequadamente a legislação aplicável; (ii) diante de modificação nas normas legais e regulamentares aplicáveis, de forma a implementar as adaptações que forem necessárias; (iii) quando o Conselho de Administração, no processo de avaliação da eficácia dos procedimentos adotados, constatar a necessidade de alterações.

A alteração da Política de Negociação da Companhia deverá ser comunicada à CVM e às Entidades do Mercado pelo Diretor de Relações com Investidores, na forma exigida pelas normas aplicáveis, assim como às pessoas vinculadas.

A Política de Negociação não poderá ser alterada na pendência de Fato Relevante ainda não divulgado.

Infrações e Sanções

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos nesta Política de Negociação, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Introdução

Pessoas Vinculadas

Estão sujeitos a esta política:

- (i) a Companhia, seus controladores (diretos ou indiretos), membros do conselho fiscal (se instalado), membros do conselho de administração, participantes de seus comitês; ou quaisquer membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária e diretores executivos;
- (ii) os gerentes e colaboradores da companhia ou qualquer pessoa que, em razão do cargo ou função que ocupam na companhia, suas controladas ou coligadas e sua controladora, têm ou possam vir a ter conhecimento de um Ato ou Fato Relevante;
- (iii) os ex-membros do conselho fiscal (se instalado), do conselho de administração, ex-participantes de seus comitês, ex-membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária e ex-diretores executivos; e
- (iv) quem quer que tenha conhecimento de informação referente a Ato ou Fato Relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

A Companhia deverá comunicar formalmente esta política aos acionistas controladores e às pessoas que ocupem ou venham a ocupar as funções referidas acima, delas obtendo a respectiva adesão formal por meio de assinatura do Termo de Adesão, que deverá ser arquivado na sede da Companhia enquanto a pessoa com ela mantiver vínculo, e por 5 (cinco) anos após o seu desligamento. A área de relações com investidores da companhia será responsável pelo controle e arquivamento do termo de adesão.

A comunicação da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, assim como a exigência de assinatura do termo constante do Anexo II, às pessoas referidas no item acima, será feita antes destas pessoas tomarem conhecimento de Ato ou Fato Relevante.

A Companhia manterá em sua sede, à disposição da CVM, o Termo de Adesão mencionado acima, no qual irá conter suas respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Descrição

As Pessoas Vinculadas que venham a ter acesso a informações sobre Ato ou Fato Relevante, que tenham firmado o Termo de Adesão, serão responsáveis por comunicar ao Diretor de Relações com Investidores de tais Ato ou Fato Relevante que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Responsável, assim como deverão verificar se o Diretor de Relações com Investidores tomou as providências prescritas em relação à divulgação da respectiva informação. A comunicação ao Diretor de Relações com Investidores acima referida, deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@brq.com.

Caso constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação (e não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o Ato ou Fato Relevante), as Pessoas Vinculadas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante diretamente à CVM para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, deverá o Diretor de Relações com Investidores inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Os administradores e empregados da Companhia inquiridos na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do Diretor de Relações com Investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor de Relações com Investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, os administradores e empregados em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@brq.com.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Procedimentos de Divulgação

O Diretor Responsável será encarregado de: (i) esclarecer dúvidas e estabelecer procedimentos necessários para a implementação desta Política; (ii) verificar e comunicar as regras aqui contidas às pessoas sujeitas a esta Política, assessorado pelas áreas de Relações com Investidores e Gestão de Riscos e Compliance; bem como (iii) zelar pela ampla e imediata disseminação de informações relativas a Ato e Fato Relevante, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

Também são obrigações do Diretor Responsável a divulgação e comunicação à CVM e às Entidades do Mercado de Ato ou Fato Relevante, pelos canais institucionais de comunicação e por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, assim como a adoção dos demais procedimentos aqui previstos.

O Ato ou Fato Relevante deverá ser divulgado por meio: (i) (a) de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia ou (b) de 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade; e (ii) da disponibilização da respectiva informação, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado, na rede mundial de computadores (Internet), no endereço www.brq.com.br/ri e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM.

A critério do Diretor Responsável, a publicação referida no item (i) (a) acima poderá ser feita de forma resumida, em teor no mínimo idêntico, com indicação de que a informação completa poderá ser acessada na rede mundial de computadores, com acesso gratuito, no endereço eletrônico <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>.

A informação deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor Responsável, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

A Companhia divulgará o Ato ou Fato Relevante simultaneamente em português e inglês, sem prejuízo da utilização de outros idiomas, nos termos da regulamentação aplicável ou caso o Diretor Responsável julgue necessário. A Companhia envidará os melhores esforços para evitar potenciais divergências entre os idiomas, entretanto, em caso de divergência de interpretação entre o português e os outros idiomas, a informação em português é a que prevalece.

Na hipótese de veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor Responsável divulgar simultaneamente a respectiva informação à CVM, Bolsas de Valores e ao público investidor, na forma estabelecida neste documento.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, devem comunicar ao Diretor Responsável todo e qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Responsável, assim como deverão verificar se o Diretor Responsável tomou as providências prescritas neste documento em relação à divulgação da respectiva informação.

A comunicação ao Diretor Responsável de que trata o item 5.5 acima, deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@brq.com.

Caso as pessoas mencionadas neste item verifiquem a omissão do Diretor Responsável no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o Ato ou Fato Relevante, nos termos desta Política, tais pessoas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante diretamente à CVM para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor Responsável esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, deverá o Diretor Responsável inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Os administradores e empregados da Companhia inquiridos na forma deste item 5.6, deverão responder à solicitação do Diretor Responsável imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor Responsável ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os administradores e empregados em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@brq.com.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita, como regra, simultaneamente à CVM e às Entidades de Mercado, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades do Mercado (preferencialmente após o encerramento, se possível). Quando os valores mobiliários de emissão da Companhia estiverem sendo negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra, antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor Responsável poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação do respectivo Ato ou

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Fato Relevante. O Diretor Responsável deverá comprovar perante as Entidades do Mercado brasileiras que a suspensão de negociação solicitada também se efetivou nas Entidades do Mercado estrangeiras.

A Companhia poderá adotar a prática de divulgar ao mercado suas expectativas de desempenho futuro (guidance), tanto de curto como de longo prazo, principalmente no que se refere aos aspectos financeiros e operacionais dos seus negócios, por decisão do conselho de administração, observado que a divulgação de tais expectativas enseja a restrição de negociação aposta no artigo 14 da Resolução CVM 44.

Na hipótese de divulgação de tais expectativas, devem ser observadas as seguintes premissas:

- i) A divulgação antecipada de resultados pode ser admitida no caso de informações preliminares, ainda não auditadas, apresentadas com clareza, para cada um dos itens e períodos projetados, as premissas e memórias de cálculo utilizado, incluídas no Formulário de Referência, sendo que, caso estas sejam modificadas, a Companhia deverá divulgar, no campo apropriado do Formulário de Referência, que realizou alterações nas premissas relevantes, parâmetros e metodologia de projeções e estimativas anteriormente divulgadas;
- ii) Os resultados ou informativos elaborados em consonância com padrões contábeis estrangeiros devem apresentar a reconciliação para as práticas contábeis brasileiras, bem como a reconciliação com as rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, obtidas pelos critérios contábeis adotados no Brasil;
- iii) Caso as informações divulgadas envolvam a elaboração de projeções, deve ser apresentado confronto com os resultados efetivamente obtidos, por ocasião da divulgação dos Formulários de Informações Trimestrais (ITR) da Companhia; e
- iv) Se as projeções divulgadas forem descontinuadas, esse fato deverá ser informado, acompanhado dos motivos que levaram à sua perda de validade, na forma de Fato Relevante.

A companhia deve divulgar a renúncia ou a destituição de membros do conselho de administração e diretores estatutários até o dia útil seguinte em que a companhia for comunicada da renúncia ou em que for aprovada a destituição.

Na hipótese de cumulação dos cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente da Companhia a Companhia deve:

- i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência;
- ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Exceção à Divulgação

Os Atos ou Fatos Relevantes podem, de forma excepcional, deixar de ser divulgados se o acionista controlador ou o conselho de administração entender que sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia, mediante comunicação ao Diretor de Relação com os Investidores com todas as justificativas cabíveis, devendo obrigatoriamente ser adotados os procedimentos estabelecidos neste documento com o propósito de garantir o sigilo de tais informações.

A CVM, a pedido dos administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria (“Interessado Solicitante”), mediante requerimento dirigido à Superintendência de Relações com Empresas (“SEP”), pode decidir sobre a prestação de informação que tenha deixado de ser divulgada.

O requerimento disposto no item acima poderá ser encaminhado por meio de:

- i) correspondência eletrônica destinada ao endereço institucional da SEP em que conste como assunto “pedido de confidencialidade”; ou
- ii) envelope lacrado, no qual deve constar, em destaque, a palavra "confidencial".

Caso a CVM entenda pela divulgação do Ato ou Fato Relevante, o Interessado Solicitando ou o Diretor Responsável, conforme o caso, deverá comunicar, imediatamente, às entidades administradoras dos mercados em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, e o divulgar na forma do item 5 acima.

O acionista controlador ou o conselho de administração, por intermédio de seu Presidente, deverá solicitar ao Diretor Responsável que divulgue imediatamente Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo, em qualquer das seguintes hipóteses:

- i) a informação ter se tornado de conhecimento de terceiros estranhos à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o Ato ou Fato Relevante;
- ii) haver indícios subsistentes e fundado receio de que tenha havido violação do sigilo do Ato ou Fato Relevante;
- iii) ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

Caso o Diretor Responsável não tome as providências necessárias para a imediata divulgação referida neste item, caberá, conforme o caso, ao próprio Acionista Controlador ou ao Conselho de Administração, por intermédio de seu Presidente, a adoção das referidas providências.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Diretor Responsável deverá sempre ser informado de Ato ou Fato Relevante mantido sob sigilo, sendo de sua responsabilidade, em conjunto com as demais pessoas que tiverem conhecimento de tal informação, zelar pela adoção dos procedimentos adequados para a manutenção do sigilo.

Sempre que houver, por parte daqueles que tenham conhecimento de Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo, dúvida quanto à legitimidade da não divulgação da informação, deverá a questão ser submetida à CVM, na forma prevista nas normas aplicáveis.

Procedimentos para Preservação de Sigilo

As O acionista controlador, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, além dos demais empregados e agentes da Companhia, deverão preservar o sigilo das informações pertinentes a Atos ou Fatos Relevantes às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupem, sempre respeitando os procedimentos estabelecidos nesta Política, até sua efetiva divulgação ao mercado, assim como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, responsabilizando-se solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Para o propósito de preservação do sigilo a que se refere o item 7.1 acima, as pessoas ali mencionadas deverão observar e zelar pela observância dos seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta:

- i) divulgar a informação confidencial estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento;
- ii) não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- iii) não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar;
- iv) manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- v) gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;
- vi) circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente à pessoa do destinatário;

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

vii) não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor;

vii) manter seguro o meio em que as informações confidenciais são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado;

viii) sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo a informação confidencial, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia antes da divulgação da informação ao mercado.

Quando a informação confidencial precisar ser divulgada a empregado da Companhia ou a outra pessoa que ocupe cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas, que não seja diretor, membro do conselho de administração ou do conselho fiscal da Companhia, a pessoa responsável pela transmissão da informação deverá se certificar de que a pessoa que a está recebendo tem conhecimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, exigindo ainda que assine o Termo de Adesão antes de lhe facultar acesso à informação.

Procedimentos de Comunicação de Informações Sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

Os procedimentos de comunicação de informações sobre negociação de Valores Mobiliários, conforme previstos nesta Seção 10, baseiam-se no artigo 11 da Resolução CVM 44 e no artigo 30 Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária ficam obrigados a informar à Companhia a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, por suas controladoras ou controladas, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas.

A comunicação a que se refere o caput deste artigo deve abranger as negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da Companhia ou de emissão de suas controladoras ou controladas, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas.

As pessoas naturais mencionadas neste item indicarão, ainda, os valores mobiliários: (i) que sejam de propriedade de cônjuge do qual não estejam separados judicialmente, (ii) de companheiro (iii), de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e (iv) de sociedades controladas direta ou indiretamente.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A comunicação das pessoas mencionadas no item acima será enviada ao Diretor Responsável e deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- i) nome e qualificação do comunicante, e, se for o caso, das pessoas mencionadas no 10.2.2, indicando o número de inscrição no CNPJ ou CPF;
- ii) a quantidade e o tipo dos valores mobiliários, incluindo derivativos objeto de liquidação financeira;
- iii) as negociações efetuadas no período, se houver, e o respectivo preço, quando aplicável; e
- iv) o saldo da posição detida antes e depois da negociação.

As pessoas mencionadas no caput deste item devem efetuar a referida comunicação: (i) no prazo de 5 (cinco) dias após a realização de cada negócio; (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo; e (iii) quando da apresentação da documentação para o registro da companhia como aberta.

As pessoas mencionadas no caput deste item 10.2 devem apresentar, juntamente com a comunicação referida nos itens 10.2.4 (i) e 10.2.4 (ii), relação contendo o nome e o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas das pessoas mencionada no item 10.2.2. Sem prejuízo, qualquer alteração nas informações constantes desse item deve ser informada no prazo de até 15 (quinze) dias contados data da respectiva alteração.

As informações referidas no item 10.2 devem ser entregues de forma individual e consolidada por órgão ali indicado, ficando disponíveis para consulta na rede mundial de computadores: (i) as posições individuais da própria Companhia, suas sociedades coligadas e controladas; e (ii) as posições, consolidadas por órgão, detidas pelos Administradores, membros do conselho fiscal, quando instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária.

A Companhia, por meio do Diretor Responsável, enviará, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo III, à CVM e, se for o caso, às entidades administradoras dos mercados em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, as informações referidas neste item com relação aos valores mobiliários negociados: (i) por ela própria, suas controladas e coligadas; e (ii) pelas demais pessoas referidas neste item.

As informações devem ser enviadas no prazo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificarem alterações das posições detidas, do mês em que ocorrer a investidura no cargo das pessoas citadas no caput, ou do mês em que ocorrer a comunicação prevista no neste item, in fine.

As informações referidas no caput devem ser entregues de forma individual e consolidada por órgão ali indicado, ficando disponíveis para consulta na rede mundial de computadores:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- (i) as posições individuais da própria companhia, suas coligadas e controladas; e
- (ii) as posições, consolidadas por órgão, detidas pelos membros da Administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária.

Adicionalmente, a Companhia, com base em informações prestadas pelo acionista controlador, deve comunicar mensalmente à B3, no prazo de até 10 (dez) dias após o término de cada mês, de forma individual e consolidada, a titularidade direta ou indireta, detida pelo acionista controlador e pessoas a ele vinculadas, de valores mobiliários de sua emissão. A comunicação deverá abranger também as posições em derivativos ou em quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da Companhia, incluindo derivativos objeto de liquidação financeira. A comunicação deve abranger: (i) a quantidade e o tipo dos valores mobiliários; (ii) as negociações efetuadas no período, se houver, e o respectivo preço, quando aplicável; e (iii) o saldo da posição detida antes e depois da negociação.

Para efeito do disposto nesse item, equipara-se à negociação com valores mobiliários emitidos pela Companhia, por suas controladoras ou controladas, nestes dois últimos casos, desde que se tratem de companhias abertas, a aplicação, o resgate e a negociação de cotas de fundos de investimento cujo regulamento preveja que sua carteira de ações seja composta exclusivamente por ações de emissão da Companhia, de sua controlada ou de sua controladora.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação Sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários que envolvam Participação Acionária Relevante, conforme previstos nesta Seção 11, baseiam-se no artigo 12 da Resolução CVM 44 e os artigos 21, 37 e 38 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

O Acionista Controlador, direto ou indireto, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, que realizarem Negociações Relevantes, deverão comunica-la à Companhia, conforme Anexo IV desta Política de Divulgação.

A comunicação acerca da Negociação Relevante deverá ser encaminhada ao Diretor Responsável imediatamente após ser alcançada referida participação considerada para efeito da Negociação Relevante.

O Diretor Responsável será responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas pela Companhia, à CVM e às entidades do mercado, bem como por atualizar o Formulário de Referência no campo correspondente.

Nas Negociações Relevantes, devem ser observadas as seguintes regras:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

- (i) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins de verificação dos percentuais das Negociações Relevantes;
- (ii) as ações referenciadas por instrumentos financeiros derivativos com previsão de liquidação exclusivamente financeira serão computadas independentemente das ações de que trata o subitem “i” acima para fins de verificação dos percentuais de Negociações Relevantes; e
- (iii) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confirmam exposição econômica às ações não podem ser compensadas com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos.

As obrigações previstas neste item não se estendem a certificados de operações estruturadas – COE, fundos de índice de valores mobiliários e outros instrumentos financeiros derivativos nos quais as ações de emissão da companhia tenham peso inferior a 20% (vinte por cento).

Nos casos em que a Negociação Relevante resulte ou tenha sido efetuada com o objetivo de alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia, bem como nos casos em que a referida aquisição gere obrigação da realização de oferta pública, nos termos da regulamentação aplicável, o adquirente da participação deverá, ainda, promover a divulgação de aviso contendo as informações previstas no Anexo IV desta Política, no mínimo, pelos mesmos canais de comunicação adotados pela Companhia, conforme descrito nesta Política.

Infrações e Sanções

É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, mediante negociação de valores mobiliários, exceto nos casos de subscrições de novos valores mobiliários emitidos pela companhia, sem prejuízo da incidência das regras que dispõem sobre a divulgação de informações no contexto da emissão e oferta desses valores mobiliários.

Para fins da caracterização de uso indevido de informação relevante ainda não divulgada disposta no item acima, presume-se, observados outros elementos que podem indicar a prática ou não da utilização indevida, que:

- (i) a pessoa que negociou valores mobiliários dispondo de informação relevante ainda não divulgada fez uso de tal informação na referida negociação;
- (ii) acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, e a própria companhia, em relação aos negócios com valores mobiliários de própria emissão, têm acesso a toda informação relevante ainda não divulgada;

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

(iii) as pessoas listadas no inciso II, bem como aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, ao terem tido acesso a informação relevante ainda não divulgada sabem que se trata de informação privilegiada;

(iv) o administrador que se afasta da companhia dispondo de informação relevante e ainda não divulgada se vale de tal informação caso negocie valores mobiliários emitidos pela companhia no período de 3 (três) meses contados do seu desligamento;

(v) são relevantes, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativas à matéria, as informações acerca de operações de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação, ou qualquer forma de reorganização societária ou combinação de negócios, mudança no controle da companhia, inclusive por meio de celebração, alteração ou rescisão de acordo de acionistas, decisão de promover o cancelamento de registro da companhia aberta ou mudança do ambiente ou segmento de negociação das ações de sua emissão; e

(vi) são relevantes as informações acerca de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e de falência efetuados pela própria companhia, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativas a tal pedido.

As presunções previstas no item acima não se aplicam:

(i) aos casos de aquisição, por meio de negociação privada, de ações que se encontrem em tesouraria, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral, ou quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em assembleia geral; e

(ii) às negociações envolvendo valores mobiliários de renda fixa, quando realizadas mediante operações com compromissos conjugados de recompra pelo vendedor e de revenda pelo comprador, para liquidação em data preestabelecida, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, realizadas com rentabilidade ou parâmetros de remuneração predefinidos.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave.

Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As pessoas vinculadas que tenham firmado o Termo de Adesão conforme o item 7.3 acima, que forem responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante se obrigam a ressarcir a Companhia, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia venha a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Disponibilidade.

A Política de Divulgação está disponível em <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor>

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante teve sua 2ª edição aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13.10.2021.

Esta deverá ser observada a partir da data de sua aprovação e por tempo indeterminado.

Acompanhamento da Política de Divulgação

Cabe ao Diretor Responsável verificar, diante da ocorrência de Ato ou Fato Relevante, o adequado cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, informando imediatamente qualquer irregularidade ao conselho de administração.

A precisão e a adequação na forma de redação do Ato ou Fato Relevante divulgado ao mercado será apurada pelo Diretor Responsável a partir da verificação das razões subjacentes aos pedidos de esclarecimentos adicionais por parte da CVM e das Entidades do Mercado.

Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no item acima, que impliquem a necessidade de divulgação de Ato ou Fato Relevante mantido sob sigilo, ou da violação do sigilo de Ato ou Fato Relevante previamente a sua divulgação ao mercado, deverá o Diretor Responsável realizar investigações e diligências internas na Companhia, inquirindo as pessoas envolvidas, que deverão sempre responder as suas solicitações de informações, com o propósito de verificar o motivo que provocou a eventual violação do sigilo da informação.

As conclusões do Diretor Responsável deverão ser encaminhadas ao conselho de administração, para as providências cabíveis, acompanhadas de eventuais recomendações e sugestões de alteração na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia, que possam futuramente evitar a quebra do sigilo de informações confidenciais.

Deverá o Diretor Responsável monitorar a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, adotando procedimentos para que lhe sejam informadas as negociações que ocorrerem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal Ato ou Fato Relevante, comunicando eventuais irregularidades ao Conselho de Administração e à CVM.

Alteração na Política de Divulgação

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia poderá ser alterada nas seguintes situações:

- i) quando houver determinação expressa nesse sentido por parte da CVM;
- ii) diante de modificação nas normas legais e regulamentares aplicáveis, de forma a implementar as adaptações que forem necessárias; e

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

iii) quando o conselho de administração, no processo de avaliação da eficácia dos procedimentos adotados, constatar a necessidade de alterações; e

iv) quando houver a necessidade de alteração dos canais de comunicação da Companhia.

A alteração da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia deverá ser comunicada à CVM e às entidades do mercado pelo Diretor Responsável, e demais pessoas exigidas pelas normas aplicáveis.

O **Diretor de Relações com Investidores** da Companhia é responsável por implementar, manter, avaliar e fiscalizar o cumprimento da Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes.

Cumprida a ele realizar a divulgação e a comunicação à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível da CVM na rede mundial de computadores e, se for o caso, à B3 e/ou quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, imediatamente após sua ciência, de qualquer Informação Relevante ocorrida ou relacionada aos negócios da Companhia, assim como zelar pela ampla e imediata disseminação de tal Informação Relevante simultaneamente na CVM, na B3, e/ou em quaisquer outras bolsas de valores ou mercados de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, bem como ao público investidor em geral.

Cabe, ainda, a ele providenciar, sempre que solicitado, a correção, aditamento ou republicação que qualquer Informação Relevante.

21.4 - Outras Informações Relevantes

No julgamento da Companhia, todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens relacionados na questão 21.